CÍNTIA REGINA DE ARAÚJO

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS: O CASO ROBERTO JEFFERSON

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

CÍNTIA REGINA DE ARAÚJO

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS: O CASO ROBERTO JEFFERSON

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Linha E – Lingüística
Linha de Pesquisa: Análise do Discurso
Orientador: Prof. Dr. Renato de Mello
Co-orientador: Prof. Dr. William Augusto Menezes

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2008

Araújo, Cíntia Regina de.

A663e Estratégias discursivas na Comissão Parlamentar Mista de Inquéritos dos Correios [manuscrito]: o caso Roberto Jefferson / Cíntia Regina de Araújo. – 2008.
275 f., enc.: il. color. + 1 CD-ROM

Orientador: Renato de Mello.

Co-orientador: William Augusto Menezes.

Área de concentração: Lingüística.

Linha de Pesquisa: Análise do discurso.

Inclui CD com depoimentos e pronunciamentos de Roberto Jefferson.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 268-274.

Anexos: f. 275, CD-ROM

1. Análise do discurso – Teses. 2. Retórica – Teses. 3. Políticos – Brasil – Linguagem – Teses. 4. Persuasão (Retórica) – Teses. 5. Serviço postal – Brasil – Teses. 6. Comissões parlamentares de inquérito – Brasil – Teses. 7. Emoções – Teses. 8. Comunicação – Linguagem – Teses. 9. Representação (Filosofia) – Teses. 10. Gêneros discursivos – Teses. 11. Estratégia discursiva – Teses. I. Mello, Renato de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418

Faculdade de Letras
Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos

Tese intitulada "Estratégias discursivas na CPMI dos Correios: o caso Roberto Jefferson", de autoria da doutoranda Cíntia Regina de Araújo, apresentada à Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Prof. Dr. Renato de Mello – UFMG - Orientador

_____

Prof. Dr. William Augusto Menezes – UFOP - Co-orientador

_____

Prof[a] Dr[a] Juliana Alves Assis - PUC Minas

_____

Prof[a] Dr[a] Ida Lúcia Machado - UFMG

_____

Prof[a] Dr[a] Helcira Maria Rodrigues de Lima – UFMG

_____

Prof[a] Dr[a] Jane Quintiliano Guimarães Silva - PUC Minas

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2008

Para Rogério

"A democracia é um sistema de governo no qual uma minoria esperta explora uma maioria ingênua".

(Zé Leôncio, personagem de Cláudio Marzo em "O Pantanal")

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus, por ter me amparado, confortado e acalmado meu coração, durante esta etapa.

Ao professor William Menezes, pela orientação precisa e segura, pelo incentivo mediante as dificuldades e pela compreensão perante minhas dúvidas.

Ao professor Renato de Mello, por ter assumido, oficialmente, a responsabilidade de minha pesquisa junto ao POSLIN e por me atender, sempre, com disposição, eficiência e atenção.

À professora Vanda Bittencourt, pelos ensinamentos, pela amizade, pelos conselhos e pelos incentivos.

A professora Juliana Assis, pelos ensinamentos ao longo de minha trajetória acadêmica e pelo exemplo de educadora e pesquisadora.

Ao professor Bruno Reis, do curso de Ciências Políticas da UFMG, pelos esclarecimentos e pela atenção.

Aos meus alunos que todos os dias me ensinam o quanto a afetividade é importante ao aprendizado.

A Isabel, minha professora de francês e minha amiga, pelos chás, pelos ensinamentos e pelo incentivo de que eu era mais capaz do que eu poderia imaginar.

Ao Ricardo Andrade de Pádua e ao Dr. Hugo Alejandro Cano Prais por fazerem com que eu acreditasse em mim e ignorasse as críticas destrutivas.

Ao Gegê, meu grande amigo, por ter me ajudado ao longo de toda a minha trajetória estudantil.

Ao Igor, meu amigo, pelas palavras de incentivo e pela ajuda na leitura de alguns textos.

A Roseni, pelos diálogos e, sobretudo, pelo incentivo.

Ao Rogério, por acreditar em mim e ter me acompanhado durante esta jornada tão árdua.

Aos meus sobrinhos, alegria de meus dias, que me fazem ver que, apesar de tudo, a vida ainda vale a pena.

A Cida, secretária do POSLIN, por me atender com respeito e eficiência;

A CAPES pelo financiamento de parte desta pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as principais estratégias discursivas utilizadas por Roberto Jefferson durante a CPMI dos Correios, tendo como fio condutor o exame das provas persuasivas aristotélicas: *ethos e pathos e logos.* A partir dos pressupostos teóricos da Teoria Semiolingüística de Patrick Charaudeau (1983, 1992), da Retórica de Aristóteles (2005) e da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), procedemos à análise dos contratos comunicacionais estabelecidos em cada um dos gêneros discursivos constitutivos do evento da CPMI dos Correios (depoimento e pronunciamento) bem como das estratégias agenciadas pelo sujeito falante. Postulamos que as provas *ethos*, *pathos* e *logos* constituem, com destaque, o plano argumentativo do discurso da CPMI dos Correios, podendo, inclusive, compor um modo de organização discursiva, o retórico. O *logos* (a dimensão técnica) sustenta o *pathos* (a dimensão emocional) e o *ethos,* o *anti-ethos* e o *pró-ethos* (a dimensão representacional), sendo a dimensão representacional a principal prova persuasiva agenciada durante o processo argumentativo. As dimensões argumentativas foram mobilizadas tendo em vista as representações sociodiscursivas do grupo social no qual o sujeito falante estava inserido e do qual fazia parte.

Palavras-chave: estratégias discursivas, CPMI dos Correios, *ethos, anti-ethos, pró-ethos, pathos, logos,* contrato comunicacional, gênero discursivo, modo de organização retórico, dimensão representacional, dimensão emotiva, dimensão técnica, representações sociodiscursivas.

R É S U M É

Cette thèse porte sur l'analyse des principales stratégies discursives manoeuvrées par Roberto Jefferson pendant la CPMI de la Poste tout en s'appuyant sur l'hypothèse de la prédominance des preuves aristotéliques de l'*ethos*, du *pathos* et du *logos* dans son discours. Ainsi, à partir des présuppositions théoriques de la Théorie Sémiolinguistique de Charaudeau (1983), de la Réthorique d'Aristote (2005) et de la Nouvelle Rhétorique de Perelman et Olbrechts-Tyteca (2000), on a procédé à l'examen des contrats communicationnels établis dans chaque genre discursif constitutif de l'événement linguistique (dépositon et prononcement) ainsi qu'à l'examen des estratégies menées par le sujet parlant. On a vérifié que les preuves *ethos*, *pathos* et *logos* constituent le plan argumentatif du discours de la CPMI et peuvent, tout de même, composer un mode d'organisation discursive, à savoir, le réthorique. Le *logos* (la dimension technique) soutient le *pathos* (la dimension émotionnelle) et *l'ethos, anti-ethos, pró-ethos* (la dimension représentationnelle), celui-ci étant la principale preuve manoeuvrée pendant le discours argumentatif. Ces dimensions ont été mobilisées tout en prenant pour repère les représentations sociodiscursives du groupe auquel le sujet parlant appartenait et dans lequel celui-ci s'insérait.

Mots-clés: stratégies discursives, CPMI de la Poste, *ethos*, *anti-ethos, pró-ethos*, *pathos*, *logos*, contrat communicationnel, genre discursif, mode d'organisation réthorique, dimension représentationnelle, dimension émotionnelle, dimension technique, représentations sociodiscursives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Instâncias de fabricação do discurso político 35

FIGURA 2 - Modo de organização discursiva retórico 78

FIGURA 3 - A relação entre os principais escândalos 107

FIGURA 4 - Principais personagens da trama do "Mensalão" 111

FIGURA 5 - Dinâmica argumentativa do depoente junto à CPMI dos Correios 115

FIGURA 6 - Instâncias de fabricação do pronunciamento durante CPMI dos Correios 124

FIGURA 7 - Instâncias de fabricação do depoimento durante CPMI dos Correios 134

FIGURA 8 - O narrador-protagonista é inserido na trama pela mídia como vilão 195

FIGURA 9 - O narrador-protagonista denuncia o esquema do "Mensalão" 195

FIGURA 10 - O narrador-protagonista tece discurso de justificação 198

FIGURA 11 - O narrador-protagonista tece discurso de acusação 199

FIGURA 12 - Imagens de si construídas pelo narrador-protagonista durante a CPMI dos Correios 252

FIGURA 13 - Principais imagens de si produzidas pelo narrador-protagonista durante a CPMI dos Correios 253

QUADRO 1 Ordem dos depoimentos dados pelos principais indiciados à CPMI dos Correios 108

QUADRO 2 Tese principal e alguns argumentos do depoente agenciados durante a CPMI dos Correios 143

QUADRO 3 Estruturas modais e comparativas e seus possíveis efeitos discursivos 147

QUADRO 4 Principais imagens agenciadas pelo locutor durante a CPMI dos Correios ... 172

QUADRO 5 Referentes do pronome "nós" e possíveis efeitos discursivos 174

QUADRO 6 Referentes da "expressão" "a gente" e possíveis efeitos discursivos 176

QUADRO 7 Principais personagens inseridas na trama pelo narrador-protagonista 202

QUADRO 8 Caracterização do Presidente Lula no início da CPMI dos Correios 222

QUADRO 9 Caracterização do Presidente Lula no final da CPMI dos Correios 226

QUADRO 10 Caracterização do povo a partir da caracterização de Lula 241

QUADRO 11 Caracterização do povo a partir da caracterização da família e dos amigos do narrador-protagonista..... 242

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN -	Agência Brasileira de Inteligência Nacional
COAF -	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CPI -	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI -	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DNIT -	Departamento Nacional de Transportes
ECT -	Empresa de Correios e Telégrafos
ELETRONORTE -	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
ELETRONUCLEAR -	Eletrobrás Termonuclear S/A
EMBRATUR -	Empresa Brasileira de Turismo
IRB -	Instituto de Resseguros do Brasil
MOA -	Modo de organização argumentativo - FIG. 5
MOD -	Modo de organização descritivo - FIG. 5
MOE -	Modo de organização enunciativo - FIG. 5
MON -	Modo de organização narrativo - FIG. 5
PL -	Partido Liberal
PMDB -	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP -	Partido Progressista
PT -	Partido dos Trabalhadores
PTB -	Partido Trabalhista Brasileiro
TRANSPETRO -	Petrobrás Transportes S/A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 18

1.1. O tema da pesquisa 18

1.2. A trajetória da pesquisa 27

1.2.1. Ponto de partida 27

1.2.2. Objetivos da pesquisa 28

1.2.3. Abordagem proposta 28

1.3. A organização do trabalho 29

2. O DISCURSO POLÍTICO: UM EVENTO COMUNICATIVO 31

2.1. A en(cena)ção no discurso político 31

2.1.1. Nível situacional: restrições contratuais do discurso político 34

2.1.1.1. A identidade das instâncias políticas 34

2.1.1.2. A finalidade do discurso político 43

2.1.1.3. As circunstâncias materiais do discurso político 44

2.1.1.4. O domínio de saber veiculado pelo discurso político 45

2.1.2. Nível discursivo: estratégias discursivas 47

2.1.2.1. As estratégias discursivas na Análise do Discurso 47

2.1.2.2. As estratégias discursivas no discurso político 51

2.1.3. Nível semiolingüístico: escolhas lingüísticas e efeitos discursivos 53

2.1.3.1. A escolha das estruturas sintáticas 55

2.1.3.2. A escolha lexical 59

3. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO 62

3.1. Os modos de organização do discurso: formas semiotizadas do mundo 62

3.2. Modo de organização discursiva enunciativo 63

3.3. Modo de organização discursiva narrativo 66

3.4. Modo de organização discursiva descritivo 69

3.5. Modo de organização discursiva argumentativo 71

3.6. Modo de organização discursiva retórico 76

3.6.1. A dimensão representacional*:* imagens de si e do outro 78

3.6.2. A dimensão técnica: provas demonstrativas 87

3.6.3. A dimensão emotiva: emoções, desejos e ações 91

4. METODOLOGIA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO 102

4.1. Estrutura e funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito 102

4.2. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios 104

4.3. Constituição, seleção e tratamento do *corpus* 108

4.4. Procedimentos metodológicos 113

5. ROBERTO JEFFERSON: IMAGENS DE SI E DO OUTRO 118

5.1. A en (cena) ção na CPMI dos Correios 119

5.1.1. O pronunciamento: considerações gerais 120

5.1.1.1. As instâncias de produção e recepção 122

5.1.1.2. A finalidade do contrato 126

5.1.1.3. O conteúdo temático do contrato 127

5.1.2. O depoimento: considerações gerais 127

5.1.2.1. As instâncias de produção 131

5.1.2.2. As instâncias de recepção 133

5.1.2.3. A finalidade do contrato 134

5.1.2.4. O domínio temático do contrato 135

5.2. As escolhas lingüísticas do sujeito falante: um passeio pelo bosque das palavras e da sintaxe 135

5.2.1. Estruturas sintáticas hipotáticas e paratáticas 136

5.2.1.1. Orações “contrastivas”: subordinadas concessivas 137

5.2.1.2. Orações coordenadas aditivas 141

5.2.1.3. Orações coordenadas explicativas 143
5.2.1.4. Orações subordinadas modais 145
5.2.1.5. Orações subordinadas comparativas 146
5.2.1.6. Orações coordenadas conclusivas 148
5.2.1.7. Orações “contrastivas”: coordenadas adversativas 148
5.2.1.8. Orações subordinadas causais 151
5.2.1.9. Orações subordinadas condicionais 153
5.2.1.10. Orações subordinadas conformativas 154
5.2.1.11. Orações intercaladas/interferentes 155
5.2.1.12. Orações subordinadas adjetivas 156
5.2.2. Seleção lexical: figuras retóricas e campos lexicais 157
5.2.2.1. O campo lexical do espetáculo político: o político honesto e sério 159
5.2.2.2. Campo lexical da traição: a vítima 160
5.2.2.3. O campo lexical do medo: o corajoso 162
5.2.2.4. Campo lexical do sacrifício: o profeta 163
5.3. O dispositivo enunciativo: os jogos do locutor 165
5.3.1. O jogo de formas pronominais e nominais: as máscaras do locutor 166
5.3.1.1. O uso do pronome “eu” 166
5.3.1.2. O uso do pronome “nós” 173
5.3.1.3. O uso da “expressão” “a gente” 175
5.3.1.4. O uso da forma nominal “o PTB" 176
5.3.2. O jogo de relações enunciativas: os vínculos estabelecidos pelo locutor 178
5.3.2.1. O locutor e o povo: a afetividade 179
5.3.2.2. O locutor e os parlamentares: a intimidação 179
5.3.2.3. O locutor e a mídia: o acordo e a acusação 182
5.3.3. O jogo de posicionamentos enunciativos: a verdade do locutor 186
5.3.4. O jogo de “vozes” enunciativas: as testemunhas do locutor 191

5.4. A narratividade: a história do "Mensalão" na perspectiva do herói 194
5.4.1. Os "inimigos" do herói 204
5.4.1.1. O presidente, os parlamentares, os órgãos públicos e as empresas privadas 204
5.4.1.2. A mídia 210
5.4.2. Os "amigos" do herói 212
5.4.2.1. O povo 213
5.5. A organização descritiva: imagens do outro 218
5.5.1. Lula: de "homem do povo" a "rei ingênuo, hipócrita e omisso" 220
5.5.2. A cúpula do Partido dos Trabalhadores: os "fariseus" 229
5.5.3. A Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN): a "polícia do governo" 235
5.5.4. A *Revista Veja*: a "conspiradora" 237
5.5.5. O povo: os "discípulos" leais 240
5.6. A cena argumentativa: valores das personagens 243
5.6.1. O domínio da verdade e da ética: o herói e seus "inimigos" 244
5.6.2. O domínio do estético, do hedônico e do ético: o herói e seus "amigos" 247
5.7. A cena retórica: (des) construção de imagens de si e possíveis efeitos discursivos 250
5.7.1. A metamorfose do vilão: nasce um profeta, forma-se um herói 250
5.7.2. A desconstrução do vilão 250
5.7.3. A fragmentação do "eu" 252
5.7.4. O nascimento do profeta 256
5.7.5. A formação do herói 262
6. CONCLUSÃO 264
REFERÊNCIAS 268
ANEXOS 275

1. INTRODUÇÃO

1.1. O tema da pesquisa

> "A corrupção nasceu com Adão, implementou-se com Eva e só terminará quando o último homem sair da face da terra".
>
> Jarbas Passarinho

Neste trabalho, discutiremos as estratégias discursivas colocadas em cena por Roberto Jefferson durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, doravante CPMI dos Correios. Consideramos importante ressaltar que, embora tenhamos tecido alguns comentários, sucintos, a respeito da política, nosso trabalho é de natureza lingüística. O que se pode aventar é que a análise do discurso proferido pelo então deputado durante o evento[1] nos permitiu pôr em cena algumas questões relativas aos valores, às crenças e às práticas dos parlamentares brasileiros. Nesse sentido, privilegiamos a política em forma de discurso que remete, conseqüentemente, à ação - falar é uma forma de ação -, sem, no entanto, desconsiderar que "a reflexão sistemática sobre a política é um passo necessário para o aperfeiçoamento das práticas e instituições políticas" (BEZERRA, 1999, p. 11).

Ao iniciar a pesquisa, nossa intenção era analisar não só as estratégias agenciadas por Roberto Jefferson, mas também por outros protagonistas do evento como: Mauricio Marinho, José Dirceu, Delúbio Soares e Marcos Valério. Pretendíamos realizar uma análise contrastiva, tendo em vista comparar fragmentos discursivos de cada um dos indiciados em momentos (início, meio e fim) e situações (depoimento e pronunciamento) distintas, além das estratégias adotadas por cada um deles em cenários diversos (Plenário da Câmara dos Deputados, Comissão de Ética na Câmara dos Deputados e CPMI dos Correios no Senado Federal). Nesse sentido, o *corpus* inicial da pesquisa era constituído de dez textos[2] escritos (seis

[1] Consideramos o discurso da CPMI dos Correios um evento discursivo único, um grande acontecimento político-discursivo, poderíamos assim dizer, para o qual concorreram: i) a produção discursiva restrita à Comissão Parlamentar Mista; ii) a produção discursiva restrita ao Comitê de Ética da Câmara dos Deputados; iii) a produção discursiva no Plenário da Câmara dos Deputados, através de pronunciamentos específicos em torno de fatos que deram origem à convocação da Comissão, e uma série de reportagens, informações e documentos postos em circulação pela mídia.

[2] Consideramos texto a materialidade lingüística, o produto acabado, plausível de ser analisado.

depoimentos e quatro pronunciamentos[3]), referentes ao esquema de compra de votos de parlamentares e financiamento de campanhas eleitorais, em 2005 (escândalo do "Mensalão"). No entanto, foi necessário redefinir o *corpus*. Assim, restringimos o trabalho à análise das estratégias agenciadas por Roberto Jefferson em pronunciamentos e depoimentos dados durante a CPMI dos Correios, tendo em vista a importância desse sujeito no evento.

O que nos motivou, a princípio, a realizar a pesquisa não foi propriamente o objeto "estratégias", mas, sim, o material discursivo que, depois de ter sido pronunciado, trouxe - e continua acarretando - conseqüências sociais e políticas complexas: salientou a crise da instituição política e do Partido dos Trabalhadores (PT) que, por sua vez, pôs a nu outra crise - a crise da democracia representativa e de seus valores.

Conforme Corrêa (2005), após as denúncias terem vindo à tona, na e pela mídia, houve um espanto geral por grande parte do povo brasileiro: o PT, cuja bandeira política levantada desde sua criação em 1980 era a ética, estava, no decorrer dos acontecimentos discursivos, sob análise em escândalos de corrupção[4]. O autor salienta que os brasileiros ficaram surpresos não só pelas denúncias que ocupavam as páginas da seção de política dos jornais nacionais - compra de votos, tráfico de influência, desvio de dinheiro público, falsas declarações sobre os gastos com campanhas, negociatas de cargos, nepotismo -, mas também pelo fato de o PT - última esperança para muitos que votaram no Presidente Lula - ser o principal envolvido nessas denúncias de corrupção. "Afinal de contas, não era qualquer partido. Era o PT

[3] Dos depoimentos, quatro foram dados à CPMI dos Correios, no Senado Federal, ao passo que os outros dois foram realizados na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados. Já os pronunciamentos foram realizados na Tribuna da Câmara dos Deputados.

[4] A palavra corrupção, de origem latina "*corruptione*", significa corrompimento, decomposição, devassidão, depravação, suborno, perversão, peita. Na linguagem política contemporânea, a corrupção sempre assume uma conotação negativa, o que, visto em uma perspectiva histórica, não foi sempre assim. Historicamente, a corrupção esteve associada ao conceito de legalidade, ou seja, corrupto era caracterizado aquele que não seguia as leis existentes. Mesmo determinados termos extremamente negativos que atualmente são usados para designar formas de corrupção, como a peita, o nepotismo e o peculato, não tinham essa conotação até há poucas décadas: a peita estava instituída como um pacto entre os fidalgos e a plebe; o nepotismo era reconhecido como um princípio de autoridade da Igreja na Idade Média, segundo o qual os parentes mais próximos do Papa tinham privilégios e, posteriormente, a expressão "receber o boi" passou a ser usada para designar "troca de favores", pois o gado servia como uma forma de moeda em certas regiões rurais. O termo peculato, atualmente utilizado para caracterizar favorecimento ilícito com o uso de dinheiro público, continua com essa referência histórica de que para ter acesso a determinados privilégios é necessário um favor em forma de contrapartida. No Brasil se associa a esse contexto histórico a assim chamada Lei de Gérson, ou seja, o comportamento de querer "tirar vantagem em tudo", pressupondo que os sujeitos aguardam o máximo possível de benefícios, visando exclusivamente o benefício próprio. Esse tipo de comportamento, contudo, se adapta perfeitamente ao "espírito capitalista", como pré-condição esperada dos seres humanos numa sociedade centrada nos valores da economia de mercado (ANDRIOLI, 2006, p. 1-2).

"militante e operário", o PT que ao longo dos anos denominara-se "socialista", o "partido do social", a "esquerda da política no parlamento"" (CORRÊIA, 2005, p. 2).

Ainda segundo Corrêa, como se não bastassem as denúncias de corrupção que pesavam sobre a direita e o centro, a "esquerda" naquele momento fora atingida. O sentimento nas ruas, expresso pela maioria, parecia ser o de que "tudo estava perdido", "a política é isso aí, não adianta esperar nada desses corruptos", "esse sistema está corrompido" ou "nada neste País funciona mesmo". As representações sociodiscursivas[5] "negativas" referentes à política pareciam tomar corpo nas denúncias que iam surgindo a cada dia.

No entanto, para o autor, não era só o PT que estava envolvido nas denúncias de corrupção, mas boa parte dos partidos e dos políticos brasileiros. A compra de votos, as propinas das grandes empresas, o cabide de empregos, tudo isso não era criação do governo do Presidente Lula. Era, pelo contrário, cena antiga no palco da política institucional brasileira. Não era, portanto, um problema exclusivo de um partido, mas da lógica institucional do Estado Brasileiro.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que, em todos os momentos da política brasileira, houve crises, mas o que presenciávamos naquele momento era mais do que uma crise. Era uma política do PT que desnudava a crise da democracia representativa e de seus valores. O que víamos com as denúncias era apenas um sintoma de algo que vai mal há muito tempo. Nas palavras de Corrêa, a democracia representativa parece estar deixando de ser suficiente para solucionar problemas da humanidade, esvaziando-se de seu conteúdo, não servindo para outra coisa senão para alienar as pessoas, dando a imagem de que "a política é para os políticos".

Assim, conforme Corrêa, assistíamos à crise da democracia liberal e social e à insuficiência da democracia representativa. Sabemos que o processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um problema cuja origem está na existência de uma confluência entre dois processos políticos distintos. Por um lado, há um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil, por

[5] Discursos sociais que testemunham sobre o saber de conhecimento sobre o mundo ou sobre um saber de crenças que encerram sistemas de valores dos quais os indivíduos se dotam para julgar a realidade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 433).

meio dos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados às questões políticas públicas. Por outro lado, com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Portanto, acreditávamos que a análise dos pronunciamentos e depoimentos, durante o período da CPMI dos Correios, pudesse permitir identificar valores e atitudes circulantes frente à construção do espaço sociopolítico democrático em nosso País.

Outro fator que nos despertou para a realização da pesquisa foi o interesse em analisar a dinâmica argumentativa, enquanto espaço de constituição de identidades e construção de ação, que se estabeleceu entre os interlocutores. Descrever e analisar as estratégias discursivas agenciadas nos depoimentos e pronunciamentos durante a CPMI dos Correios poderia contribuir para revelar alguma coisa "positiva" no espaço sociopolítico? Ao pôr a nu a crise política, a crise do PT e, conseqüentemente, a crise da democracia representativa, os depoimentos e pronunciamentos implicavam duas questões fundamentais. Por um lado, reacendiam reflexões quanto à corrupção, no sentido de que é possível "mudar/transformar" a sociedade - as CPIs e CPMIs são *praxes* "positivas" uma vez que emergem de grupos sociais preocupados com uma nova ética. Por outro, reforçavam a imagem "negativa" da política brasileira – "todos os políticos são corruptos", "não há solução para o Brasil". E não podíamos deixar de observar que os depoimentos e pronunciamentos se tornavam, também, palcos de disputas entre projetos políticos distintos e de dramatização/espetacularização da política nacional.

Em outro plano, nos motivou o fato de que o trabalho possui uma importância teórica, uma vez que o tema sobre a discursividade política contemporânea é bastante complexo e está em discussão, carecendo de mais pesquisas. Também é importante salientar que não encontramos estudos específicos sobre as estratégias discursivas agenciadas por participantes de CPMIs, especialmente uma tão complexa quanto a dos Correios, além do que ainda vivenciávamos o fato e suas conseqüências. Próximos ao momento eleitoral, a cada dia surgiam novos dados, novos nomes, todos imbricados ao caso, como denúncias de corrupção, corporativismo, venda de votos. Nesse sentido, o estudo nos parecia também ser relevante, tendo em vista que estaríamos abordando um assunto que estava em curso e fazia parte das problemáticas contemporâneas do País. As ações de parlamentares voltadas para o clientelismo e o benefício

próprio abrem uma lacuna no processo de democratização do País, pondo a nu a corrupção praticada por vários agentes, dentre eles, deputados, senadores, empresas privadas e públicas, em detrimento dos direitos dos cidadãos.

Não constitui nosso interesse, neste trabalho, o estudo sobre a corrupção. Mas acreditamos ser importante tecer algumas considerações sobre o tema, uma vez que a CPMI dos Correios foi instaurada com a finalidade de apurar denúncias de corrupção em órgãos públicos e privados, em especial nos Correios.

A palavra corrupção está cada vez mais presente na atualidade. A história brasileira está repleta de exemplos sendo, talvez, a corrupção nos Correios uma das mais representativas. Segundo Andrade (2005), a corrupção não é praticada somente pelas elites dirigentes. A palavra corrupção em sua definição expressa a oposição aos valores que consideramos, ou pelo menos deveríamos considerar, sustentáculos do bom andamento das relações intrapessoais e sociais, necessárias à realização humana. Portanto, corromper é o ato pelo qual se adultera, se estraga algo físico ou moralmente. A repercussão tem maior ou menor amplitude conforme a ação que se realiza. As causas são praticamente inesgotáveis, pois envolvem problemas estruturais, sociais e pessoais.

Na perspectiva de Andrade, a corrupção política, ou a corrupção na política de determinada sociedade, deteriora as próprias estruturas da sociedade, uma vez que a política é o cuidado com o que é coletivo, é a busca de soluções para os problemas que a sociedade como um todo enfrenta. A corrupção na política é aproveitar-se, apropriar-se do que é coletivo, em benefício próprio. Nas palavras da autora, é roubar. Se os agentes públicos - os políticos - são corruptos, e/ou se associam a agentes privados corruptores, a saúde da sociedade corre sérios riscos. Faltando o respeito pelo que é de todos, prevalece no comportamento de cada um o "vale tudo", o "levar vantagem" em tudo, o enganar para escapar ileso de eventuais punições.

A pesquisadora salienta que, no Brasil, a corrupção está espalhada pelos diferentes setores e níveis da atividade política como, por exemplo, no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, do nível federal ao nível municipal, além de fazer parte também dos comportamentos das empresas privadas que trabalham para o governo em obras e serviços ou que dele dependem para autorizações e legislações de suas atividades.

Andrade ainda ressalta que, no Legislativo e no Executivo, a corrupção é pior do que no Judiciário, porque estes poderes mexem diretamente com o dinheiro e com as legislações. Os legislativos costumam ser comparados com balcões de negócios. O Executivo Nacional já chegou até a criar mecanismos para a lavagem de dinheiro sujo, obtido com o narcotráfico ou com a corrupção - como as contas CC5 autorizadas pelo Banco do Brasil - segundo a autora.

No Brasil, a corrupção, expressa através do interesse pessoal sobre o público, do oportunismo, do tráfico de influência, do uso indevido de recursos públicos etc., teve início, segundo Nina (2005), no Descobrimento do Brasil com Pero Vaz de Caminha. Conforme sabemos, embora Pero Vaz não fosse escrivão da esquadra, escreveu uma longa carta ao Rei Dom Manuel, de Portugal, relatando o que vira na terra descoberta e, sobretudo, pedindo-lhe, em tom de apelo, o envio ao Brasil de seu genro Jorge Osório, que estava preso na Ilha de São Tomé.

Apesar das informações sobre a terra e a gente aqui encontrada, o detalhe que merece destaque na carta de Caminha é precisamente um pequeno trecho de apenas três linhas, com as quais o enunciador encerra a carta: "[...] peço que, por me fazer graça especial, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge Osório, meu genro - o que d'Ela receberei em muita mercê" (CAMINHA, 2003). Para Nina, Pero Vaz de Caminha vislumbrou, na oportunidade, o momento adequado para tirar proveito pessoal. E assim o fez. Curiosamente, somente a carta de Pero Vaz, a pior de todas segundo o próprio escrevente, tornou-se conhecida e ganhou notoriedade e registro histórico no que diz respeito ao Descobrimento do Brasil.

Nina salienta que, valendo-se do fato de que seus ascendentes tinham servido ao Rei, Pero Vaz se julgava amigo pessoal de D. Manuel, podendo, assim, gozar do privilégio da desigualdade e obter favores não concedidos aos demais mortais, o que, na realidade, continua em voga no Brasil. A respeito da amizade, Andrioli (2006, p. 6) salienta que as relações de caráter pessoal no Brasil, geralmente, são mais fortes do que a idéia de responsabilidade política dos eleitos:

> Trata-se de um acordo de reciprocidade, do reconhecimento da idéia de que os seres humanos dependeriam uns dos outros e, por isso, a confiança e a lealdade deveriam ser vistas como os valores mais importantes para a convivência. A confiança é, muitas vezes, caracterizada como o cimento das relações interpessoais, assim como a solidariedade e a predisposição à ajuda, valores que, muitas vezes, são corrompidos ao servirem de base à justificação de atitudes corruptas. Nessa lógica, instituições públicas passam

> a ser utilizadas com a finalidade de retribuir favores pessoais e boas relações são usadas como instrumento de intermediação para obter benefícios e privilégios, já que estão baseadas na intimidade, na confiança mútua, numa maior facilidade de comunicação e acesso a pessoas em cargos importantes. Nessa concepção, a corrupção, assim como a vida, são encaradas como um intercâmbio, como um constante processo de "trocas" entre pessoas (ANDRIOLI, 2006, p.6-7).

Assim, as representações sociodiscursivas que vigoram entre os brasileiros são as de que vale a pena investir em boas relações com políticos e funcionários públicos, o que, conforme atesta Andrioli (2006), tem o seu preço político: concessões econômicas são trocadas por concessões políticas, e as dificuldades inerentes à concessão dos benefícios esperados aumentam proporcionalmente o preço político na relação de "troca". Nesse contexto, por outro lado, a "inimizade", ou seja, o "discordar" daquilo que se prega como verdade absoluta e regra inquestionável em uma instituição pública, por exemplo, pode, inegavelmente, acarretar conseqüências drásticas ao indivíduo que, muitas vezes, não se beneficia daquilo que lhe é de direito ou recebe o benefício tardiamente.

Com seu pedido, Caminha não queria nada mais, nada menos, mas, apenas, que seu genro, Jorge Osório, que cumpria pena de degredo em São Tomé, fosse libertado e mandado, às custas da Coroa, para a companhia do corruptor: oportunismo, interesse pessoal acima do interesse público, tráfico de influência, uso de recurso indevido. Hoje, venda de votos, financiamento ilegal de campanhas eleitorais e impunidade marcam a CPMI dos Correios.

Segundo Nina, Jorge Osório entrou para a história como o primeiro beneficiário da corrupção no Brasil. Assim começou a nossa história. Assim começou, mais especificamente, o nepotismo nas terras brasileiras que vem desde o descobrimento. Desde então vieram o "jeitinho brasileiro", a corrupção na política. Com seu pedido imoral, Pero Vaz inaugurou a corrupção no Brasil, que em nada mudou. Apenas se disseminou. Institucionalizou-se. E, conforme ressalta o autor, falta pouco para legalizar-se.

A princípio, a corrupção no Brasil parece ser, de fato, uma herança portuguesa. O jornalista Laurentino Gomes[6], em sua obra "1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil", ao relatar

[6] Cf. GOMES (2007, p. 8).

a "fuga" da família real portuguesa para o Rio de Janeiro - o que mudou completamente o destino nacional, segundo o autor -, defende que o DNA do Brasil está em 1808, ano em que uma corte "corrupta" "fugiu" de Napoleão.

É importante observar que, para Gomes, o Brasil não nasceu há 500 anos e, sim, há 200, uma vez que até 1807 não existia um Brasil, mas vários brasis: "não havia um sentimento de identidade nacional". O autor ressalta que as rivalidades eram muito grandes. Se D. João VI não fosse para o Rio de Janeiro e passasse a funcionar como elemento agregador dos interesses das diferentes províncias, o Brasil provavelmente teria se pulverizado, desagregado em três ou quatro repúblicas. Até 1807, o Brasil era uma fazenda de Portugal. Quando D. João foi embora, em 1821, o Brasil estava pronto para se tornar independente. D. Pedro é visto como herói pela sociedade, mas o verdadeiro herói é D. João. Gomes salienta que:

> O DNA do Brasil está em 1808. Em 1500 foi descoberto, mas foi criado como país em 1808. Para o bem e para o mal. **Esse período da corte portuguesa no Brasil foi de muita corrupção, muita promiscuidade nos negócios públicos e privados. D. João inaugurou o sistema de troca de favores** (GOMES, 2008, p. 8, grifo nosso).

Gomes ressalta que esse tipo de promiscuidade já existia, mas foi exacerbado. O rei chegou precisando de dinheiro, e os ricos da colônia passaram a financiar o rei em troca de benefícios e de títulos de nobreza. Assim, durante os 13 anos em que a corte permaneceu no Brasil houve mais títulos de nobreza do quem em todos os 500 ou 600 anos anteriores da História de Portugal. Houve uma troca de interesses e muita corrupção. O positivo é que surgiu um país grande de fronteiras preservadas, o grande herdeiro da cultura portuguesa no mundo. "Para o bem e para o mal, o DNA do Brasil está em 1808".

Além do pressuposto de que a corrupção brasileira é uma herança do patrimonialismo ibérico, outros cientistas políticos acreditam que a origem da corrupção no Brasil esteja fundada na ausência de uma história feudal no país como um elemento importante para descrever a falta de separação entre as esferas públicas e privadas. A partir dessa perspectiva, Andrioli (2006) ressalta que o desenvolvimento do Brasil está marcado por um processo de modernização e de manutenção do patrimonialismo, ambos acontecendo simultaneamente, o que significa a continuidade de uma estrutura de dependência do país em consonância com a manutenção do *status quo* das elites brasileiras. Assim, conforme salienta o autor, existe, na realidade, uma

modernização conservadora no Brasil, uma vez que não se trata de uma nova ordem e sim de mudanças pontuais que contribuem para a consolidação da estrutura social injusta e desigual.

Nessa ótica, não há um Estado de Direito consolidado no Brasil, e muito menos se poderia falar da existência de um Estado de bem-estar social. O Estado neopatrimonial, que teve origem em decorrência do desenvolvimento desigual e dependente do país, serve prioritariamente aos interesses de grandes proprietários de terras, empresários e outros representantes do capital, ressalta Andrioli. Portanto, trata-se de um Estado autoritário e centralizado. E quanto mais autoritário e centralizado estiver organizado o poder, maior será a probabilidade de se confundir o interesse público (*res pública*) com interesses privados. (ANDRIOLI, 2006).

Segundo o autor, esse tipo de sistema político gera conseqüências graves tais como, a falta de transparência, a exclusão da maioria da população das decisões políticas mais importantes, a baixa participação política da sociedade civil e a impunidade diante das ações corruptas, além da tendência à crescente profissionalização da política, o que aumenta o custo das campanhas eleitorais e a dependência de candidatos de empresários dispostos a "investir em seu futuro".

Ainda, conforme ressalta Andrioli (2006), é necessário levar em conta que o interesse em obter um cargo público como troca de favor em governos aumenta durante os períodos de altas taxas de desemprego. O próprio sistema eleitoral brasileiro, segundo o autor, contribui para que a corrupção seja vista como parte integrante da política. A falta de limites no financiamento privado de campanhas eleitorais aumenta a probabilidade de um futuro beneficiamento de empresas com dinheiro público, conforme mostrou o relatório final da CPMI dos Correios. Além disso, o fato de a maioria dos partidos políticos não ter programa político claramente definido os transforma em instrumentos políticos a serviço de grandes empresários.

Nas palavras de Andrioli, o voto na pessoa, motivado por critérios e influências pessoais, a ausência de fidelidade partidária, a constante troca de partidos e a constituição de alianças políticas antes das eleições são fatores que aumentam a tendência de transformar votos em mercadorias. Ainda, o sigilo bancário que facilita a "lavagem de dinheiro" e as concessões de meios de comunicação a políticos aumentam o potencial de manipulação da opinião pública.

Na concepção de Andrioli, a experiência política brasileira demonstra que a tão propagada democracia representativa não é democrática tampouco representativa, uma vez que não existe a soberania popular, não há a responsabilidade dos eleitos em relação aos eleitores e inexistem mecanismos de controle dos eleitos após as eleições, um contexto no qual o combate efetivo à corrupção se torna realmente muito difícil.

1.2. A trajetória da pesquisa

1.2.1. Ponto de partida

Um *corpus* apresenta várias possibilidades de análise, e o pesquisador *a priori* não possui nenhuma razão determinante para estudar um fenômeno em detrimento do outro, da mesma forma que nada o obriga a recorrer a determinado procedimento em detrimento de outro. Conforme salienta Maingueneau (1989, p. 19), se, para atingir seu propósito, o analista/pesquisador se interessa, por exemplo, pelos adjetivos avaliativos, por metáforas ou por algumas estruturas sintáticas, isto ocorre unicamente em virtude de hipóteses, as quais repousam a um só tempo: i) sobre certo conhecimento do *corpus* da pesquisa; ii) sobre conhecimento das possibilidades oferecidas ao analista pelo estudo de semelhantes fatos de linguagem.

A partir de um primeiro olhar sobre o *corpus* da pesquisa, levantamos uma hipótese inicial: as estratégias agenciadas pelo indiciado durante a CPMI dos Correios consistiam na construção de imagens de si e do outro, por meio de recursos lingüísticos e/ou discursivos constitutivos dos modos de organização discursiva enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo, tendo em vista suscitar determinado sentimento/emoção no interlocutor. Aventamos, também, que as provas retóricas de persuasão *ethos*, *pathos* e *logos,* uma vez que se plasmavam, com destaque, no discurso da CPMI dos Correios, poderiam constituir um modo de organização discursiva, o modo retórico, por sua vez, sustentado, pelos demais modos. Além disso, acreditávamos em uma estreita relação entre essas provas retóricas e as estruturas sintáticas, hipotáticas ou paratáticas, tendo em vista os efeitos discursivos pretendidos.

A partir destas hipóteses, passamos a ter outros questionamentos como, por exemplo: i) no *corpus* em questão tanto o *ethos* quanto o *pathos* tiveram a mesma importância no processo argumentativo? ii) *ethos e pathos* constituíram, realmente, a dimensão argumentativa do discurso da CPMI dos Correios?

1.2.2. Objetivos da pesquisa

Empreendemos uma investigação cujo objetivo foi analisar as estratégias discursivas agenciadas por Roberto Jefferson durante a CPMI dos Correios, o que implicou: i) analisar o quadro de restrições situacionais e as orientações discursivas, nos pronunciamentos e depoimentos dados por Jefferson durante o evento; ii) investigar como se constituíram o *ethos*, o *pathos e* o *logos* nos pronunciamentos e nos depoimentos dados por Roberto Jefferson junto à CPMI dos Correios; iii) analisar os modos de organização discursiva enunciativo, descritivo, narrativo, argumentativo e retórico, constituintes dos pronunciamentos e depoimentos dados por Roberto Jefferson junto à CPMI dos Correios.

1.2.3. Abordagem proposta

Para realizar a pesquisa, assumimos alguns pressupostos teóricos da Análise do Discurso, na perspectiva da Teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau (1983, 1992), cuja concepção considera imprescindível o quadro situacional em que se dá a encenação discursiva e o contrato que orienta a ação dos sujeitos, enquanto seres de identidade social e psicológica. A noção de contrato postula que os sujeitos participantes da relação discursiva compartilham um conjunto de normas e regras que predominam nas práticas discursivas regulares de uma comunidade de fala. O contrato compreende, então, um espaço de determinações - lugar de imposições e limitações - e um espaço de estratégias - lugar de fala, em que predomina certa margem de manobra e a escolha que os enunciadores realizam na enunciação.

Além disso, adotamos também alguns pressupostos teóricos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000) e de Aristóteles (2005), para fundamentar a análise das provas retóricas *ethos*, *pathos* e *logos*. Salientamos, mais uma vez, que agregamos essas referidas provas em um plano discursivo, o modo de organização discursiva retórico. Ainda, assumimos alguns princípios da

Gramática Funcionalista (DU BOIS, 1993a; DIK, 1978, 1989a; NEVES, 2000), tendo em vista a análise das escolhas sintáticas. Apresentaremos a constituição e a seleção do *corpus* bem como o tratamento dado a ele na parte II, capítulo 3.

É importante ressaltar que consideramos a CPMI dos Correios um evento discursivo híbrido, produzido pela ação da instância discursiva parlamentar, no qual os locutores se posicionaram, na situação monolocutiva e contando com o concurso da mídia, para persuadir seu interlocutor - o cidadão - de algo relativo ao bem comum ou àquilo que se apresentava como útil a todos nas representações da democracia política. Entretanto, os mesmos parlamentares se tornaram inquiridores e promotores do inquérito, ou espectadores, acusadores de uma contravenção do colega e/ou acusados (réus), a partir da denúncia de um terceiro, em uma dinâmica interlocutória que se assemelhava ao discurso dos tribunais e à distribuição da justiça.

1.3. A organização do trabalho

Dividimos o trabalho em duas partes. A primeira parte, denominada "Pressupostos teóricos", constitui-se de dois capítulos. No primeiro deles discutimos a Teoria Semiolingüística proposta por Charaudeau (1983), tendo como pano de fundo o discurso político eleitoral (CHARAUDEAU, 2006). Já no segundo, discorremos sobre os modos de organização discursiva propostos por Charaudeau (1992), além do modo retórico, proposto por nós, a partir das provas retóricas *ethos*, *pathos* e *logos*.

A segunda parte, intitulada "Apresentação do *corpus*, metodologia e proposta de análise", também se constitui de dois capítulos. No primeiro deles, discutimos a estrutura e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, dando ênfase à CPMI dos Correios. Além disso, relatamos as condições de produção do discurso analisado e a metodologia proposta. Já no segundo capítulo, propomos a análise, observando os contratos estabelecidos e as estratégias lingüísticas e discursivas postas em cena por Roberto Jefferson durante o evento.

PARTE I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Esta parte é composta de dois capítulos. No primeiro deles, tecemos considerações sobre a Teoria Semiolingüística, de Patrick Charaudeau (1983), tendo como pano de fundo o discurso político eleitoral (CHARAUDEAU, 2006), cujo fim é compreender a dinâmica discursiva da CPMI dos Correios.

Já no segundo capítulo, discorremos sobre os modos de organização discursiva (CHARAUDEAU, 1992), aos quais propomos acrescentar o modo retórico, compreendido pelas provas aristotélicas persuasivas *ethos*, *pathos* e *logos* que, a nosso ver, constituem a dimensão representacional, emotiva e técnica, respectivamente.

CAPÍTULO 01

2. O DISCURSO POLÍTICO: UM EVENTO COMUNICATIVO

> "A diferença entre uma democracia e uma ditadura consiste em que numa democracia se pode votar antes de obedecer às ordens".
>
> Charles Bukowsk

Nenhum discurso é político *a priori.* Somente a situação de comunicação é que lhe confere esse estatuto. Portanto, falar de discurso político implica, antes de tudo, analisar o evento como um todo. Em outras palavras, considerar um discurso político é, na essência, analisar suas condições de produção e recepção: seus contratos - espaço de imposições e estratégias (MENEZES, 2004).

Portanto, no presente capítulo, em um primeiro momento, discutimos as restrições contratuais e as estratégias discursivas do discurso político, em especial as do discurso político eleitoral, na perspectiva da Teoria Semiolingüística, de Charaudeau (1983 e 2006).

Já em um segundo momento, tecemos considerações sobre as escolhas lingüísticas (sintáticas e lexicais) do sujeito falante, a partir de formulações da Gramática Funcionalista (DU BOIS, 1993a; DIK, 1978, 1989a; NEVES, 2000) e dos estudos de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000).

A escolha pela Teoria Semiolingüística se deu em virtude desta compreender melhor os processos de produção e recepção que regem os atos linguageiros e pelo fato de Charaudeau (2006) possuir um estudo bem fundamentado sobre o discurso político eleitoral, o que nos serviu de referência para a pesquisa.

2.1. A en(cena)ção no discurso político

O discurso político, assim como qualquer outro discurso, é formado por uma série de atos de linguagem, os quais, na perspectiva de Charaudeau (1983), se estruturam em três níveis,

sendo que cada um deles corresponde a um tipo de competência: i) o nível situacional: ligado à competência situacional; ii) o nível discursivo: ligado à competência discursiva; iii) o nível semiolingüístico: ligado à competência semiolingüística.

O nível situacional diz respeito ao espaço das restrições situacionais ou regularidades comportamentais do ato de linguagem. A competência situacional requer que os interactantes do ato de linguagem sejam capazes de construir seu discurso tendo em vista a identidade dos parceiros da troca lingüística, a finalidade desta, o domínio de saber veiculado pelo objeto da troca e as circunstâncias materiais da troca.

A competência situacional refere-se ao jogo[7] de expectativas que, na perspectiva da Teoria Semiolingüística, representa um "jogo comunicativo", uma espécie de "aposta" que fazemos ao longo de nosso ato de linguagem, sendo que essa pode ser bem sucedida ou não.

Já o nível discursivo, espaço das estratégias, é o lugar de intervenção do sujeito falante, enquanto sujeito enunciador, que constrói seu discurso orientando-se para atender às condições de legitimidade (princípio de alteridade), de credibilidade (princípio de pertinência) e de captação (princípio de influência e de regulação), para realizar os atos de discurso que resultarão em um texto. Este se configura pela utilização de uma série de meios lingüísticos (categorias da língua e modos de organização do discurso), em função, por um lado, das restrições do nível situacional e das possíveis maneiras de dizer do comunicacional e, por outro lado, do projeto de fala próprio ao sujeito comunicante.

A competência discursiva, portanto, requer que todo sujeito falante de um ato de linguagem consiga manipular ou reconhecer os procedimentos discursivos da encenação linguageira que, segundo Charaudeau (2001, p. 32), são: i) o enunciativo; ii) o enuncivo; iii) o semântico.

Os procedimentos enunciativos referem-se às atitudes enunciativas que o sujeito falante constrói tendo em vista a situação de comunicação. Esses procedimentos relacionam-se também com a imagem de si e do outro que os sujeitos desejam manifestar na cena. No entanto, nesse "jogo", os envolvidos devem respeitar as normas que prevalecem no grupo

[7] A idéia de jogo é originária das pesquisas anglo-saxãs (*games*, jogo estratégicos, de ação e reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta) (FOUCAULT, 2003, p. 9).

social no qual estão inseridos, o que os leva a pensar em certos rituais sociolinguageiros durante suas interações.

Os procedimentos enuncivos referem-se aos modos de organização do discurso propostos por Charaudeau (1992): i) o modo enunciativo, que comanda os demais; ii) o modo narrativo, que consiste em descrever as ações das personagens de uma trama; iii) o modo descritivo, que consiste em nomear, localizar e qualificar os objetos discursivos, com objetividade ou subjetividade; iv) o modo argumentativo, que consiste saber organizar as redes de causalidade explicativa dos acontecimentos, estabelecendo as provas do verdadeiro, do falso ou do verossímil.

Os procedimentos semânticos, por sua vez, referem-se aos saberes comuns partilhados pelos sujeitos da troca linguageira: i) saberes de conhecimento, que correspondem às percepções e às definições mais ou menos objetivas do mundo; ii) saberes de crença, que correspondem aos sistemas de valores, mais ou menos normatizados, que circulam em dado grupo social. Esses saberes fundamentam os julgamentos dos membros desse grupo social e, ao mesmo tempo, conferem a este grupo uma identidade.

Por fim a competência semiolingüística refere-se ao fato de todo sujeito falante saber usar e reconhecer a forma dos signos, suas regras de combinação e seu sentido, sabendo que estes são usados para exprimir uma intenção comunicativa. Portanto, para exercer esta competência, o sujeito falante precisa possuir determinado "saber fazer" ligado à competência textual, à construção gramatical, aos conectores do texto, enfim a tudo que se refere ao aparelho formal da enunciação. Porém, este "saber fazer" necessita estar ligado ao uso adequado das palavras do léxico, tendo em vista o valor social que elas veiculam.

Assim, os sentidos do discurso político produzido serão determinados, ao mesmo tempo, pelas restrições situacionais e pelas estratégias discursivas. O sujeito comunicante fará escolhas reveladoras de sua própria finalidade, de sua própria identidade, de seu propósito, que lhe darão condições de construir sua própria legitimidade, credibilidade e captação.

2.1.1. Nível situacional: restrições contratuais do discurso político

2.1.1.1. A identidade das instâncias políticas

A identidade dos parceiros, na perspectiva de Charaudeau (2004), diz respeito a seus traços identitários e se dá de duas formas diferentes, em dois domínios distintos; mas, ao mesmo tempo, complementares, articulados ao ato enunciativo: uma identidade pessoal e uma identidade de posicionamento.

Nessa concepção, a identidade pessoal pode ser: i) psicossocial (a do sujeito falante): o conjunto de traços que definem o indivíduo conforme sua idade, seu sexo, seu estatuto, seu lugar hierárquico, sua legitimidade para falar, suas qualidades afetivas, tendo em vista uma relação de pertinência com o ato linguageiro. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, ex-professor universitário da USP, ex-presidente do Brasil, aposentado compulsoriamente em 1969 etc.; ii) discursiva (a do sujeito enunciador): descrita com a ajuda de categorias locutivas, de modos de tomada da palavra, de papéis enunciativos e de modos de intervenção. José Dirceu, por exemplo, durante a CPMI dos Correios, através de declarações, pôs em cena sua posição de militante da oposição ao regime militar: "Minha vida o Brasil conhece, sempre foi pública, mesmo quando eu lutava de armas nas mãos" (Pronunciamento realizado no Plenário da Câmara no dia 22/06/2005). As estratégias discursivas resultam da articulação dos traços da identidade psicossocial e discursiva.

Já a identidade de posicionamento caracteriza a posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função dos discursos que ele mesmo produz. Esse tipo de identidade inscreve-se então em uma formação discursiva. Por exemplo, através de determinada escolha lexical, o sujeito falante pode assumir uma posição política de direita ou de esquerda. Delúbio Soares, durante a CPMI dos Correios, ao declarar "Participei da fundação do PT. Sou fundador do PT", assumiu, claramente, seu posicionamento político/social/ideológico de esquerda (Depoimento dado à CPMI dos Correios no dia 20/07/2005).

Charaudeau (2004, p. 393) salienta que o posicionamento corresponde à posição que um locutor ocupa em um campo de discussão, aos valores que ele defende (consciente ou inconscientemente) e que caracterizam reciprocamente sua identidade social e ideológica, conforme o fez Delúbio Soares que, ao se declarar petista, se manifestou como representante legítimo dos valores, das crenças e das doutrinas do Partido dos Trabalhadores (a esquerda). Segundo o lingüista, esses valores podem ser organizados em sistemas de pensamento (doutrinas) ou em normas de comportamento social que são mais ou menos conscientemente adotadas pelos sujeitos sociais e que os caracterizam identitariamente. Assim, podemos falar de posicionamento também para o discurso político, midiático, econômico, jurídico etc.

Tanto em um caso como em outro, a identidade resulta, ao mesmo tempo, das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, condições que estão inscritas na situação de comunicação e/ou no pré-construído discursivo, e das estratégias que ele põe em funcionamento de maneira mais ou menos consciente.

O discurso político, na concepção de Charaudeau (2006), uma vez que é produzido em três lugares estruturais diferentes (um lugar de governança/discurso do profissional da política; um lugar de opinião/discurso do cidadão que vive em sociedade e busca um bem comum e um lugar de mediação/discurso das mídias), apresenta também três instâncias: i) uma instância política e seu duplo antagonista, a instância adversária; ii) uma instância cidadã; iii) uma instância midiática. Vejamos a figura 1:

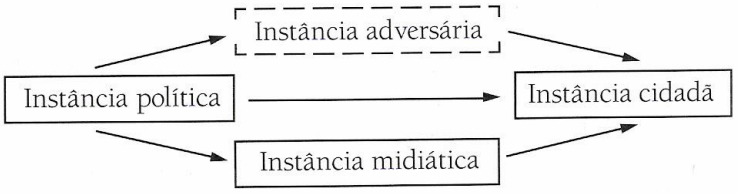

FIGURA 1 - Instâncias de fabricação do discurso político
Fonte: CHARAUDEAU, 2006, p. 56

O que caracteriza a instância política, espaço da governança, segundo Charaudeau, é o fato de seus atores possuírem um "poder de fazer" (decisão e ação) e um "poder de fazer pensar" (manipulação). Nesse sentido, os atores dessa instância estão, *a priori*, sempre em busca da legitimidade, para ascender a este lugar; de autoridade e de credibilidade, para poder geri-lo e nele se manter: "conquistar o poder, exercê-lo ou ter um lugar nele ou influir sobre ele, é o

objetivo dos homens que compõem a classe política" (AZAMBUJA, 2005, p. 323). No caso da CPMI dos Correios, os indiciados buscavam fundamentalmente a credibilidade que, naquele momento, estava em baixa tendo em vista as denúncias de corrupção das quais eram alvo, para poder permanecer no poder.

Em outros termos, os atores desta cena desejam ocupar o poder e nele se manter (mas não podem mostrar isso explicitamente), o que os leva a usar estratégias persuasivas e sedutoras, adequadas à situação de comunicação na qual estão inseridos. Por exemplo, durante o evento da CPMI dos Correios, Roberto Jefferson, principal envolvido no caso, procurou representar-se na cena como um cidadão honrado, tendo em vista que acreditava poder sensibilizar o povo com essa imagem, fazendo com que este, portanto, aderisse a seu discurso. Assim, os atores da cena política justificam suas atitudes e decisões para defender sua legitimidade (discurso de justificação/estratégia bastante usada pelos indiciados na CPMI dos Correios); criticam as idéias dos adversários para reforçar sua posição; propõem projetos de governo ao se candidatarem aos sufrágios eleitorais; conclamam o consenso social para obter o apoio dos cidadãos.

A instância política se constitui por diversos "cenários", denominados por Charaudeau (2006, p. 56) de *status* e situações. Por exemplo, há chefes de Estado e de governo, ministros, deputados, senadores, vereadores etc., os quais podem se encontrar em contextos variados: de declaração pública, de depoimentos, de pronunciamentos, de decisão, de campanha eleitoral etc. Além disso, a essa instância estão associadas várias entidades, sendo, pois, essa entidade composta de um centro e de vários satélites.

Na parte central, segundo o autor, estão localizados os representantes do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições. Entre os satélites há três círculos: um primeiro constituído pelos partidos políticos (responsáveis pelo debate sobre a representação política); um segundo, constituído pelas instâncias jurídicas, financeiras, científicas e técnicas, dependentes do poder político por causa do processo de nomeação para as chefias de vários órgãos de representação de uma mesma tendência política ou em virtude das pressões exercidas pelos poderes públicos sobre as operações da bolsa, sobre o consumo; um terceiro círculo, formado pelos organismos supranacionais, internacionais e não-governamentais, que se encontram em posição de dependência em relação às instâncias governamentais, mas

também em posição de autonomia, uma vez que podem fazer pressão sobre esses mesmo países, impondo regras de funcionamento e evocando para si um poder de controle.

Charaudeau salienta que essa instância estabelece com seu parceiro principal, a instância cidadã, várias relações conforme a imagem que possui dela: um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ela por meio das mídias, conforme aconteceu no caso da CPMI dos Correios (os indiciados tinham plena consciência da heterogeneidade desse público, principalmente Roberto Jefferson); um público-cidadão, que possui uma opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; um público-militante que já tem orientação política, quando se trata de mobilizar os filiados. O jogo de imagens surge, portanto, como uma peça fundamental na persuasão, não só nesse, mas em todo e qualquer discurso, como também observam Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> cada orador pensa, de forma mais ou menos consciente, naqueles que procura persuadir e que constituem o auditório ao qual se dirigem seus discursos, sendo, pois, o conhecimento daqueles que se pretende conquistar uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 22-23).

Roberto Jefferson, por exemplo, durante a CPMI dos Correios, tentou estabelecer uma relação afetiva com o povo brasileiro - temos a imagem do amigo, do guia supremo na figura do herói e do profeta e até mesmo, em alguns momentos, a do pai - uma vez que ele pressupunha um povo sofrido, simples, cansado dos políticos e carente de um representante como o construído na cena.

A instância adversária, por sua vez, segundo Charaudeau, também se encontra no mesmo lugar da governança, à medida que é movida pelos mesmos objetivos. Tal como a instância política, ela precisa propor ao cidadão um projeto de sociedade ideal, deve tornar-se fidedigna e tentar persuadi-lo da legitimidade da sua posição. O que a difere da instância política é o fato de que, estando na oposição (despojada de poder, mas representando uma parcela da opinião cidadã), é levada a produzir um discurso sistemático de crítica ao poder vigente, que lhe é simetricamente retribuído. Assim, a instância adversária usa as mesmas estratégias discursivas que a instância política.

Quanto à instância cidadã, é preciso levar em conta que o termo cidadã diz respeito ao regime democrático, o que implica trazer à tona a idéia de governo do povo pelo povo, um regime político em que o poder reside na massa dos indivíduos e é por eles exercido, diretamente ou através de representantes eleitos (AZAMBUJA, 2005, p. 212). Interpelar o povo através da palavra cidadão, em um país que viveu anos de regime militar como o Brasil, conforme o fez Roberto Jefferson durante a CPMI dos Correios, é uma importante estratégia discursiva argumentativa, uma vez que põe em cena tanto a legitimidade desse regime quanto do parlamentar e do próprio cidadão.

É interessante observar que, dentre os discursos dos indiciados analisados por nós (o de Roberto Jefferson, o de Mauricio Marinho, o de José Dirceu, o de Delúbio Soares, o de Marcos Valério), somente Roberto Jefferson interpelou o povo (e denominou-lhe cidadão). José Dirceu, em um só pronunciamento realizado no decorrer do evento, tematizou a palavra Brasil dezessete vezes, mas em momento algum interpelou o povo: "O Brasil anseia por outro formato de debate e de transparência nas campanhas eleitorais" (Pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados no dia 22/06/2005).

Na perspectiva de Charaudeau (2006, p. 58) "a cidadania se define pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional, na qual eles se reconhecem porque ela é fiadora de sua vontade de estar e viver junto, e na qual exercem sua parte de soberania ao elegerem seus representantes".

Nesse sentido, na instância cidadã, a opinião se constrói fora do governo. Neste espaço, os atores buscam um saber para poder julgar os projetos que lhes são propostos ou as ações que lhes são impostas, e para escolher ou criticar os políticos que serão seus mandantes. Assim, o ato de "fazer/saber" por parte da instância política se faz importante para essa instância. No caso da CPMI dos Correios, por exemplo, Roberto Jefferson, principal suspeito, fez o povo saber sobre o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, tendo em vista produzir um efeito de veracidade para o que contava a respeito do esquema do "Mensalão".

A instância cidadã dispõe de um poder explícito, via indireta, de questionamento da legitimidade e da credibilidade da instância política. Além disso, ela produz discursos de reivindicação, de interpelação e também de sanção, sempre com a finalidade básica de interpelar o poder governante, os quais apenas podem ser feitos em nome de uma coletividade

(busca do bem-estar comum). Ela se coloca sempre em posicionamento de interpelação perante a instância política (discurso interpelativo) e se define diante da instância política em relação recíproca de influência, mas de não-governança. Em nossa opinião, a instância cidadã goza de tais "direitos", tendo em vista estar inserida em um regime democrático, mas, no Brasil em geral, ela não nos parece agir de tal forma nem ter o poder acima descrito por Charaudeau. Portanto, a maneira como o autor propõe essa instância parece-nos um pouco utópica. Além disso, acreditamos que o cidadão brasileiro tem pouco interesse pelas questões políticas e, conseqüentemente, é pouco atuante nesta cena e pouco consciente de seu papel de cidadão.

Essa instância também é constituída por "cenários" diversos tais como, sindicatos, corporações, situações de protesto, manifestações de rua etc. (nesse sentido pode-se dizer que há maior atuação). Charaudeau salienta que, além dessa instância ser fragmentada, cada uma dessas comunidades possui um modo diferente de perceber as instâncias política e midiática que a elas se dirigem. Nesse sentido, o autor distingue sociedade civil e sociedade cidadã.

Para Charaudeau, a sociedade civil é um lugar de pura opinião (sem objetivo cidadão, mas caracterizada por comportamentos ritualizados) que diz respeito à vida em sociedade, seja ela pública ou privada. Segundo o autor, nessa sociedade, os membros se reconhecem em nome do "estar junto" e não do "viver junto", característica da cidadania. Externo a esse local de filiação, os membros da sociedade civil julgam e agem individualmente ou em pequenos grupos. O fato de se ter uma opinião não quer dizer que se tem necessariamente uma consciência cidadã.

A sociedade cidadã, por sua vez, é uma construção, no sentido de que reúne indivíduos conscientes de um papel a desempenhar na organização política da vida social. Segundo Charaudeau, ela existe de forma orgânica: por atribuição institucional (convocação para votar); por decisão própria (transformação do espaço público em espaço de discussão, o que influencia os governantes por meio das mídias); por uma força de contrapoder (ação no próprio espaço do poder de governança). Assim, a sociedade cidadã é a sociedade do "viver junto" em nome de um projeto de sociedade. Ela compõe-se de indivíduos de direitos e não de pessoas físicas concretas, o que a diferencia da sociedade civil.

Essa sociedade é constituída por grupos militantes que se organizam em partidos, sindicatos, associações ou por grupos clandestinos. Essas organizações agem de maneira ordenada e disciplinada, em grupos de "fazer junto", conforme instruções de ação de seus líderes. Na perspectiva de Azambuja (2005, p. 23) "a sociedade cidadã é formada por um grupo humano, com poder próprio, para realizar o bem comum de seus membros" como, por exemplo, o "Movimento dos trabalhadores sem terra (MST)". Mesmo quando agem de forma violenta, conforme já o fez várias vezes o MST, essas organizações constituem parte da sociedade cidadã. Segundo Charaudeau, o importante é que elas tenham um projeto de progresso e justiça social e não ajam em defesa de interesses de classe, de grupos corporativos. O que diferencia esses grupos dos primeiros são os meios usados para obtenção de seus objetivos. Sua ação armada inscreve-se em um campo de enunciação política como uma ameaça de sanção diante de um poder que então seria visto como exercendo um terrorismo de Estado.

A passagem da sociedade civil à cidadania é bastante comum na modernidade, o que faz com que fique difícil a distinção, conforme ressalta Charaudeau. Além disso, a modernidade vive uma tensão constante entre a sociedade cidadã, que tende a estabelecer um elo social entre os indivíduos em torno de valores abstratos e de ordem racional, e a sociedade civil, que tende a produzir agrupamentos comunitários em torno de valores de ordem afetiva.

A instância midiática, assim como a cidadã, também se encontra fora da governança. Uma vez que ela pretende unir a instância política à cidadã, utiliza-se de diversos modos de mediação como, panfletos; cartazes de rua; cartas confidenciais; grandes veículos de informação, dentre eles, a televisão e o rádio, um dos principais meios de comunicação capaz de atingir a maioria da população. Roberto Jefferson, durante o evento da CPMI, mostrou ter plena consciência do papel e do poder que os meios de comunicação, em especial a televisão e o rádio, exercem na sociedade, buscando se manifestar, por diversas vezes, explicitamente: "Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve […]" (**Segundo pronunciamento – fragmento 01**). Inclusive, ele chegou, no início do evento, a propor, implicitamente, um acordo com a mídia, em especial com a *Revista Veja*. Além disso, os próprios deputados e senadores, travestidos de inquiridores, pareciam falar mais para as câmeras de televisão do que para o próprio depoente, o que caracteriza a espetacularização da política. Bourdieu (2005, p. 189) se refere ao jornalista como "detentor de um poder sobre os instrumentos de comunicação de massa que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico - o poder de "fazer ou desfazer" reputações [...]".

Os atores da instância midiática são legitimados de antemão em seu papel de informantes, mas, simultaneamente, estão em busca da credibilidade tanto dos cidadãos quanto dos políticos, além da captação do maior número de adeptos, tendo em vista sua situação de concorrência com outros órgãos de informação, o que a inscreve em uma lógica de sedução comercial. A cobertura da prisão do banqueiro Daniel Dantas, por exemplo, feita, somente, pela *Rede Globo*, em junho de 2008, pôs em cena, explicitamente, a concorrência das emissoras televisivas e sua busca por adeptos. Após denúncias de outras emissoras a respeito do "furo", a *Rede Globo* se pronunciou, no horário nobre, alegando ter sido a única emissora a cobrir o caso tendo em vista sua "alta credibilidade".

Na perspectiva de Azambuja (2005), a instância midiática, mesmo em se tratando de idéias, possui um tom emocional, uma vez que não se dirige quase nunca à inteligência dos homens e sim aos sentimentos. Na realidade, ela apela aos estados afetivos como, o medo, a esperança, o preconceito etc. Roberto Jefferson, principal suspeito no caso do "Mensalão", por exemplo, tentou aproveitar bem esse tom dramático da mídia, manifestando-se na cena por meio de imagens comoventes como, por exemplo, a de vítima.

Essa postura da mídia acarreta um olhar espectador específico que, segundo Charaudeau, caracteriza-se pelo fato de a palavra pública, proveniente de uma instância de poder ou de contra-poder, não mais circular de forma unidirecional, não mais estar diretamente direcionada e, portanto, não poder mais ter força injuntiva, conforme acontecia com os gêneros oratórios (judiciário, deliberativo e epidítico) que correspondiam, respectivamente, a auditórios que estavam deliberando, julgando ou, simplesmente, usufruindo como espectadores o desenvolvimento oratório, sem dever pronunciar-se sobre o âmago do caso. Agora, ela possui uma origem difusa, ou seja, emana de uma fonte heterogênea em direção a um alvo coletivo, o que faz com que não seja possível medir seu alcance.

Com o avanço cada vez maior dos meios tecnológicos como a *internet*, por exemplo, os interlocutores perderam sua posição de possível interação com essa instância pública, resumindo-se a meros espectadores (nesse sentido, a política é um espetáculo). Na verdade, é um paradoxo. Ao mesmo tempo em que eles não sabem ao certo se determinada informação lhes diz respeito, ela não pode dizer respeito senão a eles conforme acontece quando estamos expostos aos noticiários da televisão. Nesse sentido Charaudeau salienta que toda instância que deseja entregar suas mensagens aprende a construir alvos abstratos, categorias de público

que correspondem, geralmente, a grupos de indivíduos de comportamentos opostos, atitudes imaginadas, imaginários calculados por pesquisas: "é muito comum acontecer que um orador tenha de persuadir um auditório heterogêneo, reunindo pessoas diferenciadas pelo caráter, vínculos ou funções. Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 24). Além disso, Charaudeau acrescenta que não há prova absoluta de que essas categorias de alvos assim construídos coincidem com alvos efetivos. A palavra pública, ao mesmo tempo em que não possui como alvo os espectadores, diz respeito a eles.

A instância midiática, segundo Charaudeau, encontra-se em um duplo dispositivo: de exibição, que corresponde à busca por credibilidade, e de espetáculo, que corresponde à sua busca por cooptação. Nesse sentido, esse discurso se encontra entre um enfoque de captação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público (conforme o fez no caso da CPMI dos Correios), e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está implícito sob as declarações dos políticos, a denunciar as más administrações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. No entanto, na perspectiva de Charaudeau, a opinião pública não se encontra sob a influência direta da instância política. Segundo ele, se ela depende desta instância para a pesquisa de informação (o que pode levá-la a alguns compromissos), ela não é um satélite e, em princípio, goza de relativa independência, exceto quando controlada pelo poder político, como ocorre nos regimes autoritários, ou quando é militante como é o caso de emissoras particulares ou jornais de partidos. No caso da CPMI dos Correios, por exemplo, a mídia, em especial a *Revista Veja*, foi a responsável pela denúncia do esquema de corrupção nos Correios. O principal suspeito, Roberto Jefferson, acusou a referida *Revista* de fazer parte de um complô a favor do governo e do PT.

A mídia é de fundamental importância para o campo político, sobretudo no que diz respeito aos escândalos políticos, uma vez que ela constitui um dos poderes simbólicos que produz e transmite capital simbólico (BOURDIEU, 2005), intervindo no curso dos acontecimentos, influenciando as ações e crenças dos indivíduos e também criando acontecimentos mediante a produção e a transmissão de formas simbólicas, conforme o fez no que diz respeito à CPMI dos Correios.

2.1.1.2. A finalidade do discurso político

A finalidade é uma condição contratual que exige que todo ato linguageiro seja produzido em função de um dado objetivo, o que, na concepção de Charaudeau, se dá em termos de visadas, uma vez que na comunicação linguageira a finalidade é, da parte de cada parceiro, fazer com que o outro seja incorporado à sua própria intencionalidade. Por exemplo, em estudo realizado por nós sobre o gênero editorial[8], verificamos que um dos objetivos do enunciador era coagir o Estado e organizações não governamentais na defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros e interesses da coletividade, incitando-os a tomar dada postura ou atitude, ou mesmo elogiá-los perante alguma atitude tomada.

Segundo Charaudeau (2006, p. 69) há várias visadas[9], no entanto quatro são básicas, sendo que essas podem combinar-se entre si: i) prescritiva: consiste em querer "fazer fazer", isto é, querer levar o outro a agir de determinada forma; ii) informativa: consiste em querer "fazer saber", isto é, querer transmitir um saber a quem se presume não possuí-lo. A mídia se diz detentora desta visada, uma vez que seu principal objetivo é informar. Essa visada foi bastante agenciada por Delúbio Soares, durante o evento da CPMI, para explicar o motivo pelo qual o PT, em 2003 e 2004, havia usado um recurso não contabilizado: "Usamos esses recursos para quitar essas dívidas" (Depoimento dado à CPMI dos Correios no dia 20/07/2005); iii) incitativa: consiste em querer "fazer crer", isto é, querer levar o outro a pensar que o que está sendo dito é verdadeiro (ou possivelmente verdadeiro). Essa visada é bastante agenciada pelo homem político. Foi muito usada por Roberto Jefferson no sentido de se construir como político honesto e sério; iv) patêmica: consiste em "fazer sentir", ou seja, despertar, no interlocutor, emoções agradáveis ou não, desejos, sentimentos. Essa visada foi agenciada por todos os indiciados, em especial por Roberto Jefferson, tendo em vista desencadear, no povo e em seus adversários, sentimentos diversos, dentre eles, o medo, a ira, a compaixão, a admiração e a confiança. Conforme ressaltou Charaudeau, essas visadas podem se combinar em um discurso. No discurso de Roberto Jefferson à CPMI dos Correios, por exemplo, combinaram-se as visadas informativa, incitativa e patêmica, com predominância das duas últimas.

[8] Cf. Araújo (2002).
[9] As visadas correspondem a uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa (*enjeu*) do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca linguageira (sic) (Charaudeau, 2004, p. 23).

Na perspectiva de Charaudeau (2005), o dispositivo do contrato de comunicação política possui por objetivo forçar discursos de legitimação que constroem imagens. A instância política pretende construir a imagem de lealdade para reforçar a legitimidade da posição de poder, uma atitude dos indiciados durante a CPMI dos Correios: "[...] servi durante 30 meses ao Presidente Lula [...]" (Pronunciamento de José Dirceu, no dia 22/06/2005). Roberto Jefferson, por exemplo, tematizou, largamente, lealdade *versus* traição. A instância cidadã, busca construir discursos de protesto tendo em vista justificar a legitimidade do ato de tomar a palavra. Já a instância midiática, por sua vez, pretende construir discursos de denúncia, que mascaram a lógica comercial pela lógica democrática, legitimando esta em detrimento daquela, conforme o fez a *Revista Veja*, ao denunciar o esquema de corrupção nos Correios, em uma tentativa de se construir como agente benfeitor, como se fosse, de certa forma, também uma redentora.

Nesse sentido, esse dispositivo coloca em jogo a legitimidade dos Estados e de seus chefes, dos governantes e de seus dirigentes, dos partidos, de seus líderes e militantes, dos povos, dos cidadãos e dos seus modos de intervenção.

2.1.1.3. As circunstâncias materiais do discurso político

O dispositivo diz respeito às condições materiais em que se desenvolve o discurso. Em outras palavras, falar de dispositivo é definir o ambiente em que se inscreve o ato de comunicação, os lugares físicos ocupados pelos parceiros, o canal de transmissão utilizado:

> o dispositivo é objeto de uma montagem cênica pensada de maneira estratégica, como nas mídias televisuais (debates, emissões de variedades e jogos) ou na publicidade; em outros casos, interfere muito pouco, como nas conversas espontâneas, embora mantenha certas características (CHARAUDEAU, 2006, p. 70)

Além disso, segundo Charaudeau (2006, p. 53) o dispositivo é de ordem conceitual. Ou seja, ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las conforme os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. No entanto, o emprego do dispositivo depende também das condições materiais em que se desenvolve a troca linguageira. Estas podem variar de uma situação de comunicação a outra, o que faz com que

se estabeleça uma relação de encaixamento entre o macrodispositivo conceitual e os microdispositivos materiais (variantes).

Nesse sentido, o dispositivo é responsável por parte da significação do discurso político, uma vez que faz com todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado. Exerce a função de fiador do contrato de comunicação ao registrar como é organizado e regulado o campo da enunciação de acordo com as normas de comportamento e com um conjunto de discursos potencialmente disponíveis aos quais os parceiros poderão se referir.

O dispositivo do discurso político, segundo Charaudeau (2006, p. 54), se define, simultaneamente, por um macrodispositivo conceitual, que estrutura a situação de troca, e microdispositivos materiais, que a especificam enquanto variantes tais como, o comício eleitoral, a declaração televisiva, as promessas eleitorais, os discursos no Congresso Nacional, as entrevistas radiofônicas etc. O discurso da CPMI dos Correios, por exemplo, aconteceu tanto no Plenário da Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal (CPI Mista) e foi transmitido pela mídia via televisão e rádio.

2.1.1.4. O domínio de saber veiculado pelo discurso político

O domínio de saber veiculado pela troca, ou propósito, refere-se ao universo de discurso dominante ao qual a troca deve reportar-se, uma espécie de macrotema, o qual só deve ser admitido durante a interação. Ele corresponde ao tema do discurso ou assunto de uma interação. Os temas discutidos na interação representam a visão que se tem do mundo, o conhecimento da realidade e os julgamentos que se faz dela. Por exemplo, em editoriais analisados por nós, em termos de domínios sociais, observamos que esse gênero discursivo aborda assuntos variados, mas privilegia três grandes temáticas: i) política; ii) economia; iii) administração pública.

O sujeito falante tematiza o discurso tendo em vista a situação de comunicação na qual está inserido. Ele não é totalmente livre para tematizar seu discurso. Nos editoriais analisados por nós, por exemplo, os temas eram discutidos a partir de fatos noticiosos que se encontravam na ordem do dia.

Conforme salienta Charaudeau (2006, p. 188), a situação de comunicação restringe um campo temático que lhe é apropriado e que impede que esta situação seja confundida com outra. Assim é que um indivíduo não se dirige a uma farmácia para comprar carne; um professor não ensinar Física durante a aula de Inglês. Ele precisa ter em consideração o campo temático determinado pela situação comunicativa. Ele até pode inserir temas diferentes (transgressão temática) no discurso, mas isso consiste em estratégias discursivas. Por sua vez, o interlocutor espera ver tratado determinado tema que esteja em conformidade com o contexto. Por exemplo, durante a celebração de uma missa, o auditório, a princípio, não espera que o padre trate de política, a não ser, é claro, que isso se trate de uma estratégia, conforme dissemos.

O discurso político, na perspectiva de Charaudeau, aborda todos os assuntos referentes à organização da vida em sociedade e à gestão da coisa pública como, por exemplo, saúde, segurança, educação, transporte etc. e caracteriza-se pelo fato de que as instâncias política e cidadã partilham de um mesmo ideal de sociedade: a primeira instância o propõe; a segunda o reivindica. A ação política busca um bem soberano que possa unir essas duas instâncias em um pacto de reconhecimento de um ideal social que é preciso querer atingir e para cuja obtenção é preciso dar-se os meios. Assim, o objetivo do discurso político é determinar, conforme seu propósito, esse ideal dos fins como busca universal das sociedades. Na perspectiva de Aristóteles (2005, p. 107), "os temas mais importantes sobre os quais todos deliberam e sobre os quais os oradores deliberativos dão conselho em público são basicamente finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações e legislação".

No caso da CPMI dos Correios, tendo em vista que se tratava de denúncias de corrupção (a CPMI é da ordem da denúncia), Roberto Jefferson tematizou, inicialmente, sobre as denúncias referentes à corrupção nos Correios nas quais era citado como principal suspeito. No entanto, ao longo do evento, ele passou a tematizou sobre outros assuntos: o escândalo dos Correios virou escândalo do "Mensalão" e se desdobrou em outros tantos pequenos escândalos. Assim, podemos dizer que o macrotema do evento era corrupção.

2.1.2. Nível discursivo: estratégias discursivas

2.1.2.1. As estratégias discursivas na Análise do Discurso

De modo geral, uma estratégia consiste na aplicação dos meios disponíveis à realização de objetivos específicos, podendo, pois, ser considerada uma arte. Na perspectiva de Charaudeau (1983, p. 50), a noção de estratégia está fundamentada na "*l´hypothèse que le sujet communiquant (JEc) conçoit, organise et met en scène sés intentions de façon à produire certains effets - de conviction ou sédution - sur le sujet interprétant (TUi), pour amener celui-ci à s´identifier - consciemment ou non - au sujet destinataire ideal (TUd) construit par Jec* [10] .

Além disso, o lingüista, juntamente com Maingueneau (2004, p. 219), ressalta que: i) as estratégias dizem respeito ao modo como um sujeito, individual ou coletivo, é levado a escolher, de maneira consciente ou não, determinado número de operações linguageiras (recursos lingüísticos e/ou discursivos); ii) falar de estratégia só tem sentido se elas forem relacionadas a um quadro de coerções, quer se trate de regras, normas ou de convenções; iii) é preciso um objetivo, uma situação de incerteza, um projeto de resolução do problema colocado pela incerteza e um cálculo, questões já situadas pela Psicologia Social.

Para Charaudeau (1998, p. 13-14), as estratégias se desenvolvem em torno de três etapas, que não são excludentes, mas que se distinguem pela natureza de seus objetivos: i) uma etapa de legitimação que visa a determinar a posição de autoridade do sujeito; ii) uma etapa de credibilidade que visa a determinar a posição de verdade do sujeito; iii) uma etapa de captação que visa a fazer o parceiro da troca comunicativa entrar no quadro de pensamento do sujeito falante.

[10] "na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e executa suas intenções de modo a produzir certos efeitos, de convicção ou de sedução, sobre o sujeito interpretante (TUi), para levar este último a se identificar, conscientemente ou não, com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por JEc" (CHARAUDEAU, 1983, p. 50, tradução nossa).

A princípio, a legitimidade é um estado de direito que caracteriza um indivíduo a respeito de sua situação (legitimidade de uma união), de uma filiação (legitimidade monárquica) ou de um poder conferido (legitimidade democrática).

Em Análise do Discurso, legitimidade, segundo Charaudeau, pode ser usada para indicar que o sujeito falante entra em um processo de discurso, tendo em vista levar o outro a reconhecer que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz. Essa legitimidade pode derivar tanto de uma situação de fato (como aconteceu, por exemplo, durante pronunciamento de José Dirceu, no dia 22/06/2005, em que o presidente da Câmara necessitou intervir no discurso: "Peço às galerias que ouçam silenciosamente. Mandarei esvaziar as galerias! Há orador na tribuna! Eu estou tomando as providências! Não aceito! Eu estou protestando! Quem primeiro chamou a atenção fui eu! Eu quero manter a ordem! Não vou aceitar isso!") quanto do lugar que lhe é dado por uma instituição qualquer (a atitude do presidente da Câmara só foi possível tendo em vista o lugar que ele ocupava na Câmara dos Deputados). No entanto, é possível também que o sujeito falante necessite construir uma posição de legitimidade aos olhos de seu interlocutor.

Assim, a legitimidade, constituída a partir da identidade psicossocial do sujeito falante, é que permite tomar a palavra e dizer. Ou seja, o fato de o indivíduo ser um juiz de Direito e mostrar-se como tal durante a enunciação confere-lhe direito e poder de dizer em determinadas situações específicas como, durante um depoimento no Tribunal do Júri, por exemplo. Para Charaudeau (2004, p 295), essa posição de autoridade pode ser o resultado de um processo que passa por dois tipos de construção: i) a de autoridade institucional, que é fundada pelo estatuto do sujeito, que lhe confere autoridade de saber (professor, advogado, médico) ou de poder de decisão (responsável por uma organização). Roberto Jefferson, por exemplo, possui autoridade de saber, uma vez que é advogado, e de poder de decisão, tendo em vista sua função de parlamentar, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Além disso, a legitimidade se constrói nas representações sociais das quais o sujeito participa (conhecimentos, crenças e opiniões), como uma representação do que ele possui de si e do mundo.

Já a credibilidade advém das estratégias que o sujeito usa para fazer com que o outro tenha a sua fala como credível. Essas estratégias inserem-se no imaginário de veracidade e

autenticidade do dizer; correspondem ao ideal de convencimento do outro e não possuem índices de predeterminação.

Para Charaudeau, a credibilidade é uma estratégia discursiva que consiste para o sujeito falante em determinar uma posição de verdade, de maneira que ele possa ser levado a sério, o que é bastante complexo uma vez que os indivíduos possuem valores, crenças, opiniões e ideologias diferentes. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000) ressaltam que todo grupo social é regido por valores, crenças e normas e não por um conceito puro e inadmissível de verdade. Portanto, o consenso social é que determina a verdade e não a adequação do enunciado ao real, sendo, segundo os autores, mais plausível falar de probabilidades.

Na perspectiva de Charaudeau (2005, p. 143), o sujeito falante, imbuído do desejo de angariar a credibilidade, pode se posicionar de três maneiras, tendo em vista a situação comunicativa. Ora ele pode manter-se neutro quanto à opinião que exprime, o que o levará a apagar, em seu modo de argumentação, qualquer traço de julgamento ou de avaliação pessoal, seja para explicitar as causas de um fato, seja para demonstrar uma tese como, por exemplo, enunciar-se, geralmente, na terceira pessoa (diminui a responsabilidade do sujeito, criando uma distância entre ele e o que ele fala - efeito de objetividade). Ora ele pode mostrar-se engajado, o que conduzirá o sujeito a optar (de maneira mais ou menos consciente) por uma tomada de posição na escolha dos argumentos ou na escolha das palavras, ou por uma modalização avaliativa associada a seu discurso, o que produzirá um discurso de convicção destinado a ser partilhado pelo interlocutor. Durante o evento da CPMI, por exemplo, Roberto Jefferson usou, bastante, as orações interferentes, tendo em vista expressar, fortemente, sua opinião, modalizando seu discurso (efeito de confidência). Ou ainda, ele pode manter-se distanciado o que o levará a tomar a atitude fria do especialista que analisa sem paixão, como o faria um *expert*: "o estilo neutro aumenta a credibilidade por contraste com o que poderia ter sido um estilo argumentativo mais insistente; age pelo conhecimento que, por outro lado, temos da força argumentativa de certas variações de estilo" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 173).

A credibilidade, capacidade de dizer ou de fazer, é resultado de dupla identidade discursiva. Uma diz respeito ao posicionamento ideológico do sujeito falante: corresponde ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade, conforme podemos ver no fragmento: "Ingressei no movimento da luta pela

anistia, em 1976, em 1977, e também na luta por melhores condições de trabalho para a rede de magistério do Estado de Goiás. Fui dirigente sindical do centro dos professores [...”] (Depoimento de Delúbio Soares à CPMI dos Correios no dia 20/07/2005). A outra diz respeito à posição do sujeito no processo comunicativo: corresponde à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder. Assim, o sujeito falante procura ou deseja construir a imagem de um chefe ideal que se encontra no imaginário coletivo, conforme tentou fazer Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios ao se manifestar na cena como um chefe soberano que se preocupava com o bem estar do povo e com o bom andamento das questões políticas no País (como mudanças no sistema de financiamento das campanhas eleitorais, por exemplo), uma vez que acreditava ser esse o desejo do povo brasileiro.

Por fim, no nível da captação, o sujeito comunicante busca atingir o lado emocional do sujeito interpretante, seduzindo-o para o campo de suas formulações. Esse nível diz respeito ao conjunto de crenças e estados emocionais que pode resultar em um ato linguageiro bem sucedido. Além disso, ele corresponde aos recursos lingüísticos, lúdicos, às estratégias de escrita, ao estilo, à cenografia. Durante a CPMI dos Correios, Roberto Jefferson se pôs em cena como um político “bem humorado”, não austero, a nosso ver, uma representação que se encontra no imaginário do brasileiro: a imagem de humor está associada a de uma pessoa mais acessível, mais próxima do povo.

Na perspectiva de Charaudeau (1983, 2006), as estratégias se definem em termos de imaginários, isto é, de representações sociodiscursivas, tendo, pois, uma função simbólica e sendo configuradas, em algum momento da história de uma comunidade, sob a forma de discurso - por isso representações sociodiscursivas - e de marcas lingüísticas. O sujeito, durante a interação, mobiliza uma ou outra estratégia tendo em vista sempre as representações do grupo social no qual está inserido e do qual faz parte, como uma representação de si mesmo e do outro. José Dirceu, durante a CPMI dos Correios, por exemplo, ressaltou sua participação ativa na luta contra o regime militar, uma vez que acreditava na aversão do povo a esse tipo de governo: “Minha vida o Brasil conhece, sempre foi pública, mesmo quando eu lutava de armas nas mãos ou na clandestinidade” (Pronunciamento de José Dirceu na Câmara dos Deputados, no dia 22/06/2005). As representações sociais regem a vida dos indivíduos que vivem em determinado grupo social e, ao mesmo tempo, esses mesmos indivíduos são responsáveis pela criação desses imaginários. Assim, as representações constituem uma

dialética, no sentido de que são determinantes na vida dos homens e são determinadas por eles, ao viverem em grupo.

2.1.2.2. As estratégias discursivas no discurso político

Conforme já dissemos, o homem político está em busca do poder, para conquistá-lo ou para se manter nele, o que é possível, a princípio, pela legitimidade adquirida ou atribuída. No entanto, isso não é suficiente. Assim, ele precisa mostrar-se o mais crível possível e tentar persuadir o maior número de indivíduos de que ele partilha certos valores que lhes são caros como, por exemplo, a honestidade, a transparência, a lealdade, a honradez etc., o que põe a instância política na perspectiva de ter que articular opiniões para estabelecer um consenso.

Quanto aos valores, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000, p. 84-5) ressaltam que "recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem". O homem político deve fazer uso da persuasão para desempenhar o papel de representante e fiador do bem-estar social: "aquele que se faz príncipe pelo favor do povo deve permanecer **amigo dele**, o que não oferece dificuldades, pois **este quer simplesmente não receber opressão**. Mas o que ascender ao principado contra a vontade do povo, por favor dos poderosos, deve, em primeiro lugar, **conquistar o povo**" (MAQUIAVEL, 1999, p. 75, grifo nosso).

Assim, o sujeito político deve construir para si uma identidade discursiva dupla. Uma corresponde ao conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade (posicionamento ideológico). Durante a CPMI dos Correios, José Dirceu, por exemplo, declarou: "Sr. Presidente, sou de esquerda. Sou do PT e sou de esquerda. Portanto, a esquerda falou aqui, sim" (Pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados no dia 22/06/2005). A outra diz respeito à prática política, lugar das estratégias da gestão do poder (posição na enunciação).

O que caracteriza essa identidade discursiva é o fato de ele falar em nome do povo, ou seja, ser seu porta-voz, por isso uma identidade singular coletiva, conforme ressalta Charaudeau (2006). Em sua singularidade, ele fala para todos como portador de valores transcendentais. É o porta-voz de um terceiro, enunciador de um ideal social, a busca da felicidade que, segundo

Aristóteles (2005), consiste no bem comum. Ele estabelece um pacto entre três tipos de voz: i) a voz do Terceiro, que é como um deus social ou um deus divino (o sagrado, como a imagem de profeta e herói construída por Roberto Jefferson, por exemplo, durante o evento); ii) a voz do Eu; iii) a voz do Tu-todos. Essas vozes se fundem em um corpo social abstrato, um "Nós" que desempenha o papel de guia.

Nessa perspectiva, a instância política é provedora de um sonho, coletivo ou individual, está associada ao cidadão e constrói o sonho (um ideal social) com ele, em uma espécie de pacto de aliança. Portanto, é necessário que o político inspire confiança, admiração, o que pode ser feito através da imagem de chefe ideal que se encontra no imaginário coletivo dos sentimentos e das emoções, conforme o fez Roberto Jefferson, durante a CPMI dos Correios ao se manifestar como um guia supremo (herói e profeta). A influência política é, pois, praticada tanto no terreno da paixão (*ethos* e *pathos*) quanto no do pensamento (*logos*).

A convicção diz respeito ao puro raciocínio, tem origem nas faculdades intelectuais e está voltada para o estabelecimento da verdade (*logos*). Já a persuasão, por sua vez, pertence ao campo dos sentimentos/afetos, tem origem nos deslocamentos emocionais e está voltada para o auditório (*ethos* e o *pathos*). De um lado o *logos*, de outro o *pathos* a que é necessário acrescentar o *ethos*, que é, a princípio, a imagem daquele que fala e que é igualmente capaz de tocar o auditório (sujeito interpretante) pela possível identificação deste à pessoa do orador (sujeito falante). Portanto, a encenação do discurso político se dá:

> entre a ordem da razão e a da paixão, misturando *logos*, *ethos* e *pathos* para tentar responder à questão que se coloca o cidadão: o que me leva a aderir a este ou àquele valor? Para o político, é uma questão de estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político (CHARAUDEAU, 2006, p. 84).

Discutiremos, detalhadamente, *ethos*, *logos* e *pathos* no capítulo 2, na seção intitulada "Modo de organização do discurso retórico". Por ora, é importante ressaltar que tais "categorias" constituem provas persuasivas situadas no enunciador, no enunciatário e no referente, respectivamente: "as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no

próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar" (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Conforme já dissemos, as estratégias discursivas se referem às atitudes enunciativas do sujeito falante (aí entra a noção de *ethos,* por exemplo), aos modos de organização (enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo) e aos saberes partilhados pelos membros de determinada comunidade. No entanto, tendo em vista a complexidade dessas questões e a pertinência delas para a pesquisa, apresentar-las-emos em um capítulo à parte, intitulado "Modos de organização do discurso", após a discussão sobre o nível semiolingüístico.

2.1.3. Nível semiolingüístico: escolhas lingüísticas e efeitos discursivos

No discurso político como em qualquer outro discurso, a competência semiolingüística, conforme também já dissemos, refere-se ao fato de todo sujeito falante saber usar e reconhecer a forma dos signos, suas regras de combinação e seu sentido, tendo consciência de que estes são usados para exprimir uma intenção comunicativa como, por exemplo, saber selecionar determinado campo lexical cujas palavras possam produzir um efeito de temor, escolher e combinar certas estruturas sintáticas com a finalidade de construir uma imagem de credibilidade ou, ainda, escolher uma conjunção adequada ao valor semântico que deseja atribuir a dado enunciado. Portanto, o nível semiolingüístico é o espaço das escolhas lingüísticas (lexicais, sintáticas) que configuram o discurso. É importante ressaltar que esse nível também constitui um espaço de estratégias, uma vez que o sujeito falante deve saber escolher e organizar os signos lingüísticos, além de reconhecê-los, tendo em vista uma finalidade.

Nesse sentido, é de fundamental importância à argumentação a seleção do léxico assim como das estruturas sintáticas e de suas formas combinatórias (tendo em vista os efeitos discursivos visados): "é indispensável chamar a atenção sobre o papel da **seleção prévia dos elementos** que servirão de ponto de partida para a argumentação e da adaptação deles aos objetivos desta última" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 131, grifo nosso). A seleção dos elementos bem como a maneira como estes serão apresentados ao auditório (sujeito interpretante) tornam-se, portanto, importantes ao processo argumentativo, sendo a presentificação, segundo os autores, um recurso essencial, uma vez que ela atua de forma

direta sobre nossa sensibilidade. A questão é escolher os elementos e a forma de torná-los presentes: "toda argumentação supõe, portanto, uma escolha, que consiste não só na seleção dos elementos que são utilizados, mas também na técnica da apresentação destes" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, 136).

Em nossa opinião, a relação entre recursos lingüísticos e efeitos discursivos, principalmente no que diz respeito às estruturas sintáticas, pode ser pensada com apoio da Gramática Funcionalista por três motivos básicos. O primeiro é que nessa concepção todas as dimensões constitutivas da linguagem - fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática - são integradas, ou seja, a linguagem não é concebida de forma compartimentada, o que é de suma importância ao estudar efeito(s) de sentido. O segundo é que essa gramática propõe analisar a estrutura gramatical vinculada à situação comunicativa, conforme salienta Nichols (1984): "a gramática funcional, embora analise a estrutura gramatical, inclui na análise toda a situação comunicativa: o propósito do evento de fala, seus participantes e seu contexto discursivo". Por fim, essa gramática não é excludente, e cada categoria funcional é apenas uma possibilidade de escolha.

Em outras palavras, a língua é concebida como um conjunto de escolhas que o sujeito faz, tendo em vista a interação social, o que equivale a dizer que o sujeito falante seleciona um ou outro recurso lingüístico em virtude de seu projeto de fala. No entanto, a escolha dos recursos lingüísticos não acontece ao sujeito falante de forma pronta durante a enunciação, mas é conseqüência, geralmente, de um trabalho de seleção, organização e mobilização.

Conforme Hilgert (2003), é importante salientar que toda essa atividade de seleção, organização e mobilização não é uma função exclusiva do sujeito falante em busca da melhor formulação para transmitir a sua informação ao sujeito interpretante. Na realidade, ela consiste no empenho do sujeito falante, determinado pelo sujeito interpretante, em construir o sentido dos enunciados. Assim, nas palavras de Hilgert (2003, p. 77), os sentidos são construídos em função de um fazer interpretativo do sujeito interpretante que também não possui uma atuação isolada através da qual lhe caberia "desempacotar[11]" um conteúdo remetido pelo sujeito falante. Para o autor, a interpretação é construída pelo sujeito

[11] Metáfora usada por Brinker e Sager (1989, p. 126-8, *apud* HILGERT, 2003), quando, a propósito de discussão sobre a noção de sentido e o trabalho de atribuição de sentidos na construção do texto, discutem diferentes modelos de comunicação.

interpretante na esteira das "instruções" - da proposta de compreensão - fornecidas pelo sujeito falante, o que implica dizer que, assim como o fazer atribuidor de sentidos é determinado pelo sujeito interpretante, o fazer interpretativo é orientado pelo sujeito falante. E o processo da seleção lexical e sintática se explica e se entende nesse fazer convergente de produzir sentidos e construir a compreensão.

Na perspectiva do autor, não é possível ter uma visão ingênua de que ao enunciador caberia o papel atribuidor de sentido e ao enunciatário o fazer interpretativo. Enunciador e enunciatário constituem os sujeitos da enunciação, uma vez que é na atuação interativa de ambos que as escolhas para a construção dos sentidos no discurso são feitas. "O enunciatário, como filtro e instância pressuposta no ato de enunciar, é também sujeito produtor do discurso, pois o enunciador, ao produzir um enunciado, leva em conta o enunciatário a quem ele se dirige" (FIORIN, 2003, p. 163).

A seleção dos recursos lingüísticos, raramente, vem desprovida de caráter argumentativo. Na maioria das vezes, a escolha se dá em vista da intenção do sujeito falante, ou seja, do efeito (s) pretendido (s). Perelman e Olbrechts-Tyteca, ao discutirem a escolha do léxico, corroboram essa hipótese: "a apresentação dos dados não é independente dos problemas de linguagem. A escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 168).

2.1.3.1. A escolha das estruturas sintáticas

Em um primeiro momento, é importante apresentar, sucintamente, algumas concepções de sintaxe que foram relevantes para a pesquisa. Na perspectiva de Bechara (1992, p. 197), por exemplo, a sintaxe diz respeito ao "estudo dos padrões estruturais de uma língua determinada pelas relações recíprocas na oração e das orações no discurso". Além disso, o autor salienta a possibilidade que o falante tem de fazer escolhas dentre os elementos da oração ou do discurso, tendo em vista atingir melhor expressividade.

Já Perini (1996), ao se referir à relação entre os papéis semânticos e as funções sintáticas, destaca a necessidade de se analisarem as relações de sentido expressas pelas funções

sintáticas, independentemente de seu preenchimento léxico, e o complexo caráter da relação entre forma e significado.

Fromkin e Rodman (1993), por sua vez, consideram a sintaxe como a parte do conhecimento lingüístico que se refere à estrutura das frases. Segundo os autores, saber uma língua implica ser capaz de juntar seqüências, fazer combinações. Conforme salienta Rocha (2001, p. 62), a capacidade de emitir juízos de gramaticalidade reflete o conhecimento inconsciente que os falantes possuem das regras sintáticas da gramática de sua língua. Esse conhecimento - que faz parte das regras sintáticas que determinam a formação dos enunciados - implica não só a gramaticalidade, mas a ordem, a colocação dos enunciados, o conhecimento das estruturas, das relações gramaticais.

Na perspectiva de Borba (2003, p. 182), o eixo condutor da sintaxe é a relação de que resulta a subordinação de um termo a outro, determinada pela ordem estrutural e linear. Segundo o autor, a sintaxe aborda as relações que as unidades constroem no enunciado. Essas unidades se ajeitam conforme os interesses do falante ou segundo a própria mentalização do que se quer comunicar.

Por fim Koch (1995), ao discutir "articulação entre as orações", afirma que, na perspectiva tradicional, as relações entre as orações são vistas em termos das noções de coordenação e subordinação, noções predominantemente formais. A autora salienta que, no estudo das orações justapostas, por exemplo, sem qualquer partícula de ligação, dificilmente se procura analisar o tipo de relação que elas veiculam. Após reflexões sobre propostas apresentadas por lingüistas textuais e analistas do discurso, Koch postula a existência de dois tipos fundamentais de relações: i) as relações lógico-semânticas (ideacionais ou referenciais), que são expressas por meio de um único ato de fala; ii) as relações discursivo-argumentativas (funcionais, pragmáticas), que são expressas através de dois ou mais atos de fala - às quais se acrescentam as relações contextualizadoras ou textuais em sentido restrito, ou seja, as que têm a ver com a organização da seqüência textual. A autora ressalta que o estabelecimento de relações entre as orações desempenha importantes funções de ordem argumentativa e cognitivo-interacional, "resultado de atividades de construção textual, realizadas pelos interlocutores por ocasião do processamento do texto, quer escrito, quer falado" (KOCH, 1995, p. 18).

Todas as concepções acima apontam para uma perspectiva funcionalista em que a sintaxe se relaciona à semântica e à pragmática. Conforme Dik (1978, 1989a), a linguagem só pode funcionar comunicativamente por meio de arranjos sintaticamente estruturados, organizados, o que significa que não há uma sintaxe autônoma. Quando se admite o relacionamento íntimo entre discurso e gramática, reconhece-se o relacionamento entre discurso e sintaxe. Desse modo, a sintaxe é um componente da linguagem que se incorpora à própria interface discurso/gramática: "a gramática é feita à imagem do discurso, mas o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática" (DU BOIS, 1993a, p. 11).

Embora sucintamente, mas de forma a contribuir com os estudos sobre a argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000) também discutem a questão das estruturas hipotáticas e paratáticas:

> quando dispomos de certo número de dados, oferecem-se-nos amplas possibilidades quanto aos vínculos que estabeleceremos entre eles. O problema da coordenação ou da subordinação dos elementos se prende em geral à **hierarquia dos valores aceitos**; todavia, no âmbito dessas hierarquias de valores, podemos formular ligações entre os elementos do discurso que modificarão consideravelmente as premissas: **operamos entre esses vínculos possíveis uma escolha tão importante como a que operamos pela classificação ou pela qualificação** (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 176, grifo nosso).

Segundo os autores, a construção sindética é a estrutura argumentativa por excelência, uma vez que o síndeto cria contextos, constitui uma tomada de posição: "ele impõe-se ao leitor, obriga-o a ver certas relações, limita as interpretações que ele poderia levar em consideração, inspira-se no raciocínio jurídico bem-construído" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 178), conforme podemos ver no fragmento a seguir, em que a relação de explicação é determinada pela conjunção "uma vez que": "Sr. Presidente, Sr. Relator, não sou advogado, não sou Parlamentar, sou um técnico dos Correios. Fiz o roteiro para falar. Pontuei. Achei melhor anotar todos esses pontos, uma vez que me disseram que eu teria vinte minutos no máximo"(Depoimento de Mauricio Marinho à CPMI dos Correios, no dia 21/06/2005).

Já a estrutura assindética renuncia a qualquer ligação precisa entre as partes: "o ouvinte fica livre para imaginar entre os elementos de uma relação que, dada a sua própria imprecisão, assume um feitio misterioso, mágico; por isso, aliás, ela pode provocar um efeito altamente dramático" (PERELMAN; OLBRECHTS- TYTECA, 2000, p.175).

Ainda, segundo os autores, é com a construção assindética que se deve correlacionar, pelo menos em alguns de seus usos, a enumeração conforme podemos ver no fragmento: "Servi durante dois anos ao Governo. Não respondo a um só processo. Não sou réu". (Pronunciamento de José Dirceu no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 22/06/2005).

Além disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000) salientam também que "de modo geral, verifica-se que, na prática do discurso, quase sempre, sob a forma de uma coordenação, insere-se uma intenção de subordinação" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 177).

A subordinação, por sua vez, não é expressa unicamente por conjunções, segundo os pesquisadores. Outras formas gramaticais podem desempenhar a mesma função como, a própria qualificação. Ao descrever o Presidente Lula, por exemplo, Roberto Jefferson assim o fez: "O presidente Lula é um **homem simples** [...]", pondo em cena a relação determinante/determinado tão cara à sintaxe, à semântica e à pragmática (efeitos discursivos diferem tendo em vista a relação estabelecida entre os termos). Recentemente, no programa "Brasil das Gerais", um empresário, ao ressaltar a excelência de sua empresa, declarou: "Queremos ser uma **grande empresa** e não uma **empresa grande**".

Os autores não discutem a topicalização, questão, a nosso ver, também de fundamental importância aos estudos sobre a argumentação (tendo em vista as estruturas sintáticas), uma vez que a ordem como agenciamos essas estruturas interfere na persuasão, embora tenham discorrido, de forma bastante tímida, em que lugar recai o foco de determinada conjunção como, por exemplo, a concessiva.

Em nossa opinião, são necessários estudos mais abrangentes sobre as estruturas sintáticas, sobretudo sobre as orações assindéticas (tendo em vista, é claro, os efeitos discursivos pretendidos). Ousamos dizer que concordamos com Perelman e Olbrechts-Tyteca, mas a relação entre as estruturas sintáticas não nos parece tão simples quanto os autores propõem.

2.1.3.2. A escolha lexical

O léxico, segundo Vanoye (2002), pode ser compreendido como o conjunto de palavras de uma língua ou, ainda, como o conjunto de palavras de uma língua peculiar a um grupo social ou a um indivíduo. Assim, o léxico de determinada língua constitui um conjunto no qual se incluem os léxicos particulares.

Teoricamente, o léxico de uma língua é ilimitado, mas na prática o indivíduo conhece apenas uma pequena parte do conjunto e, ao falar ou escrever, emprega apenas uma fração do que conhece.

Conforme já dissemos, raramente a escolha dos recursos lingüísticos é aleatória. Em princípio, a opção por uma ou outra palavra se dá em virtude da intenção argumentativa, assim como atestam Perelman e Olbrechts-Tyteca:

> a escolha dos termos, para expressar o pensamento, raramente deixa de ter alcance argumentativo apenas depois da supressão deliberada ou inconsciente da intenção argumentativa é que se pode admitir a existência de sinônimos, de termos que seriam suscetíveis de ser utilizados indiferentemente um pelo outro. [...]. Por vezes a escolha de um termo será destinada a servir de indício, indício de distinção, de familiaridade ou de simplicidade. Por vezes ela servirá mais diretamente à argumentação, situando o objeto do discurso numa categoria, melhor do que o faria o uso do sinônimo: é a essa intenção que poderia corresponder a escolha da palavra "hexaedro" em vez de "cubo" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 168-9).

Os autores ressaltam que a intenção argumentativa geralmente pode ser detectada pelo uso de um termo pouco habitual[12] na linguagem cotidiana, mas, por outro lado, a escolha de um termo habitual pode, da mesma forma, ter valor de argumento.

Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca não existe escolha neutra. Há, na verdade, uma escolha que parece neutra, a partir da qual podem ser estudadas as modificações argumentativas. O recurso ao estilo neutro, para os autores, deve também ser considerado como um caso particular de renúncia, que se destina a aumentar a credibilidade por contraste com um estilo argumentativo mais inflamado.

[12] Aquele que passa despercebido (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000).

Hilgert, ao discutir a seleção lexical no texto falado, também ressalta a não aleatoriedade da escolha lexical: "o enunciador, em seu fazer enunciativo, **faz escolhas lexicais para produzir os sentidos que viabilizem os seus propósitos em relação ao enunciatário**, na interação em desenvolvimento" (HILGERT, 2003, p.72, grifo nosso).

A seleção lexical, segundo Koch (1999, p. 156-157), é um importante recurso retórico, uma vez que através dela se estabelecem as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico, além de ser de fundamental importância na coesão lexical. Quanto a este último item, para a autora, geralmente, não só se torna possível a manutenção dos pressupostos básicos do discurso por meio de uma seleção lexical adequada, como também se estabelece a referência anafórica por meio de termos ou expressões de carga significativa semelhante como, por exemplo, o uso de expressões referenciais[13] definidas. O fragmento a seguir ilustra bem a questão da seleção lexical no processo de referenciação, com fins persuasivos. Vejamos:

> **Segundo depoimento - fragmento 02**
> Sr. Presidente, assisti ontem a uma queda de braços de quase nove horas na Comissão para se quebrarem ou não as contas do **Sr. Marcos Valério, de Belo Horizonte, aquele moço carequinha** [...].

O sujeito falante selecionou, dentre as propriedades atribuíveis ao referente "Sr. Marcos Valério", aquelas que, naquela situação comunicativa, seriam relevantes à viabilização do projeto de fala. Tendo em vista mostrar, através da comparação, que a atuação de Paulo César Farias (PC Farias[14]) era igual a de Marcos Valério, ativou, dentre os conhecimentos supostamente partilhados com os interlocutores, características de Marcos Valério que queria enfatizar como, por exemplo, o fato de ele ser de Belo Horizonte e, principalmente, de ter uma aparência semelhante à de PC Farias: "aquele moço carequinha".

Durante o discurso, o sujeito falante pode selecionar, como estratégia discursiva argumentativa, um conjunto de palavras para designar, qualificar, caracterizar ou significar uma noção, uma atividade, uma técnica, uma pessoa, pertencentes a um mesmo campo lexical (VANOYE, p. 2002, p. 28). Além disso, ele pode interrelacionar esses campos, obtendo

[13] A interpretação de uma expressão anafórica, nominal ou pronominal, consiste não em localizar um segmento lingüístico (um "antecedente") ou um objeto específico no mundo, mas sim em estabelecer uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva (KOCH, 2002, p. 81).
[14] Operador de Collor.

novos sentidos diferentes daqueles que seriam veiculados pelo uso de cada uma das palavras dos campos separadamente. As unidades lexicais selecionadas podem ser sinônimas, antônimas ou se associarem de alguma forma.

No capítulo seguinte, dando continuidade à apresentação das estratégias, discutiremos os modos de organização do discurso, também na perspectiva de Charaudeau (1992).

CAPÍTULO 02

3. MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

> "Democracia é quando eu mando em você. Ditadura é quando você manda em mim".
>
> Millôr Fernandes

No presente capítulo, tecemos algumas considerações sobre os modos de organização do discurso enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo propostos por Charaudeau (1992). Além disso, neste capítulo, discutimos as provas retóricas persuasivas *ethos*, *pathos* e *logos*[15] que, a nosso ver, podem constituir um modo organizativo à parte, a que denominamos modo retórico, em virtude de sua importância no discurso em questão.

É importante ressaltar que a exposição dos modos de organização a seguir tem como pano de fundo o discurso político, em especial o da CPMI dos Correios, embora não se trate ainda nesta parte da análise propriamente dita. Além disso, na exposição dos modos de organização, nos limitamos à apresentação das categorias analisadas.

3.1. Os modos de organização do discurso: formas semiotizadas do mundo

Em princípio, podemos representar o mundo e interagir com ele a partir de, pelo menos, quatro maneiras, isoladas ou combinadas - modos de organização discursiva: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo (CHARAUDEAU, 1992). A escolha de um ou outro modo, ou ainda de algum de seus recursos, depende do que o sujeito falante considera mais favorável a seus objetivos.

Assim, os modos de organização do discurso são procedimentos que consistem em utilizar certas categorias lingüísticas em função das finalidades discursivas do ato comunicativo. Em outras palavras, o sujeito falante põe em cena "recursos" lingüísticos e/ou discursivos que acredita cumprir determinadas finalidades comunicativas ou produzir alguns efeitos discursivos.

[15] Cf. Aristóteles (2005).

Charaudeau ressalta que o modo enunciativo tem uma dupla função, uma vez que, se, por um lado, requer dar conta da posição do locutor em relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros; por outro, intervém na encenação dos demais modos. Neste sentido, o modo enunciativo comanda todos os demais modos de organização discursiva.

Em nossa opinião, além dos quatro modos de organização previstos por Charaudeau, poderíamos acrescentar mais um, a que denominamos retórico, que seria constituído pelas provas persuasivas aristotélicas *ethos*, *pathos* e *logos*. Ao enunciar (*logos*), o locutor constrói imagens de si e do outro (*ethos*, *anti-ethos* e *pró-ethos*[16]), a partir de representações sociodiscursivas disseminadas na e pela sociedade na qual está inserido (valores, idéias, crenças, saberes), tendo em vista "comover" (*pathos*) o outro a aderir a seu projeto de fala. Assim, propomos cinco modos de organização discursiva: enunciativo, narrativo, descritivo, argumentativo e retórico, todos "comandados" pelo modo enunciativo, sendo que um deles pode se destacar em determinado discurso. Vejamos cada modo separadamente.

3.2. Modo de organização discursiva enunciativo

Conforme Charaudeau (1992), o modo enunciativo se caracteriza pelo fato de o locutor estabelecer uma relação de influência sobre o interlocutor; revelar seu ponto de vista sobre o mundo e retomar a fala de um terceiro.

Ao enunciar, o locutor age sobre o interlocutor, levando-o a responder e/ou a reagir (relação de influência). Ele pode se manifestar em posição de superioridade em relação ao interlocutor, atribuindo a si papéis que fazem com que este execute ações ("fazer fazer"/"fazer dizer"), o que caracteriza uma relação de força entre os interactantes como é o caso, por exemplo, das modalidades de injunção e de interpelação.

A modalidade injuntiva tem uma relação direta com a questão da legitimidade, uma vez que "somente surte efeito (tem força persuasiva) se o sujeito que ordena tem poder de ascendência sobre a que executa: é uma relação de forças que não implica adesão nenhuma. Quando a força real está ausente ou não se pretende a sua utilização, o imperativo toma a inflexão de um

[16] Em oposição ao *ethos*, há a imagem do antagonista, denominada de *anti-ethos*. À medida que o sujeito atribui uma qualidade a si mesmo, imputa o oposto a seu adversário. Além disso, ele pode também qualificar seus "aliados" (*pró-ethos*).

rogo" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 179). Além disso, segundo os autores, a forma imperativa é bastante eficaz para aumentar o sentimento de presença.

Por outro lado, o locutor pode enunciar em posição de inferioridade em relação ao interlocutor e assumir papéis através dos quais necessita do "saber" e do "poder fazer" do interlocutor, estabelecendo entre ambos uma relação de petição. É o caso das modalidades de interrogação e de pedido. Durante o evento da CPMI dos Correios, Roberto Jefferson, inicialmente, manteve uma relação de aparente petição com a mídia (mostra consciência do poder simbólico desse órgão). No entanto, é importante ressaltar que nem sempre a interrogação tem valor de petição. Muitas vezes ela pode ser usada com fins de intimidação, conforme o fez Roberto Jefferson e inquiridores durante o evento da CPMI dos Correios.

A interrogativa, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000, p. 179), supõe um objeto, sobre o qual incide e sugere que há um acordo sobre a existência desse objeto. Responder a uma pergunta é confirmar esse acordo implícito. Além disso, os autores ressaltam que a interrogativa visa, muitas vezes, principalmente, no discurso judiciário, a uma confissão sobre um fato real desconhecido de quem questiona, mas cuja existência, assim como a de suas condições, se presume.

No entanto, conforme os autores, a interrogativa, muitas vezes, mesmo sendo real, não visa tanto a esclarecer quem interroga como a compelir o adversário a incompatibilidade. Assim, "as perguntas são, em geral, apenas um forma hábil para encetar raciocínio, notadamente usando da alternativa ou da divisão, com a cumplicidade, por assim dizer, do interlocutor que se compromete, por suas respostas, a adotar esse modo de argumentação" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 180).

No discurso de Roberto Jefferson, durante a CPMI dos Correios, as interrogativas contribuíram para pôr em cena um indivíduo corajoso que desafiava a ordem preestabelecida e intimidava o adversário. Neste sentido, percebemos o discurso político da CPMI dos Correios também como debate, luta e jogo, assim conforme ressalta Rapoport (1980), uma vez que Roberto Jefferson buscou destruir seus inimigos, vencer seus adversários e fazer com que o povo aderisse à sua fala; além da função patêmica da forma interrogativa.

Ainda segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), a forma interrogativa pode ser considerada um procedimento bastante hipócrita para expressar certas crenças, tendo em vista os pressupostos implícitos em certas perguntas; pode servir para rejeitar outra interrogativa (neste caso, o acordo com o interlocutor está fora de questão); pode ser um simples juízo, introduzindo um apelo à comunhão com um auditório, ainda que este fosse o próprio sujeito. Nesta perspectiva, acreditamos que as interrogativas possuem uma estreita relação com as questões patêmicas. Ou melhor, elas podem ser consideradas índices patêmicos ao suscitar emoções, desejos, sentimentos.

O locutor se manifesta também com função referencial, o que significa que ele não implica o interlocutor na cena e modaliza seu dizer. Neste sentido, ele mostra um: i) modo de saber, que especifica de que forma ele possui conhecimento de um propósito (modalidades de "constatação" e de "saber/ignorância"); ii) avaliação, em que julga o propósito enunciativo (modalidades de "opinião" e de "apreciação"); iii) motivação, em que mostra a razão pela qual o sujeito é levado a realizar o conteúdo do propósito referencial (modalidades de "obrigação", "possibilidade" e "querer"); iv) engajamento, em que mostra seu grau de adesão ao propósito (modalidades de "promessa", "aceitação/recusa", "acordo/desacordo" e "declaração"); v) decisão, em que salienta tanto o *status* do locutor quanto o tipo de decisão que o ato de enunciação realiza (modalidade de "proclamação").

Por fim, neste "jogo", o locutor pode "apagar-se" de seu ato enunciativo e não implicar o outro. Assim, ele testemunha a maneira pela qual os discursos do mundo se impõem a ele, o que resulta em enunciação aparentemente objetiva que deixa parecer os propósitos e os textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista externo) sobre a cena do ato comunicativo. Às vezes, ele diz como o mundo existe quanto a seu modo e grau de asserção (é o caso das modalidades de evidência e de probabilidade, por exemplo); às vezes, ele desempenha apenas como relator, uma vez que o texto já foi produzido por outro enunciador. Então, ele reporta o que disse o outro e como ele disse. É o caso das diferentes formas de "discurso relatado".

Assim, para Charaudeau (1992), no modo enunciativo, o locutor agencia categorias lingüísticas, que mostram sua posição de sujeito falante na enunciação (a pessoa, a atualização, a dependência, a designação, a situação no tempo etc.) e que modalizam seu dizer; e processos discursivos, os quais são descritos dentro dos diferentes modos de

organização do discurso: i) dentro da cena descritiva, através dos diferentes efeitos de saber, de realidade/ficção, de confidência e de gênero; ii) dentro da cena narrativa, através das diferentes formas de implicar o destinatário-leitor, dos modos de intervenção do narrador, estatutos e pontos de vista do narrador; iii) dentro da cena argumentativa, através dos tipos de posição do sujeito que argumenta e dentro dos tipos de valores dos argumentos e, ainda, em nossa perspectiva iv) dentro da cena retórica, por meio das imagens construídas, dos efeitos pretendidos e dos argumentos agenciados.

3.3. Modo de organização discursiva narrativo

De acordo com Charaudeau (2008), o modo narrativo é um dos componentes da narrativa[17] e se caracteriza por dupla articulação: i) construção de uma sucessão de ações conforme uma lógica acional que irá constituir o "esqueleto" de uma história (organização da lógica narrativa); ii) encenação na narrativa (organização da cena narrativa).

A lógica narrativa apresenta componentes que estão estreitamente ligados uns aos outros e se definem reciprocamente tais como: a) actantes que desempenham diversos papéis em relação à ação da qual dependem; b) processos, que unem os actantes entre si, dando uma orientação funcional à sua ação, os quais podem ser considerados como a semantização das ações, mas em relação à sua função narrativa; c) seqüências, que integram processos e actantes em finalidade narrativa conforme certos princípios de organização. Ela é uma sucessão de acontecimentos coerente e fundamentada em um quadro espaço-temporal, conforme determinados princípios tais como, princípio de coerência; princípio de intencionalidade; princípio de encadeamento.

O dispositivo da encenação narrativa compreende quatro sujeitos, ligados dois a dois de maneira não simétrica, mas unidos igualmente entre si, de um espaço a outro, podendo estar presentes na mesma narrativa, explícita ou implicitamente, sob diferentes maneiras[18].

Os métodos de configuração desta cena se referem à identidade, ao estatuto e aos pontos de vista do narrador textual. Quanto à identidade, podem ocorrer: i) presença e intervenção do

[17] Contar é "uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições" (CHARAUDEAU, 2008, p. 154).
[18] Cf. Charaudeau (1992).

autor-indivíduo; ii) presença e intervenção do autor-escritor; iii) presença e intervenção do narrador-historiador; iv) presença e intervenção do narrador-contador.

Uma vez que nosso objetivo neste modo consiste em verificar como as personagens foram inseridas na trama e quais foram seus papéis narrativos, além do posicionamento do narrador na história, limitar-nos-emos, conforme já dissemos, à exposição da hierarquização dos actantes além da identidade, do estatuto e dos pontos de vista do narrador[19].

Os actantes são categorias discursivas, cujos papéis narrativos dependem do contexto que dará a um enunciado uma finalidade narrativa como, por exemplo, o papel de benfeitor, agenciado por Roberto Jefferson durante o evento da CPMI, tendo em vista se construir na cena como herói e profeta.

Os actantes narrativos se hierarquizam mediante dois pontos de vista: do ponto de vista de sua natureza: os actantes de base (arquétipos) são actantes humanos, ou considerados como tais, por exemplo, as personagens Roberto Jefferson, Mauricio Marinho, Delúbio Soares etc., o que implica limitar o seu número, em relação aos actantes de língua (de uma parte há um actante que age, de outra um actante que sofre a ação, em torno deles gravitam circunstantes); ii) do ponto de vista de sua importância na trama: actantes principais e actantes secundários quando a trama é construída em torno de pólos de ação (heróis), com actantes satélites. No caso da CPMI dos Correios, por exemplo, Roberto Jefferson é o protagonista ao redor do qual giram as demais personagens (actantes secundários) tais como, Mauricio Marinho, Marcos Valério, Delúbio Soares, José Dirceu, José Genoíno, Sandro Mabel, Valdemar Costa Neto, Silvio Pereira etc.

Um actante, tendo determinado papel narrativo, pode ser ocupado por diferentes tipos de personagens, seja sucessivamente, seja alternativamente, seja simultaneamente. O papel de benfeitor, exercido por Roberto Jefferson durante o evento, foi preenchido por herói, profeta, amigo, pai etc. Um mesmo personagem, por sua vez, pode desempenhar muitos papéis narrativos e ocupar o lugar de actantes diferentes, no desenvolver da mesma história.

[19] Para informações completas sobre este modo Cf. Charaudeau (1992).

O narrador da trama da CPMI dos Correios constitui o narrador-contador. Esse narrador não aparece enquanto tal na narrativa, fica apagado, o que não quer dizer que esteja ausente, pois a própria organização da narrativa é testemunha de sua presença. No entanto, ele pode revelar-se no próprio discurso da narrativa, não mais em relação a um contexto sócio-histórico ou a um projeto de escritura, mas em relação à gestão interna da história que é contada, como se quisesse ora confiar-se ao leitor, ora guiá-lo em sua leitura. Ele pode revelar-se explicitamente, com o auxílio de pronomes pessoais (nós, eu) ou de termos como narrador, romancista, para recapitular momentos passados na narrativa ou conduzir a momentos que vão seguir; implicar diretamente o leitor, que se torna um leitor-destinatário privilegiado, pelo emprego da palavra leitor ou de pronomes pessoais que se referem a ele; chamar discretamente o leitor-destinatário a compartilhar de seus pensamentos, julgamentos e opiniões, com a ajuda de enunciados que têm um valor de reflexão geral; mostrar, através de incisos ou pela escolha de certas palavras, que toma distância em relação às personagens de sua narrativa, e aos próprios acontecimentos, distância (mais ou menos irônica) que ele, narrador, pode pedir ao leitor para compartilhar.

O narrador pode contar a história de outro indivíduo diferente dele mesmo, ou contar a história da qual ele é a personagem central (ou uma das personagens centrais), como é o caso de Roberto Jefferson, ou existir muitos narradores.

Quando o narrador conta sua própria história, como é o caso de Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios, está no interior da narrativa, à medida que o personagem principal, o herói, é ele mesmo. Ele pode encaixar na história principal, da qual é herói, outras histórias que se referem a outros personagens. Mas a narrativa em seu conjunto segue o princípio de elocutividade, isto é, conta uma história em primeira pessoa, na qual narrador e herói são supostamente idênticos.

Neste caso, ou o narrador é porta-voz do autor-indivíduo-escritor, logo, confunde-se com este. É o caso da autobiografia real; ou ele não é o porta-voz do autor-indivíduo-escritor. Há vários índices na história que configuram esse estatuto. O narrador é porta-voz de outro indivíduo (real ou fictício), mas os dois são apresentados como coincidentes por meio de uma história contada em primeira pessoa; ou o narrador-personagem, herói da história, é ao mesmo tempo o autor-indivíduo e um indivíduo fictício. Isto é, o leitor pode supor, em virtude de certos

índices, que o herói da história coincide em parte com o autor-indivíduo e que procede em parte da imaginação, da invenção do autor-escritor.

O narrador apresenta pontos de vista sobre as personagens, que põe em cena a relação que ele estabelece com elas, além do saber que possui delas. Do ponto de vista objetivo, o narrador mostra a exterioridade da personagem, sua aparência física, seus fatos e gestos visíveis, todas as coisas que são suscetíveis de serem vistas ou verificadas por outro sujeito diferente do narrador, achando-se no lugar deste.

Já do ponto de vista subjetivo, o narrador mostra o interior das personagens, seus sentimentos, seus pensamentos e seus impulsos interiores, os quais não são necessariamente percebidos como tais, nem verificados por outro sujeito diferente do narrador, que estivesse no lugar deste. No caso da CPMI dos Correios, por exemplo, o sujeito falante apresentou tanto seu ponto de vista subjetivo quanto objetivo, de forma bastante estratégica.

3.4. Modo de organização discursiva descritivo

O modo descritivo consiste "em ver o mundo com um "olhar parado" que faz existir os seres ao *nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades* que os singularizam" (CHARAUDEAU, 1992, p. 561, grifo do autor).

O descritor dá existência a seres do mundo, nomeando-os; os localiza através de características que supõe poder ser verificadas por outros sujeitos (construção objetiva do mundo) e os descreve, conjuntamente com seus comportamentos, por meio de sua própria visão (construção subjetiva do mundo).

Assim, o descritor põe em cena um conjunto de procedimentos de ordem lingüística, discursiva e estrutural. Quanto aos procedimentos lingüísticos, ele utiliza uma ou várias categorias da língua que podem combinar-se entre si para servir a um ou outro dos componentes da organização descritiva: nomear, localizar-situar, qualificar.

No que diz respeito a nomear, ele pode fazer uso das categorias gramaticais que permitem dar existência aos seres tais como: i) tipos de denominação, sob a forma de nomes comuns ou

nomes próprios, cuja função é identificar o ser de um ponto de vista geral ou específico; ii) tipos de indeterminação, que se encontram em certos gêneros que inscrevem a narrativa dentro de uma certa intemporalidade e em lugares não identificados; iii) tipos de atualização, que permitem, através de artigos, produzir diversos efeitos discursivos tais como, evidência, singularidade, de familiaridade, de idealização; iv) tipos de dependência, que permitem, através dos possessivos, produzir certos efeitos discursivos como, por exemplo o efeito de apreciação; iv) tipos de designação, que permitem, através dos demonstrativos, produzir efeitos discursivos como, por exemplo, o efeito de tipificação; vi) tipos de quantificação, que permitem, através de quantificadores, produzir efeitos discursivos como o efeito de subjetividade; vii) tipos de enumeração que, através de apresentadores e indefinidos, permitem listar seres (humanos ou não humanos), qualidades, lugares e ações.

Já no quesito localizar-situar, o descritor pode usar as categorias gramaticais que permitem fornecer ou considerar um quadro espaço-temporal, lidando com a precisão, o detalhe e a identificação dos lugares e da época considerada. Ou, pelo contrário, deixando os lugares e o tempo sem identificação específica.

Por fim, referente a qualificar, ele pode agenciar a categoria da qualificação que permite construir uma visão objetiva ou subjetiva do mundo e produzir efeitos de realidade/ficção. Esta atividade exerce a função de descrever os seres humanos, tendo em vista seu aspecto físico, seus gestos, suas vestimentas, suas posturas, seus gostos, sua identidade (idade, sexo, dimensão, peso, endereço etc.), suas manias, seus comportamentos, suas palavras, seus objetos e os seres conceituais ou os fenômenos que são objetos de definições. Aqui, são usados os seguintes procedimentos: i) acumulação de detalhes e precisões do tipo factual sobre as maneiras de ser e fazer, com recursos a prazos especializados, mais ou menos técnicos, acompanhados de definições; ii) utilização da analogia explícita, pelo emprego de termos de comparação; ou implícita, por meio de transferências de sentidos (metáforas, metonímias etc.).

Durante a encenação, o descritor pode intervir de maneira explícita ou não, sendo que em todos os casos isso produzirá diversos efeitos como, efeito de saber, efeitos de realidade e de ficção, efeito de confiança e efeito de tipo. No entanto, conforme salienta Charaudeau (1992), é importante frisar que se trata apenas de efeitos possíveis (o leitor real pode não o perceber) e que o descritor nem sempre tem consciência de todos os efeitos.

Quando seu objetivo é "fazer saber", ele narra uma série de identificações e qualificações que o leitor não conhece. Assim, ele se constrói como um descritor sábio, que conhece o mundo em seus menores detalhes e que utiliza este conhecimento para trazer a prova da veracidade de sua narrativa ou de sua argumentação. Já quando ele deseja produzir efeitos de realidade e de ficção, ele se instaura com dupla imagem: narrador e descritor: às vezes é externo ao mundo descrito; às vezes é receptor na organização deste.

Por outro lado, se sua meta é produzir efeito de confiança, ele intervém, explícita ou implicitamente, exprimindo sua opinião. Assim, o dispositivo enunciativo da descrição é alterado com a ajuda de parênteses, travessões, reflexão de caráter geral (provérbios, máximas), comparações etc.

Neste caso, o descritor pode se manifestar de diferentes maneiras: i) usando reflexões pessoais; ii) interpelando diretamente o leitor; iii) chamando o leitor a compartilhar uma reflexão na qual se faz narrador; iv) organizando o discurso de tal maneira que parece hesitar na sua diligência descritiva; vi) negando certas qualificações antes de afirmar outras.

Por último, se ele busca produzir um efeito de gênero, usará determinados procedimentos discursivos que caracterizam esse tipo textual como, por exemplo, iniciar o conto de fadas por "Era uma vez".

3.5. Modo de organização discursiva argumentativo

O modo argumentativo constitui o processo através do qual é possível produzir argumentações[20] sob diferentes formas. Esse modo permite a construção de explicações sobre asserções feitas acerca do mundo numa dupla perspectiva de razão demonstrativa e razão persuasiva (CHARAUDEAU, 1992).

[20]A argumentação se caracteriza por uma relação triangular na qual se situa um sujeito argumentante que, a partir de uma tese sobre o mundo, se dirige a um sujeito alvo, sendo, portanto, uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de dupla busca: i) uma busca da racionalidade que tende a um ideal de verdade quanto à explicação de fenômenos do universo; ii) uma busca de influência que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com outro certo universo de discurso até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas (CHARAUDEAU, 1992).

Nesta perspectiva, o sujeito argumentante busca explicar uma verdade em uma visão racionalizante, para exercer influência sobre o interlocutor. Assim, ele possui dupla finalidade: busca de uma racionalidade que sirva como um ideal de verdade quanto à explicação dos fenômenos do universo e de uma influência como ideal de persuasão, cuja finalidade é fazer com que o outro compartilhe certo universo discursivo.

Portanto, o sujeito argumentante desenvolve um conjunto de atividades linguageiras que consistem em algumas atitudes. Primeiramente, em dizer propósitos sobre o mundo e inscrevê-los em um quadro de questionamento que poderá gerar um ato de persuasão. Já em segundo momento, consiste em tomar uma posição em relação a esses propósitos. Por fim, justificar a sua posição no que diz respeito à sua argumentação e para ter êxito melhor em seu objetivo de persuasão.

Conforme procedemos na exposição do modo narrativo, aqui também teceremos considerações apenas sobre as categorias analisadas, as quais se resumem aos procedimentos lingüísticos, semânticos e discursivos agenciados pelo indiciado durante o evento.

O sujeito argumentante põe em cena procedimentos lingüísticos, semânticos, discursivos e organizacionais que servem ao seu projeto de comunicação em função da situação e da maneira como o interlocutor o percebe. Esses têm a função essencial de validar sua argumentação, ou seja, de mostrar que o quadro de questionamento (proposta) é justificável.

Quanto aos procedimentos semânticos, ele agencia argumentos que se apóiam sobre um consenso social pelo fato de os membros de um grupo sociocultural ter certos valores, em certos domínios de avaliação, como o da verdade, o da ética, o do pragmático, o do hedônico.

O domínio da verdade, que define de maneira absoluta, em termos de verdade e de falsidade, por um lado o que se refere à existência de estar na sua originalidade, na sua autenticidade e na sua unicidade; por outro, o que é da competência do saber como princípio único de explicação dos fenômenos do mundo.

O domínio da estética define em termos de beleza e feiúra os seres da natureza, as representações que os homens dão (a expressão artística) aos objetos que fabricam.

O domínio da ética define em termos de bem e de mal quais devem ser os comportamentos humanos em relação a uma moral externa (as regras de comportamento são impostas a indivíduos pelas leis do consenso social) ou interna (o indivíduo dá-se as suas próprias regras de comportamento). Tato em um caso como no outro, o indivíduo deve agir de certa maneira.

O domínio do hedônico define em termos de agradável e desagradável o que é da competência dos sentidos que procuram o prazer em relação aos projetos e às ações humanas. Este prazer é suscitado pela satisfação de um fim desejado no momento mesmo de sua realização.

Já o domínio do pragmático define em termos de útil/inútil o que aumenta um cálculo. Este cálculo consiste em medir os projetos e os resultantes das ações humanas em função das necessidades racionais dos sujeitos agentes que o realizam (mesmo se devem passar por fases desagradáveis) É este o domínio do interesse, no qual, pelo contrário da ética, o argumento é posto como conseqüência de uma ação.

Por fim o domínio do dever e da obrigação (combina o ético e o pragmático), no qual, pelo contrário do pragmático, o argumento é posto como origem de uma ação. Esta se realiza em nome de um princípio, e este princípio é o argumento dele mesmo.

Os valores correspondem às normas de representação social, que são construídas em cada domínio de avaliação: i) no que respeita ao domínio da verdade; ii) no que respeita ao domínio da estética; iii) no que respeita ao domínio da ética tais como, solidariedade, fidelidade, disciplina, honestidade e lealdade, responsabilidade, esforço e superação, justiça, bondade etc.; iii) concernentes ao domínio do pragmático: fundados sobre a experiência que se apóia às vezes sobre o que é habitual, durável, freqüente, e se inscrevem dentro de um quadro de comportamento, às vezes sobre o que é singular, original, único e, por conseguinte, dentro de uma diferença em relação à norma de comportamento; iv) no que diz respeito aos domínios do pragmático e da ética: estes dois domínios podem combinar-se à medida que uma regra de comportamento tem sua eficácia medida e verificada (pragmático) dentro de um modelo de conduta (ética); vi) no que diz respeito ao domínio do hedônico.

Em termos discursivos, o sujeito argumentante usa, pontual ou sistematicamente, algumas categorias da língua ou os procedimentos de outros modos de organização do discurso para,

no âmbito de uma argumentação, produzir certos efeitos de persuasão tais como, a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa, a reiteração e o questionamento.

A definição é uma atividade lingüística que pertence à categoria da qualificação e ao modo de organização descritivo. Consiste em descrever as características semânticas que caracterizam um nome próprio, em dado contexto. No âmbito de uma argumentação, a definição é utilizada para fins estratégicos, assim como o fez Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios, ao tecer atributos a seus amigos e inimigos. Mesmo não se tratando de uma definição verdadeira (dá-se a aparência de uma definição), serve para produzir efeito de evidência e de saber para o sujeito que argumenta.

A definição pode ser consensual (saber popular) ou científica (saber do conhecimento). Temos: i) uma que consiste em definir um ser (objeto, pessoa, noção abstrata, palavra etc.); ii) uma que consiste em definir um comportamento. Roberto Jefferson, por exemplo, definiu, ao longo do evento, o comportamento do PT antes e depois de chegar ao poder, tendo em vista comparar os governos de Lula e de Collor (na realidade queria mostrar que ambos eram corruptos, mas o de Lula era ainda mais corrupto).

A comparação participa ao mesmo tempo de duas categorias de língua: da qualificação e da quantificação. Da qualificação porque na maior parte do tempo as propriedades mostram a semelhança ou diferença. Há quantificação porque quantidades são comparadas ou porque a comparação das propriedades é graduada. No âmbito de uma argumentação, a comparação é utilizada para reforçar previsão de uma conclusão ou de um julgamento, produzindo quer um efeito pedagógico (comparar para ilustrar e melhor fazer compreender) quando a comparação é objetiva; quer um efeito de "cegueira" (desviar a atenção do interlocutor para outro fato analógico), quando a comparação é subjetiva. As marcas da comparação são diversas: i) palavras gramaticais: como, como, tal, assim como... do mesmo modo, assim, como se, da mesma maneira (que), mais que..., menos que...; ii) palavras lexicais: assemelhar-se (comparação entre x e y), parecer, corresponder (correspondência entre x e y), aproximar (aproximação entre x e y), comparar (comparável, comparação entre), ter conjuntamente, ter diferente, diferenciar (diferença), opor (oposição entre). A comparação pode ser entre diferenças ou coisas iguais, e pode ser objetiva ou subjetiva.

Na descrição narrativa, os procedimentos se aparentam à comparação, à medida que é descrito um fato ou é contada uma história para reforçar uma prova ou um lugar comum. Entretanto este procedimento tem uma existência própria: pode servir para desenvolver todo um raciocínio dito por analogia que produz efeito de exemplificação.

A citação participa do fenômeno lingüístico chamado discurso relatado. Serve para narrar fatos, dados, precisões, números, detalhes para reforçar um argumento. Corresponde à categoria da descrição. Consiste em trazer, o mais fielmente possível (ou pelo menos dando uma impressão de exatidão), os propósitos escritos ou orais, emitidos por um locutor diferente do que cita, para produzir na argumentação um efeito de autenticidade. A citação lida com a regra de verdade que testemunha uma declaração, uma experiência, um saber: i) de uma declaração, quando traz as declarações acerca de um simplesmente para provar a veracidade, para constatar, ou para sublinhar a exatidão; ii) de uma experiência, quando a citação traz as declarações acerca de uma testemunha que viu ou entendeu; iii) de um saber, quando a citação traz um propósito científico, ou que emana da pessoa que tem autoridade.

A acumulação consiste em utilizar vários argumentos para servir a uma mesma prova. Pode ser feito por: i) uma simples acumulação (que pode parecer suspeita quando se trata de uma desculpa); ii) uma escalada: (falsa) uma tautologia.

O questionamento consiste em pôr em questão um propósito, tendo em vista que a realização depende da resposta (real ou suposto) do interlocutor. Questionamento ao valor argumentativo corresponde a um tipo de validação hipotético. Pode ter várias finalidades: i) de estímulo a fazer algo, a pergunta destaca uma falta, uma insuficiência, e chama a preencher esta fala; ii) de proposição de uma escolha, a pergunta corresponde a uma oferta, que é feita ao interlocutor. Da resposta deste, ou seja, da escolha que ele terá feito, dependerá ao mesmo tempo a realização da oferta, e o que se encontra expresso na conseqüência; iii) de verificação do saber: quando os dois interlocutores se encontram numa situação de troca argumentativa (debate contraditório, discussão, face a face), o questionamento argumentativo permite ao questionador mostrar que sabe e se assegurar eventualmente do controle sobre o que é questionado. Da resposta, boa ou má, dependerá a sanção positiva ou negativa; iv) de provocação: questionamento comporta uma apreciação sobre o questionado. Esse é chamado a responder. Esta resposta pode consistir numa rejeição pura e simples da apreciação, ou uma justificação. Este tipo de questionamento é, freqüentemente, usado nas entrevistas, quando o

entrevistador, sob diferentes formas: a notar que a apreciação pode ser particularmente longa, que pode ter por efeito de obstruir o entrevistado, e conduzi-lo a responder com modéstia; vi) de recusa: questionamento consiste em propor um argumento que é rejeitado por adiantamento, no mesmo tempo que é feita a pergunta.

3.6. Modo de organização discursiva retórico

A arte de persuadir é bastante antiga. Tanto na Ilíada quanto na Odisséia, de Homero, já encontramos uma Grécia eloqüente: os gregos combatentes se preocupavam com a arte de bem falar, tendo em vista persuadir[21]. Mas, a Retórica só foi sistematizada, no sentido de discurso com fins persuasivos, de maneira completa, por Aristóteles.

Segundo o filósofo, a Retórica se propõe a diagnosticar situações de discurso para adequá-lo ao seu objetivo maior, que é convencer, ou seja, ela pretende "a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir" (ARISTÓTELES, 2005, p. 95).

Para persuadir, o fundamental é a qualidade das provas empregadas pelo orador (sujeito falante) que se dividem em dependentes e independentes. As primeiras ocorrem através de testemunhas, confissões através de torturas ou por convenção escritas, ou seja, não dependem do orador (sujeito falante). Já as provas que são tributárias do método e dos meios do orador (sujeito falante) são consideradas dependentes (ARISTÓTELES, 2005).

No que diz respeito às provas dependentes, Aristóteles (2005, p. 96) ressalta que é necessário inventá-las. Entre as provas engendradas pelo discurso, o filósofo salienta três espécies: as que residem no caráter moral do orador/sujeito falante (*ethos*), as que dependem da disposição que se cria no auditório/sujeito interpretante (*pathos*) e as que estão no próprio discurso, pelo que ele demonstra ou parece demonstrar (*logos*).

> O que está em jogo na arte de convencer pelo discurso não é a verdade, mas os índices que provoquem os efeitos de verdade, levando os auditórios a sentirem uma paixão "porque os juízos que proferimos variam consoante experimentamos aflição ou alegrias, amizade ou ódio" (ARISTÓTELES, 2005, p. 33).

[21] Esta "fase" é considerada como "Pré-Retórica" (ARISTÓTELES, 2005, p. 17).

A arte de convencer se apresenta, portanto, constituída de três provas dependentes articuladas pelo discurso: uma centrada no orador (sujeito falante), outra centrada no auditório (sujeito interpretante) e, por fim, uma última centrada no próprio modo do discurso, a que atribuímos o nome de dimensão representacional (imagens de si e do outro), dimensão emotiva e dimensão técnica, respectivamente. Tais dimensões se encontram imbricadas: "Os valores aceitos pelo auditório, o prestígio do orador, a própria língua de que se serve, todos esses elementos ficam em constante interação quando se trata de ganhar a adesão dos espíritos" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 150).

Na dimensão representacional, os argumentos são da ordem da legitimidade e da credibilidade. Na dimensão emotiva, os argumentos estão no domínio das emoções e consistem em sensibilizar o interlocutor. Na dimensão técnica, os argumentos são de natureza lógica.

Conforme já dissemos, acreditamos que essas dimensões podem constituir um modo de organização no discurso da CPMI dos Correios, a que atribuímos o nome de retórico, pelo fato de se plasmarem com destaque no referido discurso.

Além disso, no discurso da CPMI dos Correios, a dimensão técnica (o *logos*) sustenta a dimensão representativa (as imagens de si e do outro) e a emotiva (o *pathos)*, uma vez que ela constitui a parte lógica do discurso ou o discurso em si mesmo. A dimensão emotiva, movida por uma intencionalidade, determina a dimensão representacional*: "*é, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 27). Essa, por sua vez, determina a dimensão emotiva. Ou seja, há uma relação dialética entre essas duas dimensões. Já as três dimensões auxiliam na configuração do conteúdo temático do discurso, sendo, portanto, nkjão só estratégias discursivas persuasivas, mas também elementos importantes na constituição da estrutura formal do discurso. Vejamos a figura 02:

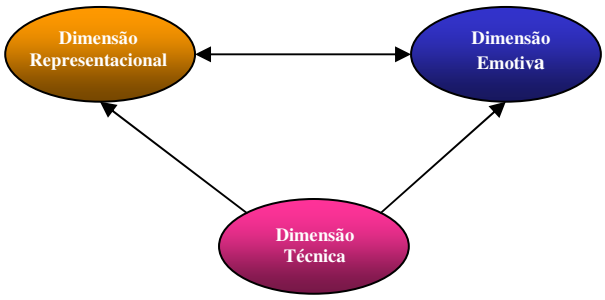

FIGURA 2 - Modo de organização discursiva retórico

A seguir, discutiremos cada uma dessas dimensões.

3.6.1. A dimensão representacional*:* imagens de si e do outro

A dimensão representacional compreende a construção das imagens de si (*ethos*) e do outro (*anti-ethos* e *pró-ethos*). Em oposição ao *ethos*, há a imagem do antagonista, denominada de *anti-ethos*. À medida que o sujeito atribui uma qualidade a si mesmo, imputa o oposto ao seu adversário. Além disso, paralelo ao *ethos*, em uma relação de reciprocidade, há a imagem do aliado, denominada de *pró*-ethos. À medida que o sujeito se atribui uma qualidade, imputa tal característica a seu aliado, e vice-versa.

O *ethos*, em sua origem, significa "comportamento", um conjunto de normas éticas que regulam a conduta da vida. No entanto, duas posições se colocavam - e se colocam até hoje - quanto a esse comportamento: o *ethos* era construído no e pelo discurso ou já era um dado preexistente?

Os romanos, inspirados em Isócrates (436-338 a.C.), acreditavam que o *ethos* se referia ao caráter do sujeito. Ou seja, o *ethos* era um dado preexistente que se apoiava na autoridade individual e institucional do orador (sujeito falante) como, por exemplo, no *status* social, na reputação, no modo de vida, na trajetória familiar e profissional. É importante salientar que caráter para os gregos era um costume constituinte de uma identidade. A generosidade, por exemplo, pode ser um *ethos,* se for suficiente para conferir a um indivíduo o título de generoso a partir de um comportamento renitente característico. Segundo os gregos, o *ethos* atribui identidade individual ou coletiva através de ações repetidas e refere-se tanto a pessoas quanto a povos. Um grande defensor desta posição foi Quintiliano, segundo o qual a trajetória

de vida de um indivíduo, quando transformado em argumento, pode persuadir mais que suas próprias palavras.

Já os gregos, em especial Aristóteles, possuíam um posicionamento diferente dos romanos. Para eles, o *ethos* é discursivo, ou seja, tem origem na enunciação. A identidade social não possui nenhuma relevância na construção da imagem de si:

> persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. E, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão (ARISTÓTELES, 2005, p. 96).

Para Aristóteles, o *ethos* é o caráter assumido pelo sujeito no discurso tendo em vista inspirar confiança no interlocutor. O filósofo ressalta que os argumentos lógicos (*logos*), apesar de importantes no processo argumentativo, não são suficientes sem essa credibilidade: o *ethos* é praticamente a mais eficaz das provas (ARISTÓTELES, 2005). Portanto, o *ethos* é efeito de um discurso e não de uma previsão sobre o caráter do sujeito falante, conforme pensavam os romanos.

Além disso, segundo Aristóteles, as pessoas honestas é que inspiram confiança e há três motivos para isso: ter um ar ponderado (*phrónesis*[22]); apresentar-se como um homem simples e singelo (*areté*); dar uma imagem agradável de si mesmo (*eúnoia*). Em outras palavras, para despertar a confiança no auditório, o orador precisa que esse lhe reconheça três qualidades: bom senso, virtude e honestidade. Se o orador não possuir bom senso na sua maneira de pensar, então será incapaz de encontrar as melhores soluções. Por outro lado, se ele possuir bom senso, mas não for inescrupuloso, pode encontrar a solução adequada, mas não a comunicará ou tentará enganar. Somente em um homem insígne, que possua ao mesmo tempo

[22] Aristóteles define a *phrónesis* como na Ética a Nicômaco: a prudência/razão prática (*phrónesis*) é uma boa disposição (*hexis*) intelectual que torna capaz de bem liberar sobre o bem e o mal [...] tendo em vista a felicidade (ARISTÓTELES, 2005, p. 1366a).

bom senso, virtude[23] e honestidade, pode-se confiar. Portanto, o orador deve dar a impressão de que possui referido caráter, se pretende persuadir, pois o seu êxito não depende só do que disser, mas também da imagem de si mesmo que projetar no auditório (sujeito interpretante). O filósofo (2005) salienta que a forma como o orador se apresenta é mais útil nos atos deliberativos.

O *ethos* em Aristóteles se liga, portanto, a dois campos: um no sentido moral da palavra, ligado às atitudes e às virtudes como, por exemplo, honestidade e sabedoria; outro, com sentido neutro, compreendido como o conjunto de hábitos e costumes.

Na Nova Retórica (2000), Perelman e Olbrechts-Tyteca salientam a necessidade de se ter alguma qualidade para tomar a palavra e ser ouvido:

> Às vezes bastará apresentar-se como ser humano, decentemente vestido, às vezes cumprirá ser adulto, às vezes, simples membro de um grupo constituído, às vezes, porta-voz desse grupo. Há funções que autorizam - e só elas - a tomar a palavra em certos casos, ou perante certos auditórios, há campos em que tais problemas de habilitação são minuciosamente regulamentados (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p.21).

Nas Ciências da Linguagem, Ducrot foi o primeiro lingüista a usar o termo *ethos.* Ao tratar de polifonia, o autor estabeleceu uma diferença entre locutor e enunciador como fonte das posições assumidas no discurso. Ainda, dividiu o locutor em "*locutor enquanto tal" e "locutor enquanto pessoa do mundo", salientando que não apenas o locutor diz de si mesmo, mas também mostra uma aparência conferida pela palavra: "l´ethos est attaché à L, le locuteur em tant que tel: c´est em tant qu´il est à la source de l´enonciation qu´il se voit effublé de certains caracteres qui, par contrecoup, rendent énonciation acceptable ou rebutante*[24]" (DUCROT, 1984, p. 201).

Posteriormente, a noção de *ethos* foi retomada por Maingueneau (2005) que salientou ser necessário refletir sobre *ethos* como uma noção sociodiscursiva, funcionalmente ligada a um

[23] Em Ética a Nicômaco, Aristóteles (2001) propõe uma distinção entre dois tipos de virtudes: as virtudes do pensamento (*dinoética*), adquiridas através do ensino (*habitus* intelectuais), e as virtudes do caráter (*habitus* éticos/ética), adquiridas pelo hábito e que, conseqüentemente, requerem paciência e tempo.

[24] "O *ethos* está ligado a L, o locutor tal como é: em sua essência mesma, como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou rejeitável" (DUCROT, 1984, p. 201, tradução nossa).

processo interativo de influências mútuas entre orador/locutor e auditório/alocutário. Para o lingüista, o *ethos* deve ser visto ligado a uma cena enunciativa, na qual estão inscritos o enunciador e o destinatário, cada qual invocado em um quadro interativo no interior do qual há configurações culturais, papéis a serem exercidos, lugares e momentos legítimos, que servem de suporte material e de modo de circulação dos enunciados.

A cena enunciativa, segundo Maingueneau (2005), se divide em cenas distintas: i) uma cena englobante, que tem seu estatuto pragmático relacionado ao tipo de discurso, como, por exemplo, o discurso político; ii) uma cena genérica que é a do contrato associado ao gênero discursivo ou a uma instituição discursiva, tal como, o depoimento e o pronunciamento; iii) uma cenografia que, via de regra, não é imposta pelas cenas englobante e genérica. Ou seja, a cenografia é construída no texto: trata-se de uma cena apropriada para o discurso, para validá-lo, torná-lo pertinente a determinado sujeito (MAINGUENEAU, 2005, p.75).

A cenografia, para o autor, não é somente um quadro, um cenário. Na realidade, é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente seu projeto de fala:

> a cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra: ele legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar [...] (MAINGUENEAU, 2005, p.77).

Portanto, a cenografia permite articular o discurso com sua origem e percurso, o que implica dupla articulação: o discurso considerado como enunciação de um lado; a imagem do orador, o lugar de onde ele fala; o momento histórico, de outro.

Assim, Maingueneau usa cenografia com duplo valor: i) na dimensão teatral da cena - a grafia, o modo como o discurso se inscreve e se legitima em seu modo de existir; ii) o desenrolar da enunciação como a instauração progressiva de seu próprio dispositivo da palavra em que a grafia deve ser apreendida como quadro e como processo. Um ouvinte constrói a cenografia de um discurso com o auxílio de vários índices como, por exemplo, o reconhecimento de gênero discursivo, os níveis de linguagem, do conteúdo explícito.

Para Maingueneau, cenografia e *ethos* implicam um processo conjunto: desde a emergência, a palavra traz determinado *ethos* que é validado progressivamente: ele depende de vários fatores, como ser pré-discursivo, discursivo, mostrado, dito diretamente ou indiretamente, o que faz com que muitas vezes seja impossível descrever as fronteiras entre o dito, o sugerido, o mostrado.

Além disso, Maingueneau (2005, p.72) salienta a idéia de incorporação, que se refere ao modo como o sujeito se apropria de um *ethos*, preexistente à própria enunciação. Em outras palavras, pela argumentação o sujeito enunciador constitui um corpo que o destinatário reconhece como participante da relação discursiva, assimilando-o a um conjunto de esquemas (e imaginários[25]) que corresponde a um modo específico de se referir ao mundo em relação a esse corpo.

Pela noção de incorporação, segundo Maingueneau, o sujeito falante apresenta uma identidade (mais ou menos sedimentada no imaginário sociodiscursivo[26]) que será reconhecida não apenas por sua doutrina ou por suas idéias, mas também por sua maneira de dizer, que retrata uma maneira de ser, mobilizando-o na direção de determinado sentido. Seu poder de persuasão será maior se investido de valores historicamente especificados pelo enunciatário/auditório. Seu *ethos* é a parte que garante, através da palavra, a identificação com esses valores: é através do seu enunciado que se legitima a força de sua persuasão, não visto como uma forma ou um conteúdo, mas como um acontecimento inscrito em configurações sócio-históricas que associam a organização do conteúdo e da forma à cena que vai legitimar essa enunciação:

> O que o orador pretende ser, ele o dá a entender e mostra: não **diz** que é simples ou honesto, **mostra-**o por sua maneira de se exprimir. O ethos está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo "real", (apreendido) independentemente

[25] O imaginário é uma imagem da realidade, mas uma imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações. O imaginário não é o que se opõe a realidade tampouco o que se refere a inventado. Nesse sentido, o imaginário é uma maneira de como o indivíduo vê o mundo, como o representa. A realidade não pode ser aprendida enquanto tal, uma vez que existe nela mesma, mas não significa (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

[26] Uma vez que os imaginários são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes maneiras, mas semanticamente reagrupáveis, ocorrem os chamados imaginários discursivos. Por fim, tendo em vista que eles circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, temos os imaginários sociodiscursivos. Portanto, os imaginários sociodiscursivos se referem ao conjunto de representações discursivas do sujeito, as quais se ligam às crenças, aos valores, às opiniões e ao conhecimento (CHARAUDEAU, 2006, p. 203).

.

> de seu desempenho oratório: é portanto o sujeito da enunciação uma vez que enuncia que está em jogo aqui (MAINGUENEAU, 2005, p. 138, grifo do autor).

Outros pesquisadores também se dedicaram aos estudos sobre o *ethos*, tendo como fio condutor as propostas de Aristóteles. Eggs (2005), por exemplo, ressalta que, embora o *ethos* tenha um sentido moral ou ideal, é necessário observar que essa moralidade não nasce de uma atitude ou de um sistema de valores abstratos, mas é produzida pelas escolhas competentes, deliberadas e apropriadas. Portanto, para o autor, é no próprio discurso que se deve agir estrategicamente para alcançar a moralidade a que se refere Aristóteles: "a questão não é se dar a aparência de honesto e sincero, mas se apresentar honesto e sincero para que o verdadeiro e o justo se imponham" (EGGS, 2005, p. 31).

Segundo Eggs (2005), o *ethos*, assim como o *logos* e o *pathos*, é tridimensional, uma vez que se consolida apoiado pela *phrónesis* e pela *areté*. Em outras palavras, primeiramente é preciso levar em conta que o *logos* convence em si e por si mesmo, independentemente da situação comunicativa, ao passo que o *ethos* e o *pathos* estão sempre ligados à questão de uma situação e, sobretudo, aos indivíduos nela implicados. Depois, o peso dessas provas é relativo, uma vez que depende do gênero discursivo. O ouvinte se deixa convencer tanto pelo *pathos* quanto pelo *logos* e pelo *ethos* como não é possível excluir todo *pathos* do orador. O orador deve mostrar não só um sentimento de benevolência e de solidariedade com seu auditório, mas também o *logos* prático. Segundo o autor, há algo de racional (*logos*) e que inspira confiança; algo de sincero (*ethos*) e de uma imagem agradável de si; além de algo de solidário (*pathos*), de um ar ponderado, conforme ressalta Aristóteles.

O autor salienta também que Aristóteles somente considera as três provas como extrínsecas caso elas não sejam produzidas no e pelo discurso. Nessa perspectiva, o caráter exterior, extradiscursivo, na realidade, só faz sentido se pensarmos que não é no próprio discurso que as provas emergem. Além disso, segundo Eggs, é preciso analisar o *ethos* tendo em vista as paixões, uma vez que essas duas provas se encontram imbricadas, se complementando, presas num elo discursivo, na condição de provas pertencentes ao domínio das emoções:

> A virtude do ethos tem estreita afinidade com as paixões sob vários aspectos. Ademais, a phrónesis está intimamente ligada à virtude do ethos e, inversamente, esta àquela, uma vez que os princípios da phrónesis são

> conformes às virtudes éticas e o que é justo nestas últimas é determinado por ela. Mas como as duas também estão ligadas às paixões, elas podem se aplicar somente a um ser compósito (isto é, composto de um corpo e de um espírito); e as virtudes de tal ser compósito são puramente humanas (EGGS, 2005, p. 36).

Eggs conclui que não se pode realizar o *ethos* moral sem realizar ao mesmo tempo o *ethos* neutro, objetivo ou estratégico: "é preciso agir e argumentar estrategicamente para poder atingir a sobriedade moral do debate" (EGGS, 2005, p. 39). Essas duas faces do *ethos* constituem dois elementos essenciais do mesmo procedimento: convencer pelo discurso, o que constitui, na realidade, segundo o autor, um problema, para a pragmática filosófica moderna: não consegue explicar o desenvolvimento real dos processos de argumentação e de convicção por não considerar o *ethos* no sentido procedural (*ethos* objetivo e neutro).

Já Amossy (2005) ressalta que o *ethos* é uma categoria discursiva e institucional:

> a eficácia da palavra não é nem puramente exterior (institucional) nem puramente interior (linguageira). Ela acontece simultaneamente em diferentes níveis. Não se pode separar o ethos discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu) (AMOSSY, 2005, p.136).

Segundo a lingüista, a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para criar uma imagem pré-discursiva. Tanto um nome quanto uma assinatura são suficientes para evocar uma representação[27] estereotipada que é levada em conta no jogo especular da troca verbal. Durante a enunciação, o locutor insere sua imagem que corresponde a papéis sociais preexistentes nos lugares comuns do auditório. Esse estereótipo se deixa aprender tanto na enunciação quanto no enunciado. A imagem que o locutor constrói de si no discurso é constitutiva da interação verbal e determina a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários.

[27] As representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exibir-se através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos. Elas constituem maneiras de ver (discriminar e classificar) e de julgar (atribuir um valor) o mundo, através de discursos que engendram saberes, sendo que é com estes últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. Os saberes não são categorias abstratas da mente, mas maneiras de dizer configuradas pela e dependentes da linguagem que ao mesmo tempo contribuem para construir sistemas de pensamento, reagrupados em: i) saberes de conhecimento; ii) saberes de crença (CHARAUDEAU, 2006).

Sua autoridade, segundo Amossy, não provém somente de seu estatuto exterior ou das modalidades da troca simbólica da qual ele participa. Ela é também produzida pelo discurso em uma troca verbal que visa a produzir e a fazer reconhecer sua legitimidade.

É de suma importância salientar a dimensão social do *ethos* discursivo e sua relação com as posições institucionais, pois o imaginário social e a autoridade contribuem para sua formação, centrada na materialidade do discurso, permitindo analisar a construção do *ethos* em termos de enunciação e do gênero do discurso.

Charaudeau (2006) adota a mesma linha de pensamento de Amossy e destaca a existência de duas grandes categorias de *ethé* no discurso político: os *ethé* de credibilidade, fundados em um discurso da razão, e os *ethé* de identidade, fundados em um discurso de afeto. Dentre os *ethé* de credibilidade, encontra-se o *ethos* de sério, o de virtude e o de competência. Já dentre os *ethé* de identificação, está o *ethos* de potência, o de caráter, o de inteligência, o de chefe, o de humanidade[28].

A idéia de *ethos* esteve em voga também entre os sociólogos, como Bourdieu (1982), por exemplo, mas com uma diferença: a ação exercida pelo orador sobre seu auditório não é só de ordem linguageira, mas, sobretudo, social. Sua autoridade não depende apenas das palavras que utiliza, mas também do acesso que tem à palavra oficial ou ao que lhe dá legitimidade para falar "daquele lugar":

> a ação exercida pelo orador sobre seu auditório não é de ordem linguageira, mas social; sua autoridade não depende da imagem de si que ele produz em seu discurso, mas de sua posição social e de suas "possibilidades de acesso à palavra oficial ortodoxa, legítima" (BOURDIEU, 1982, p.)

Segundo o sociólogo, a eficácia de um discurso não se encontra em sua substância propriamente lingüística. Um discurso só tem autoridade se for pronunciado por alguém que possui legitimidade para pronunciá-lo, conforme o fez Roberto Jefferson ao se dirigir ao povo, à imprensa e aos demais parlamentares através de pronomes de tratamento ou de formas nominais específicos. Nesse sentido, o *ethos* não possui nenhum aspecto de construção discursiva, resumindo-se, pois, na autoridade exterior de que possui o locutor. É o que

[28] Cf. Charaudeau (2006).

acontece, por exemplo, com o pesquisador que é visto pelos outros como legítimo ao dizer sobre dado assunto:

> a especificidade do discurso de autoridade (aula, sermão, etc.) reside no fato de que sua compreensão não é suficiente (ele pode até mesmo, em certos casos, não ser compreendido e mesmo assim manter seu poder), e de que a efetivação de seu efeito específico depende de ele ser reconhecido como tal. Esse reconhecimento - acompanhado ou não da compreensão - só acontece, uma vez que é evidente, sob certas condições, as quais definem o uso legítimo (BOURDIEU, 1982, p.107).

Para Bourdieu, o dizer (discurso) só pode ser um fazer (ação) na lógica da troca - interação social. Assim, o discurso apresenta dupla perspectiva: i) interacional: a eficácia discursiva só pode ser compreendida na troca entre os participantes; ii) institucional: essa troca é indissociável das posições ocupadas pelos participantes no campo no interior do qual atuam.

Na perspectiva dos pragmáticos, portanto, o *ethos* constrói-se na interação verbal e é discurso; ao passo que, para os sociólogos, ele se inscreve em uma troca simbólica regrada por mecanismos sociais e por posições institucionais exteriores.

Na dimensão representativa (*ethos*), é necessário pensar também na imagem do outro. Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), o sujeito falante, com o intuito de persuadir o interlocutor, constrói uma imagem deste, ou seja, pressupõe costumes, verdades, as regras preestabelecidas pela comunidade na qual está inserido esse interlocutor, baseando-se em classificações aceitas, universais, para obter um efeito argumentativo a partir dessas. O interlocutor, por sua vez, também pressupõe uma imagem do orador (sujeito falante).

Assim, se instaura um jogo de imagens. O sujeito falante constrói seu discurso embasado em proposições que pressupõe estar de acordo com o ponto de vista de seu interlocutor, discernindo o grau, a hierarquia, o lugar que essas proposições ocupam na vida da comunidade a qual se dirige uma vez que toda comunidade é regida por leis, regras, tradições e não por um conceito puro e inadmissível de verdade. É importante salientar que o consenso social é que determina a verdade e não a adequação do enunciado ao real. O sujeito falante edifica uma imagem do interlocutor e argumenta com base nessa imagem, levando em conta que deve haver um envolvimento dos interactantes, principalmente do enunciatário, que

precisa ter apreço pela adesão do interlocutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p.18).

A imagem prévia que se faz do locutor e a imagem que ele constrói em seu discurso estão indexadas em representações partilhadas, modelos culturais impregnantes. Aí é que reside a importância da idéia de estereótipo, uma operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado (AMOSSY, 2005, p.125). A sociedade avalia um indivíduo conforme um modelo pré-construído. Assim, a construção do auditório (sujeito interpretante) passa por um processo de estereotipagem.

O mesmo se dá com a construção da imagem de si. O orador (sujeito falante) cria uma imagem que vai de encontro aos esquemas coletivos que ele crê cristalizados e valorizados por seu auditório (sujeito interpretante), através do que diz de sua própria pessoa como também por meio das modalidades enunciativas. Essa imagem que se constrói se encontra nos imaginários sociais.

3.6.2. A dimensão técnica: provas demonstrativas

A dimensão técnica comporta o *logos* que se refere ao domínio da palavra, aos conteúdos transmitidos, às figuras de estilo, aos recursos oratórios, à argumentação propriamente dita do discurso:

> **as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies**: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e **outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar** (ARISTÓTELES, 2005, p. 96, grifo nosso).

O *logos* constitui uma prova persuasiva que se concretiza através da demonstração real ou aparente tal como, por meio da indução (exemplo), do silogismo (entimema) e do silogismo aparente (entimema aparente) (ARISTÓTELES, 2005). O orador (sujeito falante) racionaliza sua tese, apoiando-se em preceitos de ordem técnica, tendo em vista fazer com que o auditório (sujeito interpretante) compreenda sua opinião e as justificativas nas quais ela se assenta. No entanto, não se trata apenas do conteúdo dos argumentos, mas também de como esses se relacionam para produzir uma conclusão plausível.

O exemplo se caracteriza pelo fato de demonstrar que algo é assim na base de muitos casos semelhantes. Já o entimema consiste na demonstração de certas premissas que podem levar a uma proposição nova e diferente somente porque elas são sempre ou quase sempre verdadeiras. Aristóteles salienta que os dois tipos de argumentos são importantes e cada orador (sujeito falante) usa, com mais maestria, um ou outro. No entanto, os entimemas são mais aplaudidos.

Conforme Reboul (1998, p. 5), Górgias (1993) tinha uma visão peculiar sobre o *logos*, de certa forma até um pouco utópica, uma vez que acreditava em determinado poder encantatório da palavra. Segundo Górgias, o *logos* é um grande tirano que, com pequeno e invisível corpo, leva a cabo obras divinas, fazendo cessar o medo e tirar as dores, infundir a alegria e inspirar a piedade. Na concepção de Górgias, o orador (sujeito falante) desempenha uma função semelhante à do advogado que em tribunal defende criminosos: o *ethos* não interessa ou está subordinado ao *logos*, à necessidade de ganhar e convencer pela palavra.

Já Cícero (1956), por sua vez, defendia a dimensão da palavra, a eloqüência, o *logos*, a necessidade de se vencer, além de ser ter em conta o *pathos*, o auditório (o sujeito interpretante), o que ele queria ouvir, mas não a todo o preço. Assim, enfatizava o *ethos* retórico. A relação entre orador (sujeito falante) e auditório (sujeito interpretante) devia envolver eloqüência e capacidade de interpretar os desejos dos auditórios (sujeitos interpretantes), mas devia também subordinar-se a valores éticos, a deveres morais, segundo o filósofo.

Historicamente, a Retórica surgiu estreitamente ligada ao uso e abuso da palavra. Era comum o uso, exagerado, das figuras de estilo e do discurso vazio. Isso se prolongou até a Idade Média, o que desacreditou fortemente a Retórica e os retóricos, levando a um movimento de rejeição, embora Aristóteles (2005) tenha mostrado não só a importância do *logos*, mas também do *ethos* e do *pathos* no ato argumentativo.

Com o passar do tempo, alguns pesquisadores como, por exemplo, Toulmin (2006), Habermas (2003) e Perelman (1984, 1993) associaram a Retórica à argumentação e lhe conferiram um caráter ético e natural, sem os rebuscamentos e o vazio sofístico que lhe eram característicos. Esses autores se fundamentaram em um "modelo" de argumentação judicial que se contrapõe ao modelo matemático e lógico e às limitações e incapacidade deste em

refletir a complexidade do real humano com os seus valores e grau de liberdade. Perelman, em seus estudos sobre a Retórica, salientou que o *logos* é uma categoria importante à argumentação, mas essa não se resume àquele:

> somente as palavras não podem garantir uma compreensão, sem falhas, da mensagem, é preciso procurar fora da palavra, na frase, no contexto, verbal ou não, naquilo que se sabe do orador e do seu auditório, suplementos da informação, permitindo reduzir o mal-entendido, compreender a mensagem de uma maneira adequada à vontade daquele que a emite (PERELMAN, 1984, p. 245)

Na perspectiva de Perelman (1984, p. 239), se a argumentação se dá entre dois sujeitos (orador e auditório), ou seja, de forma restrita, o auditório (sujeito interpretante) configura-se como *ad hominem*, o qual é estruturado em um discurso persuasivo, pautado no apelo às paixões e à emoção do auditório. No entanto é preciso ressaltar que, para Perelman, o *pathos* é prejudicial a uma boa argumentação.

A partir das idéias de Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000) propuseram classes de argumentos, salientando que, se a argumentação[29] visa à adesão do auditório (sujeito interpretante) a certas teses, o orador (sujeito falante) agencia técnicas argumentativas que se apresentam sob dois aspectos: i) o aspecto positivo, que consiste no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as já admitidas pelo auditório: argumentos de ligação; ii) o aspecto negativo, que visa a abalar ou a romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador: trata-se da ruptura das ligações e dos argumentos de dissociação. Os argumentos de ligação, segundo os autores, podem ser agrupados em três grandes grupos: i) os argumentos quase

[29] Os autores ressaltam que, antes disso, é necessário verificar as premissas da argumentação. Todo o movimento da argumentação consiste em transpor a adesão inicial que o auditório tem relativamente a uma opinião que lhe é comum para outra de que o orador o quer convencer. Daí a importância do *kairós* e do conhecimento que o orador deve possuir do seu auditório, das suas opiniões, das suas crenças, enfim de tudo aquilo que ele tem por admitido. Essas devem ser as premissas da argumentação: as teses sobre as quais há um acordo. É claro que se pode sempre utilizar o estratagema da petição de princípio simulando tomar por acordado precisamente aquilo que se trata de demonstrar. No entanto não é esse o procedimento habitual. Segundo Perelman, há dois tipos de acordo presentes nas premissas da argumentação: acordo sobre o real e sobre o preferível.
O acordo sobre o real exprime-se em juízos sobre o real conhecido ou presumido: tudo o que é admitido pelo auditório como fato, verdade ou presunção. Já o acordo sobre o que é preferível exprime-se em juízos que estabelecem uma preferência em termos de valor, hierarquia ou ainda nos lugares (comuns) do preferível: quantidade (a maioria preferível à minoria), qualidade (o que é raro preferível ao que é banal), existente (prefere-se o que existe: "mais vale um pássaro na mão que dois voando" etc.) (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000).

lógicos; ii) os argumentos fundados na estrutura do real; iii) os argumentos que fundam a estrutura do real.

Os argumentos quase lógicos se assemelham aos raciocínios lógicos, uma vez que não recorrem à experiência. No entanto, apresentam uma natureza diferente destes: não possuem valor conclusivo, ou seja, podem ser refutados, uma vez que é impossível eliminar da linguagem toda a ambigüidade nem remover do argumento a possibilidade de várias interpretações.

Dentre os argumentos quase lógicos, podemos citar, por exemplo, a transitividade, uma das estratégias agenciadas por Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios: "os amigos de meus amigos são meus amigos; os amigos de meus inimigos são meus inimigos; os inimigos de meus amigos são meus inimigos; os inimigos de meus inimigos são meus amigos". Ao instaurar o Presidente Lula na cena como seu amigo, Jefferson tentou angariar a confiança do povo, uma vez que pressupunha ser o povo amigo de Lula: Lula é o "homem do povo". Portanto, se o povo é amigo de Lula, e Lula é seu amigo; o povo é seu amigo também: relação de amizade.

Nesta classe de argumentos podemos citar também o argumento denominado ridículo, usado por José Genoíno, presidente do PT, ao se referir ao empréstimo do PT no Banco Rural: "eu não sabia que ele (Marcos Valério) é avalista. Eu assinei sem ler", o que acabou provocando riso no interlocutor.

Já os argumentos baseados na estrutura do real se constroem a partir não do que o real é no sentido ontológico, mas do que o auditório (sujeito interpretante) acredita que ele seja, isto é, aquilo que ele toma por fatos, verdades ou presunções. São aqueles cujo fundamento se encontra na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Uma vez que se admite que os elementos do real estejam associados entre si, em dada ligação, é possível fundar sobre tal relação uma argumentação que permita passar de um destes elementos ao outro. Podem ser de sucessão ou coexistência.

Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão são aqueles que dizem respeito à relação de causa e efeito. Por exemplo, o argumento pragmático, que atribui o valor de uma tese aos resultados causados por sua adoção, estratégia também bastante usada por Roberto

Jefferson durante o evento ao salientar as conseqüências de não se assumir um posicionamento em relação ao financiamento ilegal das campanhas eleitorais no Brasil.

Os argumentos fundados na estrutura do real por sucessão são aqueles que dizem respeito às relações envolvendo realidades de ordens diferentes, em que uma seja a essência e a outra a manifestação exterior dessa essência. É o argumento que procura associar o caráter de uma pessoa a seus atos, por exemplo. Dentre eles, também se encontra o argumento por autoridade, estratégia também agenciada por Jefferson durante o evento da CPMI. Ele agenciou a "voz" de autoridades políticas e religiosas para reforçar seus argumentos.

Por fim, os argumentos que fundam a estrutura do real constituem um tipo de argumentação que opera como que por indução, estabelecendo generalizações e regularidades, propondo modelos, exemplos, ilustrações a partir de casos particulares. São aqueles que generalizam aquilo que é aceito a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para outro domínio o que é admitido em domínio determinado. Trata-se dos argumentos que se utilizam do exemplo, do modelo, da analogia e da metáfora.

Os argumentos por dissociação são aqueles que, ao invés de proceder através da ligação e ruptura de associações anteriormente estabelecidas, procuram solucionar uma incompatibilidade do discurso, restabelecendo uma visão coerente da realidade. Quando posto em contradição, o orador procura construir um conceito de realidade capaz de ser usado para julgar as aparências: aquelas que, se conformarem, são consideradas válidas; as que não se conformarem são desconsideradas. A dissociação resulta da depreciação do que era até então um valor aceito e a sua substituição por outro conceito que esteja de acordo com o valor original.

3.6.3. A dimensão emotiva: emoções, desejos e ações

A dimensão emotiva compreende as emoções, uma vez que tem por finalidade sensibilizar e mobilizar o interlocutor. A probabilidade de um discurso sensibilizar, mais ou menos, depende de sua capacidade de atingir as emoções do interlocutor. Assim, as emoções são de fundamental importância ao processo argumentativo. Por um lado prepara o espírito do interlocutor para que, pelo menos, se disponha a ouvir o locutor. Por outro lado, procura

sensibilizá-lo para os valores e crenças que o locutor busca alcançar por meio da argumentação, conforme atestam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000).

Embora durante muito tempo tenha se afirmado a primazia da razão[30] (*logos*) na célebre dicotomia racionalismo cognitivo e tensões/perturbações da alma (emoções e sentimentos[31]), é inegável a importância das emoções na argumentação. Conforme Sodré (2006), desde a Antiguidade grega, os grandes oradores tinham consciência de que a eloqüência mais poderosa é aquela que se vale da paixão calculada (as figuras de sentido sempre constituíram excelentes recursos de mobilização emocional do interlocutor pela palavra). Aristóteles chegou, inclusive, a dedicar um livro inteiro a esse assunto:

> [...] é necessário não só procurar que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e **prepare favoravelmente o juiz**. Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado **estado de espírito** em relação ao orador (ARISTÓTELES, 2005, p. 159, grifo nosso).

Na dialética aristotélica, portanto - assim como também na platônica[32] - sempre se apelou para as emoções, ou seja, para uma retórica que se valesse de estados ou disposições psíquicos.

Hoje, mais do que nunca, parece que é justamente no plano do sentir que a nossa época exerceu o seu poder (PERNIOLA, 1993). Bem como afirma Sodré (2006), vivemos a época do estético, não por sua relação direta com as artes, mas por seu campo estratégico do sentir (*aisthesis*) em contraponto ao do cognitivo e do prático. O discurso político contemporâneo, por exemplo, mediante as grandes transformações pelas quais passa[33], parece se inserir bem nesse contexto.

[30] O *logos* era considerado a fonte de todo conhecimento e verdade (SODRÉ, 2006).

[31] Durante séculos, as emoções e paixões foram condenadas, consideradas como fator de perturbação e perda temporária da razão. Para muitos autores, as paixões perturbavam a alma, impediam o homem de pensar, portanto era necessário domá-las por meio da razão. As paixões, uma vez oriundas dos "pensamentos confusos", eram sem valor e desnecessárias. Possuí-las era resultado de ignorância humana e sua estupidez, uma vez que o homem é dotado de razão, e sem a razão os homens são vazios e sem sentido. Somente na racionalidade reside a fonte da sabedoria (SODRÉ, 2006).

[32] Platão é considerado o criador da primeira teoria sobre as emoções (SODRÉ, 2006).

[33] Há algumas décadas, a mediação do discurso político era somente por meio da palavra, seja ela falada ou impressa. Ora o orador se instalava no palanque e, ali, marcava sua presença com sua voz, seus gestos, suas vestes; ora sua imagem vinha delineada em cartazes e santinhos. Com o advento do rádio, a forma de contato entre o político e seu público mudou. O político chegava quase pessoalmente – por meio de sua voz – a recantos

Conforme já dissemos, a argumentação, em sentido amplo, só é possível mediante a conjugação de três operações discursivas, tendo em vista que aquele que visa a persuadir e a convencer deve instruir, agradar e fazer agir (*docere*, *delectare* e *movere*)[34].Ou seja, ele precisa tocar a razão e o coração, articular as dimensões técnica, representacional e emotiva.

Segundo Marques (2008), ao longo da história, vários autores mostraram a importância das emoções à argumentação como, por exemplo, Pascal, Plantin, Quintiliano e Cícero. Pascal, por exemplo, conforme a autora, afirma que para persuadir um indivíduo é necessário saber do que ele gosta, conhecer o seu espírito e o seu coração: "A arte de persuadir consiste tanto na arte de agradar como na de convencer, pois os homens governam-se mais por capricho que pela razão!" (PASCAL, 2001, p.133). No entanto, conforme ressalta o autor, é preciso levar em conta que ensinar regras para agradar é tarefa bem mais difícil, mais sutil, mais útil e admirável do que ensinar a usar o entendimento e a razão para convencer.

Plantin (2004) salienta que a retórica das emoções é tida como uma das dimensões essenciais da retórica. É aquela que se liga com os afetos. Segundo o autor, sem emoção e sem comoção não há retórica. Em Quintiliano (1975), nas palavras de Marques, o *ethos* funde-se nos afetos e define-se como um afeto doce ou longo sobre o qual se adoçam as modulações emocionais. Cícero, por sua vez, salienta Marques, enumera uma série de emoções retóricas de base justificadora da primazia dos afetos na palavra argumentativa:

> *Les sentiments qu´il nous importe le plus de faire naître dans l`ame des juges, ou de nos auditeurs quels qu´ils soient, sont l`affection, la haine, la*

que mesmo os impressos alcançavam com dificuldade. No entanto, o rádio não alterou tanto o estilo do discurso político. Seu discurso ainda parecia de comício, com um tom de palanque. Depois, o cinema trouxe algumas mudanças. Mas, ainda havia o privilégio a uma locução empostada, com cenas de palanque, marcando a distância em relação ao espectador – uma distância que a própria sala de exibição e os rituais próprios da projeção de filmes já enfatizavam. Somente com o advento da televisão é que houve uma modificação radical na forma do discurso político. Através da imagem, a televisão trouxe o homem político para dentro da casa do cidadão. Os gestos e o rosto do orador ficaram mais próximos do público do que nunca. O cidadão, além de ter a imagem, o que não ocorria com o rádio, passou a tê-la agora de forma instantânea. Assim, a televisão trouxe um sentimento de intimidade, de proximidade. Nas palavras de Miguel (2000), a televisão trouxe mais que uma aproximação. Ela permitiu o próprio contato face a face: há um rosto para ser reconhecido. Essa intimidade modificou o formato do discurso. O tom de palanque, que remete à praça pública, soava, agora, inadequado. Foi surgindo um meio cada vez mais propício à patemização. Assim, as provas localizadas no auditório tiveram que ser repensadas para um ambiente próprio a esta mídia: a produção do espetáculo (MIGUEL, 2000). Em seu depoimento do dia 30/06/2005, no Senado Federal, Roberto Jefferson, por exemplo, mostra, claramente, saber que está no ar: "Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve" [...]. (Pronunciamento realizado no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 14/09/2005).

[34] Cf. Aristóteles (2005).

> *colére, l`envie, la pitié, l`esperance, la joie, la crainte, le mécontentement*[35] (CÍCERO, 1956, II, p. 205).

> *Rien n´est en effect plus important pour l´orateur, Catulus, que de gagner la faveur de celui qui écoute, surtout d`exciter en lui de telles émotions qu`au lieu de suivre le jugement el la raison, Il cede à l`entraînement de la passion et au trouble de son ame*[36] (CÍCERO, 1956, II, p. 178).

Mas o que são as emoções?

O tema emoção é de complexa abordagem e se encontra em constante discussão na Psicologia, Sociologia, Lingüística, Neurologia, Psiquiatria, Biologia, Antropologia etc. A palavra "emoção" provém do latim *emovere*, *emotus* - donde, *commuovere*: movimento energético ou espiritual desde um ponto zero ou um ponto originário na direção de outro, como conseqüência de certa tensão, capaz de afetar organicamente o corpo humano. *Emotus* que dizer abalado, sacudido, posto em movimento (ENCICLOPÉDIA LAROUSSE, 1998). Assim, como a própria etimologia sugere, as emoções são reações manifestas perante condições afetivas que, pela sua intensidade, nos mobilizam para algum tipo de ação, o que nos permite dizer que há uma estreita relação entre emoção, desejo (aqui compreendido como intenção) e ação.

Ao longo do tempo, vários sinônimos foram usados para o termo: paixões, sentimentos, percepções, sensações, perturbações, distúrbios, condutas, hábitos, valores morais, desarmonias do organismo etc. O que um autor denomina emoção, outro denomina afeto, e um terceiro, sentimento ou paixão. Outros estabelecem diferenciações entre emoção, sentimento e paixão. Outros, como Aristóteles (2005), por exemplo, usam esses termos como sinônimos. Além disso, as emoções foram qualificadas em boas ou más, primárias e secundárias, ligadas ou não a fatores biológicos, a valores sociais e morais.

Não constitui nosso objetivo aqui discutir a trajetória dos estudos sobre as emoções. Portanto, adotaremos a nomenclatura "patemização" que engloba tanto sentimentos, emoções e paixões, de forma indistintiva, além da perspectiva de Aristóteles (2005, p. 160): "as emoções são as

[35] "Os sentimentos que mais desejamos fazer nascer na alma dos juízes, ou de nossos auditores quem quer que sejam, são a afeição, o ódio, a cólera, a inveja, a piedade, a esperança, a alegria, o temor, o descontentamento" (CÍCERO, 1956, II, p.205, tradução nossa).

[36] "Nada é, com efeito, mais importante para o orador Catulo que ganhar o favor daquele que escuta, sobretudo, nele excitar emoções tais que, ao invés de seguir o julgamento e a razão, ele cede ao movimento da paixão e à perturbação de sua alma" (CICERO, 1956, II, p. 178, tradução nossa).

causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrárias". Nesse sentido, acreditamos que as emoções podem incitar uma ação, uma vez que elas portam uma intencionalidade (desejo). Por exemplo, Roberto Jefferson se sentia ressentido tendo em vista a traição de seus colegas parlamentares. Assim, tencionando se vingar, revelou o esquema do "Mensalão".

No entanto, é fundamental que as emoções correspondam às representações sociais (relacionada aos valores, às crenças, aos conhecimentos) do interlocutor para poder desencadear sensações ou comportamentos e ser usadas no intuito de seduzir, ameaçar, aterrorizar, enfim, atrair o interlocutor. Isto é, o sujeito falante precisa conhecer de antemão pelo menos alguns valores comungados por seu interlocutor para poder tentar persuadi-lo. Nessa perspectiva Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000)[37] ressaltam que todo o movimento da argumentação consiste em transpor a adesão inicial que o auditório (sujeito interpretante) tem relativamente a uma opinião que lhe é comum para outra de que o orador (sujeito falante) o quer convencer. Daí a importância do *kairós* e do conhecimento que o orador (sujeito falante) deve possuir do seu auditório (sujeito interpretante), das suas opiniões, das suas crenças, de seus conhecimentos, enfim de tudo aquilo que ele tem por admitido que sejam as premissas da argumentação: as teses sobre as quais há um acordo. É claro que se pode sempre utilizar o estratagema da petição de princípio simulando tomar por acordado precisamente aquilo que se trata de demonstrar. No entanto não é esse o procedimento habitual.

Na perspectiva de Charaudeau (2006), as representações sociais se estruturam através dos saberes de conhecimento e de crenças. Os primeiros, ao contraírem representações classificatórias do mundo, os últimos ao darem um tratamento axiológico às relações do homem com o mundo. Os saberes de conhecimento, segundo o autor, possuem a função de estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo. São oferecidos como existindo além da subjetividade do sujeito, pois o que funda essa verdade é algo exterior ao homem. Esses saberes dizem respeito aos fatos do mundo e à explicação que se pode dar sobre o porquê ou o como desses fenômenos. Portanto, eles participam de uma razão científica que constrói uma representação da realidade que vale pelo conhecimento do próprio mundo. Essa razão

[37] É indiscutível a contribuição de Perelman tanto na revalorização teórica da Retórica quanto na sua equiparação a uma teoria geral do discurso persuasivo, que é visto como visando a uma adesão, tanto intelectual quanto emotiva, seja de tipo de auditório for (PERELMAN, 1993, p. 172).

científica possui necessidade de fiadores. Ela usa instrumentos de visualização (microscópio, lunetas, telemática), sistemas de medida ou de cálculo (estatística, informática), procedimentos de figuração codificada (cartografia) e define conceitos e modos de raciocínio que podem ser utilizados pela coletividade, portanto, que escapam à singularidade do indivíduo. Nesse sentido, se constrói um discurso que não pertence a dada pessoa enquanto tal, que seria a realização de um terceiro impessoal (a ciência ou aquilo que ocupa esse lugar), que é independente de todo ato de enunciação pessoal e que desempenharia, ao mesmo tempo, o papel de referência e de verificador do saber. Esses saberes de conhecimento dependem das culturas nas quais nascem.

Já os saberes de crença, para Charaudeau, objetivam sustentar um julgamento sobre o mundo e se referem aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, que é um modo de explicação centrado na realidade e que, supostamente, não depende de julgamento humano. Os valores são procedentes de um juízo não relativo ao conhecimento do mundo, mas aos seres que habitam o mundo, seu pensamento e seu comportamento. Os saberes de crença são procedentes de um movimento de avaliação, findo o qual o sujeito determina seu julgamento a respeito dos fatos. Agora é o sujeito que vai ao mundo e não este que se impõe àquele. Portanto, deve-se admitir a existência de vários julgamentos possíveis. O sujeito que fala faz sua escolha conforme uma lógica do necessário e do verossímil, na qual pode intervir tanto a razão quanto a emoção. Uma vez que existem vários julgamentos sobre o mundo, eles são objeto de confrontação e de divisão. Todo juízo de crenças está fundado sobre uma partilha, pois se pode dizer que ele tem também uma função identitária.

Na concepção de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), há dois tipos de acordo presentes nas premissas da argumentação: acordo sobre o real e sobre o preferível. O acordo sobre o real exprime-se em juízos sobre o real conhecido ou presumido: tudo o que é admitido pelo auditório como fato, verdade ou presunção. Já o acordo sobre o que é preferível exprime-se em juízos que estabelecem uma preferência em termos de valor, hierarquia ou ainda nos lugares (comuns) do preferível: quantidade (a maioria preferível à minoria), qualidade (o que é raro preferível ao que é banal), existente (prefere-se o que existe).

Segundo Aristóteles (2005), o discurso será emocionado se, relativamente a uma ofensa, o estilo for o de um indivíduo encolerizado; se relativo a assuntos ímpios e vergonhosos, for o de um homem indignado e reverente; se sobre algo que deve ser louvado, o for de forma a

suscitar admiração; com humildade, se sobre coisas que suscitam compaixão (ARISTÓTELES, 2005, p. 257).

Já para Charaudeau (2006), um discurso pode produzir um efeito emocional em um auditório (sujeito interpretante) conforme a maneira como se combinam três fatores: i) a natureza do universo de crença ao qual o discurso remete; ii) a encenação discursiva que pode, ela própria, parecer dramática, trágica, humorística ou neutra; iii) o posicionamento do interlocutor em relação aos universos de crença convocados e o estado de espírito no qual ele se encontra. Assim, o sujeito falante escolhe universos de crença específicos, tematiza-os de determinada maneira e procede à determinada encenação, tudo em função do modo como ele imagina seu interlocutor ou seu público e em função do efeito que espera produzir nele.

O auditório (sujeito interpretante) pode ser sensibilizado basicamente através de três "recursos". Um deles consiste na construção de imagens de si (*ethos*), estratégia muito usada por Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios: "a forma como o orador se apresenta é mais útil nos atos deliberativos [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 159).

A outra estratégia, bastante usada nos discursos jurídicos, é o recurso a objetos concretos. "O objeto real deve acarretar uma adesão que sua mera descrição parece incapaz de provocar; é um auxiliar precioso, contanto que a argumentação lhe valorize os aspectos úteis" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 133). O orador traz à presença objetos, imagens e cenas que crê poderem sensibilizar o auditório - efeito de presença. Roberto Jefferson, por exemplo, durante seu depoimento à CPMI dos Correios, trouxe uma pasta vermelha que, segundo ele, continha tanto sua prestação de contas das campanhas eleitorais quanto as de seus adversários, o que causou maior efeito de intimidação do que suas próprias palavras agenciadas naquele momento.

Além disso, conforme salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000, p. 181), também o emprego dos recursos lingüísticos, como a descrição, por exemplo, permite agir sobre o auditório (sujeito interpretante). Toda língua oferece ao sujeito falante possibilidades que mereceriam um estudo minucioso. Nesse sentido, os autores ressaltam o uso do tempo verbal "presente" que, segundo eles, além de expressar o universal, tem a propriedade de proporcionar mais facilmente o que chamamos de "sentimento de presença", talvez motivo pelo qual Roberto Jefferson contou os fatos no tempo presente, auxiliado pelo discurso direto.

No entanto, independentemente do recurso, a seleção dos dados constitui um item fundamental na sensibilização e mobilização do interlocutor:

> o fato de selecionar certos elementos e de apresentá-los ao auditório já implica a importância e a pertinência deles no debate. Isso porque semelhante escolha confere a esses elementos uma presença, que é um fator essencial da argumentação [...] (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 132).

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, "a presença atua de um modo direto sobre a nossa sensibilidade. É um dado psicológico que, como mostra Piaget, exerce uma ação já no nível da percepção" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 132).

Na perspectiva dos autores, através da forma verbal é possível trazer à presença do auditório o que está efetivamente ausente e que o orador (sujeito falante) considera importante para a argumentação, ou valorizar, tornando-os mais presentes, certos elementos efetivamente oferecidos à consciência.

Outros recursos lingüísticos podem ser usados como, por exemplo, o estilo lento que, segundo os autores, é criador de emoção; a repetição; a acentuação de certas passagens, pela voz ou pelo silêncio; a acumulação de relatos mesmo contraditórios sobre dado sujeito pode suscitar a idéia da importância deste.

Ainda nesse sentido, é importante a insistência; a evocação de detalhes (mostrar como se tomou conhecimento de algum fato ou detalhar as etapas de algum fato ou processo torna isso presente na mente e facilita a tomada de posição); a especificação (as noções gerais, os esquemas abstratos não atuam muito sobre a imaginação); o uso do termo concreto em vez do termo abstrato (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 166). Segundo os autores, quanto mais especiais os termos, mais viva a imagem que evocam; quanto mais gerais eles são, mais fraca ela é.

Jefferson, por exemplo, ao descrever a invasão da casa de sua filha pela Polícia Federal, o faz de maneira tão viva (hipotipose) que parece fazer crer que o auditório a tenha diante dos olhos. Além disso, sempre que ele se referia à mídia, em especial à *Revista Veja*, agenciava o verbo "linchar":

Primeiro depoimento – fragmento 03

Nesse dia, a Juíza da 10ª Vara Federal de Brasília, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, manda invadir duas residências em Petrópolis, de forma leviana. Que ela esteja me ouvindo, para eu repetir isso para ela ouvir: leviana, solerte. Primeiro, invade a casa de um menino que mora no Valparaíso, chamado Marcos Silva Vasconcelos, que trabalha no Rio com a esposa, em frente à Beneficência Portuguesa, ao lado do metrô. Arrombaram a porta, levaram tudo. Só que esse rapaz não é o meu genro. Meu genro mora no Retiro, do outro lado da cidade. No dia em que eu estava depondo, a ordem judicial tão leviana não sabia onde era a casa de minha filha – tão leviana, tão açodada, tão solerte, tão desonesta, tão comprometida com o Governo, como estava o inquérito da Polícia Federal e o civil do Ministério Público.

Uma hora da tarde, recebo uma ligação da mãe de meus filhos. Fabiana estava em casa, ela... Os marginais: minha filha de 28 anos, meu neto de um ano de idade, o Bernardo, o caseiro, a empregada. Seis homens de colete e metralhadora da Polícia Federal, mais um Procurador e um Delegado arrombaram o portão e invadiram a casa – helicópteros, um cerco de helicópteros – da minha filha, na hora em que eu ia sentar para depor.

Aristóteles ressalta que (2005, p. 159), ao passo que a forma como o orador se apresenta é mais útil nos actos deliberativos, predispor o auditório de uma determinada maneira é mais vantajoso nos processos judiciais. Acreditamos que Roberto Jefferson, durante o evento da CPMI, quando estava sendo "julgado", articulou muito bem essas duas categorias, tendo em vista que se tratava tanto de depoimentos quanto pronunciamentos (as imagens construídas pelo sujeito são bastante "emocionadas" - *ethos* patêmico).

Segundo Aristóteles, o estilo apropriado torna o assunto convincente, pois, por paralogismo, o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele que está a falar diz a verdade. Com efeito, neste tipo de circunstâncias, os ouvintes ficam num determinado estado emocional que pensam que as coisas são assim, mesmo que não sejam como orador diz; e o ouvinte compartilha sempre as mesmas emoções que o orador, mesmo que ele não diga nada. É por esta razão que muitos impressionam os ouvintes com altos brados.

Esta mesma exposição enunciativa, sendo constituída por signos, exprime caracteres quando a acompanha uma expressão apropriada a cada classe e maneira de ser. O filósofo denomina classe o relativo à idade como, por exemplo, criança ou homem ou velho; ou mulher e homem; ou lacônio e tessálio; maneira de ser, aquilo segundo o que cada um é, como é na vida, pois nem toda a maneira de ser corresponde a que as vidas sejam do tipo que são. Além disso, segundo Aristóteles, "[...] as palavras compostas e a abundância de epítetos, sobretudo de termos invulgares, são ajustados ao orador do gênero emocional" (ARISTÓTELES, 2005, p. 259).

A seguir, no capítulo 3, teceremos algumas considerações sobre o funcionamento e a estrutura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, dando ênfase à CPMI dos Correios. Além disso, apresentaremos o *corpus* da pesquisa e os procedimentos metodológicos.

PARTE II

APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*, METODOLOGIA E PROPOSTA DE ANÁLISE

Esta parte compreende dois capítulos. No primeiro deles, tecemos algumas considerações sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, em especial sobre a dos Correios, e delimitamos o *corpus* da pesquisa, salientando sua constituição, sua seleção e o tratamento dado a ele, além dos procedimentos metodológicos usados para a análise.

Já no segundo capítulo, realizamos a análise proposta, examinando, inicialmente, a cena enunciativa de cada gênero que compõe a CPMI dos Correios (pronunciamento e depoimento) e, posteriormente, as principais estratégias lingüísticas e discursivas agenciadas pelo indiciado, Roberto Jefferson, durante o evento.

CAPÍTULO 03

4. METODOLOGIA E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

> "Corrupção é uma constante. O que oscila é sua revelação. O escândalo não a diminui, mas cria eleitores mais exigentes".
>
> Theodore Lowi

Neste capítulo, discutimos, inicialmente, a estrutura e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, dando ênfase à CPMI dos Correios. Posteriormente, apresentamos a constituição e a seleção do *corpus*, além do tratamento dado a ele, bem como os procedimentos metodológicos usados para a análise em questão.

4.1. Estrutura e funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito

As Comissões Parlamentares de Inquérito, doravante CPIs, constituem um dos mais importantes instrumentos usados pelo Congresso Nacional para fiscalizar atos do Poder Executivo e de entes públicos ou privados que recebem recursos públicos:

> a utilização de Comissões Parlamentares para a discussão de temas específicos é, precisamente, um mecanismo de controle democrático dos atos de governo e um instrumento de aperfeiçoamento das instituições (RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS CORREIOS, 2006, p.7).

Uma comissão de inquérito instituída no âmbito do Congresso Nacional pode funcionar em uma só Casa: uma CPI do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados. Nesse sentido, é formada nos termos do regimento interno de cada instituição legislativa. No entanto, determinadas matérias, em virtude de sua importância, amplitude, dimensão e complexidade, exigem a atenção de ambas as Casas do Congresso Nacional. Nesse caso, forma-se uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), composta por Senadores e Deputados Federais.

Os trabalhos de inquérito são destinados a grupos de parlamentares, divididos conforme os mesmos princípios que regem a atividade parlamentar como um todo: representatividade, colegialidade etc. para que o Congresso tenha uma atuação mais rápida no exame das questões que lhe são apresentadas, sem que haja perda da qualidade e do caráter democrático das decisões.

Para se instaurar uma CPI, é necessária a participação de pelo menos um terço dos membros de uma Casa e a participação pluripartidária na composição de uma comissão. Às comissões de inquérito é conferido o exercício de poderes semelhantes aos das autoridades judiciais (Constituição de 1988).

Conforme consta no Relatório, as comissões de inquérito possuem por objetivos: i) contribuir para a transparência da Administração Pública, revelando, para a cidadania, fatos e circunstâncias que, de outra forma, não seriam do conhecimento público; ii) possibilitar, na qualidade de órgão do Poder Legislativo, o exame crítico da legislação aplicável ao caso sob investigação; iii) propor à Casa respectiva do Congresso Nacional, sempre que cabível, a abertura de processo contra Senador da República ou Deputado Federal, quando o nome do parlamentar estiver vinculado a fatos ou atos que possam implicar prejuízo à imagem do Congresso Nacional, ou seja, sempre que ali se possa identificar possível quebra de decoro parlamentar; iv) interceder junto aos órgãos responsáveis da Administração Pública para sustar as irregularidades e/ou as práticas lesivas que suas investigações identifiquem; v) apontar ao Ministério Público os fatos que possam caracterizar delitos ou prejuízos à Administração Pública, para que esse órgão estatal possa promover a responsabilidade civil e penal correspondente; vi) propor modificações no arcabouço legal e institucional, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento constante da democracia do País, evitando a reincidência no fato examinado.

As CPIs são criadas a partir de um fato determinado. A CPMI dos Correios, por exemplo, foi criada para investigar fatos que desonraram e desonram a Administração Pública Brasileira: as denúncias de corrupção nos Correios. Ocorrendo uma nova denúncia, durante a apuração de uma CPI, aquele novo fato exige uma nova CPI – o escândalo dos Correios virou escândalo do "Mensalão" e se desdobrou em outros tantos pequenos escândalos.

Quanto à determinação do fato, segundo Nina (2005), é importante que ele seja feito corretamente, para evitar que uma medida judicial possa suspender ou mesmo anular uma CPI que, na sua aprovação, não tenha tido o cuidado de observar esse requisito.

Sua criação, porém, depende de determinados procedimentos formais, ou seja, observar as regras estabelecidas nos regimentos das respectivas casas parlamentares – Câmara de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara Federal e Senado.

Nina ressalta que, muitas vezes, as CPIs são criadas corretamente, mas não produzem nenhum resultado; porque, para presidi-las, são colocadas pessoas comprometidas e interessadas em que a CPI não apure nada. E agem nesse sentido. Da mesma forma esse boicote pode ser feito pelo Relator, que é a pessoa encarregada de elaborar o relatório e as conclusões da CPI. Além disso, Nina acredita que a experiência tem mostrado que as CPIs servem mais para promoção pessoal e novas negociatas do que mesmo para apurar e punir infratores.

Na perspectiva de Sherman (1990, *apud* BEZERRA, 1995), uma CPI constitui um dos "estágios" de um escândalo[38] político. Um escândalo, segundo o autor, envolve "estágios" de desenvolvimento tais como: revelação, publicação, defesa, dramatização, execução (julgamento) e rotulação.

O que distingue um mero escândalo de um escândalo político é que a arena de discussão política "implica lideranças políticas que estão envolvidas com o poder político num "campo político" (CHAIA, 2004, p. 97). Por exemplo, no escândalo do "Mensalão", ocorria um confronto entre dois partidos políticos: o PT e o PTB.

4.2. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios

Em 18 de maio de 2005, uma reportagem da *Revista Veja*[39], intitulada "O homem-chave do PT", revelou a existência de um esquema de corrupção envolvendo o diretor do Departamento

[38] "Escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidas de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública" (THOMPSON, 2002, p. 40).
[39] Edição 1905.

de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos (ECT), Maurício Marinho, e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson. Trechos de uma fita de vídeo obtida pela revista mostram Marinho tentando receber propina de empresários para "facilitar" o acesso de suas empresas no grupo das que fornecem equipamentos de informática aos Correios e cita o nome de Jefferson como suposto mandante. Assim, Jefferson é instaurado na trama como vilão.

O então deputado, presidente do PTB, componente da base de apoio e sustentação do Governo no Congresso Nacional, passou a apontar, em inúmeras manifestações na mídia nacional, a existência de um complexo sistema de financiamento ilegal dessa base de apoio, tanto em processos políticos ou eleitorais quanto fora deles. Cunhou-se, pois, o vocábulo "Mensalão" para descrever esse esquema e apontar os que nele se envolveram, salientando a participação, principalmente, de parlamentares, deputados federais. De vilão, Jefferson começa a se inscrever como herói no cenário brasileiro.

Motivada por essas denúncias, a CPMI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio Amaral (presidente) e pelo Deputado Asdrúbal Bentes (vice-presidente), foi, portanto, instaurada pelo Congresso Nacional, no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, no dia 9 de junho de 2005, para investigar irregularidades financeiras cometidas por agentes públicos e privados em órgãos do governo, em especial na "Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos" (Correios).

Assim, a CPMI dos Correios dedicou-se à análise de um vasto conjunto de dados, documentos, depoimentos e fatos relacionados a seu propósito. Para melhor organização dos trabalhos e visando a mais ampla participação das diversas correntes políticas que compõem a CPMI, o relator, Deputado Osmar Serraglio, dividiu a orientação de investigação em linhas que correspondem as cinco sub-relatorias e às relatorias-adjuntas: i) relatoria-adjunta, coordenação e sistematização do trabalho (relatores adjuntos: Deputado Eduardo Paes e Deputado Mauricio Rans); ii) sub-relatoria de Movimentação Financeira (sub-relator: Deputado Gustavo Fruet); iii) sub-relatoria de Contratos (sub-relator: Deputado José Eduardo Cardozo); iv) sub-relatoria de Fundos de Pensão (sub-relator: Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto); v) sub-relatoria de Normas de Combate à Corrupção (sub-relator: Deputado Onyx Lorenzoni); vi) sub-relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB): (sub-relator: Deputado Carlos William).

Os trabalhos contaram com a participação de servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e órgãos da Administração Pública Federal como o Banco Central e o Banco do Brasil. Posteriormente, houve o reforço de empresas de auditorias privadas contratadas pela Presidência do Congresso Nacional. A equipe contou também com a colaboração da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público Federal.

Parte das investigações foi realizada no e pelo Tribunal de Contas da União, em um ajuste estabelecido entre aquela Corte e esta CPMI. Ademais, as auditorias da Controladoria-Geral da União foram valiosas para a CPMI.

A CPMI dos Correios debruçou-se sobre extensa base de dados, talvez a maior analisada em investigações dessa natureza empreendidas pelo Congresso Nacional. Nos nove meses de trabalho, a base de dados dos sigilos bancários foi carregada com mais de 20 milhões de registros bancários e 33,8 milhões de registros telefônicos. Dezenas de pessoas – entre elas, o ex-ministro José Dirceu – tiveram suas vidas investigadas. Marcos Valério e suas empresas foram virados do avesso.

A CPMI dos Correios deu origem a outras CPIs, como a do "Mensalão", por exemplo. O desenrolar das investigações e das CPIs chamou a atenção para outros escândalos que envolveram o partido do governo brasileiro em 2005, o Partido dos Trabalhadores (PT), e eclodiram antes do aparecimento das primeiras grandes denúncias sobre a existência do Mensalão.

Em 2004 estourou o escândalo dos Bingos e em maio de 2005 o escândalo dos Correios. As investigações das CPIs trouxeram ainda para a pauta de discussões a misteriosa morte do prefeito Celso Daniel (2002) e as denúncias de corrupção na Prefeitura de Santo André (São Paulo), administrada por ele.

Dois inquéritos foram conduzidos. O primeiro, de abril de 2002, concluíra por seqüestro comum, uma casualidade. Um segundo inquérito, conduzido pela Dr[a]. Elizabete Sato, indicada pelo então Secretário Saulo de Abreu, aberto no segundo semestre de 2005, novamente levou à tese de crime comum. O inquérito, com data de 26/09/2006, é anterior ao

primeiro turno das eleições presidenciais. Sua repercussão na mídia só se deu no final de novembro de 2006. Vejamos a figura 3:

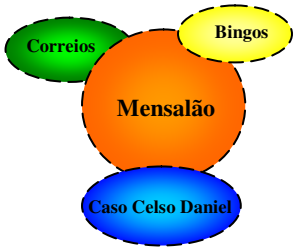

FIGURA 3 - A relação entre os principais escândalos[40]

Por conseguinte, a crise do "Mensalão" envolveu não somente o escândalo provocado pela denúncia de compra de votos (o mensalão, propriamente dito), mas todos esses escândalos juntos, que de alguma forma ou de outra se relacionam. Um dos elementos que ligam esses outros eventos com o "Mensalão" são as acusações de que em todos eles foram montados esquemas clandestinos de arrecadação financeira para o PT. O dinheiro oriundo desses esquemas, pelo menos em parte, poderia ter sido usado para financiar o "Mensalão". Agora essa hipótese, ao menos em tese, se choca com a descoberta, em julho de 2008, de que o Banco Opportunity foi uma das principais fontes de recursos do "Mensalão": as investigações da Polícia Federal apontaram que empresas de telefonia privatizadas, então controladas pelo banqueiro Daniel Dantas, injetaram mais de R$ 127 milhões nas contas da DNA Propaganda, administrada por Marcos Valério, o que alimentava o caixa do Valerioduto[41].

Com o desenvolvimento da crise surgiram ainda novas denúncias e novos escândalos como, por exemplo: o escândalo dos fundos de pensão, do Banco do Brasil, esquema do Plano Safra Legal, a suposta doação de dólares de Cuba para a campanha de Lula e a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Durante o evento, à medida que os indiciados se pronunciavam, novas personagens eram inseridas na trama, conforme interesses da CPMI. Vejamos o quadro 1:

[40] Embasado em: ESCÂNDALO DO MENSALÃO. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org./wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o

[41] Operação da PF prende Celso Pitta, Naji Nahas e Daniel Dantas. *Folha Online*, 8 de julho de 2008. Quadrilha: Daniel Dantas e Naji Nahas comandavam organizações voltadas a crimes financeiros. *O Globo Online*, 8 de julho de 2008.

QUADRO 1
Ordem dos depoimentos dados pelos principais indiciados à CPMI dos Correios

Sr. Mauricio Marinho em 21/06/2005 (1ª parte)
Sr. Mauricio Marinho em 22/06/2005 (2ª parte)
Deputado Roberto Jefferson em 30/06/2005
Sr.Marcos Valério Fernandes de Souza em 06/07/2005
Sr.Delúbio Soares em 20/07/2005
Sr. Mauricio Marinho em 29/09/2005 (Depoimento "Reservado")

Conforme dissemos na introdução deste trabalho, é importante lembrar que estamos considerando a CPMI dos Correios um evento discursivo híbrido, produzido pela ação da instância discursiva parlamentar, no qual os locutores se posicionaram, na situação monolocutiva e contando com o concurso da mídia, para persuadir seu interlocutor - o cidadão - de algo relativo ao bem comum ou àquilo que se apresentava como útil a todos nas representações da democracia política. Entretanto, os mesmos parlamentares se tornaram inquiridores e promotores do inquérito, ou espectadores, acusadores de uma contravenção do colega e/ou acusados (réus), a partir da denúncia de um terceiro, em uma dinâmica interlocutória que se assemelhava ao discurso dos tribunais e à distribuição da justiça.

4.3. Constituição, seleção e tratamento do *corpus*

Quanto à materialidade discursiva, selecionamos, inicialmente, um conjunto de fragmentos produzidos por ocasião dos trabalhos da CPMI dos Correios, uma vez que nossa intenção era analisar as estratégias agenciadas por cinco protagonistas do evento. Pretendíamos realizar uma análise contrastiva, tendo em vista comparar fragmentos discursivos de cada um dos indiciados em momentos (início, meio e fim) e situações (depoimento e pronunciamento) distintos, além das estratégias adotadas por cada um deles em cenários diversos. Durante o segundo semestre de 2005 e início de 2006 vários documentos foram produzidos, entre depoimentos e relatórios, envolvendo personalidades políticas, empresários e cidadãos. Dentre os depoentes, nos interessávamos, sobretudo, pelo discurso produzido pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson, durante o evento.

Portanto, o *corpus* inicial da pesquisa era constituído de dez textos escritos, referentes ao esquema de compra de votos de parlamentares e financiamento de campanhas eleitorais em 2005 (escândalo do "Mensalão"), produzidos por Roberto Jefferson, Mauricio Marinho, José Dirceu, Delúbio Soares e Marcos Valério: seis depoimentos e quatro pronunciamentos.

No entanto, redefinimos *corpus,* restringindo a pesquisa à análise das estratégias agenciadas por Roberto Jefferson, tendo em vista a importância desse sujeito no evento. Assim, o *corpus* da pesquisa compreende quatro textos produzidos por Roberto Jefferson, ex-deputado do PTB, durante a CPMI dos Correios:

i) um pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados no dia 17/05/2005 (primeiro pronunciamento realizado após as denúncias feitas na e pela *Revista Veja*);

ii) um depoimento dado à Comissão de Ética no Plenário da Câmara no dia 14/06/2005, tendo em vista a representação no Conselho de Ética pelo Deputado Valdemar Costa Neto, presidente do Partido Progressista (PL) (primeiro depoimento);

iii) um depoimento dado à CPMI dos Correios no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 30/06/2005 (segundo depoimento);

iv) um pronunciamento realizado na Câmara dos Deputados no dia 14/09/2005 (último pronunciamento realizado pelo então deputado antes da votação do pedido de cassação de seu mandato político).

O material discursivo analisado foi colhido no Portal da Câmara dos Deputados e não sofreu nenhum tipo de tratamento, ou seja, foi analisado da maneira como se apresentava no "site", sem ter sido retextualizado[42].

É importante ressaltar que tivemos preocupação, enquanto parâmetro metodológico, tanto com os aspectos quantitativos quanto qualitativos, à medida que nos interessava, como já

[42] Cf. Marcuschi (2003).

exposto, identificar e analisar as principais estratégias discursivas agenciadas por Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios.

Além disso, o evento da CPMI dos Correios se constitui de duas situações de comunicação (depoimentos e pronunciamentos), dois momentos (primeiro e último pronunciamento/depoimento) e três "cenários" (CPMI, Plenário da Comissão de Ética e Câmara dos Deputados). Assim, o *corpus* é constituído por dois gêneros discursivos[43] vistos em uma dimensão espaço/temporal/institucional. A escolha por estas peculiaridades (situações, momentos e "cenários" diferenciados) se deu em virtude de um dos objetivos: fazer uma análise contrastiva das estratégias discursivas.

A escolha pelo discurso do ex-deputado Roberto Jefferson se deu tendo em vista dois motivos. Desde o primeiro momento, Jefferson esteve no centro das denúncias relativas ao "Mensalão", ocupando o papel de deputado acusado de participar de amplo esquema de corrupção financeira. Entretanto, à medida que era exposto em depoimentos, ele criava novos fatos político-discursivos, passando ao papel de acusador e envolvendo novos participantes e sujeitos discursivos como, por exemplo, José Dirceu, Delúbio Soares e Marcos Valério. É importante ressaltar que Roberto Jefferson foi inserido na trama por Mauricio Marinho e que a denúncia veio à tona através da mídia.

A figura 4 ilustra o eixo da história e os principais "agregados". Não podemos nos esquecer de que Roberto Jefferson, depois de ter sido denunciado como principal envolvido no processo, anunciou a participação central de José Dirceu no caso, salientando ser o ministro o chefe do esquema. Assim, há dois partidos políticos em confronto: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

[43] Os gêneros devem ser pensados tendo em vista a articulação entre as coerções situacionais determinadas pelo contrato global de comunicação, as coerções da organização discursiva e as características das formas textuais, localizáveis pela recorrência das marcas formais (CHARAUDEAU, 2000b).

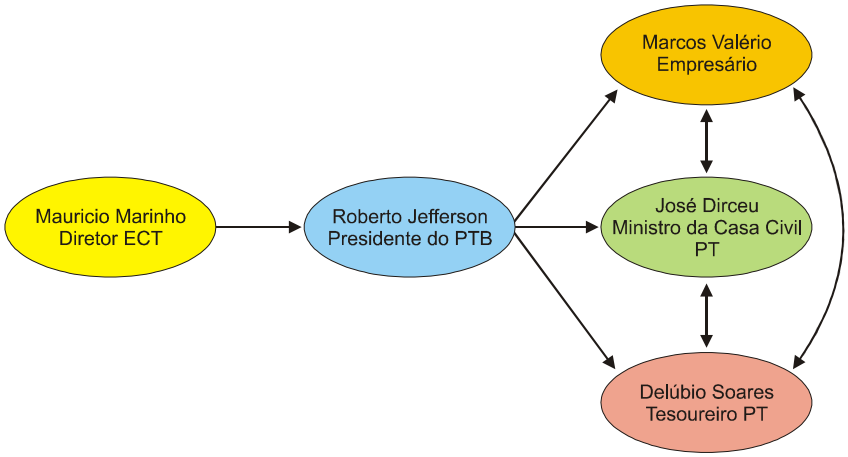

FIGURA 4 - Principais personagens da trama do "Mensalão"

Vejamos um pouco sobre cada um dos principais indiciados no caso.

Roberto Jefferson, deputado federal por seis mandatos consecutivos, era presidente do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB) e componente da base de apoio e sustentação do Governo no Congresso Nacional. Na reportagem da *Revista Veja*, que revelou a existência do esquema de corrupção, ele foi citado como suposto mandante do plano. Assim, Jefferson foi instaurado na trama como um dos principais vilões. Alegou, o tempo todo, ser vítima de "chantagem" e negou qualquer participação no esquema. Teve seu mandato cassado em 14/09/2005.

Já Maurício Marinho, diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios e Telégrafos (ECT), por sua vez, também foi inserido na história como um dos vilões. Trechos da fita de vídeo obtida pela revista mostraram o então diretor tentando receber propina de empresários para "facilitar" o acesso de suas empresas no grupo das que fornecem equipamentos de informática aos Correios. Marinho foi demitido por justa causa em 08 de setembro de 2005.

Ao ser citado como chefe do esquema, Roberto Jefferson passou a apontar, em inúmeras manifestações na mídia nacional, a existência de um complexo sistema de financiamento ilegal da base de apoio do governo, tanto em processos políticos ou eleitorais quanto fora deles. Assim, o então deputado salientou a participação, principalmente, de parlamentares e empresários.

Segundo ele, os recursos para alimentar o esquema, que consistia no pagamento de mesadas de R$30 mil, pelo PT, a deputados de outros partidos da base aliada, vinham de estatais e de empresas privadas. Esse dinheiro chegava a Brasília "em malas", para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro petista, Delúbio Soares, com a ajuda de "operadores" como o publicitário Marcos Valério.

Jefferson enfatizou que Marcos Valério, empresário do ramo de publicidade e proprietário das agências DNA Propaganda e SMP&B Comunicação, era o vértice do esquema. Reafirmou que Marcos Valério fazia os repasses financeiros sob auspícios de Delúbio Soares.

Conforme enunciado no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (2006, p. 205), Marcos Valério realizou sofisticadas operações financeiras de distribuição de dinheiro a parlamentares. Angariava recursos no setor público e privado e os repassava, através de suas agências de publicidade, às pessoas indicadas por Delúbio Soares. Havia seduzido o Partido dos Trabalhadores com um mecanismo para arrecadar fundos que já tinham sido oferecidos a políticos de seu Estado, Minas Gerais, durante a campanha eleitoral de 1998.

Além disso, o empresário possuía uma relação muito próxima com o partido do governo e com autoridades públicas. Suas agências de publicidade possuíam contratos com a administração pública, incluindo os Correios, o Banco do Brasil, a Eletronorte, o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Esportes, todos apresentando irregularidades em suas administrações.

Segundo Jefferson, Delúbio Soares, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, conhecido como o dono da chave do cofre do PT, era quem distribuía o dinheiro. O então secretário, antigo professor de matemática, era amigo de Marcos Valério. O tesoureiro também negou as acusações, alegando que o que ocorreu foi um pedido de empréstimo a Marcos Valério para saldar compromissos dos candidatos do PT e dos partidos de base. Foi afastado em 05/07/2005 e expulso em 23/10/2005.

Roberto Jefferson ressaltou que o ministro da Casa Civil, José Dirceu, tinha conhecimento de todo o esquema. Segundo ele, José Dirceu era um dos cabeças do "Mensalão": chefiava as indicações para cargos em estatais com o objetivo de captar recursos para o PT. José Dirceu,

após vários mandatos como deputado federal pelo Estado de São Paulo, assumiu a Chefia da Casa Civil da Presidência da República logo após a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Tendo seu nome envolvido no escândalo, pediu demissão do cargo de ministro e voltou ao seu antigo cargo de deputado federal. No dia 30 de novembro de 2005, José Dirceu teve seu mandato cassado por quebra de decoro parlamentar, ficando inelegível até 2015.

4.4. Procedimentos metodológicos

Em um primeiro momento, realizamos uma análise global, horizontal, dos textos de Roberto Jefferson. Apesar de exaustiva, essa análise se mostrou bastante produtiva, uma vez que nos permitiu comprovar parte da hipótese inicial: as principais estratégias agenciadas por Roberto Jefferson durante a CPMI dos Correios consistiam na construção de imagens de si e do outro, tendo em vista suscitar sentimentos/emoções no interlocutor, por meio de recursos lingüísticos e/ou discursivos constitutivos dos modos de organização discursiva enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo. Além disso, a análise nos permitiu, também, identificar, já de antemão, algumas estratégias recorrentes mobilizadas pelo indiciado durante o evento.

Observamos que o sujeito falante, à medida que tomava a palavra, procurava se constituir em meio às denúncias e inquirições ora como político honesto e sério; ora como cidadão honrado; ora como advogado competente; ora como ser humano "comum"; ora como guia supremo, na figura do herói e do profeta, imagens que "expressavam" valores reverenciados na sociedade como, por exemplo, honestidade, honradez, competência, fidelidade, amizade, lealdade, seriedade, religiosidade etc.

De forma explícita ou implícita, ele deixava no discurso rastros nos quais podíamos identificar dada imagem que ele acreditava poder suscitar, no interlocutor, sentimentos que o levassem a tomar determinados posicionamentos a seu favor.

Para isso, o sujeito falante agenciava, durante a enunciação, recursos lingüísticos e/ou discursivos constitutivos dos modos de organização discursiva enunciativo, narrativo, descrito

e argumentativo. Ele tecia, por exemplo, atributos, positivos ou negativos, a outros sujeitos envolvidos no evento, o que punha a nu não só sua imagem como também a do outro.

Quanto a esse aspecto, é importante frisar que o sujeito falante mudava de estratégia tendo em vista o desenrolar dos fatos. Ora ele predicava positivamente determinado sujeito, ora ele o predicava negativamente, como o fez com José Genoíno, presidente do PT, por exemplo.

Além disso, o sujeito falante se preocupava em esclarecer os fatos disseminados na e pela mídia, uma vez que parecia supor que o interlocutor ignorasse saber do ocorrido ou duvidasse da verdade desse saber. Nesse sentido, às vezes dizia ter conhecimento de um saber que outros teriam voluntariamente escondido como, por exemplo, sobre o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil; às vezes apresentava um saber, colocando-se em uma posição de denunciante, tal como a denúncia do pagamento do "Mensalão"; às vezes declarava verdadeiro um saber a propósito do qual ele supunha que o interlocutor tivesse dúvidas.

Durante esse percurso, estrategicamente, ele mobilizava ainda outros atos de fala tais como, os refutativos, interpelativos, interrogativos, acusativos, de constatação, de intimidação, de agradecimento, além de alguns argumentos[44] como, por exemplo, a ironia, a analogia, a comparação, o exemplo, a fábula e a metáfora.

O sujeito falante trazia, para dentro do discurso, a "fala" de outros sujeitos, através de provérbios, citações e narrativas religiosas, narrativas infantis e, principalmente, por meio do discurso direto, selecionando vocábulos que contribuíam para a construção da imagem pretendida, seja de si ou do outro, e que acionavam a memória discursiva do interlocutor, reforçando a argumentação. Ele agenciava estratégias que acreditava poderem legitimar seu "dizer", dar-lhe credibilidade e, conseqüentemente, seduzir o interlocutor.

Essa análise nos permitiu, também, perceber a presença de um narrador-protagonista que intervinha na trama discursiva, exercendo a função actancial de agente-benfeitor, e ver, claramente, a quem o depoente se dirigia: parlamentares, cidadãos e mídia.

[44] Consideramos argumentos os procedimentos lógicos e os discursivos como, por exemplo, a citação, a comparação, a restrição, a disjunção, a fábula, o exemplo, a metáfora etc., propostos por Charaudeau (1992) e Aristóteles (2005).

Assim, verificamos que as estratégias discursivas foram agenciadas pelo indiciado, durante o evento, em função de um jogo especular de imagens, com fins patêmicos. Portanto, a dimensão técnica (o *logos)* sustentava a dimensão representacional (as imagens de si e do outro) e a emotiva (*pathos),* no sentido de construtor de imagens que se pretendiam como patêmicas. Do nosso ponto de vista, isso mostrava que a dimensão representacional (as imagens de si e do outro*)* e a emotiva (o *pathos)* eram as provas mais importantes. No entanto, dentre essas, a dimensão representacional se configurava como a principal no processo argumentativo da CPMI dos Correios. A figura 5 ilustra a hipótese. Vejamos:

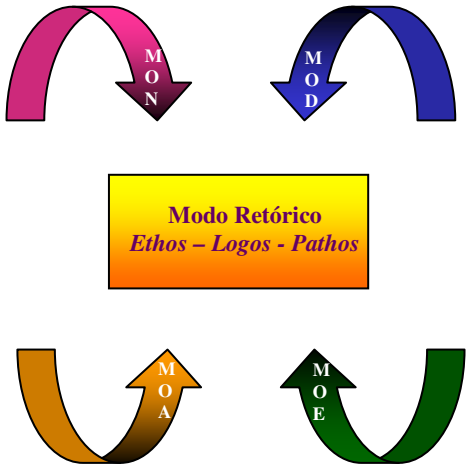

FIGURA 5 - Dinâmica argumentativa do depoente junto à CPMI dos Correios

Após essa análise, procedemos a uma segunda, visando a verificar se essas estratégias se confirmavam e se havia outras possíveis estratégias relevantes. Assim, observamos que as estratégias, identificadas na primeira análise, se confirmavam, sendo possível, portanto, a partir da Teoria Semiolingüística de Charaudeau (1983) sistematizar: a) no nível situacional: os contratos estabelecidos durante o evento; b) no nível semiolingüístico: as estruturas sintáticas e lexicais recorrentes; c) no nível discursivo: os modos de organização do discurso, sendo que nestes propusemos as seguintes grades de análise:

i) o dispositivo enunciativo: verificação e análise dos jogos que se estabeleceram durante o evento tais como, as formas pronominais e nominais assumidas pelo locutor; as relações de força e petição estabelecidas entre os interlocutores; os posicionamentos do locutor e as "vozes" trazidas por ele para dentro de seu discurso;

ii) a cena narrativa: delimitação dos actantes e do desempenho de papéis narrativos;

iii) a organização descritiva: identificação da nomeação, localização e qualificação dos principais objetos discursivos, observando a função dessa organização;

iv) a cena argumentativa: descrição e análise dos principais procedimentos semânticos e discursivos;

v) a cena retórica: verificação e análise das principais imagens de si, dos efeitos patêmicos pretendidos e dos argumentos.

No entanto, tendo em vista a extensão do *corpus*, não era possível analisar, em profundidade, todo o material lingüístico. Nesse sentido, era preciso propor um recorte. Ou seja, seria necessário selecionar fragmentos que representassem, de forma sistemática e segura, o universo estudado. Mas que critérios usar?

Assim, fizemos uma "radiografia" da trajetória discursiva do depoente, selecionando os fragmentos que ilustravam melhor esse percurso. Essa "radiografia" consistiu em definir as seqüências temáticas do depoente durante o evento. Por exemplo: inicialmente ele negou as acusações e teceu justificativas para determinados fatos como seu relacionamento com Mauricio Marinho. Portanto, definimos "acusação" e "justificativa". Recortamos, então, 137 fragmentos que delineavam a trajetória discursiva do indiciado. É importante frisar que nos depoimentos interessava-nos o material lingüístico produzido pelo depoente; mas, em virtude da necessidade de contextualização, em algumas partes dos depoimentos selecionamos o par pergunta/resposta.

Após o recorte, primeiramente, procedemos ao levantamento das categorias referentes à instância situacional, uma vez que pretendíamos analisar os contratos estabelecidos durante o evento. Posteriormente, analisamos os recursos lingüísticos sintáticos e lexicais e os modos de organização do discurso.

No próximo capítulo, realizaremos uma análise do *corpus* selecionado, tendo em vista identificar e analisar os contratos estabelecidos em cada um dos gêneros discursivos

constitutivos da CPMI dos Correios (pronunciamento e depoimento) e as principais estratégias lingüísticas e discursivas agenciadas pelo sujeito falante durante o evento.

CAPÍTULO 04

5. ROBERTO JEFFERSON: IMAGENS DE SI E DO OUTRO

> "O meu ideal político é a democracia, para que todo homem seja respeitado como indivíduo e nenhum, venerado".
>
> Albert Einstein

Neste capítulo, realizamos, em um primeiro momento, a análise dos contratos estabelecidos em cada um dos gêneros discursivos constitutivos da CPMI dos Correios (depoimento e pronunciamento) separadamente, tendo em vista mostrar o funcionamento do evento. Estes dois gêneros constituem, a nosso ver, momentos enunciativos diferentes, portanto apresentam situações discursivas distintas. Cada qual possui peculiaridades próprias e, conseqüentemente, é regido por contratos diferentes.

Analisamos as restrições contratuais de cada gênero, tecendo, inicialmente, algumas considerações, sucintas, sobre eles, com a finalidade de mostrar características lingüísticas, enunciativas e estruturais que se mostraram pertinentes aos nossos propósitos. É importante salientar que nosso foco de análise era o deputado Roberto Jefferson. Portanto, ao analisar as instâncias de produção, privilegiamos os dados relativos a esse sujeito falante.

Já em um segundo momento, verificamos as estratégias discursivas e lingüísticas. Discorremos, a princípio, sobre a escolha sintática (orações hipotáticas e paratáticas)[45] e lexical, dando ênfase à sintaxe, uma vez que acreditamos em estreita relação entre as orações tanto hipotáticas quanto paratáticas e as provas aristotélicas *ethos*, *pathos* e *logos*. Posteriormente, analisamos os dados referentes aos modos de organização discursiva propostos na metodologia, tendo em vista verificar os possíveis efeitos discursivos.

[45]Orações coordenadas e subordinadas, respectivamente.

5.1. A en (cena) ção na CPMI dos Correios

"É muito difícil compatibilizar política e moral".
Francis Bacon

Analisar a CPMI dos Correios não se limita apenas a constatar que determinado sujeito, imbuído de certo objetivo, buscou a adesão de outro sujeito a uma tese proposta. A análise do evento deve delimitar e analisar os elementos que constituem a cena enunciativa tanto dos depoimentos quanto dos pronunciamentos dados durante o acontecimento, uma vez que a dinâmica argumentativa na CPMI dos Correios, como em qualquer outro discurso, envolve certas condições de produção e recepção que determinam o formato de cada gênero que a constitui e que nos permitem afirmar que as escolhas de "quem diz" não são aleatórias. Nessa perspectiva, acreditamos que o mais importante, ao estudar a CPMI dos Correios, não é a natureza argumentativa do discurso veiculado ali, uma vez que outros gêneros discursivos do campo político tais como, campanha eleitoral e comício, também se caracterizam por forte veio argumentativo. Em nossa opinião o estudo da argumentação em todo e qualquer evento discursivo deve considerar os elementos que compõem a cena enunciativa.

É importante salientar que os interactantes do evento - parlamentares, povo e mídia - não são apenas sujeitos empíricos, mas representam papéis sociais determinados na estrutura social na qual estão inseridos. O parlamentar, por exemplo, representa a autoridade da instituição da qual faz parte, sujeito imbuído de legitimidade para dizer e de determinada credibilidade que tenta sustentar, ou até mesmo angariar ou aumentar, ao longo do discurso.

A construção dos gêneros que compõem o evento - depoimento e pronunciamento -, como a de qualquer outro discurso, não é um ato isolado, solitário, mas um ato em conjunto, em que o interlocutor (povo, adversários e aliados políticos e mídia) também faz parte da construção discursiva. Ao construir o evento, o parlamentar o faz embasado nas representações sociodiscursivas dos interlocutores ao qual se destina seu discurso, o que, conseqüentemente, determina o formato dos gêneros. Sendo assim, é importante pensar na função que o interlocutor exerce na configuração e funcionamento do evento, destacando-se na cena outro sujeito: o interlocutor, representado pelos cidadãos, adversários e aliados políticos e mídia.

5.1.1. O pronunciamento: considerações gerais

> "Deputado por deputado, prefira sempre adquirir um parlamentar americano. São melhores e falam inglês".
>
> Antônio Carlos Magalhães.

Os discursos deliberativos, dentre os quais se encontram os pronunciamentos realizados no Plenário por Roberto Jefferson durante o evento da CPMI dos Correios, "ou são exortações ou dissuasões e visam a mostrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada acção" (ARISTÓTELES, 2005, p. 38). Embora Aristóteles ressalte que nesse tipo de discurso predomina o "futuro", Roberto Jefferson agenciou o "presente" e o "pretérito", que é peculiar aos gêneros do campo jurídico.

Depois de o escândalo vir a público na e pela mídia, Roberto Jefferson se pronunciou no Plenário da Câmara dos Deputados, negando as acusações e tentando explicar os fatos. Assim, o primeiro proferimento a respeito das denúncias sobre o esquema do "Mensalão", produzido por Jefferson na Tribuna no dia 17/05/2005, é de natureza explicativa/refutativa. O então deputado tentou se construir na cena como um político honesto e sério, tendo em vista continuar no cargo ou sendo eleito para cargos públicos, o que nos permite dizer que esse respectivo pronunciamento, assim como toda discursividade, se constitui, predominantemente, do modo de organização discursiva retórico. É importante lembrar que analisamos dois pronunciamentos, portanto dois momentos distintos.

O primeiro pronunciamento caracterizou-se pelo uso acentuado do discurso direto, do raciocínio dedutivo e do operador discursivo argumentativo "mas" com função de refutação, a nosso ver, agenciados como estratégias de credibilidade. Além disso, neste pronunciamento, o modo narrativo foi agenciado como pano de fundo para o modo retórico. Nesse sentido, acreditamos poder falar de "fundo" (modo narrativo) e "figura" (modo retórico), estando, assim, o modo narrativo a serviço da persuasão neste gênero.

O sujeito falante tentou seduzir o interlocutor, agenciando, principalmente, valores relativos à honestidade. Predominou, pois, conforme dissemos, a imagem do político honesto e sério, apesar de que já era possível vislumbrar alguns indícios do denunciante, na figura do herói e do profeta.

Quanto à estrutura formal, o pronunciamento apresenta as seguintes seqüências temáticas[46]:

i) abertura: o sujeito falante saúda os interlocutores, através de vocativos específicos, o que põe em cena sua legitimidade como parlamentar (marca de polidez);

ii) defesa: o sujeito falante nega as denúncias, com o intuito de se construir como um político sério e honesto**;**

iii) encerramento: o sujeito falante fecha o discurso, agradecendo aos interlocutores (marca de polidez).

Já o segundo pronunciamento, realizado no dia 14/09/2005, quando estava para ser votado o pedido de cassação do mandato do então deputado, se caracterizou por grande afetividade do sujeito falante em relação à família, amigos, colegas de trabalho, empregados, ou seja, valores relativos à amizade. Assim, temos um gênero discursivo marcado por diminutivos, palavras semanticamente "carregadas" de emotividade. Além disso, predominaram, neste pronunciamento, as comparações, as analogias e os provérbios, na tentativa de desqualificar o adversário e, conseqüentemente, de obter credibilidade.

Este pronunciamento também se divide em seqüências temáticas:

i) abertura: o sujeito falante saúda os interlocutores (marca de polidez);

ii) agradecimento: o sujeito falante agradece ao povo, representado, metonimicamente, pela família, colegas de trabalho, amigos, cidade natal etc., tendo em vista se construir como amigo leal do povo (aparente marca de polidez);

iii) defesa: o sujeito falante continua negando as acusações, buscando reafirmar a imagem de político honesto e sério construída desde o primeiro pronunciamento;

iv) acusação: o sujeito falante reafirma as denúncias feitas durante os depoimentos e, conseqüentemente, busca se reafirmar como herói e profeta;

[46] Tópico ou tema.

v) encerramento: o sujeito falante agradece aos interlocutores (marca de polidez).

É importante ressaltar que predominou neste pronunciamento a imagem do denunciante, na figura do herói e do profeta, imagem que se manifestou, timidamente, no primeiro pronunciamento e foi ganhando força ao longo dos depoimentos.

Ambos os pronunciamentos são atravessados por "vozes" que pretendem efeitos moralizantes e didático/pedagógicos (provérbios, citações religiosas, narrativas religiosas e infantis). Além disso, eles possuem uma natureza discursiva mais "livre" (monologal) no sentido de que o sujeito "fala"[47], tendo em vista seus objetivos, sem quase nenhuma interferência dos interlocutores - exceto do presidente da Câmara, em alguns momentos, pedindo silêncio – com poucas digressões, repetições, hesitações, características peculiares aos discursos orais[48].

O discurso flui, ininterruptamente, de forma assimétrica: papéis conversacionais que não se alternam, papéis sociais e pessoais desequilibrados - locutor e interlocutor não são "iguais" socialmente, e as "decisões" na construção do discurso parecem caber ao locutor.

Mesmo tendo sido planejados antecipadamente, os pronunciamentos acabam por apresentar alguns traços da oralidade. Além disso, como o discurso é falado (lido), seu planejamento já prevê um discurso mais entrecortado, com unidades menores e menos complexas como, por exemplo, as estruturas sintáticas coordenadas ou, quando subordinadas, não mistas.

5.1.1.1. As instâncias de produção e recepção

O autor do discurso, Roberto Jefferson, ser da experiência, assume o papel social de parlamentar, momento em que passa de figura empírica para figura discursiva que "diz", ou seja, deixa de ser autor para se constituir como locutor, aquele que possui a legitimidade para "dizer" no pronunciamento. Sendo assim, o locutor exerce a função social de parlamentar;

[47] Os pronunciamentos já passaram por um processo de retextualização: o material analisado é o produto das notas taquígrafas.

[48] Não há uma dicotomia entre modalidade falada e escrita, embora cada uma delas apresente suas peculiaridades. As diferenças entre fala e escrita se situam em um *continuum* tipológico de gêneros de textos determinado pela correlação entre as modalidades (MARCUSCHI, 1997, p. 136).

passa a "dizer" de dado lugar social determinado pela instituição na qual está inserido e da qual faz parte.

De certa forma, apaga-se o sujeito empírico, o indivíduo real, para dar lugar ao sujeito institucionalizado, ao parlamentar, que "diz" não só a partir do lugar social que ocupa (parlamentar presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, por isso o uso dos pronomes "eu", "nós", da "expressão "a gente" e da forma nominal "o PTB", com predominância do pronome "eu"); mas, também, "harmoniza" no discurso "vozes" [49] que o constituem.

O parlamentar é, na realidade, porta-voz (representante) do povo, uma vez que foi eleito por ele e deve-lhe satisfações, portanto busca construir no discurso imagens com as quais esse interlocutor possa se identificar tais como, a de político honesto e sério (primeiro pronunciamento) e a de denunciante dos esquemas de corrupção que assolam o País (segundo pronunciamento). Nesse sentido, ele "diz" por outros indivíduos que "olham" e polemizam de posições sociais e ideologias diferentes, tendo em vista seu projeto de fala.

Ele gerencia uma pluralidade de "vozes" que atravessam o pronunciamento tais como, os discursos relatados, com predominância do discurso direto, das citações e narrativas religiosas (discurso religioso), dos provérbios ("a voz do povo") e das narrativas infantis. Essas "vozes" contribuem para a construção do conteúdo temático do discurso e, sobretudo, para a argumentação, uma vez que legitimam, reforçam ou refutam os argumentos e auxiliam na construção das imagens de si e do outro.

O parlamentar, ao enunciar, "concede-se" o direito de fala e "atribui-se" um lugar a seu interlocutor, para que sua "fala" seja legítima. Por exemplo, ao iniciar o pronunciamento, ele delegou ao povo o papel social de cidadãos; e aos colegas parlamentares, o papel de Congressistas, o que atesta sua legitimidade de parlamentar. Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 01**
> Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve" [...]

[49] Polifonia.

Através dos vocativos “Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil, cidadã do Brasil”, o sujeito falante mostra a situação na qual se encontra e a quem ele se dirige: cidadãos e colegas parlamentares.

É importante observar que a oração adjetiva restritiva “que me ouve” põe em cena outro interlocutor, a mídia, cuja função é unir a instância política à cidadã. A mídia é porta-voz dos parlamentares, uma vez que se “responsabiliza” por levar ao cidadão as “palavras” e a “imagem” dos parlamentares. Ela é legitimada, de antemão, em seu papel de informante, mas, ao mesmo tempo, busca credibilidade e captação, o que a caracteriza como uma instância responsável pela espetacularização e a dramatização das cenas políticas. O parlamentar dialoga, pois, com os cidadãos, a mídia e os colegas parlamentares. Vejamos a figura:

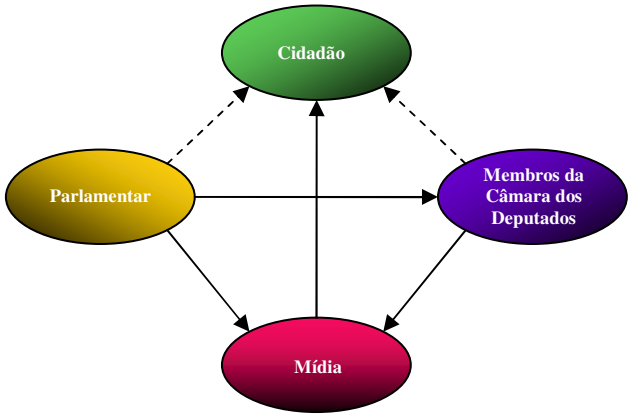

FIGURA 6 - Instâncias de fabricação do pronunciamento durante CPMI dos Correios

Embora ele se dirija a todas essas instâncias, seu alvo principal é o povo:

> nem sempre o orador deseja persuadir a quem ele interpela pelo nome. Muitas vezes, o parlamentar, por exemplo, pode dirigir-se ao presidente, mas estar procurando persuadir não só aqueles que o ouvem, mas sobretudo à opinião pública. Ou, ainda, ele pode não ter objetivo persuadir a quem se encontra à sua frente, como os colegas parlamentares, por exemplo, na Tribuna, durante os pronunciamentos. O orador pode deixar de lado uma desses auditórios (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 21).

Ele interpela o cidadão brasileiro, principalmente, através de metonímias acrescidas de sintagmas adjetivais (orações adjetivas restritivas, apostos e adjuntos adnominais), tendo em vista torná-lo participante da cena política na qual está inserido, implicando-o, pois, a tomar

um posicionamento: “pessoas do Brasil”; “cidadão/cidadã do Brasil que me ouve”; “cidadãos brasileiros que me assistem”; “povo da minha terra”; “Brasil/povo que me ouve”. Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 04**
> Ouvi pacientemente o Relator do Conselho de Ética. O relatório funda-se em 5 pontos. Primeiro, não comprovou o mensalão. **O povo do Brasil** que julgue, em especial **o povo da Bahia**, o relatório daquele moço que diz que o mensalão não é comprovado. Veja se o relatório dele condiz com o sentimento do **povo do Brasil**, da mídia nacional, do que está dito hoje aqui no Congresso.

O parlamentar mostra plena consciência de que se dirige a um auditório vasto e heterogêneo, difícil de ser caracterizado, por isso o uso de sintagmas nominais genéricos como “povo” (metonímia). Na perspectiva de Reboul (1998, p. 121), o poder argumentativo de uma metonímia é o da denominação que reside no fato de ela ressaltar o aspecto da coisa que interessa ao locutor. Os sintagmas nominais “cidadão e “povo” (este acrescido do sintagma adjetival “da minha terra”) são metonímias extremamente valorizadas em regimes democráticos que viveram períodos de ditadura, uma vez que remetem às questões relativas à nação que:

> “é um grupo de indivíduos que se sentem unidos pela origem comum, pelos interesses comuns e, principalmente, por ideais e aspirações comuns. [...]. É uma entidade moral no sentido rigoroso da palavra. Nação [...] é uma comunidade de consciências, unidas por um sentimento complexo, indefinível e poderosíssimo: o patriotismo” (AZAMBUJA, 2005, p. 31).

Conforme podemos ver no fragmento a seguir, as orações adjetivas restritivas, além de colocarem em evidência o fato de ser um povo que participa das questões políticas (não é um povo qualquer, mas um povo participante), mostram que o locutor tem consciência de que o povo o ouve e lhe assiste, o que, por si só, já implica dramatização e espetacularização do discurso. Vejamos:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 05**
> Sem cargos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no seu segundo momento. Agora, temos esses. E digo ante V.Exas. e **as pessoas do Brasil que nos assistem pela TV Câmara e nos ouvem pela Rádio Câmara** que todos os cargos estão à disposição do Governo. Acabei de listá-los.

O parlamentar usa um vocabulário bem próximo do povo como, por exemplo, "rabo entre as pernas" (expressão muito usada); "Isso vai dar zebra"; "uma bomba debaixo da sua cadeira"; "deu uma canetada". Além disso, ele agencia frases feitas (máximas), provérbios, citações religiosas, narrativas religiosas e infantis (o conto "A roupa nova do imperador"[50], por exemplo) o que mostra sua preocupação em trazer para o discurso o que é do cotidiano do povo, procurando, portanto, uma aproximação maior com esse interlocutor.

Em relação aos Congressistas, o parlamentar os intitula como representantes do povo e se dirige a eles por meio dos devidos pronomes de tratamento, conforme as hierarquias: "Senhor Presidente", "Senhor relator", "V. Exas", "Senhores deputados". Geralmente, usa sintagmas nominais que especificavam a filiação a um grupo ou mesmo a um partido.

5.1.1.2. A finalidade do contrato

Segundo Bourdieu (2005, p. 185), em política "dizer é fazer", quer dizer, "fazer crer" que se pode fazer o que se diz e, em particular, dar a conhecer e fazer reconhecer os princípios de divisão do mundo social, as palavras de ordem que produzem a sua própria verificação ao produzirem grupos e, deste modo, uma ordem social.

Os pronunciamentos analisados diferem um pouco daqueles que ocorrem no dia a dia no Plenário, uma vez que o objetivo principal do parlamentar é se defender de acusações de corrupção, atribuídas a ele, na e pela mídia.

No primeiro pronunciamento, o objetivo do parlamentar foi fazer com que o interlocutor acreditasse em seu discurso de justificação (não estava envolvido na corrupção nos Correios, mal conhecia Mauricio Marinho, aliás nem sabia que tal corrupção existia). Nesse sentido, ele buscou se construir como um político honesto e sério, imagens que acreditava poder sensibilizar o outro.

Já no segundo pronunciamento, o parlamentar buscou reafirmar a "verdade" revelada ao longo dos depoimentos: i) o esquema do "Mensalão era real; ii) o PT era o principal

[50] Hans Christian Andersen (1837).

responsável por ele; iii) o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil é ilegal. Nesse sentido, ele tentou reafirmar o *ethos* de herói e profeta, o *anti-ethos* de seus "inimigos" e o *pró-ethos* de seus "amigos", construídos ao longo do evento. É importante lembrar que, em oposição ao *ethos*, há a imagem do antagonista, denominada de *anti-ethos*. À medida que o parlamentar se colocava como herói e profeta, político honesto e sério, inseria o seu adversário na posição inversa à sua, de modo que, ao atribuir uma qualidade a si mesmo, imputava o oposto ao seu adversário. Além disso, ele buscava qualificar seus "amigos" *(pró-ethos)*.

Ao longo dos dois pronunciamentos, o parlamentar tentou fazer com que o interlocutor se identificasse com as imagens que foi projetando na cena como, por exemplo, a de político honesto e sério (no primeiro pronunciamento) e a de denunciante (herói e profeta).

5.1.1.3. O conteúdo temático do contrato

O que motivou a instauração da Comissão foram as denúncias de corrupção nos Correios conforme já dissemos. Assim, o assunto discutido, inicialmente, refere-se a esse tema. No entanto, à medida que o principal suspeito foi depondo, novos fatores foram surgindo, dando, portanto, origem a novas temáticas como, por exemplo, a compra de votos de parlamentares (esquema do "Mensalão") e o financiamento ilegal de campanhas eleitorais.

5.1.2. O depoimento: considerações gerais

"A verdade é sempre o argumento mais forte".
Sófocles

Os depoimentos dados por Roberto Jefferson à CPMI dos Correios apresentam a característica básica dos depoimentos do campo jurídico: "ou são acusações ou defesas sobre coisas feitas no passado e visam mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito" (ARISTÓTELES, 2005, p. 38). Além disso, o tempo verbal predominante nos referidos depoimentos é o pretérito: "o tempo para que o julga é o passado, pois é sempre sobre atos acontecidos que um acusa e outro defende" (ARISTÓTELES, 2005, p. 104).

O inquérito, segundo Foucault (1979), é uma forma de poder-saber:

> o inquérito não é absolutamente um conteúdo, mas a forma de saber. Forma de saber situada na junção de um tipo de poder e de certo número de conteúdos de conhecimentos. Aqueles que querem estabelecer uma relação entre o que é conhecido e as formas políticas, sociais ou econômicas que servem de contexto a esse conhecimento costumam estabelecer essa relação por intermédio da consciência ou do sujeito de conhecimento. Parece-me que a verdadeira junção entre processos econômico-políticos e conflitos de saber poderá ser encontrada nessas formas que são ao mesmo tempo modalidades de exercício de poder e modalidades de aquisição e transmissão do saber. O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de transmiti-las. O inquérito é uma forma de poder-saber (FOUCAULT, 1979, p. 77-8).

Esta questão é bastante interessante nos depoimentos dados por Roberto Jefferson à CPMI dos Correios. Para alguns membros da CPMI dos Correios (talvez para a maioria), esse poder-saber era parcial (ou mesmo nem existisse), uma vez que havia suspeitas de que eles se estavam envolvidos no escândalo do "Mensalão", o que fez com que restringissem o inquérito a determinadas perguntas que pareciam "fugir" ao seu objetivo. O depoente declarou várias vezes durante o evento o envolvimento de vários membros da Comissão tanto no escândalo do "Mensalão" como em outros atos escusos como no financiamento ilegal das campanhas eleitorais. Assim, o depoente mostrava ter um saber que lhe permitia dado poder sobre os membros da Comissão. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento - fragmento 06**
> E cuidado para V. Exa. não ficar de rabo preso nela, hein? [...]. Muita gente da sua patota vai ficar de rabo agarrado aqui (Roberto Jefferson se dirigindo ao deputado Mauricio Rands (PT-RJ), durante depoimento à CPMI dos Correios realizado no dia 30/06/2005).

Conforme podemos observar, ocorre uma inversão de papéis. O depoente (acusado) se vê (e se mostra como tal) na condição de poder intimidar quem lhe interroga. O acusado passa a acusador. No fragmento acima, através de um vocabulário "chulo", o depoente se dirige a um membro da Comissão e o intimida.

Os depoimentos dados à CPMI dos Correios foram motivados por denúncias de irregularidades nos Correios, feitas na e pela mídia. Nesse sentido, consideramos que eles constituem gêneros discursivos da ordem da denúncia, peculiares ao domínio discursivo

jurídico, que "migraram" para a instância parlamentar, ou seja, para um espaço estrutural político, onde sofreram algumas modificações.

O primeiro depoimento se deu na Comissão de Ética[51] no dia 14/06/2005, instaurado na Casa a pedido do Partido Liberal (PL), uma vez que Roberto Jefferson afirmou em entrevista dada ao Jornal *Folha de São Paulo* que o referido partido, além do PP, recebia Mensalão do PT. Assim, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, fez a representação, alegando que Roberto Jefferson havia cometido crime de falta de ética.

É prudente salientar que a condição do depoente era de investigado (acusado, portanto, representado) e não de testemunha. A diferença é simples. O investigado possui maior liberdade para mentir, uma vez que a legislação penal prevê que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. Já a testemunha, se não contar a verdade e isso for comprovado, pode receber voz de prisão por falso testemunho.

Nos depoimentos predominaram os atos alocutivos, o que põe em cena quem controlava o jogo: o depoente se manifestou no discurso, predominantemente, através da primeira pessoa do singular, interpelando o interlocutor. Em alguns momentos, ocorreu a mudança da forma pronominal "eu" para "nós", na tentativa de mostrar solidariedade tanto com parlamentares de seu partido, tendo em vista angariar adeptos, quanto com todos os parlamentares brasileiros, no sentido de mostrar os deveres dos políticos com o povo.

Quanto à estrutura formal, o gênero se assemelha àlguns gêneros conversacionais como a conversação e a entrevista, por exemplo, uma vez se constitui do par pergunta/resposta. Há tomadas de turno, mas, em geral, cada interactante se mantém em seu devido "tempo/espaço", o que caracteriza uma restrição desse tipo de contrato. Os depoimentos analisados apresentam quatro seqüências, sendo que algumas se subdividem:

[51] Conforme consta no Portal da Câmara, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados é o órgão encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades, nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar. Os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar são regidos por um Regulamento próprio, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados no processo disciplinar parlamentar, de acordo com o disposto no Código de Ética e Decoro Parlamentar e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O Conselho atuará mediante provocação da Mesa da Câmara dos Deputados, nos casos de instauração de processo disciplinar, e das Comissões e dos Deputados, nos demais casos. Cabe ao Conselho, entre outras atribuições, zelar pela observância dos preceitos éticos, cuidando da preservação da dignidade parlamentar, e responder às consultas da Mesa, de Comissões e de Deputados sobre matéria de sua competência.

i) abertura: o Presidente da Comissão, um parlamentar, travestido de juiz, autoridade máxima durante o evento, declara aberta a sessão e dá a palavra, inicialmente, ao depoente. O juiz é o responsável por determinar o início do momento de fala não só do depoente quanto dos inquiridores, sendo que agradece a esses ao final de cada turno, com atos de fala específicos;

ii) apresentação: o depoente expõe os fatos, tecendo, inicialmente, uma breve apresentação de sua trajetória pessoal e profissional. Essa seqüência é semelhante a um pronunciamento e subdivide-se em três partes: a) saudação: o depoente saúda os interlocutores, deixando transparecer sua condição de parlamentar, tendo em vista a maneira como se dirige aos interlocutores; b) exposição: o depoente expõe os fatos; c) agradecimento: o depoente agradece aos interlocutores;

iii) inquérito: o juiz dá a palavra ao primeiro inquiridor, o relator da sessão, e, sucessivamente, aos demais inquiridores. Assim, essa seqüência se caracteriza pelas inquirições feitas pelos parlamentares, travestidos de advogados, ao depoente;

iv) encerramento: o juiz fecha o inquérito, agradecendo a todos.

É importante salientar que ocorreram assaltos de turno em todas as fases do depoimento, exceto na "apresentação", principalmente quando o depoente acusou ou tentou intimidar os parlamentares. Mas, o presidente interveio, tentando restabelecer a ordem no recinto.

As fases apresentam peculiaridades de cada uma das modalidades da língua. Conforme dissemos, a fase "apresentação" se assemelha a um pronunciamento, no sentido de que o discurso flui ininterruptamente, com poucas características próprias da oralidade. O texto parece ter sido escrito e depois lido, perante os interlocutores. Já a fase "inquérito", que, a nosso ver, realmente caracteriza o depoimento, apresenta muitas marcas de oralidade como, por exemplo, as hipercorreções, as digressões, as repetições. Os interlocutores encontram-se face a face, e o discurso é marcado pelo par pergunta/resposta.

5.1.2.1. As instâncias de produção

A CPMI dos Correios põe em cena duas instâncias de produção - a do depoente e a dos membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Essas instâncias se constituem de parlamentares travestidos de juízes, advogados (de defesa e acusação) e réu.

O depoente "diz" a partir dos lugares sociais que ocupa (parlamentar, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, advogado, cidadão honrado e ser humano "comum"), embora afirme "falar" apenas como cidadão honrado e ser humano "comum". Vejamos os fragmentos:

> **Segundo depoimento – fragmento 07**
> **Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de advogado,** porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício [...] **Mas eu também não sou o político Roberto Jefferson [...].**

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> **Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente**. Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. Ninguém vai me acanalhar. Ninguém.
> **Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida**. Lendo Mateus eu vi lá escrito: "Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito". Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

Na realidade, quem "diz", predominantemente, nos depoimentos, é um parlamentar que denuncia o financiamento ilegal de campanhas eleitorais e o esquema do "Mensalão", buscando se construir na cena como político honesto, herói, profeta. Discutiremos estas questões na seção intitulada "O dispositivo enunciativo: os jogos do locutor". Vejamos os fragmentos:

> **Primeiro depoimento – fragmento 09**
> **Explico** a V.Exa. **Não há partido nenhum aqui que faça diferente, nem o de V.Exa. Nenhum partido aqui, recebe ajuda na eleição que não seja assim; nenhum.** Eu tenho a coragem de dizer de público aqui: **Eu não aluguei o meu partido, não fiz dele um exército mercenário nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel, mas eu sei de onde vêm os recursos das eleições e todos sabem**. Aqui, todos sabem de onde vêm. Só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. **Eu estou assumindo isso, aqui. E faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson**. **Os dinheiros vêm dos empresários que, a maioria das vezes, mantêm relação com as**

> **empresas públicas. É assim e sempre foi**. E essas oligarquias antigas, corrompidas, corrompedoras, acabaram por contaminar até a bandeira que, durante 25 anos, lutou a favor da ética e da moralidade na coisa pública. Infelizmente, Sr. Presidente. Todo mundo sabe de onde vem o recurso aqui. **Não há quem não faça eleição assim.** Nós precisamos é abrir aqui na Comissão de Ética essa ferida para que o Brasil saiba como é.

> **Primeiro depoimento – fragmento 10**
> Desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto dessa casa, que o **seu Delúbio, com o conhecimento do seu Zé Genoíno**....SIM... **tendo como pombo-correio o seu Marcos Valério**, que é um carequinha que é publicitário lá de Minas Gerais, **repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão**.

Tendo em vista a condição de acusado do depoente, era esperado que ele somente respondesse às perguntas feitas pelos inquiridores (aliados ou adversários). No entanto, isso não acontece. Ele assalta o turno diversas vezes para debochar dos inquiridores, interpelá-los, intimidá-los, mostrando-se ter poder para tais atitudes, além de se atribuir o papel de advogado tanto de defesa quanto de acusação (segundo ele era um advogado competente). Conforme já dissemos, ocorre uma inversão de papéis: o acusado passa a acusar os membros da Comissão.

A Comissão é constituída pelo presidente, pelo relator e pelos inquiridores (parlamentares aliados e adversários). O presidente possui a função de abrir o inquérito e conduzi-lo, de forma organizada e coerente, intervindo sempre que necessário no discurso do depoente e dos inquiridores. Ele é quem organiza os turnos de fala, ou seja, determina o momento de fala de cada um dos interactantes.

O relator, por sua vez, tem a função de elaborar o relatório e as conclusões das CPIs. Durante o inquérito, ele também interroga o depoente, sendo, pois, uma figura importante no inquérito. Já aos inquiridores, cabe a função de interrogar o acusado.

Apesar de o presidente estar investido da autoridade máxima, ele tem o turno assaltado pelos demais interactantes que, aparentemente, se consideram na condição de poder dar sugestões quanto ao andamento do depoimento. Além disso, ele se dirige ao depoente como se esse estivesse na condição de parlamentar e não de depoente. Parece-nos que os membros da Comissão e o depoente vão perdendo a condição de juízes, advogados e depoente,

respectivamente, ao longo do depoimento, e se manifestando, cada vez mais, com a identidade de parlamentares.

Uma vez que ocorre uma inversão de papéis, o inquérito se torna palco de troca de insultos, acusações, ironias, o que, a nosso ver, tira a credibilidade da CPMI dos Correios. É importante ressaltar que, na realidade, as denúncias de corrupção resultaram de um confronto político - subornados foram à mídia apresentando-se como "vítimas" à opinião pública com o objetivo de atacar o PT, reforçar a oposição e impedir a reeleição de Lula.

Mas a quem se "diz" nos depoimentos?

5.1.2.2. As instâncias de recepção

Embora os inquiridores e o depoente estejam face a face, desejam persuadir o povo brasileiro, a quem o depoimento chega através da mídia. A mídia, conforme já dissemos, exerce o papel de porta-voz das instâncias de produção: ela é o elo entre o depoente, os membros da Comissão e o povo. Através dela, o povo toma conhecimento dos fatos e é levado, de certa forma, a adotar determinadas atitudes, tendo em vista que ela não só informa, mas também manipula a opinião pública. Assim, a mídia seleciona, conforme seus objetivos, aquilo que acredita ser melhor a seus propósitos, buscando ter credibilidade e seduzir o povo.

Ao povo é delegada a condição de cidadão brasileiro, o que implica portar determinado poder de saber sobre os fatos e de cobrar providências/respostas aos parlamentares (acredita-se que em uma democracia o povo possui poder). Nesse sentido, as instâncias de produção estabelecem buscam angariar a simpatia e a confiança do povo, manifestando-se na cena com imagens que acreditam poder sensibilizá-lo, levando-o a aderir a seus discursos. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 11**
> **Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve**, inicialmente, peço licença para dizer a V. Exªs que, apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista

No fragmento, através dos vocativos "Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr[a]s Senadores, Srs. Deputados, Sr[a]s Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve", o depoente ilustra quem "diz" nos depoimentos e a quem ele "diz": colegas parlamentares, povo e mídia (a oração adjetiva restritiva "que me ouve" põe em cena que o depoente fala também para a mídia).

A figura 07 a seguir ilustra as instâncias de produção e de recepção:

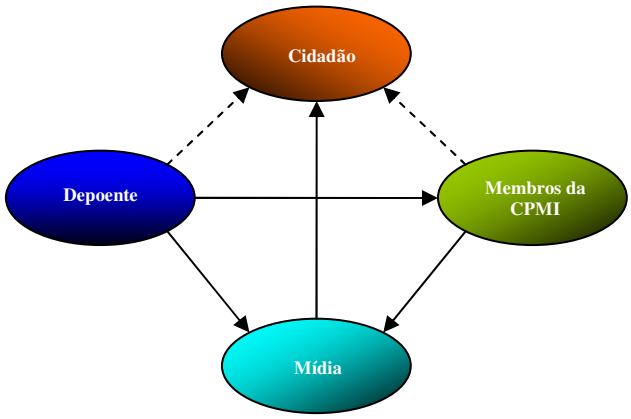

FIGURA 7 - Instâncias de fabricação do depoimento durante CPMI dos Correios

5.1.2.3. A finalidade do contrato

Ao contrário do discurso político eleitoral, em que o político está em busca da legitimidade, nos depoimentos, o objetivo principal do depoente é construir um discurso coerente e crível e ao mesmo tempo identificatório para ser inocentado e se manter no poder. Nesse sentido, o depoente negou as acusações e tentou explicar os fatos (discurso de justificação), manifestando-se na cena com imagens que acreditava poderem sensibilizar o povo para que esse aderisse a seu discurso.

A Comissão, por sua vez, tinha por finalidade esclarecer os fatos à população, inquirindo o depoente adequadamente. Assim como o depoente, ela também buscou construir imagens com as quais o povo pudesse se identificar.

5.1.2.4. O domínio temático do contrato

Nos depoimentos, o assunto discutido foi o mesmo dos pronunciamentos: denúncias de corrupção nos Correios, de compra de votos ("Mensalão") e do financiamento ilegal de campanhas eleitorais.

A seguir identificaremos e analisaremos as estruturas sintáticas (combinação hipotática e paratática[52]) e lexicais mais agenciadas pelo sujeito falante durante o evento da CPMI dos Correios.

5.2. As escolhas lingüísticas do sujeito falante: um passeio pelo bosque das palavras e da sintaxe

> "Uma boa frase cria a sua verdade. É por isso que os políticos escolhem meticulosamente os seus slogans para criarem a deles".
>
> Vergílio Ferreira

Conforme dissemos, nesta seção identificamos e analisamos as escolhas lingüísticas sintáticas (combinação hipotática e paratática) e lexicais mais agenciadas pelo sujeito falante durante o evento da CPMI dos Correios, tendo em vista verificar a função dessas estruturas no discurso.

No quesito sintaxe, em um primeiro momento, assumimos um posicionamento a respeito da oração (coordenada ou subordinada) e ressaltamos sua função no discurso da CPMI dos Correios. Posteriormente, analisamos um fragmento do *corpus.*

Já no que diz respeito à escolha lexical, a princípio, verificamos as figuras retóricas[53] mais agenciados pelo sujeito falante. Depois, analisamos os campos lexicais predominantes no discurso.

É importante salientar que, ao verificar o vínculo entre recurso lingüístico e efeito discursivo, nos interessou não só a escolha da estrutura como também seu posicionamento (a ordem) no discurso da CPMI dos Correios. Por exemplo, quanto à seleção das estruturas sintáticas,

[52] Orações coordenadas e subordinadas respectivamente.
[53] Uso da língua que se distancia mais ou menos da expressão simples e comum (FONTANIER, 1968).

observamos se o sujeito falante usou mais estruturas na ordem direta[54] ou não e, ao optar por uma ou outra posição, qual foi o efeito pretendido.

Nesta análise, interessou-nos a seleção lexical e sintática enquanto processo ou trabalho seletivo, e o produto desse processo - o item lexical e sintático selecionado - só é pertinente visto nas condições de produção do discurso e não como um dado desvinculado do percurso enunciativo. Nesse sentido, a seleção lexical e sintática foi compreendida na perspectiva dos estudos sobre "os mecanismos de produção, os processos pelos quais, nas circunstâncias temporais e espaciais determinadas, a língua é posta em funcionamento" (GRESILLON; LEBRAVE, 1987, p.130).

5.2.1. Estruturas sintáticas hipotáticas e paratáticas

Observamos que o sujeito falante selecionou, predominantemente, as orações "contrastivas" (adversativas e concessivas), as intercaladas/interferentes, as conclusivas, as comparativas, as causais, as explicativas, as adjetivas, as conformativas, as modais, as condicionais e as aditivas, as quais foram de fundamental importância na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva); mas, sobretudo, na dimensão representacional, o que corrobora nossa hipótese de que predomina essa dimensão no *corpus* da pesquisa.

Além disso, verificamos que o sujeito falante agenciou um período misto, composto por duas orações condicionais, uma oração intercalada e uma oração adjetiva restritiva, usado com o valor de uma comparativa.

Conforme já dissemos, é importante ressaltar que não se trata apenas da seleção da estrutura sintática, mas também da escolha da posição dessa estrutura no discurso, tendo em vista seu possível efeito discursivo. Consideramos tanto a combinação hipotática quanto a paratática. Vejamos algumas estruturas sintáticas recorrentes e seus possíveis efeitos discursivos.

[54] Regularidades de construção frasal de toda língua. Na Língua Portuguesa, a estrutura regular, canônica, é representada por sujeito, verbo e complementos (ALMEIDA, 1997).

5.2.1.1. Orações "contrastivas": subordinadas concessivas

Segundo Neves (2000), as orações concessivas são também conhecidas, juntamente com as adversativas, como estruturas contrastivas, que possuem por finalidade a quebra de expectativa, um sentido que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, também, do processo comunicativo e da relação sujeito falante-sujeito interpretante.

Além disso, a autora argumenta que é possível também pensar em uma relação das concessivas com as causais ou condicionais, uma vez que todas expressam, de certa maneira, uma conexão "causal" compreendida em um sentido amplo. Por outro lado, as concessivas também expressam uma conexão condicional, uma vez que são explicáveis em dependência de satisfação (ou não-satisfação) de necessidade ou de suficiência de determinadas condições. Neves salienta que:

> uma das definições mais aceitas para a construção **concessiva** é a que diz que nela se combinam uma **oração principal** e uma **oração concessiva** (ou sintagma **concessivo**) que expressa um fato (ou noção), apesar do qual a proposição principal se mantém. Isso equivale a dizer que, numa construção **concessiva**, o fato (ou a noção) expresso na **oração principal** é asseverado, a despeito da proposição contida na **oração concessiva** (NEVES, 2000, p. 865, grifo da autora).

Nesse sentido, no aspecto lógico, conforme a autora, pode-se dizer que, apesar de o fato (ou o evento) da oração concessiva constituir uma condição suficiente para a não-realização do fato (ou evento) expresso na oração principal, o dito na oração principal se realiza. Então, pode-se dizer que a afirmação do que está na oração principal independe do que quer que esteja na oração concessiva.

Segundo a pesquisadora, há três grandes grupos de construções ligadas a uma oração concessiva. No primeiro, concessivas factuais/reais, tanto o conteúdo da oração principal quanto da concessiva devem ser verdadeiros para que a asserção global seja também verdadeira. Assim, a enunciação de uma factual implica a realização dos conteúdos contidos nas duas orações constitutivas do período. Já no segundo, concessivas contrafactuais/irreais, tanto o conteúdo da principal quanto da concessiva devem ser não-verdadeiros para que a asserção global seja também não-verdadeira, o que significa que a enunciação de uma

contrafactual implicitaria a não-realização dos conteúdos tanto da principal quanto da concessiva. Por fim, na terceira, concessivas eventuais, o conteúdo proposicional da oração principal deve ser verdadeiro, mas o da concessiva pode ser verdadeiro ou falso. Isso significa que existe uma incerteza epistêmica sobre a eventual ocorrência do conteúdo proposicional da concessiva.

As três construções possuem em comum o fato de que em todas se instaura uma relação de contraste entre o tipo de evento representado pela proposição concessiva e o representado pela proposição principal. A autora ressalta ainda que:

> pode-se dizer, pois, que as conexões **contrastivas**, entre as quais se incluem as **concessivas**, se caracterizam por abrigarem eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que é normal em um mundo qualquer. Deve-se observar, entretanto, que não se trata, realmente, de relações lógicas, resolvidas simplesmente em termos de expectativas ditadas pelo que se passa em um determinado mundo. A construção **concessiva**, como todos os enunciados, não pode ser equacionada sem que interfira a relação falante-ouvinte, e sem que se evoquem noções que envolvem conhecimento partilhado, argumentação (plausível ou não), objetivação (admissível ou não) (NEVES, 2000, p. 871-2, grifo da autora).

As relações expressas nas construções concessivas variam conforme o nível em que se estabelecem. Por exemplo, em algumas estruturas, fica mais evidente uma relação entre conteúdos, ou seja, uma relação entre os estados de coisas expressos nas duas orações. Em outras construções, a relação concessiva é apresentada como passando pelo julgamento do falante. Trata-se, portanto, de uma relação entre proposições e não entre simples estado de coisas. Em um terceiro tipo de construções, o falante relaciona atos de fala. As orações concessivas, como construções contrastivas, são essencialmente argumentativas:

> vistas do ponto de vista **pragmático**, as construções **concessivas** indicam que o falante pressupõe uma objeção à sua asserção, mas que a objeção é por ele refutada, prevalecendo a sua asserção. O que está implicado, aí, é que, nas construções **concessivas** – como nas **condicionais** – existe uma hipótese, que, no caso das **concessivas**, é a hipótese de objeção por parte do interlocutor (NEVES, 2000, p. 874, grifo da autora).

Nessa perspectiva, o sujeito falante registra na oração concessiva uma objeção que ele pressupõe que o sujeito interpretante tenha e deixa prevalecer, no entanto, a idéia expressa na

oração principal. Em outras palavras, o mecanismo argumentativo das construções concessivas consiste, em geral, na existência de dois argumentos que conduzem a conclusões implícitas contrárias: a oração concessiva argumenta a favor de uma dada conclusão, e a oração principal argumenta a favor de outra determinada conclusão.

É importante salientar que a ordem das estruturas concessivas obedece a propósitos comunicativos, sendo mais freqüente, na Língua Portuguesa, a posposição da concessiva[55]. Segundo Neves, quando as concessivas são antepostas, carregam informação mais conhecida do sujeito interpretante, ocupando uma posição mais tópica.

No *corpus* da pesquisa, observamos que o sujeito falante usou, predominantemente, as construções concessivas factuais antepostas, com o objetivo de registrar uma contestação que pressupunha ser de seu adversário ("a política não é lugar de encenação"); reafirmar imagens que pressupunha ser representações sociodiscursivas do povo ("a política é lugar de encenação"); negar imagens de si mesmo postas em cena pelos adversários e pela *doxa* ("estava encenando")[56] e, conseqüentemente, construir novas imagens que acreditava serem importantes à argumentação ("falava a verdade"), desqualificando os oponentes, conforme podemos ver a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 11**
> Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, inicialmente, peço licença para dizer a V. Exªs que, **apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista.**

Podemos observar no fragmento acima que o sujeito falante estava, na realidade, refutando o ato de fala assertivo (tese) proferido pelos adversários e pela mídia em geral após depoimento na Comissão de Ética na Câmara dos Deputados[57]: "Roberto Jefferson está encenando (papel de artista)". Assim, através da oração subordinada concessiva "apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político", ele pôs em cena um enunciador que assumiu o posicionamento de que "a política é um teatro e de que todos nesse campo desempenham papéis, inclusive ele".

[55] Cf. Gramáticas Normativas.
[56] Esta imagem foi "posta" em cena pelos adversários após as denúncias de Roberto Jefferson sobre o esquema do "Mensalão" à jornalista Renata Lo Prete, da *Folha de São Paulo.*
[57] Essa análise só foi possível tendo em vista o cotexto e o contexto.

No entanto, na oração principal "não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista", ele refutou a tese de que durante a CPMI dos Correios estivesse encenando. Ou seja, a construção concessiva foi mobilizada com a finalidade de desconstruir a imagem de que ele, Roberto Jefferson, estivesse encenando naquele momento, e de se posicionar com novo *ethos* (a de indivíduo que falava a verdade).

O enunciador posto em cena pelo sujeito falante não só afirmou que a política é um espaço de encenação, como também fez questão de enfatizar essa assertiva repetindo a palavra "teatro" - usada três vezes no fragmento - e pela própria seleção lexical que remete ao campo lexical da encenação: "teatro", "papel", "artista".

Ainda quanto a esse aspecto, é importante observar que o sujeito agenciou a oração concessiva anteposta, tendo em vista enfatizar a representação sociodiscursiva, bastante forte no brasileiro, de que tudo na política não passa de encenação. Nessa perspectiva, o enunciado "não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista" é um ato de fala polifônico, uma modalidade de julgamento, uma vez que marca a atitude do sujeito falante em relação ao que foi dito por alguns parlamentares e pela mídia durante primeiro depoimento do sujeito falante à CPMI dos Correios.

O então deputado tentou falsear o discurso do outro, desqualificando-o, e impor seu discurso como verdadeiro. Assim, procurou se construir de forma "positiva", como um político sério, por exemplo, e desqualificar o oponente. Em outras palavras, o sujeito falante buscou durante o jogo argumentativo polifônico vencer o adversário e impor seus argumentos, traçando uma imagem "negativa" de alguns colegas parlamentares (*anti-ethos*) e, conseqüentemente, uma boa imagem de si mesmo (*ethos*).

Várias outras estruturas concessivas factuais antepostas foram selecionadas pelo sujeito falante para dar credibilidade ao discurso, ou seja, para sustentar seu posicionamento de que estava dizendo a verdade como, por exemplo: "E, Sr. Presidente, apesar de fazer referências a mim, não tenho nenhum problema, nenhuma preocupação, nenhum medo de entregar a V. Exa., simbolicamente, essas fitas, que faço questão de distribuir depois para todos os Líderes (Primeiro pronunciamento)".

5.2.1.2. Orações coordenadas aditivas

Ao tratar das coordenadas aditivas, geralmente os autores como, por exemplo, Neves (2000), destacam a conjunção "e", que evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados e acrescenta um segundo segmento a um primeiro, recursivamente, seja qual for a direção relativa desses segmentos, determinada pelas variações contextuais. Segundo Neves (2000), o "e" pode marcar tanto uma relação de adição entre os segmentos coordenados, o que implica que esse coordenador possui um caráter mais neutro do que os outros quanto uma relação semântica de contraste ou, ainda, de causa/conseqüência.

Para a autora, no que diz respeito à argumentação, ocorre uma adição de argumentos para reiterar ou inverter a direção argumentativa. No primeiro caso, o segundo enunciado coordenado reitera a direção argumentativa, indo em um mesmo sentido. Já no segundo, o enunciado encabeçado pela conjunção inverte a direção argumentativa.

A Língua Portuguesa dispõe de estruturas correlativas para coordenar orações, conhecidas como séries aditivas enfáticas, que são usadas para dar destaque ao conteúdo da segunda oração, como é o caso da estrutura iniciada pela conjunção "mas também", agenciada pelo sujeito falante durante o evento. Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> **Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de advogado,** porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício. Tem aqui os dois advogados ao meu lado, o Dr. Luiz Francisco Barbosa e o Dr. Itapuã Prestes de Messias, que farão isso por mim. **Mas eu também não sou o político Roberto Jefferson.** E não sou o político porque não vim aqui pedir aos senhores que me absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Já passei dele. Não vim aqui perorar pelo Deputado. Absolutamente. Absolutamente!

Conforme podemos ver no fragmento acima, o sujeito falante continuou negando estar exercendo papéis, mais precisamente os de político e de advogado. É importante ressaltar que o sujeito refutou estar exercendo papéis pressupostos pela mídia, pela *doxa* e pelos adversários. Ele desejava "despir-se" desses papéis sociais e assumir uma nova imagem. A estrutura acima funcionou, portanto, como um arcabouço para a construção de um novo *ethos*.

Através do operador discursivo argumentativo "mas também", ele acrescentou argumentos à tese, descrita na abertura do depoimento: "não estou exercendo papéis nesta CPMI". Assim, nas duas primeiras orações que compõem o período aditivo ele refutou o pressuposto de que estivesse desempenhando papel de político e de advogado. Nessa perspectiva, os enunciados "Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de advogado" constituem, também, conforme pode ser visto no fragmento anterior, um ato de fala polifônico, uma modalidade de julgamento, uma vez que marcam a atitude do sujeito falante em relação ao que foi dito por alguns parlamentares em seu primeiro depoimento e em relação ao que ele pressupunha ser a representação de seus interlocutores.

Acreditamos ocorrer neste trecho do fragmento um movimento argumentativo composto de uma dupla refutação, uma vez que, através da oração "mas também não é de advogado", ele pôs em cena um enunciador que também refutava a conclusão esperada pelo enunciado "Hoje, aqui, o meu papel também não é de político".

Em um primeiro momento, o sujeito falante, através de um ato refutativo proposicional, negou a asserção de que exercia papel de advogado por meio de um ato de justificação: "porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício". Depois, através de atos refutativos pressuposicionais[58], ele tentou intimidar os colegas parlamentares: esse tipo de negação traz mais prejuízos para a interação, uma vez que é mais ameaçadora para a face positiva do enunciatário (MOESCHLER, 1982, apud NAGAMINE, 1998, p. 92). Assim, ele continuou desqualificando os adversários e tentando se construir como um indivíduo que falava a verdade: uma refutação pressuposicional tem por objetivo atingir mais o enunciatário que sua enunciação, na medida em que ela o coloca diretamente em causa (DUCROT, 1972).

O sujeito falante negou as asserções pressupostas a partir do posto no ato de justificação: "Não vim aqui pedir absolvição"; "Não vim aqui mendigar a favor do mandato"; "Não vim aqui perorar pelo deputado". É importante observar que ele repetiu o enunciado "O meu papel não é de político", no sentido de dar ênfase à tese inserida no início do depoimento: "Os políticos encenam, mas eu não estou encenando".

[58] "Uma refutação pressuposicional possui por função recusar o conteúdo q expresso no ato de pressuposição A´ associado à enunciação A" (NAGAMINE, 1998, p.92)

Além disso, é importante salientar que, através do modalizador epistêmico "Absolutamente!" - usado duas vezes no fragmento –, ele mostrou total engajamento com o dito, alto grau de certeza daquilo que foi dito, o que, a nosso ver, conferiu mais força argumentativa ao discurso no sentido de intimidação.

O que podemos observar até então é que o sujeito falante agenciou a estrutura concessiva para desconstruir uma imagem de si inserida na trama pelos adversários (a de estar encenando-artista) e, conseqüentemente, construir outra que acreditava ser-lhe favorável no momento, estabelecendo a tese "Não estou encenando". Depois disso, através de orações coordenadas aditivas, ele foi somando argumentos a favor dessa tese, na tentativa de reforçá-la, conforme podemos ver a seguir:

QUADRO 2
Tese principal e alguns argumentos do depoente agenciados durante a CPMI dos Correios

Eu não estou encenando/estou falando a verdade (*ethos* de virtude)	
Representações sociodiscursivas	Posicionamento do sujeito falante durante a CPMI
Apesar de os políticos encenarem/mentirem (teatro político).	Não exerço papel de artista
Não vim pedir que me absolvam nem mendigar em favor do meu mandato	Não sou o político Roberto Jefferson
Advogado em causa própria é péssimo.	Não sou o advogado Roberto Jefferson

5.2.1.3. Orações coordenadas explicativas

As orações explicativas indicam uma justificativa ou uma explicação ao fato expresso na oração anterior, tendo destaque a estrutura iniciada pela conjunção "porque" (ALMEIDA, 1997).

No material lingüístico analisado, as estruturas explicativas foram agenciadas pelo sujeito falante principalmente para dar credibilidade e legitimidade ao discurso. Vejamos o fragmento abaixo:

> **Segundo depoimento - fragmento 07**
> Hoje, aqui, o meu papel também não é de político, mas também não é de advogado, **porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício**. [...] Mas eu também não sou o político Roberto Jefferson. E não sou o político **porque não vim aqui pedir aos senhores que me absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato.** Já passei dele. **Não vim aqui perorar pelo Deputado**. Absolutamente. Absolutamente!

Na oração principal, o sujeito falante negou o pressuposto de que exercia o papel de político e de advogado, tentando estabelecer uma nova imagem para si, ao passo que no enunciado encadeado pela conjunção "porque" justificou essas negações, tendo em vista angariar credibilidade e legitimidade ao discurso (no sentido de autenticidade, de verdade).

Segundo Nagamine (1998, p. 117), nesse tipo de enunciado, ao afirmar a relação de justificativa, o indivíduo mostra total engajamento, uma vez que aparece como sujeito que, tomado em uma rede de obrigações, estabelece seu direito de falar como ele o fez: "negar a asserção do interlocutor e justificar sua negação".

Na perspectiva de Ducrot (1984), uma estrutura do tipo "p porque q" admitiria, em princípio, no mínimo três enunciadores: i) E1: asserção p; ii) E2: por quê? ; iii) E3: asserção q. No fragmento acima, conforme atesta Nagamine, há quatro enunciadores: i) E1: asserção p; E2: oposição a p; E3: por quê? (interroga sobre o fato negado por E2); E4: asserção q (responde ao questionamento de E3). Assim, temos:

E1: Roberto Jefferson está desempenhando papel de político e de advogado
E2: Eu não sou o político Roberto Jefferson e não sou advogado aqui
E3: por quê?
E4: porque advogado em causa própria é péssimo e eu não saberia fazer esse exercício; porque não vi aqui pedir aos senhores que me absolvam. Não vim aqui mendigar em favor do meu mandato. Não vim aqui perorar pelo Deputado.

É importante ressaltar que, diferentemente de Nagamine, acreditamos que o conteúdo proposicional expresso por E1 é aquele que o sujeito falante pressupõe ser de seus interlocutores. Além disso, o sujeito falante enfatizou a estrutura cujo conteúdo proposicional diz respeito à sua atuação de político, conforme pode ser visto no fragmento acima.

5.2.1.4. Orações subordinadas modais

Segundo Kury (1997), as estruturas modais[59] equivalem a um adjunto adverbial de modo, além de expressarem a maneira, o meio pelo qual se realiza o fato enunciado na oração principal.

Para Neves (2000), a construção modal expressa por um período composto é constituída de uma oração nuclear, ou principal, e uma modal. Segundo a autora, não é comum a expressão da relação modal através de uma oração. Ela se faz especialmente com "sem que" e com verbo no subjuntivo.

Raramente, usa-se a conjunção "como", que conserva um matiz conformativo, com o modo verbal no indicativo, conforme pode ser visto no fragmento a seguir.

No *corpus* analisado, as orações subordinadas modais foram agenciadas pelo sujeito falante tendo em vista construir imagens com as quais o povo pudesse se identificar, principalmente a de cidadão honrado e a de ser humano "comum". Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> **Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente**. Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. Ninguém vai me acanalhar. Ninguém.
> **Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida**. Lendo Mateus eu vi lá escrito: "Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito". Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

Depois de negar os papéis de ator, advogado e político, o sujeito falante afirmou sua condição naquele momento: a de cidadão honrado e ser humano "comum": "Sou isso, não sou aquilo" (BARTHES, 1966, p. 212). Mas quem é, em sua concepção, o cidadão honrado, o ser humano "comum"?

[59] As subordinadas modais não se incluem na Norma Gramatical Brasileira e, segundo Kury (1997), são enquadradas, por alguns gramáticos, entre as comparativas (as encabeçadas pela conjunção "como" com o valor de "tal qual, assim como, do que modo que"), entre as conformativas (as que são introduzidas por "como" com o sentido de "conforme, segundo, consoante"), entre as consecutivas (as que se iniciam com as locuções "de modo que, de sorte que, de forma") entre as concessivas (em alguns casos, as que começam pela locução "sem que", sinônimo de "embora não, ainda que não").

Segundo o sujeito falante, exercia o papel de indivíduo responsável pela família, pai, avô, que entrou no Senado pela porta da frente (honrado), ser humano com defeitos e virtudes, no sentido de fazer com que o povo se identificasse com essa imagem e aderisse à sua fala.

Além disso, no fragmento acima, através do pronome indefinido "ninguém", usado em dois atos de fala refutativos, o locutor negou um ato de fala assertivo pressuposto a partir do posto "Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. Ninguém vai me acanalhar. Ninguém", com a intenção de intimidar, mais uma vez, os adversários. Essa atitude permitiu pôr em cena também a imagem do indivíduo corajoso.

O sujeito falante agenciou o ato de justificativa anteposto ao ato refutativo pressuposicional, no sentido de dar ênfase ao papel assumido naquele momento (cidadão honrado e ser humano "comum"): "Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente [...]". Ao se manifestar na cena como cidadão honrado e ser humano "comum", ele buscou estabelecer uma relação de cumplicidade e intimidade com o povo.

5.2.1.5. Orações subordinadas comparativas

Segundo Neves (2000, p. 893), são características centrais das construções comparativas, do ponto de vista sintático, a interdependência de dois elementos e, do ponto de vista semântico, o estabelecimento de um cotejo entre esses elementos.

Nessa perspectiva, toda construção comparativa é uma reunião entre iguais (comparação de igualdade) ou entre diferentes (comparação de desigualdade) [....]. Além disso, as comparativas se caracterizam pela redundância.

Um traço essencial da construção comparativa é a existência de um elemento comum aos dois membros comparados. Numa formulação bem simples, pode-se dizer que, nas construções comparativas, dois membros são comparados a respeito de algo que têm em comum.

As orações comparativas foram agenciadas pelo sujeito falante principalmente para intimidar os adversários e desacreditá-los. Vejamos o fragmento a seguir:

Segundo depoimento – fragmento 12
Não sou ator. Não faço aqui o papel do herói, porque não sou. **Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual**. Não faço o papel de vilão, porque não sou. **E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu**.

Depois de ter salientado a condição de cidadão honrado e ser humano "comum" no depoimento, o sujeito falante voltou a reafirmar que não desempenhava o papel de ator (ato de refutação) e, por meio de estruturas comparativas, colocou-se no mesmo patamar dos colegas parlamentares (*ethos* de coragem - *pathos* de intimidação).

Em um primeiro momento ele refutou atos de fala postos em cena pelos colegas parlamentares (Roberto Jefferson está encenando) e os justificou através de orações coordenadas explicativas. Ele negou, novamente, o papel de ator: herói ou vilão.

Posteriormente, ele negou ser melhor ou pior que os colegas parlamentares (um pressuposto), salientando, através de orações subordinadas comparativas, a igualdade entre eles, tendo em vista intimidá-los. O sujeito falante se referia, naquele momento, às práticas de financiamento ilegal de campanhas eleitorais no Brasil.

Através de estruturas subordinadas modais e comparativas, o sujeito falante articulou-se da seguinte maneira:

QUADRO 3
Estruturas modais e comparativas e seus possíveis efeitos discursivos

O sujeito falante	O povo	Estruturas modais	*Ethos* de identificação
	Os parlamentares	Estruturas comparativas	*Pathos* de intimidação

É importante observar que em um primeiro momento o sujeito falante tentou seduzir e atrair o povo e posteriormente intimidar os adversários.

5.2.1.6. Orações coordenadas conclusivas

Pouco se discute sobre as orações conclusivas. Segundo Bechara (2003), as orações conclusivas são aquelas que denotam uma conclusão. Em nossa opinião, as orações conclusivas exercem uma importante função argumentativa no discurso, uma vez que o sujeito falante enuncia, explicitamente, a justificativa ou a conclusão da tese posta em cena.

No *corpus* analisado, as estruturas conclusivas foram importantes para reafirmar, ao longo do discurso, que o sujeito falante falava a verdade (era um indivíduo sério). Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento - fragmento 13**
> Li hoje nos jornais uma especulação especial. Alguém tentou intrigar dizendo que é uma coisa do PT contra o PTB - não é -, do PMDB contra o PTB - não é -, do PL contra o PTB. Não é uma luta política. **É uma luta que envolve interesses empresariais contrariados na Diretoria de Administração dos Correios. Por isso, não tenho nenhuma preocupação em entregar a fita a V.Exas.**

Neste fragmento, o operador argumentativo "por isso" introduziu uma conclusão relativa da tese apresentada em enunciado anterior. É interessante observar que o sujeito falante afirmou não ser uma luta política e sim empresarial.

5.2.1.7. Orações "contrastivas": coordenadas adversativas

As orações coordenadas adversativas são consideradas como aquelas que estabelecem uma relação de contradição, de adversidade, de oposição. Geralmente, predomina a coordenação com a conjunção "mas" que, na perspectiva de Ducrot (1984), é por excelência argumentativa.

Neves (2000), ao discutir as construções adversativas, destaca a coordenação com "mas", enfatizando que essa conjunção marca uma relação de desigualdade entre os segmentos coordenados e, por isso, não há recursividade nessa construção, que fica, portanto, restrita a dois segmentos. Segundo a autora (2000, p. 756), na condição de coordenador, o "mas"

evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados e, assim, coloca o segundo segmento como, de alguma forma, diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais.

Além disso, para a autora, os segmentos coordenados por "mas" podem ser sintagmas, orações ou enunciados, sendo que nessas relações a desigualdade estabelecida é usada para a organização da informação e para estruturação da argumentação, o que implica a manutenção (em graus diversos) de um dos membros coordenados (em geral, o primeiro) e a sua negação (também em graus diversos).

Neves (2000) ainda ressalta que o "mas" pode estar no início de sintagmas, orações ou enunciados em função atributiva, indicando apenas contraposição ou, mais fortemente, eliminação, ou, ainda, encabeçando enunciados, em início de turno, com finalidades pragmáticas, podendo indicar também contraposição ou eliminação.

Na perspectiva de alguns lingüistas como, por exemplo, Maingueneau (1997), há dois "mas": o "mas" refutativo e o "mas" argumentativo, ambos com funções pragmáticas. Tanto em um caso como no outro ocorre, na realidade, segundo Maingueneau (1997, p. 166), um afrontamento entre o locutor e um destinatário (fictício ou real) e não uma simples oposição entre dois enunciados. O "mas" de refutação, para o autor, recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito ou pensado. Por outro lado, o "mas" argumentativo possibilita a oposição à interpretação argumentativa que um destinatário atribui ou poderia atribuir à proposição P de "P mas Q". Assim, são dois interlocutores que se opõem e não dois conteúdos.

O "mas" argumentativo liga dois atos distintos ("P mas Q") que, na perspectiva inicial de Ducrot (1984), funciona da seguinte forma: "Sim, P é verdadeiro. Assim, o interlocutor teria a tendência, em decorrência disso, concluir R. No entanto, não deve fazê-lo, uma vez que Q é apresentado como um argumento mais forte para não-R do que P o é para R. P é apresentado pelo locutor como devendo conduzir o interlocutor a concluir R. Não está inscrito na natureza das coisas e, fora de contexto, *a priori*, não há nenhuma razão para opor os enunciados que são opostos por "mas". É o texto que, por meio de seu movimento, institui uma tal oposição.

É importante salientar que, posteriormente, Ducrot acrescentou uma correção à sua proposta inicial de análise do "mas" argumentativo, em que o argumento não-R era considerado "mais forte" do que R:

> De fato, a única coisa constante é que o locutor declara negligenciar o primeiro (enunciado) da argumentação que está construindo, para apoiar-se apenas no segundo – a força argumentativa superior atribuída a este não passa de uma justificação desta decisão (DUCROT, 1984, p. 9)

Nesse sentido, o "mas" não estabelece uma relação direta entre P e Q, mas apenas coloca P como "negligenciável", derivando a força maior de Q. Tanto Ducrot quanto Maingueneau ressaltam a complexidade das estruturas sintáticas introduzidas pela conjunção "mas".

Moeschler (1982, apud Nagamine, 1998), ao discutir os atos de refutação, evidencia um tipo de estrutura estável na qual aparece a conjunção "mas" (ato de fala refutativo de retificação): NEG (p), mas q. Nesse caso, o "mas" é um marcador indicativo de retificação.

Observamos que o sujeito falante usou tanto as estruturas com o "mas" refutativo quanto com o "mas" argumentativo. No entanto, predominou o "mas" refutativo, com a função de refutar imagens de si tanto postas em cena pelos adversários, quanto pressupostas pelo sujeito falante. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 14**
> **O mandato eu sublimei, mas não faço concessões à honra.** Perfeito? Não sou. Passei, como Presidente do PTB, na construção do meu Partido, aliás de braços dados e esposado com outros presidentes, pelo afrouxamento das regras da eleição e do financiamento das campanhas.

Na primeira estrutura adversativa, o sujeito falante, apesar de aderir ao que foi proferido na oração principal, distanciou-se desse enunciado para assimilar-se ao dito na oração adversativa, refutando, através de negativa, o ato de fala assertivo pressuposto a partir dessa oração: "faço concessões à honra". "O mas de refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito ou pensado [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p. 166).

Segundo Maingueneau, é importante ressaltar que nesse caso não se trata de uma simples oposição entre dois enunciados e sim de um afrontamento entre locutor e destinatário, seja ele real ou fictício (1997).

Já na segunda estrutura concessiva (a conjunção "mas" argumentativa encontra-se implícita), o sujeito falante, por meio de uma pergunta retórica, reafirmou ser um indivíduo "comum", com defeitos e virtudes: o papel de ser humano "comum". Conforme pode ser visto no fragmento 09, ele pôs em cena a condição de ser humano "comum" e ressaltou ser a honra a virtude mais importante em um homem.

No entanto, ele distanciou-se do dito no enunciado e agenciou um argumento mais forte com a finalidade de auxiliar na construção da imagem de político comprometido com o povo (*ethos* de credibilidade): "ele contribuiu para o afrouxamento das regras de eleição e do financiamento de campanhas". É importante salientar que, na oração principal da segunda estrutura adversativa, o sujeito falante refutou o pressuposto de que era perfeito: "Perfeito? Não sou".

Outras estruturas adversativas refutativas foram agenciadas pelo sujeito falante na constituição do *ethos* e do *anti-ethos* como, por exemplo: "Digo ao Policarpo que aqui não sou algoz, mas vítima de negócio que não foi feito" (Primeiro pronunciamento). Nesta estrutura, o sujeito falante refutou uma imagem de si que pressupunha ser a imagem que Policarpo tinha dele e afirmou sua condição de vítima ("mas" refutativo de retificação).

Observamos que, em alguns momentos, raros, o sujeito falante usou a conjunção "mas" com a função de "marcador conversacional", peculiar à modalidade falada[60]. A nosso ver, isso se deu tendo em vista verificar o envolvimento de seus interlocutores.

5.2.1.8. Orações subordinadas causais

Segundo Neves (2000, p. 804), a relação causal se refere à conexão causa/conseqüência, ou causa/efeito, entre dois eventos. Essas relações ocorrem entre predicações (estado de coisas),

[60] Consideramos que há duas modalidades lingüísticas, uma falada e uma escrita, sendo que essas não são dicotômicas, mas se inserem em um *continuum* (MARCUSCHI, 2003).

indicando "causa real", ou "causa eficiente", ou "causa efetiva". Assim, para a autora, a relação causal, estritamente entendida, implica subseqüência temporal do efeito em relação à causa. A autora salienta que a relação causal entre conteúdos (a "causa efetiva"), porém, não necessariamente, envolve tempo. Ela pode dar-se entre estado de coisas não-dinâmicas.

Por outro lado, as expressões lingüísticas de ligação causal - as marcadas pelo conector porque ou seus equivalentes semânticos - não se restringem a esse tipo de causalidade efetiva entre conteúdos. A relação causal, na verdade, raramente se refere a simples acontecimentos ou situações de um mundo. É necessário considerar que as relações causais também podem ser:

i) relações marcadas por um conhecimento, julgamento ou crença do falante, isto é, existentes no domínio epistêmico. Elas não se dão simplesmente entre predicações (estado de coisas), mas entre proposições (fatos possíveis), passando, então, pela avaliação do falante. Essa relação é tradicionalmente denominada "causa formal";

ii) relações entre um ato de fala e a expressão da causa que motivou esse ato lingüístico, sendo que na oração principal ocorre um ato de fala declarativo, ou um ato de fala interrogativo ou ainda um ato de fala injuntivo (deôntico ou imperativo).

No *corpus* analisado, as causais também tiveram como função discursiva básica tornar mais crível o discurso do sujeito falante, sustentando seus argumentos (argumento pragmático). Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 15**
> Eu vi ontem que **a Receita Federal multou em R$63 milhões as empresas do Sr. Marcos Valério, porque a movimentação financeira é incompatível com o dinheiro declarado**. A Receita já começou a agir com toda a firmeza.

No fragmento acima, o sujeito falante trouxe à cena enunciativa a constatação de que as empresas de Marcos Valério foram multadas, conseqüência do fato da movimentação financeira ser incompatível com o dinheiro declarado, o que contribuiu para dar mais credibilidade ao discurso.

5.2.1.9. Orações subordinadas condicionais

Na perspectiva de Neves (2000, p. 832-3), as conjunções condicionais entram nas construções que exprimem o que genericamente pode se denominar como condição. No entanto, não é somente esse tipo de relação que está expresso nas construções condicionais. Do ponto de vista da organização da informação no texto, verifica-se que as orações condicionais antepostas, que são as mais freqüentes, constituem, em geral, um ponto de apoio para referência, um tópico discursivo. Sendo assim, as orações condicionais formam uma espécie de moldura de referência em relação à qual a oração principal é factual, ou apropriada. Além disso, freqüentemente nessas orações está uma informação que não é dita como novidade.

Observamos que o sujeito falante, durante o evento da CPMI dos Correios, agenciou as estruturas condicionais principalmente para tentar intimidar os adversários, advertir o povo e se construir como um visionário (*ethos* do profeta). Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento - fragmento 16**
> **Se PC "faria"** – e fez –, **hoje, Delúbio e Marcos Valério fazem** e **outros que virão continuarão a fazer se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral**.

É prudente ressaltar, em um primeiro momento, que a estrutura acima constitui uma peculiaridade no discurso do sujeito falante: um período misto, composto de duas orações condicionais, uma oração adjetiva restritiva e uma intercalada, com o valor de uma comparativa.

Assim, através de relações de condicionalidade, o sujeito falante afirmou que PC Farias agiu de maneira inescrupulosa assim como Delúbio Soares e Marcos Valério e outros indivíduos comportar-se-ão da mesma maneira (*ethos* do visionário) caso não haja mudanças no sistema político brasileiro, tendo em vista advertir o povo brasileiro e intimidar os adversários. Além disso, essas relações permitiram-lhe comparar, implicitamente, o governo do Presidente Lula ao de Fernando Collor de Melo.

Através do trocadilho "faria", usado na oração condicional anteposta, o sujeito falante agenciou um enunciador que pôs em cena um discurso irônico: vocês têm dúvida de que PC

Farias fez? Freqüentemente, nas orações condicionais antepostas está uma informação que não é novidade para o interlocutor (NEVES, 2000, p. 833). As orações subordinadas adverbiais condicionais antepostas apresentam, em geral, uma parte do conhecimento partilhado entre os interlocutores e, como tal, constituem uma base selecionada pelo locutor para assentar a porção seguinte de seu discurso.

É necessário salientar que o sujeito falante agenciou o pronome "nós", referindo-se aos parlamentares (*ethos* de solidariedade), no sentido de pôr em cena que a responsabilidade pelas mudanças no financiamento de campanhas eleitorais era de todos os parlamentares.

5.2.1.10. Orações subordinadas conformativas

Segundo Neves (2000, p. 926), "a oração conformativa expressa um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal". Em outras palavras, o sujeito vai contar algo em conformidade com a possibilidade existente. O sujeito falante agenciou as conformativas tendo em vista legitimar seu discurso e dar-lhe credibilidade. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento - fragmento 17**
> A fita é ilegal. **Como diz a legislação americana, a prova é envenenada, podre**, porque fruto de árvore envenenada e podre. Quatro homens foram presos pelo crime de violação de sigilo do Sr. Marinho, o que anula completamente aquela prova, mas isso prova legal. A CPI não caminha sempre na vertente da legalidade. Ela busca fazê-lo. Ela tem como motor, como móvel, como objetivo a discussão e o debate político das práticas de crime diante do qual a sociedade se assusta e fica perplexa. E é esse motor que tem levado adiante esta nossa CPI.

Conforme podemos observar, no trecho acima o sujeito falante ressaltou que a fita na qual era citado como principal envolvido no escândalo do "Mensalão" era ilegal. Através do discurso relatado, pôs em cena um enunciador - a legislação americana – para legitimar sua fala.

Ele trouxe, para a cena enunciativa, a voz de uma autoridade, na tentativa de atestar a veracidade do fato. Indiretamente, ele salientou o que pensava a respeito da fita de DVD, ocultando-se por trás de outro enunciador, o que, segundo Kerbrat-Orecchioni (1978, p. 60-61), "é freqüentemente uma maneira hábil por ser indireta de sugerir o que se pensa, sem

necessitar responsabilizar-se por isto". O novo enunciador é um não-eu, uma autoridade que confirmou o dito do locutor, conforme descreve Maingueneau:

> Aí reside toda a ambigüidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor de delimita, e como a "autoridade" que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que "o que enuncio é verdade porque não sou eu que o digo" quanto o contrário (MAINGUENEAU, 1997, p. 86).

5.2.1.11. Orações intercaladas/interferentes

Na perspectiva de Kury (1997), as orações interferentes são, na verdade, orações independentes (ou mesmo, a rigor, períodos), uma vez que não exercem nenhuma função sintática na frase a que se justapõem: "representam como um comentário subjetivo, uma ressalva, um desabafo do autor, de valor antes expressivo, estilístico, do que "sintático, gramatical" (KURY, 1997, p. 70).

Durante o evento da CPMI dos Correios, o sujeito falante agenciou as orações interferentes, principalmente, tendo em vista tecer reflexões, emitir pareceres, opiniões, ressalvas, conforme descrito por Kury (1997), além de "fazer saber" (efeito de saber) e reafirmar fatos. Trata-se de apreciações pessoais e de asserções tendo em vista efeitos de confidência e de saber. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento - fragmento 16**
> Se PC "faria" – **e fez** –, hoje, Delúbio e Marcos Valério fazem e outros que virão continuarão a fazer se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral.

No fragmento acima, a oração interferente foi agenciada pelo sujeito falante com a função de reafirmar que PC Farias praticou atos inescrupulosos no governo Collor, caso o interlocutor ainda tivesse alguma dúvida quanto a este fato. Nesse sentido, a oração interferente funcionou como uma prova para a tese do sujeito falante de que é necessário mudar as práticas relativas ao financiamento de campanhas eleitorais no Brasil.

5.2.1.12. Orações subordinadas adjetivas

As orações adjetivas, segundo Bechara (2003), são aquelas que desempenham a função de adjunto adnominal de um termo denominado antecedente, posto na oração a que se prende. Classificam-se em restritivas e explicativas.

Nessa perspectiva, as restritivas restringem, limitam a significação do seu antecedente. São semanticamente indispensáveis ao período e não se separam da oração principal por vírgula. Já as explicativas não limitam o sentido do antecedente. Acrescentam uma informação que pode ser eliminada sem causar prejuízo para a compreensão lógica da frase. Vêm sempre separadas da oração principal por vírgula[61].

Durante o evento da CPMI dos Correios, o sujeito falante agenciou as adjetivas restritivas, as quais foram de fundamental importância à patemização, uma vez que elas permitiram pôr em cena um sujeito falante consciente de que o povo o ouvia e lhe assistia. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 05**
> Sem cargos no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no seu segundo momento. Agora, temos esses. E digo ante V.Exas. e as pessoas do Brasil **que nos assistem pela TV Câmara e nos ouvem pela Rádio Câmara** que todos os cargos estão à disposição do Governo. Acabei de listá-los.

Conforme pode ser visto acima, o sujeito falante, através das adjetivas restritivas, demonstrou saber que estava no ar, ou seja, que o "espetáculo político" estava sendo transmitido ao povo, o que implica dramatização e espetacularização da cena política. Não se trata de pessoas quaisquer, mas das que lhe assistem e o ouvem: os cidadãos brasileiros, participantes da cena política. É importante observar que a delimitação de quem lhe assiste foi feita também através do adjunto adnominal "do Brasil".

[61] Cf. Gramáticas Normativas.

5.2.2. Seleção lexical: figuras retóricas e campos lexicais

> "Se perco o controle da imprensa, não agüento no poder nem por três meses".
>
> Napoleão Bonaparte

No que diz respeito à escolha lexical, verificamos que o sujeito falante agenciou várias figuras retóricas, dentre as quais merecem destaque a metáfora, a analogia, a ironia, a hipérbole, o trocadilho e a metonímia. Essas figuras foram de fundamental importância à argumentação, uma vez que contribuíram na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva). Algumas dessas figuras como a metáfora, por exemplo, foram tão agenciadas pelo sujeito falante que o discurso ficou, de certa maneira, alegórico.

As metáforas e as analogias foram usadas com fins comparativos e constituíram uma importante estratégia argumentativa uma vez que permitiram levar o interlocutor a determinadas conclusões pressupostas pelo sujeito de lhes serem favoráveis naquele momento como, por exemplo, a de que o PT era um traidor. É importante salientar que o sujeito falante mobilizava essas figuras de forma cumulativa, tendo em vista intensificar o efeito pretendido.

As hipérboles e as ironias, por sua vez, foram agenciadas tendo em vista, principalmente, mostrar o quanto o PT era um partido corrupto; intimidar os adversários e ironizá-los (efeito de sarcasmo e de depreciação). Destacam-se as hipérboles "mar de corrupção" e "campeonato de sangue", além de alguns diminutivos com fins irônicos.

Os trocadilhos também foram usados com fins de sarcasmo. Não poderíamos nos omitir de falar sobre o trocadilho a seguir descrito usado pelo sujeito falante para ironizar e intimidar os adversários, além de advertir o povo[62]:

> **Segundo depoimento - fragmento 16**
> Se PC **"faria**" – e **fez** –, hoje, Delúbio e Marcos Valério **fazem** e outros que virão **continuarão a fazer** se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral.

[62] Veja orações subordinadas condicionais.

É necessário ressaltar ainda o uso da metonímia "povo" em referência ao cidadão brasileiro, tendo em vista se construir na cena como parlamentar, conforme dissemos na análise dos contratos.

Além dessas figuras, o sujeito falante agenciou bastante os diminutivos, ao tentar estabelecer uma relação de afetividade com o povo e de intimidação com os adversários, depreciando-os, e criou algumas palavras (neologismos) em alusão ao alto grau de corrupção no governo Lula como, por exemplo, "Mensalão" "bimensalão" etc., embora, quanto a este aspecto, ele afirme não ser a palavra "mensalão" criação sua.

Outro aspecto que merece destaque aqui é o fato de o sujeito falante ter mesclado a denominada norma padrão culta, com referência a obras eruditas como, por exemplo, *Carmina Burana*, de *Carl Orff*, à norma coloquial, mais próxima do típico cidadão comum, "as classes populares". Dentre esse universo dito "popular", ressalta- se a cultura do povo como, por exemplo, o uso do tarô: pôs em cena conhecer a carta número 10 do tarô ("A roda da fortuna"). No entanto, é importante salientar que predominou, no discurso da CPMI dos Correios, um léxico mais próximo das classes populares.

Por fim, o sujeito falante selecionou quatro campos lexicais dominantes que se entrecruzaram:

i) o campo lexical do espetáculo político: o sujeito falante argumentou embasado nas antíteses verdade *versus* mentira, pondo em cena vocábulos que remetiam ao campo lexical do espetáculo, e tentou se constituir como um político honesto e sério;

ii) o campo lexical da traição: o sujeito falante pôs em cena vocábulos que remetiam à traição, no sentido de desqualificar os adversários, construir para si, para o povo e para o Presidente Lula a imagem de traídos (as vítimas), além de mostrar a relação de amizade que mantinha com o povo (o amigo do povo);

iii) o campo lexical do medo: o sujeito falante tentou intimidar os adversários, se construir como um indivíduo corajoso e destemido (o herói); trazendo à cena a CPI de PC Farias;

iv) o campo lexical do sacrifício: o sujeito falante agenciou vocábulos que remetiam à peregrinação de Cristo, tendo em vista se construir como um mártir (o profeta).

Esses campos lexicais se entrelaçaram, diretamente. Vejamos cada um deles separadamente.

5.2.2.1. O campo lexical do espetáculo político: o político honesto e sério

Nos últimos tempos, a idéia de espetáculo político, fundada na antítese verdade *versus* mentira, é recorrente tanto no discurso dos cidadãos, quando se referem à política e a seus atores, quanto no dos políticos, principalmente durante as campanhas eleitorais e CPIs, quando querem desqualificar seus adversários.

No discurso da CPMI dos Correios, o sujeito falante pretendia levar o interlocutor à conclusão de que falava a verdade em relação às denúncias de corrupção e assim angariar sua confiança, além de reativar em sua memória discursiva a imagem de que a política é um espaço de encenação (teatro político) no sentido de mentira (cena política).

Portanto, os vocábulos que remetem à encenação política podem ser vistos ao longo de todo o discurso da CPMI dos Correios, principalmente nos depoimentos, sendo que a maioria deles foi usada repetidamente: teatro, teatro político, papel de artista, peças, atores, papel do herói, mentira, papel de vilão, realidade, verdade. É importante salientar que, durante o primeiro pronunciamento, Roberto Jefferson procurou se construir na cena como um político honesto e sério. Somente a partir dos depoimentos é que ele negou a condição de político e tentou se construir como um cidadão honrado. No entanto, uma vez que ele não conseguiu se manter no papel de cidadão, deixando que o parlamentar "falasse" durante o evento, acreditamos que prevaleceu até então a imagem de um político honesto e sério.

No fragmento a seguir, por exemplo, através da oração subordinada concessiva, o sujeito falante pôs em cena um enunciador que não só afirmou que a política era um espaço de encenação (teatro político) como também fez questão de enfatizar essa assertiva por meio da repetição da palavra "teatro", usada três vezes no fragmento, e pela própria seleção lexical que remete diretamente ao campo lexical da encenação, no sentido de mentira. Vejamos:

Segundo depoimento – fragmento 11
Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, inicialmente, peço licença para dizer a V. Exªs que, **apesar de estarmos num teatro de lutas, num teatro de idéias, num teatro político, não vim aqui desempenhar nenhum papel de artista.**

O sujeito falante salientou, através de uma oração subordinada concessiva[63], que a política é um espaço de encenação (teatro político) no sentido de mentira (cena política), tendo em vista reativar na memória discursiva do cidadão brasileiro essa imagem da política. No entanto, tentou se construiu na cena como aquele que não mentia (*ethos* de honesto e sério), distanciando-se assim do grupo que encenava/mentia (excluiu-se do grupo político – ocorreu uma passagem do pronome "nós" para "eu").

O político honesto e sério foi traído por seus aliados.

5.2.2.2. Campo lexical da traição: a vítima

A traição está associada a duas figuras: a do traidor e a do traído, a vítima. No caso da CPMI dos Correios, o sujeito falante pôs em cena as imagens do traidor, representada pela cúpula do PT, e a do traído, representada por ele, pelo Presidente Lula e pelo povo.

Nesse sentido, ele agenciou várias palavras que remetiam ao campo lexical da traição tais como, leal, lealdade, conspirador, maçã envenenada, ferroada, dosezinha de veneno, escorpião, confiei, traiu, traição etc., tendo em vista construir para si, para o povo e para o Presidente Lula (pelo menos no início do evento) uma imagem de vítimas; levar o interlocutor à conclusão de que o PT não era um partido leal e de que a lealdade era um valor que pautava sua vida (ele é o amigo do povo).

O traidor, segundo o sujeito falante, era o conspirador do dia-a-dia, o que quis enterrar a CPI, o desleal, o que envenenou os irmãos, o fariseu, o sem virtudes, o escorpião que envenenou a rã, Judas Iscariote, Rasputim. É importante ressaltar que a imagem da cúpula do PT, predominante no discurso, é a de traidores. Discutiremos essa questão na seção denominada "A organização descritiva: imagens do outro".

[63] Veja orações subordinadas concessivas.

Embora o sujeito falante tenha afirmado, no início do evento, que Lula havia sido traído pelos membros da cúpula do PT, o então presidente, durante pronunciamento a nação, numa reunião ministerial realizada em 12/08/2005 e transmitida ao vivo pelas redes de TV para todo o país, disse "sentir-se traído e não ter sido traído": "Eu me senti traído" (Pronunciamento do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 12/08/2005).

A palavra "leal" e seus derivados como, por exemplo, o adjetivo "lealdade", foram usados várias vezes, principalmente no último pronunciamento, em referência aos laços de amizade do sujeito falante com o povo (o amigo do povo – relação de afetividade):

> **Segundo depoimento- fragmento 18**
> [...] Quero agradecer a Carla, minha companheira, Secretária do PTB, e a todos os companheiros da sede do partido. A Marli Guaraciaba, Chefe de Gabinete da Liderança do PTB - fez uma Liderança fraterna, querida, **leal**. A Ana Crivelaro, minha Secretária no Rio de Janeiro, silenciosa, observadora, mas amiga e **leal**. A Solange Beiró. **Vinte e três anos comigo no meu gabinete. Vinte e três!** Quando entrei no gabinete, já encontrei a Solange lá. **Vinte e três anos do meu lado**. Ela tem mais convivência comigo do que minha família. Amiga, **leal**, correta, companheira querida [...].

Na tentativa de reafirmar a traição do PT e sua condição de vítima, o sujeito falante afirmou que a maçã envenenada (usada duas vezes no fragmento) foi-lhes servida, referindo-se à narrativa infantil "Branca de Neve":

> **Segundo depoimento- fragmento 19**
> Pegamos **a maçã envenenada** que o Governo colocou no meio da mesa dos deuses, porque aqui não tem índio, só tem cacique, e estamos vivendo uma **hora fratricida**. [...] Rolaram entre nós **a maçã envenenada**, e estamos aqui.

No entanto, a imagem da traição foi usada com mais veemência ao fazer alusão à fábula "O escorpião e a rã", de Esopo, cujo objetivo consistia em mostrar que o PT tinha índole ruim, mais cedo ou mais tarde acabaria mostrando o que realmente era: um traidor.

> **Segundo depoimento- fragmento 20**
> Mais uma vez chamei os companheiros do partido e disse: olha aqui, ele vai enterrar a CPI para salvar a cara de alguns do PT. Quero ressalvar a bancada; da cabeça. A bancada do PT não está envolvida nisso, nem no mensalão; nunca ouvi dizer. O mensalão está em outros lugares, em outros partidos. Estão tentando salvar a cara e nos enterrando, porque eu sempre disse isso ao meu partido: essa gente não tem coração, só tem cabeça. **Essa gente do PT não é leal**, nos usa como um sapo para atravessar o rio, e sempre nos dão

> uma **ferroadinha**. Paralisa o sapo, a gente nada mais 10 metros; **outra ferroadinha**, mais uma **dosezinha de veneno**. Só que essa é tão forte que pode levar o sapo para o fundo do rio, mas vai levar esses **escorpiões** da cúpula junto, não tenho dúvida disso.

O político honesto e sério, que foi traído pelos aliados, intimidou os adversários, trazendo a verdade ao povo: ele é também corajoso.

5.2.2.3. O campo lexical do medo: o corajoso

O medo, segundo Aristóteles (2005, p. 174), consiste em uma situação aflitiva ou numa perturbação causada pela representação de um mal iminente, ruinoso ou penoso. Tememos o ódio e a ira de quem tem o poder de fazer mal (é claro que essas pessoas querem e podem, e a prova é que estão prontas a fazê-lo) [....].

Durante o evento da CPMI dos Correios, o sujeito falante trabalhou com um encadeamento de imagens intimidadoras tais como, CPI, PC Farias, fantasmas, fantasmas de PC Farias, fantasmas do financiamento eleitoral, cadáver, assustar, assombrar, árvore envenenada e podre, exorcizavam, fantasmas do Delúbio, fantasmas do Marcos Valério, PC Farias, Collor, CPI de PC Farias, visando a suscitar o medo em seus adversários.

Ao longo de todo o discurso, ele se referiu à CPI de PC Farias. É interessante observar que os fantasmas não são fantasmas quaisquer e, sim, os fantasmas de PC Farias, Delúbio Soares e Marcos Valério.

O sujeito falante agenciou vocábulos que remetiam à CPI de PC Farias não só no sentido de intimidar seus adversários, mas também de trazer à memória discursiva do povo brasileiro a história de PC Farias e, sobretudo, do governo Collor (quanto a esse aspecto, essas imagens tinham um efeito de temor para o povo também). Vejamos:

> **Segundo depoimento- fragmento 21**
> [...] Também procurei evitar que os **fantasmas do PC Farias** pudessem viver à luz do dia. E, nessa inversão de papéis que vivo hoje, vejo que muitos que ontem **exorcizavam aqueles fantasmas** agora se abraçam com eles. Só que eles **não são mais os fantasmas do PC, são os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério** [...]

> [...] **Esses fantasmas** que ficam rondando o poder sempre são **os fantasmas do financiamento eleitoral: Delúbio, PC Farias, Marcos Valério** [...]
> E eu quero dizer a V. Exª que, no total como advogado, eu vi movimentados naquelas contas **fantasmas do PC Farias** R$64 milhões, a **conta dos fantasminhas**. Só por dentro nas contas do Sr. Marcos Valério no Rural tem R$45 milhões! Meça o tamanho do que vai acontecer! Eu depois vou ter outro encontro com V. Exª para esse campeonato de ética e moralidade que V. Exª arrosta. (Jefferson se dirigindo a Henrique Fontana, PT)

Conforme podemos observar no fragmento acima, as unidades lexicais agenciadas pelo sujeito falante remetiam ao campo lexical do medo. A palavra "fantasma" foi usada repetidamente, isoladamente ou acompanhada de determinantes que também produzem efeitos de temor - "fantasmas do PC Farias, exorcizavam, fantasmas, fantasmas do PC, fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério" - com a função de intimidar os adversários, marcando um direcionamento patêmico do discurso. Não só o valor conceitual dos vocábulos empregados como também a quem eles se "referiam" orientavam o interlocutor ao efeito pretendido: causar temor. É importante ressaltar o uso do diminutivo "fantasminhas" com fins irônicos: um diminutivo usado para mostrar o quanto a corrupção no governo Lula era grande.

5.2.2.4. Campo lexical do sacrifício: o profeta

Durante o evento da CPMI dos Correios, a principal vítima de traição (o político honesto e sério que se manifestou como herói) passou por um processo de martirização, momento em que tentou se construir na cena também como profeta. O profeta, além de ser capaz de predizer o futuro, interpretar a mensagem divina, revelar coisas escondidas, passa por grandes sacrifícios. Cristo dizia que nenhum profeta é bem aceito em sua pátria (Bíblia Sagrada, Lc, 4,24) e contava a si mesmo entre os profetas que Jerusalém fazia questão de matar (Bíblia Sagrada, Lc, 13, 33).

Nesse sentido, durante todo o evento, o sujeito falante agenciou vocábulos que remetiam ao campo lexical do sacrifício, em especial o bíblico, como, por exemplo, peregrinação, provação (usado repetidamente), tentação, sofrimento, linchamento brutal, açoite etc. Na realidade, esses vocábulos remetiam diretamente ao sofrimento de Cristo, o que nos permite dizer que o sujeito falante tentava se construir na cena como um "Messias", um "Salvador da Pátria". Vejamos os fragmentos a seguir:

Segundo pronunciamento – fragmento 22
Quarta acusação que me faz o relatório: ter-se omitido e não revelar o mensalão assim que soube. O Relator está de brincadeira. **Fiz peregrinação**. Ao José Dirceu, como Ministro-Chefe da Casa Civil, falei isso uma 10 vezes. Falei ao Ciro. Depois nós descobrimos que o Márcio, Secretário-Executivo do Ministério, tinha recebido do Marcos Valério 500 mil reais para saldar contas de campanha. Mas falei ao Ciro, com lealdade. Ele disse: "Eu não acredito nisso". Falei ao Ministro Miro Teixeira. Estava acompanhado do José Múcio. Conversei com eles: "Isso vai dar zebra". Falei com o Presidente da República. O que queriam de mim? O Lula na descendente, o PT se desmanchando, **estou aqui para ser cassado**. Imaginem no início do ano passado, quando O Globo dizia que o Lula era o maior Presidente do mundo. Qual era a condição que eu tinha de denunciar isso

Segundo depoimento – fragmento 23
Cumpri o meu dever como Deputado, Presidente do partido. "Roberto, e provas?" **Provação**. Prova não tenho, mas tenho **provação**. **Provação, vivi**. Porque, além de eles receberem a mesada, ainda ficavam **tentando** os nossos Deputados**.** "Aqui, vem pra cá seu otário. Ah, aqui, oh, tá na mala. Vocês não têm. Aqui tem." Eu e o Múcio vivíamos um dia-a-dia de **sofrimento** com alguns companheiros que fraquejavam. E nós tínhamos que está ali do lado dele: "Não vai. Fica aqui." Um dia eu pedi a um companheiro, que não teve coragem de sustentar — e a gente compreende que isso não é dom de todos os homens —, que dissesse ao Pedro Henry: "Avisa ao Pedro Henry que se ele tomar os 2 Deputados do PTB que ele está **tentando** com aquela mala de dinheiro, eu vou para a tribuna e conto a **história da "maçã" e do "mensalão"**

As palavras agenciadas nos fragmentos acima podem sensibilizar o sujeito interpretante, uma vez que, conforme dissemos, ativam sua memória discursiva para o martírio de Cristo: provação, tentação, sofrimento, peregrinação.

No primeiro fragmento, o sujeito falante usou a palavra "peregrinação" que ativa a memória do sujeito interpretante para a peregrinação de Cristo. No segundo fragmento, é importante observar que ele se referia às várias tentações que sofreu: provação (usado três vezes no fragmento); tentando (usado duas vezes), "história da "maçã" em referência à história bíblica de Adão e Eva – ele comparou a tentação do "Mensalão" à história de Adão e Eva. Além disso, o sujeito falante salientou sua condição de profeta de saber de seu destino: "estou aqui para ser cassado"; "cumpri o meu dever".

A seguir, identificaremos e analisaremos as principais estratégias discursivas agenciadas pelo sujeito falante durante o evento da CPMI dos Correios, enfocando o dispositivo enunciativo, a cena narrativa, a organização descritiva, a cena argumentativa e a cena retórica.

5.3. O dispositivo enunciativo: os jogos do locutor

> "No Brasil de hoje, os cidadãos têm medo do futuro. Os políticos têm medo do passado".
> Chico Anísio

A história do "Mensalão" constituiu uma verdadeira trama, contada e recontada, no palco da CPMI dos Correios, do ponto de vista de várias personagens, dentre elas Roberto Jefferson, considerado o pivô do escândalo.

Ao se pôr em cena para contar a história da qual era personagem principal, Jefferson estabeleceu um estratégico jogo de pronomes e formas nominais[64]; de relações de força e de aparente petição; de posicionamentos e de "vozes".

Portanto, nesta seção, identificamos e analisamos os jogos enunciativos propostos pelo locutor, enfocando: i) as formas através das quais se manifestou na cena; ii) as relações que estabeleceu com os interlocutores: iii) os posicionamentos que teve a respeito das denúncias das quais era alvo; iv) as "vozes" que trouxe para dentro do discurso.

No jogo das formas pronominais e nominais, ressaltamos o uso estratégico do pronome "eu" e "nós", da forma nominal "o PTB" e da "expressão" "a gente". Quanto às relações enunciativas, verificamos as de afetividade com o povo; as de intimidação com os adversários e as de "acordo" e acusação com a mídia, principalmente com a *Revista Veja*. No que diz respeito aos posicionamentos, observamos o uso recorrente dos atos de declaração (confissão e revelação), tendo em vista se manifestar na cena como herói e profeta. Por fim, referente às "vozes", analisamos o uso do discurso direto, dos provérbios, das citações e narrativas religiosas, das narrativas infantis, agenciados pelo locutor como "testemunhos" para sua tese (verdade).

Esses jogos possibilitaram ao locutor construir imagens diversas de si e do outro (dimensão representacional), tendo em vista seduzir o interlocutor (dimensão emotiva) para que esse aderisse a seu discurso.

[64] O locutor pode assumir-se como "eu", "nós" ou despersonalizar o discurso, utilizando-se de uma terceira pessoa: "ele/ela". No entanto, ele pode recorrer a outros enunciadores que "falam" por ele, caracterizando o fenômeno conhecido por polifonia - uma situação em que em um discurso há mais de um enunciador.

5.3.1. O jogo de formas pronominais e nominais: as máscaras do locutor

Durante o evento da CPMI dos Correios, o locutor manifestou-se na cena enunciativa através de duas formas pronominais ("eu" e "nós", com predominância do "eu", o que mostra a relação de poder do locutor em relação ao interlocutor), uma forma nominal ("o PTB") e a "expressão" "a gente".

Nesta análise, acreditamos que o mais importante não é identificar o número de ocorrências do uso do pronome "eu", "nós" ou o silenciamento/apagamento desses pronomes, mas as estratégias discursivas nas quais eles se engajaram. Vejamos:

5.3.1.1. O uso do pronome "eu"

O locutor, quando explícito, pode se manifestar por meio da forma pronominal "eu" ou "nós", porém com efeitos de sentido diferentes. O uso do pronome "eu" implica, a princípio, uma tomada clara de posição, um total engajamento em relação ao dito. O indivíduo se propõe como sujeito do discurso e assume, por sua conta, aquilo que diz.

O "eu" agenciado predominantemente pelo locutor no discurso foi, inicialmente, o de um deputado que desejava provar sua inocência[65], ou seja, levar o interlocutor à conclusão de que não estava envolvido nas denúncias de corrupção nos Correios: ele é o político honesto e sério. Portanto, se manifestou na cena negando as acusações feitas pela *Revista Veja*[66] de que o PTB era o comandante e ele, o gerenciador do pagamento de propinas nos Correios e de que temia uma CPI. Além disso, ele tentou explicar seu relacionamento com o Comandante Molina[67] e com Mauricio Marinho (discurso de justificação). Vejamos o fragmento a seguir:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 24**
> **Digo (eu) aos companheiros de partido, especialmente desta Casa**, que **jamais me** encontrei, dentro ou fora dos Correios, para conversar sobre negócios com o Sr. Maurício

[65] Segundo as denúncias veiculadas na mídia, em especial na *Revista Veja*, o PTB era o suposto comandante e Roberto Jefferson, o gerenciador da corrupção nos Correios.
[66] Edição 1905, 18 de maio de 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180505/p_054.html>
[67] Molina procurou Roberto Jefferson para negociar a fita. Segundo Jefferson, esse alegou que era comandante da Marinha.

> Marinho. Ele esteve uma vez no **meu** aniversário. Outra vez, no aeroporto, embarcando, quando se encontrava com um grupo de pessoas da empresa e **me** cumprimentou. Esteve uma vez com o Dr. Antonio Osório, com certeza na Liderança do partido. Mas **nunca** integrou nossos quadros e **nunca** recebeu do PTB ou da **minha** parte, Presidente do partido, delegação para pedir qualquer recurso a qualquer pessoa [...]
> Sr. Presidente, li com carinho a matéria do sério jornalista. Quis saber quem é Policarpo Júnior. Indaguei isso à minha assessoria de imprensa, que me disse: "É um homem sério, correto. Duro, mas um homem correto, que não está livre de se enganar". Li com calma a matéria que produziu, que envolve meu nome e mostra meu retrato embaixo, no momento em que o Sr. Maurício Marinho recebia 3 mil reais, como se eu estivesse envolvido no mar de corrupção que **esse funcionário e os supostos empresários - dois arapongas - dizem que existe na Empresa de Correios e Telégrafos**.

O locutor se dirigiu aos companheiros de partido (*ethos* de legitimidade - quem fala é o deputado Roberto Jefferson) e negou, através dos advérbios "jamais" e "nunca" (usado duas vezes no fragmento), qualquer envolvimento político com Mauricio Marinho, tendo em vista construir uma imagem de político idôneo e sério.

Além disso, através de uma modalidade delocutiva, ele negou ter conhecimento da existência de corrupção nos Correios: "[...] esse funcionário e os supostos empresários – dois arapongas – **dizem** que existe na Empresa de Correios e Telégrafos", numa tentativa de se reafirmar na cena como um político honesto e sério.

É importante ressaltar que, embora tenha negado as denúncias, implicitamente ele tentou intimidar os adversários ao trazer à cena sua participação, como advogado, na CPI de PC Farias:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 25**
> Já passei por uma **CPI**. Lembro-me de que, quando defendi **Collor**, o Senador Eduardo Suplicy disse que eu havia levado 1 milhão de dólares do **PC Farias** para defender o **Collor**. Fui sacudido de cabeça para baixo nesta Casa. Ao final da **CPI**, quem me investigou foi o então Deputado Aloizio Mercadante, hoje Senador, que me disse: "Roberto, você desculpe. Não há nada contra você". Mas meu pai teve o sigilo quebrado, assim como minha mãe, todos os meus 6 irmãos, meus filhos, minha esposa, todos. Passei por esse sofrimento e não temo passar de novo.

Mas, ao longo do evento, a intenção do deputado "honesto" (provar sua inocência negando ter conhecimento sobre a corrupção nos Correios) deu lugar a outra, que passou a ser seu objetivo principal: denunciar o esquema do "Mensalão" (e*thos* de denunciante: o guia supremo na figura do herói e do profeta). Isso ocorreu a partir dos depoimentos. Antes dessa

denúncia, ele fez saber como se dá o financiamento de campanhas eleitorais no País e assumiu que todos os parlamentares o realizam da mesma forma, inclusive ele. Vejamos:

> **Primeiro depoimento – fragmento 09**
> **Explico** a V.Exa. **Não há partido nenhum aqui que faça diferente, nem o de V.Exa. Nenhum partido aqui, recebe ajuda na eleição que não seja assim; nenhum.** Eu tenho a coragem de dizer de público aqui: **Eu não aluguei o meu partido, não fiz dele um exército mercenário nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel, mas eu sei de onde vêm os recursos das eleições e todos sabem**. Aqui, todos sabem de onde vêm. Só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. **Eu estou assumindo isso, aqui. E faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson**. **Os dinheiros vêm dos empresários que, a maioria das vezes, mantêm relação com as empresas públicas. É assim e sempre foi**. E essas oligarquias antigas, corrompidas, corrompedoras, acabaram por contaminar até a bandeira que, durante 25 anos, lutou a favor da ética e da moralidade na coisa pública. Infelizmente, Sr. Presidente. Todo mundo sabe de onde vem o recurso aqui. **Não há quem não faça eleição assim.** Nós precisamos é abrir aqui na Comissão de Ética essa ferida para que o Brasil saiba como é.

No fragmento acima (primeiro depoimento), o locutor declarou que todos os parlamentares agem da mesma forma em relação ao financiamento de campanhas eleitorais e assumiu que o seu partido também age da mesma maneira (ato declarativo de confissão), constituindo-se, assim, na cena com um *ethos* de humanidade. Mas, negou ter recebido o "Mensalão".

Além disso, ele denunciou também, na forma de revelação, o "Mensalão", buscando se constituir com um *ethos* de denunciante (o profeta e o herói). Em entrevista à repórter Renata Lo Prete, da *Folha de São Paulo*, Roberto Jefferson contou que o governo do PT dera a parlamentares do PP e do PL uma propina mensal de 30 mil reais em troca de apoio no Congresso. O então deputado afirmou que o chamado "Mensalão" tinha sido pago por Delúbio Soares até o início do ano, quando fora então suspenso:

> **Primeiro depoimento – fragmento**
> Desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto dessa casa, que o **seu Delúbio, com o conhecimento do seu Zé Genoíno**....SIM... **tendo como pombo-correio o seu Marcos Valério**, que é um carequinha que é publicitário lá de Minas Gerais, **repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão**.

Segundo o locutor, o dinheiro público é usado em campanhas eleitorais ao invés de ser utilizado em benefício da sociedade, tentando se constituir como um denunciante: "o crime do dinheiro do imposto". Ao se manifestar contrário a essa prática (mostrou-se a favor do

financiamento privado), ele propôs uma solução, "mágica", para problemas sociais, complexos, como a fome, a saúde e a educação (*ethos* de demagogo): põe em cena que o dinheiro público usado nas campanhas eleitorais pode resolver todos os problemas sociais do País.

Nesse sentido, ele buscou sensibilizar o povo através de um encadeamento de imagens que se contrastavam e comoviam como, por exemplo: o político com a camiseta no corpo, mas o velho no hospital sem remédio; o carro do político com a corneta de som, mas a criança fora da escola; o político na faixa, no *outdoor*, mas o pobre sem comida. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 26**
> **Eu** não quero vestir amanhã uma camiseta "Roberto Jefferson, Deputado Federal", sabendo que a camiseta que coloco no meu corpo tira do velho no hospital o remédio de que ele precisa. Eu não quero botar uma corneta de som no meu carro, Sr. Presidente, Sr. Relator, sabendo que vou tomar de uma criança a vaga na escola. Eu não quero estender uma faixa,um outdoor, sabendo que **o** dinheiro público que vai para a minha campanha vai tomar o prato de comida do pobre que não tem. Se fôssemos um país rico, tudo bem. Se viesse o financiamento público para impedir o caixa dois, tudo bem. Ele não vem. Ele vai somar crimes. **O crime do dinheiro do imposto. Roubar do pobre em favor do Governador, do Senador, do Deputado, do Vereador e do Prefeito e o crime do caixa dois, que vai continuar a existir.**

É importante salientar que, ao construir a imagem de denunciante (proposta a partir dos depoimentos), o locutor pôs em cena que "falava" na condição de cidadão honrado e ser humano "comum" (veja estruturas sintáticas subordinadas modais). Inclusive, ele negou o papel social de deputado (como também o de advogado), conforme podemos ver na análise das estruturas sintáticas coordenadas aditivas. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento– fragmento 09**
> "Enfrento uma luta aqui como **cidadão**, como **homem**, como **chefe de família**, como **pai**, como **avô**, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente"
> Sou (eu) um **homem**, com **erros e acertos; defeitos e virtudes**. E vou sair (eu) daqui de cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: "Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito". Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

No fragmento acima, ele ressaltou "falar" na condição de cidadão honrado, ser humano "comum" (com erros e acertos, defeitos e virtudes), tendo em vista sensibilizar o povo e angariar sua confiança e admiração.

Essa imagem de ser humano "comum" parece estar atrelada ao discurso religioso: é um homem de religiosidade. Podemos observar que o locutor agenciou uma citação bíblica com o objetivo de reforçar o papel recém assumido (durante o evento, o locutor manifestou-se também como um homem de religiosidade, tanto através da invocação do nome de Deus quanto das citações e narrativas religiosas).

Podemos dizer que ocorreu uma mudança de estratégia no decorrer do evento: a imagem de político honesto e sério, construída no primeiro pronunciamento, deu lugar a do denunciante (depoimentos). O locutor negou os papéis sociais de parlamentar e advogado e assumiu os de cidadão honrado e ser humano "comum" (depoimentos).

No entanto, o locutor não conseguiu se manter nesses papéis. Quem "disse" predominantemente no evento foi o parlamentar: um representante do povo que denunciava o esquema de pagamento de propina, pelo governo petista, a parlamentares do PP e do PL, em troca de fidelidade aos projetos do governo, e propunha reformas políticas. Assim, prevaleceu a imagem do denunciante na figura do herói e do profeta. Vejamos:

> **Segundo depoimento - fragmento 27**
> **Eu vim dizer aos meus iguais, às minhas iguais**, que quero contribuir para que esse assunto possa ser discutido e debatido**. Estamos às vésperas de reformas.** Tenho ouvido falar em financiamento público de campanha. **Digo ao meu Partido,** de que me afastei como Presidente: **é um escândalo o financiamento público, é um escândalo**. Hoje, um bilhão, pelos R$2,00 por voto que estamos vendo serem colocados a partir de agora no Orçamento da União. Mas, lembrem-se, o senhor e a senhora que estão em casa, que quem faz o Orçamento é o Congresso Nacional. Um bilhão hoje com o voto a R$2,00. Amanhã, dois bilhões com o voto a R$4,00. Depois de amanhã, 3 bilhões vai custar a eleição com o voto a R$6,00, porque quem faz o Orçamento somos nós, os que vamos nos beneficiar do financiamento público.

Conforme podemos ver no fragmento acima, a maneira como o locutor dirigiu-se aos interlocutores bem como outros índices lingüísticos põem em cena a imagem do parlamentar: "Eu vim dizer aos meus iguais, às minhas iguais"; "Digo ao meu partido".

Além de se manifestar como político honesto e sério, cidadão honrado, ser humano "comum", guia supremo (herói e profeta), o locutor se manifestou também como advogado competente, embora tenha negado também esse papel social (veja estruturas sintáticas coordenadas aditivas). Vejamos:

Segundo pronunciamento – fragmento 28
"Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadão do Brasil que me ouve, cidadã do Brasil que me ouve, começo percorrendo esta defesa em causa própria por uma via não muito comum aqui na Casa. Confesso a dificuldade de fazê-lo, viu, Laurinha? **Sou bom advogado para os outros.** Para mim...".

A imagem do advogado apareceu no início do primeiro pronunciamento, ao se referir a PC Farias, no sentido de causar temor nos adversários. Depois, ela foi sendo retomada em alguns momentos do evento, com ênfase à competência do advogado: era um advogado "competente".

Em nossa opinião, ocorreu uma "dispersão" do "eu", um esfacelamento dele em diversas imagens, ou seja, o locutor foi enunciando, ao longo da CPMI dos Correios, vários *ethé*, conforme seu projeto de fala: "o sujeito não é *um"* (NIETZSCHE[68]), "ele é fragmentado" (LACAN, 1992)

Assim, disperso, mas constituindo um mosaico de imagens, ora ele era o cidadão honrado; ora ele era o ser humano "comum"; ora era o político honesto e sério; ora era o advogado competente; ora ele era o guia supremo (herói e profeta). No entanto, conforme dissemos, predominou a imagem do guia supremo (herói e profeta), embora o locutor tenha tentado se construir, principalmente, como cidadão honrado e como ser humano "comum" (*ethé* de identificação). Vejamos o quadro 4:

[68] Cf. Van Balen (1999).

QUADRO 4
Principais imagens agenciadas pelo locutor durante a CPMI dos Correios

Forma pronominal (subjetividade e unicidade)	"Caracteres" do "eu" (*ethé*)	Gêneros discursivos
"EU"	Político honesto e sério: *ethé* de credibilidade - dominação legal[69]	Primeiro pronunciamento
	Cidadão honrado: *ethé* de identificação	Depoimentos e segundo pronunciamento
	Ser humano "comum": *ethé* de identificação	
	Advogado competente: *ethé* de credibilidade	
	Guia supremo (herói e profeta): *ethé* de identificação - dominação carismática[70]	

Apesar do uso acentuado do pronome "eu" ser passível de indicar ausência de credibilidade, as estratégias referentes ao *ethos* nas quais o pronome se engajou foram de fundamental importância na intenção de tornar o discurso crível e legítimo e fazer com que povo se identificasse com as imagens produzidas. Além disso, em nossa opinião, o uso exarcebado do pronome "eu" indica também personalização do discurso face ao embricamento com a mídia.

Embora em alguns momentos do evento o locutor tenha instituído explicitamente a mídia ou os parlamentares como interlocutores, as marcas de primeira pessoa predominaram quando ele se dirigia ao povo (o povo é seu principal interlocutor). O locutor tencionava o povo brasileiro feliz e desejava que essa felicidade se concretizasse com o fim da corrupção cuja raiz, segundo ele, está no financiamento público das campanhas eleitorais.

[69] Subordina tanto o dominado quanto o dominante a um mesmo estatuto, evitando, assim, abusos de poder. Ela supera a obediência tradicional (de cunho aristocrático) e a subordinação personalizada (carismática ou sultânica) tendo em vista promover menor probabilidade de decisões arbitrárias. Ela acarreta maior estabilidade na relação dominante/dominado, uma vez que os direitos deste já estão previamente garantidos. Todavia, o exercício legal/racional de dominação também envolve certa dose de força. Esta pode ser "ativa", através de agentes sociais, e estrutural, isto é, já implícita na situação (WEBER, 1982).

[70] Esta dominação está fundamentada em uma devoção afetiva à pessoa e aos seus dotes sobrenaturais – carismas, bem como a faculdades mágicas, revelações ou heroísmos, poder intelectual ou capacidade de comunicação (WEBER, 1982).

5.3.1.2. O uso do pronome "nós"

Segundo Benveniste (1995), a forma pronominal "nós" ora pode ser usada como um "nós inclusivo" (eu + você(s)), referindo-se, concomitantemente, ao enunciador e ao co-enunciador; ora como um "nós exclusivo" (eu + ele(s)) ao se afastar de seu co-enunciador ou até mesmo unir-se a ele exclusivamente como um recurso discursivo.

O pronome "nós" pode se referir não só a um "eu" ampliado, fazendo com que o sujeito seja "uma pessoa mais massiva, mais solene e menos definida" (BENVENISTE, 1995, p. 258), mas também a um "eu" genérico, em que o uso da forma pronominal "nós" coloca o sujeito em uma dimensão mais ampla – o "nós" de autor e de orador. Quanto a esta última categoria, Maingueneau (1991) salienta que o "nós" pode ser interpretado como um enunciador que não é um indivíduo que fala em seu próprio nome, mas que, por um tipo de "contrato enunciativo", coloca-se junto a uma coletividade investida da autoridade de um saber legitimado por uma instituição.

O uso do pronome "nós", sem determinante, possui uma natureza vaga, uma vez que não sabemos quem se inclui na enunciação, o que implica uma estratégia de preservação de faces. Delúbio Soares, por exemplo, durante o evento, agenciou, predominantemente, o pronome "nós" sem determinante: "**Pegamos (nós)** um empréstimo numa instituição financeira, via terceiro, que já é público, claro e notório, das empresas em que o Sr. Marcos Valério é sócio, para fazer esses pagamentos" (Depoimento dado à CPMI dos Correios no dia 20/07/2005).

No entanto, é preciso ressaltar que posteriormente o então tesoureiro assumiu a responsabilidade do empréstimo: "**Eu tenho** a responsabilidade do empréstimo. A escolha do empréstimo, a escolha da empresa para fazer o empréstimo e dos bancos é de **minha** responsabilidade" (Depoimento dado à CPMI dos Correios no dia 20/07/2005).

O pronome "nós" agenciado durante o evento pelo locutor apresenta dois referentes, mas com efeitos de sentido iguais:

QUADRO 5
Referentes do pronome "nós" e possíveis efeitos discursivos

Forma pronominal	Referente(s) discursivo(s)		Efeitos pretendidos
Nós 1	"Todos nós parlamentares"	(Eu + você (s) parlamentares brasileiros).	*Ethos* de solidariedade
Nós 2	"Todos nós petebistas"	(Eu + você (s) parlamentares petebistas).	

O mais usado refere-se a um locutor mais um interlocutor (Eu + você (s)) em que a forma pronominal "eu" representa o parlamentar Roberto Jefferson, e "você" refere-se aos demais parlamentares brasileiros. É um "nós" que se manifesta como os políticos que devem satisfação à sociedade, uma vez que foram eleitos por ela para representá-la (representantes do povo). Esse uso implica, conforme Charaudeau (2006, p.175), a instalação de um *ethos* de "solidariedade" na convicção, no dever ou na ação. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 29**
> E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade; nem a minha, porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente. E onde **enfrentamos** esse problema, Deputado Onyx? Eu assistia sábado ao Jornal Nacional e, de repente, entrou uma matéria mostrando que o Coaf, por meio do Ministério Público Federal e a revista Istoé, desvendou as contas do Sr. Marcos Valério. Aí revestiu a realidade a prova que tanto foi cobrada. No início me cobravam: "Provas, provas, provas"! A realidade foi vestida, vestiu o discurso que fiz, as informações que dei

Conforme podemos ver no fragmento acima, o locutor agenciou o pronome "nós" tendo em vista mostrar que todos os parlamentares praticam os mesmos atos quanto ao financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, portanto a responsabilidade é de todos. Essa estratégia foi de fundamental importância à argumentação, uma vez que o locutor, na condição de acusado, pôs em cena a seguinte premissa: como ser julgado por indivíduos que também praticam os mesmos atos que eu?

É importante ressaltar que, no fragmento acima, o locutor instituiu como seu interlocutor o Deputado Onyx Lorenzoni, sub-relator de Normas de Combate à Corrupção, tendo em vista não só adverti-lo e constrangê-lo como também reforçar a defesa dele, depoente.

Já o outro uso da forma pronominal "nós" também põe em cena o *ethos* de solidariedade, mas se refere ao locutor e aos políticos petebistas. Vejamos:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 19**
> **Pegamos (nós)** a maçã envenenada que o Governo colocou no meio da mesa dos deuses, porque aqui não tem índio, só tem cacique, e **estamos (nós)** vivendo uma hora fratricida [...].

No fragmento acima, o locutor pretendia mostrar que os petebistas foram traídos e não somente ele (*ethos* de solidariedade), o que pode acarretar pressão maior sobre os adversários: a força do grupo é maior do que a do indivíduo.

Embora os efeitos de sentido sejam os mesmos (*ethos* de solidariedade), temos o conjunto dos parlamentares brasileiros e dois partidos políticos em destaque nesse conjunto. Os parlamentares brasileiros, segundo o locutor, devem resposta ao povo, uma vez que foram eleitos por ele. Já os petebistas, além de serem também representantes do povo, encontram-se na condição de traídos por outro partido político, o PT (*ethos* de vítima).

5.3.1.3. O uso da "expressão" "a gente"

Segundo Lopes (1993), "a gente", variante de "nós", trata-se da expressão de um "eu-ampliado" [eu+você(s), eu+ele/ela(s), eu+todos], denominado "pronome pessoal" (Luft, 1994; Almeida, 1999) ou "pronome de tratamento ou indefinido" [71].

A autora ressalta que vários lingüistas têm se ocupado da alternância das formas "nós" e "a gente" no português brasileiro. Segundo Lopes, há uma diferenciação no emprego de "nós" e "a gente" em relação a um uso mais restrito ou mais genérico. O favorecimento da forma "nós" nas situações em que o falante expressa sua opinião é maior. Ao utilizar "a gente", o falante se descompromete com o seu discurso, comentando assuntos gerais e não particulares.

Durante a CPMI dos Correios, o locutor agenciou a "expressão" "a gente" com dois referentes:

[71] Adotamos a nomenclatura "expressão", tendo em vista que não é nosso objetivo discutir esta questão aqui.

QUADRO 6
Referentes da "expressão" "a gente" e possíveis efeitos discursivos

"Expressão"	Referente	Efeito pretendido
A gente	Eu, Roberto Jefferson	*Ethos* de modéstia
	Nós, os políticos	*Ethos* de solidariedade

Em alguns momentos, o locutor agenciou a "expressão" "a gente", referindo-se a todos os políticos (*ethos* de solidariedade), com o objetivo de mostrar a responsabilidade de todos perante o povo (representantes do povo):

> **Segundo depoimento – fragmento 30**
> Eu trouxe aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, porque peguei na Justiça Eleitoral, todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. Aí é o princípio da mentira que **a gente** vive aqui.

Em outros, a "expressão" "a gente" foi agenciada como marca de polidez, modéstia, levando em conta que essa forma coloquial indica informalidade:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 31**
> Por que sacrificar mandato parlamentar? Já vi tantas vezes isso! É sempre um esquema. Quem vamos cassar? É como são essas CPIs aqui. Vamos fazer um acórdão aqui, vamos pegar uma cabeça grande, vamos dar o Roberto Jefferson, o Zé Dirceu, vamos ver por baixo quem a gente dá. Foram sempre assim as CPIs nesta Casa. E **a gente** encerra.

5.3.1.4. O uso da forma nominal "o PTB"

Segundo Charaudeau (1992), em muitos casos as marcas de primeira pessoa desaparecem, dando lugar a formas lingüísticas cuja função principal é apagar a responsabilidade ou participação do locutor com relação ao enunciado. Esse apagamento, segundo o lingüista, pode ter dois efeitos principais: i) tornar o discurso "objetivo", já que a subjetividade do locutor não aparece, pelo menos explicitamente; ii) tornar o discurso verdadeiro, uma vez que é apresentado como certo e, portanto, relacionando-se à questão das modalidades.

Já Indursky (1997), por sua vez, ressalta que, quando a terceira pessoa é usada no lugar do "eu", simulando um apagamento do enunciador, há uma quarta pessoa discursiva. Nessa perspectiva, o sujeito fica impessoalizado, uma vez que deixa de dizer "eu", dando espaço

para o acontecimento discursivo. Segundo a autora (1997, p. 23), o sujeito apresenta-se como se fosse um outro, produzindo um efeito de sentido de simulação do preenchimento da forma-sujeito (o sujeito simula seu apagamento, simultaneamente, sublinha o efeito de esvaziamento da forma-sujeito, produzindo, portanto, a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que constrói o discurso).

Em relação ao uso da terceira pessoa no lugar da primeira, Fiorin (2001) ressalta que esse uso neutraliza o sujeito. Para o autor, as formas de terceira pessoa mais utilizadas para substituir o "eu" são "ele" ou "ela" ou, ainda, com mais freqüência, um substantivo, sendo que, muitas vezes, usa-se o nome próprio no lugar do "eu". O autor ainda ressalta que também é comum o "se" ou "a gente" como formas indeterminadas. Segundo o lingüista, quando se usa esse tipo de embreagem, o enunciador aparece como que esvaziado de qualquer subjetividade, apresentando-se apenas como papel social: o "ele" é um "eu" mantido à distância.

Durante a CPMI dos Correios, o locutor usou o referente "o PTB" como uma projeção do lugar social em que estava inscrito, no intuito de criar um efeito de objetividade, imparcialidade e, conseqüentemente, de dar mais credibilidade à sua fala. Parece que ele tentou diluir-se no todo, de certa forma, apagar-se em uma massa amorfa, simulando o silenciamento do "eu". Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 32**
> Sr. Presidente, Srs. Congressistas, **o PTB** quer enfrentar a reforma política. O que espera de nós o povo que nos vê ao vivo aqui? Na raiz do "mensalão", tenho certeza, está o troca-troca de legenda, de partido. Até de "luvas" de R$1 milhão e financiamento de R$30 mil de taxa de manutenção nós já temos denúncia aqui na Casa. Uma Deputada vem e diz: "A proposta a mim é R$1 milhão e R$30 mil por mês". Por quê? Para que ela deixasse a legenda original dela e fosse para outro partido.

No fragmento acima, o sintagma nominal "o PTB" assumiu o lugar do "eu", Roberto Jefferson; mas, também, do "nós", os representantes do partido, o que nos permite dizer que é um referente de terceira pessoa usado, estrategicamente, mascarando um "eu + eles (petebistas)", no intuito de dar mais força à argumentação. Na realidade, o locutor usou um referente, que é uma instituição, para camuflar um desejo pessoal, mas que agenciado como um desejo de um grupo tem mais força junto ao interlocutor. Nessa perspectiva, o "ele" deixou de ser um referente conforme propõe Benveniste (1995) para se referir a uma pessoa do discurso.

5.3.2. O jogo de relações enunciativas: os vínculos estabelecidos pelo locutor

Durante o evento da CPMI dos Correios, o locutor dialogou com o povo (seu principal interlocutor), os parlamentares e a mídia, em especial com os jornalistas Policarpo Júnior, da *Revista Veja*; Expedito Filho, do *Estadão*; Elimar Franco, do jornal *O Globo*, conforme dissemos na análise dos contratos.

Ao se instaurar na cena, simultaneamente, instaurou o outro como "tu", com o qual estabeleceu, a partir de então, relações de força, caracterizadas, principalmente, pelas categorias de interpelação, aviso (advertência) e julgamento ou aparentes relações de petição, dentre as quais merecem destaque as categorias modais de interrogação e de pedido. Em outras palavras, o ato de se pôr em cena implicou um interlocutor sobre o qual foi imposto um comportamento de dizer ou fazer:

> eu não emprego eu a não ser dirigindo-se a alguém, que será na minha alocução um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocução daquele que por sua vez se designa por eu. Vemos aí um princípio cujas conseqüências é preciso desenvolver em todas as direções. A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, **eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a "mim", torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu** (BENVENISTE, 1989, p. 286, grifo do autor).

Acreditamos que a interação estabelecida entre "eu" e "tu" refere-se à tríade *ethos, pathos* e *pathos*, uma vez que o vínculo entre os interactantes implica, sempre e necessariamente, a construção de uma imagem de si com vistas à mobilização (dizer ou fazer) de determinado indivíduo. Levar o outro a dizer ou fazer só é possível à medida que o interlocutor se vê na condição de influenciado, ou seja, sensibilizado pelo "eu": "para que uma argumentação se desenvolva é necessário, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 20). Vejamos as principais relações estabelecidas com os interlocutores durante o evento.

5.3.2.1. O locutor e o povo: a afetividade

O locutor tentou estabelecer com o povo, principalmente, relações de afeto (cumplicidade e amizade), tendo em vista criar efeito de envolvimento, comovê-los e conquistar sua simpatia para as revelações que pretendia fazer. Apesar da busca desse efeito de afeto, ele manteve a relação de poder, na qual ocupava o lugar hierarquicamente superior ao do povo.

Essa relação de afetividade atingiu seu ponto mais alto no final do evento (segundo pronunciamento), quando o locutor teceu vários agradecimentos ao povo, representado metonimicamente por familiares, colegas de trabalho, funcionários e amigos, tendo em vista reafirmar-se na cena como "amigo" do povo. Discutiremos esta questão na subseção "O domínio do estético, do hedônico e do ético: o herói e seus "amigos".

Em nossa opinião, esse "ato de agradecimento" foi a "cartada final" do locutor para tentar fazer com que o povo aderisse de vez ao seu discurso (naquele momento estava para ser votado o pedido de cassação do mandato do então deputado Roberto Jefferson). O locutor sai de cena, mas sai com o povo.

5.3.2.2. O locutor e os parlamentares: a intimidação

No início do evento (primeiro pronunciamento), o locutor buscou estabelecer com os parlamentares, sobretudo com a cúpula do PT, uma relação de afetividade, chegando, inclusive, a chamar Genoino, presidente do PT, de amigo:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 33**
> **Digo também ao meu amigo Genoino**, que como eu não se afasta da ética - sempre tive fama de troglodita, mas nunca de ladrão: o PTB não teme a CPI.

É importante lembrar que, naquele momento, a intenção do então deputado Roberto Jefferson era apenas explicar as denúncias das quais era alvo (discurso de justificação). O Presidente

Lula chegou a mandar um recado ao aliado: "Diga ao Roberto Jefferson que sou solidário a ele. Parceria é parceria. Tem de ter solidariedade[72]".

No entanto, o apoio velado de Lula não servia a Roberto Jefferson. Ele queria sinais claros e, sobretudo, explícitos de que contaria com o respaldo do governo para esmagar as denúncias. Não os obteve. Em vez disso, José Dirceu deu uma entrevista na TV[73] na qual dizia que o governo do PT não roubava nem deixava roubar. E evitou solidarizar-se com Jefferson.

A *Revista Veja*[74] novamente voltou a acusar o PTB e o presidente nacional do partido. Além de suposto comandante do esquema de propinas dos Correios, Jefferson foi acusado de ligação com grupos que roubavam no IRB, na Infraero, na Polícia Rodoviária Federal, no INSS, na Agência Nacional do Petróleo, em Furnas e até no Instituto Nacional de Traumatoortopedia. A oposição já falava abertamente em criar uma CPI para investigar os casos de corrupção no governo. O governo, por sua vez, fingia que o problema era única e exclusivamente do PTB.

No final de maio de 2005, José Dirceu e o ministro Aldo Rebelo (Coordenação Política) foram à casa de Roberto Jefferson para tentar acalmá-lo. No entanto, Jefferson não aceitou o acordo proposto e ameaçou Dirceu: "Na cadeira em que eu me sentar na CPI, também vão se sentar você, o Delúbio e o Silvinho".

Em entrevista à repórter Renata Lo Prete[75], Roberto Jefferson contou que o governo do PT dera a parlamentares do PP e do PL uma propina mensal de 30 mil reais em troca de apoio no Congresso. Segundo Jefferson, o chamado "Mensalão" tinha sido pago por Delúbio Soares até o início do ano, quando fora então suspenso. Na entrevista, o deputado disse que alertou o presidente Lula e os ministros José Dirceu, Aldo Rebelo, Antonio Palocci (Fazenda) e até o petebista Walfrido dos Mares Guia (Turismo) sobre o esquema de compra de deputados.

[72] PETRY, André. Diga-me com quem anda.... *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1906, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_038.html>. Acesso em 30 nov. 2006.
[73] Em entrevista ao programa *Roda Viva*, em 16/05/2005, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, negou ter conhecimento de qualquer esquema nos Correios e declarou: "Este é um governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção".
[74] JUNIOR, Policarpo; FRAGA, Ronaldo. Mesada de 400 000 reais para o PTB. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1906, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_040.html>. Acesso em 30 nov. 2006.
[75] LO PRETE, Renata. Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT. São Paulo, 06 de junho de 2005. Folha de S. Paulo (conteúdo on-line). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200502.htm> 4 de março de 2007

Roberto Jefferson percebeu que o governo e o PT não fariam nada para tirá-lo do problema referente às denúncias de corrupção nos Correios. Chegou até a imaginar que José Dirceu, em parceria com a ABIN, pudesse ter provocado a situação, a fim de eliminar um aliado que se tornara inconveniente: "Estou percebendo que estão evacuando o quarteirão, e o PTB está ficando isolado para ser explodido", disse ele.

A partir de então, Roberto Jefferson passou tanto a tematizar quanto a interpelar os adversários com a finalidade de ironizá-los, desqualificá-los e, principalmente, intimidá-los. Vejamos:

> **Primeiro depoimento – fragmento 34**
> Quero dizer - e enfrentar aqui, porque isso vai lá para a CPI, esta é a preliminar-: o PTB não é responsável pela corrupção nos Correios. **Não é, Silvinho Pereira! Não é, José Dirceu!**

No fragmento acima, ele interpelou o ministro José Dirceu e o secretário do PT, Silvio Pereira, segundo ele os responsáveis pelo esquema do "Mensalão", nomeando-os pelos nomes próprios, o que pôs em cena um *ethos* de familiaridade, e os intimidou-os. Assim, ele estabeleceu com esses parlamentares relações de força.

Embora ele tenha delimitado quem eram seus adversários (a cúpula do PT), ele intimidou outros parlamentares que se atreveram a questioná-lo como, por exemplo, a Senadora Ideli (PT) que o interrompeu durante o depoimento dado à CPMI, alegando que ele não tinha respondido às perguntas feitas pelo relator. Durante os depoimentos, o locutor intimidou também parlamentares que, segundo ele, achavam-se na condição de julgá-lo. É importante lembrar que o locutor ressaltou ser igual aos colegas parlamentares: referia-se ao fato de todos praticarem os mesmos atos no que diz respeito ao financiamento de campanhas eleitorais no Brasil. Portanto, a intimidação teve mais um caráter de advertência. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento - fragmento 35**
> É isso tudo, Sr. Relator, e peço desculpas; na próxima, vou procurar ser bem sintético; não quero mais incomodar a Senadora Ideli, apesar de não estar preocupado com o julgamento que ela faça de mim**; não é para ela que falo, falo para o povo que me vê**; disso eu já passei, não é para ela que estou preocupado em falar, porque ela não é melhor do que eu, nem V. Exª é. **Os que aqui se arrostam juízes, vou questionar um por um. Vamos ver se as práticas são diferentes daqueles que vão querer levantar a voz contra mim.**

No fragmento acima, além de o locutor ter tentado se construir com uma imagem de corajoso, intimidando os adversários, ele aproveitou o momento para tentar se construir também como um político preocupado com o bem estar do povo (*ethos* de chefe): "[...] **não é para ela que falo, falo para o povo que me vê** [...]".

Em relação aos aliados, o locutor os interpelou ora por um pronome de tratamento, mostrando-se "respeitoso", ora pelo próprio nome (*ethos* de familiaridade), buscando estabelecer uma relação de amizade. Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 36**
> Aí, **o Ministro Walfrido** disse: não, eu vou entrar nisso, vou conversar com o Ministro da Justiça; não pode, eles não podem fazer isso com o PTB. Eu disse: **Walfrido**, acorda; está vindo para o PTB. A mãe de meus filhos e avó de meus netos me liga no sábado — porque o jornal oficial, da imprensa oficial, O Globo, sai sábado; o jornal de domingo sai sábado à tarde no Rio de Janeiro — e diz: a matéria tem 8 páginas para te destruir. E me mostrou a matéria da revista Época, com 3 páginas, para me destruir.

No fragmento acima, o locutor buscou mostrar que havia uma relação de amizade entre o Ministro Walfrido e ele. No entanto, é importante salientar que o locutor se manifestou com ressentimentos, durante o evento, não só por ter sido traído pela cúpula do PT, segundo ele, mas também por ter sido abandonado pelos seus aliados políticos (*pathos* de ressentimento).

5.3.2.3. O locutor e a mídia: o acordo e a acusação

A tentativa de fazer um acordo com a mídia talvez tenha sido uma das maiores estratégias do locutor. No início do evento, ele tentou estabelecer uma relação aparentemente "amigável" com o jornalista Policarpo Júnior[76], da *Revista Veja*, responsável pela reportagem na qual foi citado como principal envolvido no escândalo. Ele chegou, inclusive, a traçar uma imagem "positiva" (*pró-ethos*) do então jornalista, mas ressaltando que esse havia se enganado, conforme podemos ver a seguir:

[76] Policarpo Júnior também foi o jornalista responsável pela divulgação da gravação na qual o ex-presidente do IRB, Lídio Duarte, contava sobre o funcionamento do esquema coordenado por Jefferson nas estatais (REVISTA VEJA, ed. 1906, 25/05/05).

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 37**
> Sr. Presidente, li com carinho a matéria do **sério jornalista**. Quis saber quem é Policarpo Júnior. Indaguei isso à minha assessoria de imprensa, que me disse: **"É um homem sério, correto. Duro, mas um homem correto, que não está livre de se enganar"** [...]

Para autenticar a tese de que o jornalista Policarpo era um indivíduo correto, mas havia se enganado e, assim, se construir como um indivíduo sério, em um primeiro momento ele, através do discurso direto, atribuiu a responsabilidade de tal imagem à sua assessoria de imprensa.

Nessa nova enunciação, ele agenciou outro enunciador que pôs em cena uma estrutura coordenada adversativa, na qual predominou a imagem de um jornalista passível de ter se enganado. Logo depois, ele dirigiu-se a Policarpo, através da perífrase "desejo falar", o que implicou, de certa forma, um pedido e caracterizou um *ethos* de humildade e respeito pelo então jornalista, confirmando a tese de que esse havia se enganado:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 38**
> **Desejo falar** um pouco agora para Policarpo Júnior, da Veja, **a quem respeito** e de quem **minhas assessoras de imprensa fizeram as melhores anuências**: **a matéria está equivocada.** A revista não pesquisou nada para receber essa fita. Repito: não pesquisou nada

Em nossa opinião, o locutor tentou fazer com que a mídia fosse sua aliada, uma vez que sabia de seu poder na sociedade - a mídia é o elo entre a instância política e a instância pública, um dos instrumentos simbólicos de poder na sociedade (BOURDIEU, 2005).

No entanto, no decorrer do evento, uma vez que o locutor não conseguiu nenhum apoio da mídia[77], estabeleceu uma relação completamente diferente com ela. Passou a interpelar, diretamente, o jornalista Policarpo Júnior, sempre no sentido de desacreditar a matéria referente às denúncias e a alegar que a *Revista Veja* fazia parte de um complô (Teoria da Conspiração). Vejamos o fragmento:

[77] A mídia continuou a cercar Roberto Jefferson. Veja a seção "A narratividade: a história do "Mensalão" na perspectiva do herói".

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 39**
> **Policarpo, a matéria é tão frágil porque você atribui ao PTB empresas que o PTB não tem.** Não é o Maurício. É o próprio Policarpo. Ele diz aqui que a TRANSPETRO é uma empresa de interesses do PTB, que o Diretor da TRANSPETRO, Álvaro Gaudêncio Neto, é indicação do PTB. Não é. A matéria está equivocada. Nunca indicamos um diretor para a TRANSPETRO [...]

No fragmento acima, ele dirigiu-se ao jornalista, nomeando-o pelo nome próprio (*ethos* de familiaridade), na tentativa de desacreditar a matéria que, segundo ele, era frágil uma vez que a lista dos cargos ocupados por seus afilhados[78] estava errada (agenciou uma oração coordenada explicativa). A partir de então, durante todo o evento, o locutor tentou desacreditar a *Revista Veja*, desqualificando-a[79].

Além de Policarpo, ele dialogou também com o jornalista Expedito Filho, do *Estadão*, a quem chamou, sempre, de amigo, com a finalidade de desconstruir o *ethos* pré-discursivo de troglodita temido (homem violento e autoritário). Discutiremos essa questão, mais detalhadamente, na subseção "A desconstrução do vilão".

O locutor afirmou que poderia ter dado entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, mas esse, segundo ele, embarcou no linchamento, não se preocupou com ele, não lhe deu oportunidade de defesa.

Ainda, o locutor interpelou Elimar Franco, do jornal *O Globo*, respondendo a uma acusação do então jornalista:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 40**
> Quero dizer para a Casa sem nenhum problema quais são os **cargos que o PTB ocupa no Governo do Presidente Lula**: Diretoria Administrativa da ELETRONUCLEAR; Diretoria da BR Distribuidora - **aliás, Elimar Franco publica isso hoje, em O Globo**; Presidência do IRB; Vice-Presidência da Caixa Econômica Federal; Presidência da ELETRONORTE; e uma Diretoria na EMBRATUR [...]

No fragmento acima, através de uma ressalva (oração interferente), introduzida pelo operador argumentativo "aliás", que funcionou como um argumento decisivo, o locutor interpelou o

[78] Segundo Lídio Duarte, a operação da máquina que arrecadaria recursos para o PTB incluía jantares na casa de Jefferson em Brasília com todos os seus afilhados e a exigência de que cada um deles gerasse uma determinada quantia de dinheiro em arrecadação para o partido por mês. A premissa era de que em troca da indicação para o cargo o indicado teria de ajudar o PTB (FIGUEIREDO, 2006).
[79] Veja seção "A organização descritiva: imagens do outro".

jornalista Elimar Franco, do Jornal *O Globo*, para listar os cargos ocupados pelo PTB no Governo de Lula. É importante ressaltar que o jornal "O Globo", tendo em vista mostrar a influência de Jefferson e de seus afilhados no governo, trouxe como principal reportagem um texto indicando que os aliados do presidente do PTB ocupavam oito cargos importantes no governo, responsáveis pela gestão de cerca de R$ 4 bilhões anuais – o que por si só já era uma demonstração da falta de influência que José Dirceu disse a Jefferson ter.

Durante o evento, o locutor teceu várias descrições pejorativas ao Jornal *O Globo*:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 41**
> O jornal que vive de **manchete escandalosa**, de **libelos**, quer acertar sempre com o Governo. Quanto mais **panfletária** é a **manchete**, maior é o cheque que vão sacar no banco oficial. Refiro-me a **O Globo**. Na área econômica, na área cultural, na área de esporte, não tenho nada a dizer de O Globo. Mas, **politicamente, é um jornal amoral**. Falido, fiou-se sempre nos cofres públicos, nas contas do povo do Brasil. O povo do Brasil paga as contas de O Globo.

Passou a dizer que havia um complô da mídia. Acusou vários órgãos da imprensa de trabalharem a favor do Governo Federal, entre eles o jornal "O Globo, a quem denominou de "Diário Oficial do Governo". Segundo Roberto Jefferson, a *Revista Veja* era politicamente favorável ao PSDB: "A Veja não, a Veja é dos tucanos". Criticou também a *TV Globo* e a *revista Época*, insinuando que favoreciam o governo em suas reportagens.

O locutor interpelou a mídia, especialmente o jornalista Policarpo Júnior (*Revista Veja*), com a finalidade de persuadir a opinião pública e não a própria mídia:

> Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar. Como definir semelhante auditório? Será a pessoa que o orador interpela pelo nome? Nem sempre: **o deputado que, no Parlamento inglês, deve dirigir-se ao presidente pode estar procurando convencer não só os que o ouvem, mas ainda a opinião pública de seu país**. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p.21, grifo nosso).

5.3.3. O jogo de posicionamentos enunciativos: a verdade do locutor

Conforme já dissemos, no início do evento da CPMI dos Correios (primeiro pronunciamento) o locutor negou saber sobre a corrupção nos Correios[80]. Inclusive, negou qualquer vínculo político com Mauricio Marinho (Marinho dizia fazer parte de um esquema de arrecadação de dinheiro para o PTB, do ex-deputado Roberto Jefferson – financiamento de campanhas eleitorais). Portanto, naquele momento foram recorrentes os atos de fala refutativos expressos, principalmente, por meio das subordinadas concessivas e das coordenadas adversativas.

No entanto, à medida que o locutor foi sendo exposto aos depoimentos, em um primeiro momento ele assumiu (fez saber) e declarou (e confessou), principalmente através das orações subordinadas comparativas e do agenciamento do pronome "nós" e da "expressão" "a gente", que o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil é irregular, além de ser realizado, da mesma forma, por todos os parlamentares, inclusive por ele, o que constituiu uma forte estratégia, uma vez que colocou os adversários, investidos do papel de inquiridores, no mesmo patamar no qual se encontrava: réu. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento - fragmento 42**
> Eu trouxe aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, porque peguei na Justiça Eleitoral, todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. **Aí é o princípio da mentira que a gente vive aqui.**
> **Não há, povo do Brasil, cidadã do Brasil, cidadão do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de um milhão, ou de um milhão e meio de reais.** Mas a média, aqui na CPI e da Câmara dos Deputados, a prestação de contas é de R$100 mil.
> **Não há eleição de Senador da República que custe menos de dois milhões, R$3 milhões, mas a prestação de contas que exibo**...
> **Não há eleição de Senador que custe menos de dois milhões, R$3 milhões. Eu quero mostrar a V. Exªs e ao povo do Brasil**. Porque esse julgamento aqui do Plenário não me preocupa, Senador. Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo que me vê lá fora.
> **Não há uma eleição de Senador com menos de dois milhões, R$3 milhões e a prestação de contas, a média é duzentos e cinqüenta mil**. Esse processo começa na mentira e deságua no PC Farias, deságua nos outros tesoureiros de campanha, agora no Sr. Delúbio, agora no Sr. Marcos Valério. Esse afrouxamento é que tem levado ao enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos Estados.
> Fui ao Rio de Janeiro ver a prestação de contas do meu candidato a prefeito e comparei a prestação de contas da candidatura dele com a do ex-candidato José Genoíno para governador de São Paulo. É de deixar a gente perplexo. Ou alguém tem dúvida de que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste.

[80] Um esquema de pagamento de propina para fraudar licitações.

> E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade; nem a minha, porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente. E onde enfrentamos esse problema, Deputado Onyx? Eu assistia sábado ao Jornal Nacional e, de repente, entrou uma matéria mostrando que o Coaf, por meio do Ministério Público Federal e a revista Istoé, desvendou as contas do Sr. Marcos Valério. Aí revestiu a realidade a prova que tanto foi cobrada. No início me cobravam: "Provas, provas, provas"! A realidade foi vestida, vestiu o discurso que fiz, as informações que dei.

No fragmento acima, em um primeiro momento, o locutor denunciou (e confessou) que, em relação ao financiamento de campanhas eleitorais, todos os parlamentares vivem uma grande mentira, inclusive ele (reconhecimento de culpa que invoca um *ethos* de humanidade), tendo em vista se colocar no mesmo patamar de seus colegas parlamentares e, de certa forma, intimidá-los.

É importante observar que, através da inserção[81] "porque peguei na Justiça Eleitoral" (a palavra Justiça Eleitoral foi usada repetidamente no fragmento), ele buscou dar mais força à intimidação, uma vez que se referia a documentos oriundos de um órgão que tem credibilidade perante o povo: a Justiça Eleitoral. Além disso, por meio do dêitico "aí", referindo-se à Justiça Eleitoral, constatou também o lugar de origem da mentira vivida pela classe política brasileira, o que, a nosso ver, também reforçou a intimidação[82].

Nessa perspectiva, ele se dirigiu ao povo brasileiro e, através de atos de refutação retificadores[83], denunciou as reais práticas de financiamento eleitoral no Brasil (*ethos* de denunciante), fazendo saber, primeiramente, sobre as contas de deputado federal. Através do aposto "na CPI", que ampliou a dimensão do dêitico "aqui", e da adjunção "a prestação de contas", ele tentou desqualificar a CPI e a Câmara dos Deputados. Em seguida, o locutor fez saber sobre a prestação de contas dos Senadores, repetindo o ato de refutação que denunciava essas contas.

Através de um período explicativo refutativo complexo[84], ele continuou a intimidar os parlamentares e se mostrou preocupado com o bem estar do povo (não admite que o povo seja enganado), buscando se construir na cena com um *ethos* de chefe: "Porque esse julgamento

[81] Esse "fenômeno" é conhecido na Gramática Normativa por oração intercalada/interferente.
[82] Segundo Jefferson, todos os políticos fazem caixa 2, uma vez que a legislação eleitoral que nós temos ainda é a do Marechal Castelo Branco (JEFFERSON, 2006, p. 182).
[83] No ato de fala refutativo retificador o foco da negação incide sobre o conteúdo posto em seu conjunto (NAGAMINE, 1998, p. 91).
[84] Cf. Kury, 1997.

aqui do Plenário não me preocupa, Senador[85]. Não é pra vocês que eu tou falando. Nenhuma preocupação. É com o povo que me vê lá fora".

É importante ressaltar que o locutor levou uma pasta vermelha repleta de "documentos" – segundo ele, prestação de contas eleitorais de deputados e senadores – no momento em que discursava, retirava os referidos "documentos" da pasta, o que por si só já caracterizava um gesto de intimidação[86].

O locutor refutou a tese de que estava preocupado com o julgamento dos colegas parlamentares, alegando que falava para o povo e não para os parlamentares. É importante observar que no ato de justificação ele referiu-se aos parlamentares por "vocês" e usou um lexema da norma não padrão "tô", a nosso ver, no sentido de mostrar desprezo. Além disso, ele parafraseou esse ato refutativo, tendo em vista reforçar a intimidação.

Segundo ele[87], o financiamento irregular é operado sempre da mesma forma, pela mesma gente, isto é, através de um operador e/ou um tesoureiro, citando PC Farias, tesoureiro de Collor, Delúbio e Marcos Valério, com o intuito de defender a reforma política e culpar o próprio sistema pelos escândalos de corrupção – ressaltou, através de um tema marcado, que o afrouxamento é o responsável pela corrupção: "Esse afrouxamento é que tem levado ao enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos Estados". Roberto Jefferson se referia à forma como as campanhas eleitorais no Brasil são financiadas, uma prática que vem, segundo ele, desde o governo do Marechal Castelo Branco. Nesse sentido, todos os parlamentares são iguais, pois praticam, ainda segundo Roberto Jefferson, caixa 2.

Ele denunciou que todos os parlamentares financiam suas campanhas da mesma forma, mas enfatizou as contas do PT, tendo em vista desqualificá-lo. Segundo ele, comparou as contas

[85] Ele se dirigia ao Deputado Saturnino que tentava tomar-lhe o turno para protestar.
[86] Com mais de duas horas de atraso, Jefferson chegou à CPI com uma maleta vermelha de rodinhas, levantando burburinhos sobre a possibilidade de ter trazido "provas". Dentro da pasta vermelha, porém, estavam pastas de documentos, inclusive as prestações de contas eleitorais dos integrantes da CPI (FOLHA ON-LINE, 01/07/2005, p. 1).
[87]Toda classe política brasileira compartilha a culpa pelo afrouxamento moral nas regras de financiamento das campanhas eleitorais – esta mentira que, no governo Lula, desaguou em Delúbio Soares e Marcos Valério, como tinha desaguado, no passado, em PC Farias. É isso que tem levado ao enfraquecimento do Congresso Nacional, do governo federal e dos governos estaduais. Nessa culpa somos todos iguais (JEFFERSON, 2006, p. 22).

do ex-candidatado a governador de São Paulo, José Genoíno (PT)[88], com as de seu candidato a prefeito e ficou perplexo. Através de uma interrogativa e depois de uma comparação, ele dirigiu-se aos interlocutores para mostrar sua consternação e revelou que as campanhas do PT em 2002, especificamente na derrota de José Genoíno para o governo de São, tinham sido milionárias e não estavam representadas nas contas eleitorais oficiais: "Ou alguém tem dúvida de que a campanha mais rica de 2002 foi a campanha do PT? A mais milionária, a mais poderosa em todo o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de Leste a Oeste. E as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade; nem a minha, porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente". Finalmente, ele revelou que as declarações feitas à Justiça Eleitoral são fantasiosas.

É importante salientar que o ato de fala declarativo, tanto de confissão quanto de denúncia e de revelação, ocorreu no domínio da verdade e contribuiu para a constituição do *ethé* de identificação (*ethos* de denunciante na figura do herói e do profeta). Consideramos denúncia diferente de revelação, embora essas palavras se encontrem dicionarizadas com o mesmo sentido. A nosso ver, a revelação é da ordem do profeta, do divino e diz respeito à divulgação de coisa ignorada, como o esquema do "Mensalão", por exemplo. Já a denúncia é da ordem do herói e se refere à evidência de algo não ignorado pelo outro (por isso se diz delatar). Em nossa opinião, o herói denunciou o financiamento ilegal de campanhas eleitorais no Brasil. O profeta revelou a verdade sobre o esquema do "Mensalão".

No fragmento a seguir (já no primeiro depoimento), o locutor combinou atos refutativos com constatativos e com declarativos (confissão, denúncia e revelação), tendo em vista denunciar e revelar:

> **Primeiro depoimento – fragmento 09**
> Explico a V.Exa. Não há partido **nenhum** aqui que faça diferente, **nem** o de V.Exa. **Nenhum** partido aqui, recebe ajuda na eleição que **não** seja assim; **nenhum**. Eu tenho a coragem de dizer de público aqui: **Eu não aluguei o meu partido, não fiz dele um exército mercenário nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel, mas eu sei de onde vêm os recursos das eleições e todos sabem**. Aqui, todos sabem de onde vêm. Só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. Eu estou assumindo isso, aqui. E faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson. **Os dinheiros vêm dos empresários que, a maioria das vezes, mantêm relação com as empresas públicas. É assim e sempre foi**. E essas oligarquias antigas, corrompidas, corrompedoras, acabaram por contaminar até a bandeira que, durante 25 anos, lutou a favor da ética e da moralidade na coisa pública. Infelizmente, Sr. Presidente. Todo mundo

[88]Presidente do PT.

> sabe de onde vem o recurso aqui. Não há quem não faça eleição assim. Nós precisamos é abrir aqui na Comissão de Ética essa ferida para que o Brasil saiba como é.

Constatou que todos os parlamentares agem da mesma forma em relação ao financiamento de campanhas eleitorais e assumiu que o seu partido também age da mesma forma (ato declarativo de confissão), constituindo-se, assim, na cena com um *ethos* de humanidade. Mas, negou ter recebido o "Mensalão".

Concomitantemente a essas constatações e confissões, ele denunciou também, na forma de revelação, o "Mensalão", buscando se constituir com um *ethos* de denunciante (o profeta e o herói). Em entrevista à repórter Renata Lo Prete, da *Folha de São Paulo*, Roberto Jefferson contou que o governo do PT dera a parlamentares do PP e do PL uma propina mensal de 30 mil reais em troca de apoio no Congresso. O então deputado afirmou que o chamado "Mensalão" tinha sido pago por Delúbio Soares até o início do ano, quando fora então suspenso:

> **Primeiro depoimento – fragmento 10**
> Desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto dessa casa, que o **seu Delúbio, com o conhecimento do seu Zé Genoíno**....SIM... **tendo como pombo-correio o seu Marcos Valério**, que é um carequinha que é publicitário lá de Minas Gerais, **repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão**.

Além disso, ele denunciou irregularidades na Diretoria de Informática dos Correios e na Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, na Ferrovia Norte-Sul (FNS) e no Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (DNIT).

Nesse sentido, ele se manifestou como um indivíduo que detinha um saber, ou seja, um segredo (o governo petista pagava uma mesada de 30 mil a parlamentares do PP e do PL para que esses aprovassem projetos no governo), portanto detinha também determinado poder.

Em algum aspecto, ele se assemelha a Édipo Rei: detém um segredo, portanto detém dado poder: "[...] pessoas, um soberano, um povo - ignorando uma certa verdade, conseguem [...] descobrir uma verdade que coloca em questão a própria soberania do soberano" (FOUCAULT, 2003, p. 31).

No entanto, na trama da CPMI dos Correios, o povo e o soberano não descobrem a verdade, mas esta lhes é oferecida, de presente e, como em Édipo Rei, ela também põe em perigo a soberania do soberano. Na trama, a verdade é como em Édipo: ela é prescritiva e profética, embora aquele que traz a verdade (o profeta) aponte o passado e o presente:

> **Segundo depoimento – fragmento 16**
> "Se PC "faria" - e **fez** -, hoje, Delúbio e Marcos Valério **fazem** e outros que virão **continuarão a fazer** se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral"

A verdade, conforme ressalta Foucault (2003), não vem completa, embora, diferentemente da perspectiva do filósofo, ela tenha a dimensão do presente, da atualidade, da designação de alguém (Delúbio Soares e Marcos Valério) e o testemunho do que realmente aconteceu (PC Farias).

O locutor via-se como portador de uma verdade que deveria ser revelada ao povo (ele era a própria verdade), tendo em vista salvá-lo das garras do mal, o PT: ele é o guia supremo na figura do profeta e do herói. Mas a verdade completa precisa de testemunhas. Portanto, ele agenciou o discurso direto, as máximas, os provérbios, as citações e as narrativas religiosas, além das narrativas infantis.

5.3.4. O jogo de "vozes" enunciativas: as testemunhas do locutor

A verdade necessita de testemunhas. O discurso do locutor da CPMI dos Correios é, portanto, marcado por uma importante multiplicidade discursiva. Lá estão as enunciações que nem sempre pertencem ao campo político como, por exemplo, os aspectos religiosos e os populares (as máximas, os provérbios, as narrativas infantis), além do discurso direto, postos em cena como testemunhas de suas revelações.

Os provérbios, segundo Maingueneau (2001, p. 169), são fundamentalmente polifônicos, uma vez que o enunciador apresenta sua enunciação como uma retomada de inúmeras enunciações anteriores, as de todos os locutores que já proferiram aquele provérbio. Proferir um provérbio, na concepção do autor, significa fazer com que seja ouvida, através de sua própria voz, outra voz, a da "sabedoria popular", à qual se atribui a responsabilidade pelo enunciado. O

enunciador não explicita a fonte desse enunciado: cabe ao co-enunciador identificar o provérbio como tal, apoiando-se, ao mesmo tempo, nas propriedades lingüísticas do enunciado e em sua própria memória. Na perspectiva de Aristóteles (2005, p. 151), "os provérbios são testemunhos em causas jurídicas [...]".

Durante o evento da CPMI dos Correios, os provérbios foram usados pelo locutor para testemunhar sua verdade. Para sustentar a tese de que o esquema do "Mensalão" era de responsabilidade da cúpula do PT (segundo o locutor, o PT roubou mais que qualquer outro partido - e roubou sozinho), o locutor agenciou, num tom sentencioso, o provérbio: "Quem nunca comeu mel quando come se lambuza". Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 43**
> O PT não tem projeto de governo. Quero dizer o PT nesse Campo Majoritário e essa cúpula que assaltou o Brasil. Rato magro. **Quem nunca comeu mel quando come se lambuza**. Rato magro. PC Farias é aprendiz de feiticeiro ante essa gente que assaltou o Brasil. Rato magro. Mas nunca bati no peito para dizer que sou o paladino da ética e o campeão olímpico da moralidade.

Já o discurso direto, segundo Maingueneau (2001), não se satisfaz em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, mas ainda simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações enunciativas: a do discurso citante e a do discurso citado. O discurso direto foi usado pelo locutor geralmente para criar um efeito de autenticidade, distanciar-se do que foi dito ou apresentar-se objetivo e sério.

Através desse recurso, o locutor retratou os diálogos que teve com seus interlocutores, principalmente, com o Presidente Lula, tendo em vista trazer mais autenticidade e dar mais credibilidade ao seu discurso, conforme podemos ver a seguir:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 44**
> Noutro dia, **o Presidente Lula me perguntou: "Roberto, com o que você sonha, o que você quer?"** Eu respondi: "Sonho em construir um grande partido. Não quero ser Ministro, não quero ser Governador de Estado, não sonho em ser Senador da República. Quero construir um grande partido, o grande PTB.

No fragmento acima, o locutor, tendo em vista "provar" que era um político sério e idealista, amigo íntimo do Presidente Lula, agenciou o discurso direto do então presidente, autoridade política máxima do País. Ele fez falar o presidente, atribuindo-lhe a responsabilidade da fala,

dando a conhecer não só o que o presidente dizia, mas, sobretudo, como dizia ("tom" de amizade entre os interactantes).

Quanto às citações religiosas (também bastante agenciadas pelo locutor), ocorre um distanciamento entre o discurso citado e o que cita. Conforme ressalta Maingueneau (2001), é como se o locutor dissesse: o que eu digo é verdade porque não sou eu que o digo, como também o contrário. O locutor citado é um não-eu em relação ao locutor que cita, ele constitui também uma autoridade que protege o discurso do locutor que cita. No caso do discurso religioso, esse distanciamento e essa ambigüidade devem ser apagados, uma vez que, para o interlocutor desse discurso, a única palavra que se deve presentificar é a do locutor (o divino). Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> Enfrento uma luta aqui como cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente. Ninguém vai me botar de joelhos e de rabo entre as pernas. Ninguém. Ninguém vai me acanalhar. Ninguém.
> Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida. Lendo **Mateus** eu vi lá escrito: **"Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito"**. Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.

No fragmento acima, o locutor agenciou um texto da Bíblia Sagrada, tendo em vista passar para o interlocutor a imagem de autenticidade e fidelidade para com a palavra citada: a honra é a maior virtude de um homem (o locutor tentou se construir durante o evento como um cidadão honrado). Uma instituição religiosa se vale, portanto, da autoridade do discurso bíblico para pregar suas verdades. O locutor se anulou diante do enunciador posto em cena (Mateus), pois as palavras do discurso bíblico não podem ser atribuídas a um locutor comum. Sendo divinas, emanando de Deus, elas constituem a verdade eterna e incontestável.
Acreditamos que as citações e as narrativas religiosas, postas em cena pelo locutor durante o evento da CPMI dos Correios, auxiliaram também na constituição do *ethos* de homem de religiosidade e de profeta, no sentido de ser aquele que conhece a palavra sagrada.

O locutor fez alusão a várias narrativas infantis, as quais também foram importantes na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva). Dentre essas narrativas merece destaque a referência ao conto maravilhoso "A roupa nova do imperador", de Hans Christian Andersen (1837), posto em

cena pelo locutor para comparar o Presidente Lula ao monarca da história: um rei ingênuo e omisso. Discutiremos essa questão na subseção denominada "Lula: de homem do povo a rei ingênuo e omisso".

Na seção seguinte, analisaremos a história do "Mensalão" contada na ótica de Roberto Jefferson.

5.4. A narratividade: a história do "Mensalão" na perspectiva do herói

> "Um político divide os seres humanos em duas classes: instrumentos e inimigos".
>
> Nietzsche

Nesta seção analisamos a história do "Mensalão" na perspectiva de Roberto Jefferson. Nosso objetivo consiste em verificar quem são as principais personagens, como elas foram inseridas na trama e qual foi o papel narrativo de cada uma delas, além do papel do narrador na trama.

O narrador da história do "Mensalão" (o escândalo dos Correios virou escândalo do "Mensalão" e se desdobrou em outros tantos pequenos escândalos) tornou-se protagonista da trama a partir de uma denúncia da *Revista Veja*[89] que o revelou como o principal responsável pelo suposto esquema de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O artigo descrevia, com base em gravações feitas com uma câmera escondida, um episódio em que o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Mauricio Marinho[90], parece explicar a dois empresários como funcionava um esquema de pagamentos de propina para fraudar licitações. Na realidade, esse narrador somente se atribuiu a função de narrador após as denúncias da e na mídia (a história contada pela mídia passa a ser contada na visão do protagonista – narrador-protagonista).

Esse esquema seria supostamente gerido pelo diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista, e por ele, Roberto Jefferson, deputado federal pelo Rio de Janeiro e presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliado do governo. O vídeo, que foi ao ar pelas principais redes de televisão, mostra Marinho embolsando a quantia de R$ 3 mil, referentes a

[89] JUNIOR, Policarpo. O homem-chave do PTB. *Revista Veja*, São Paulo, ed. 1905, 18 de maio de 2005. Disponível em: http://veja.abril.com.br/180505/p_054.html. Acesso em 30 nov. 2006.
[90] Alegava fazer parte de um esquema de arrecadação de recursos para a campanha do PTB.

um suposto adiantamento para garantir uma fraude. Assim, o narrador foi inserido na trama discursiva na condição de vilão (acusado/anti-*ethos*). Vejamos:

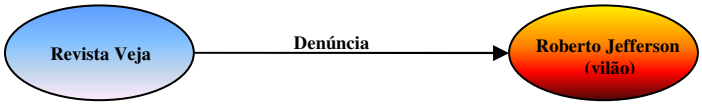

FIGURA 8 - O narrador-protagonista é inserido na trama pela mídia como vilão

Mas, à medida que foi sendo exposto em depoimentos[91], ele criou novos fatos político-discursivos, passando ao papel de acusador (*ethos* de herói) e envolvendo novos participantes e sujeitos discursivos no caso. É importante ressaltar que a trama teve início com a denúncia da *Revista Veja* sobre o suposto esquema de corrupção nos Correios e culminou com o escândalo do "Mensalão". Vejamos:

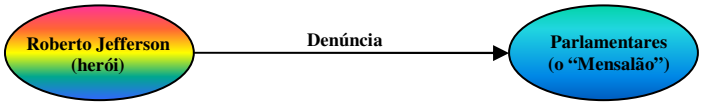

FIGURA 9 - O narrador-protagonista denuncia o esquema do "Mensalão"

Curiosamente, durante o evento, o narrador-protagonista ressaltou: "Não sou ator. **Não faço aqui o papel do herói**, porque não sou. Não sou melhor do que nenhum dos senhores; não sou melhor do que nenhuma das senhoras. Sou igual. **Não faço o papel de vilão,** porque não sou. E os senhores e as senhoras não são melhores do que eu" (**Primeiro depoimento – fragmento 12**).

O narrador-protagonista apresentou-se, durante a trama, como um tipo de narrador-historiador, uma vez que tentou organizar a representação da história contada da maneira mais objetiva possível, mais próxima dos fatos da realidade, utilizando dados, valores, testemunhos e documentos. Durante os depoimentos, por exemplo, fez questão de fornecer informações, dados e números que pudessem ser averiguados tais como, o lugar onde os assessores dos parlamentares recebiam o "Mensalão", os registros na portaria do prédio, o valor sacado nas

[91] Acredita-se que o acontecimento decisivo para a instalação da CPMI tenha sido a manchete do Jornal *Folha de São Paulo* de 3 de junho "Operação abafa da CPI custa R$ 400 mi". No artigo "Operação contra CPI envolve R$ 400 milhões em emendas", publicada na seção "Brasil", o jornal denuncia que o governo estaria liberando a quantia acima na forma de emendas ao orçamento, como moeda de troca para que o Legislativo não fizesse nenhuma investigação.

contas do Banco Rural em Minas Gerais ou no Brasília Shopping, conforme podemos ver no fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 45**
> Há seis meses, e a imprensa dá notícia disso, o Estadão e O Globo já noticiaram: a ABIN infiltrar agentes lá, nos Correios, para descobrir irregularidades licitatórias em contratos. A competência é tão grande que a ABIN conseguiu que os seus agentes filmassem um "petequeiro", um leviano apanhando R$3mil num movimento de contratos de bilhões, mas a ABIN foi incapaz de dizer ao Governo, à Casa Civil, ao Presidente da República, ao chefe da segurança institucional do Brasil que **o Sr. Marcos Valério, versão moderna embacaqueada do Sr. PC Farias, sacava um milhão por dia nas contas do Banco Rural, ou sacava em Minas Gerais, ou aqui no prédio do Brasília Shopping, no nono andar, onde muitos assessores dos que recebem "Mensalão" e que estão registrados na portaria subiam até o escritório do banco para receber lá 30, 40, às vezes 20, e até R$60 mil** [...]

Assim, ele implicou o interlocutor na trama enquanto destinatário de uma história contada que este deveria receber e, eventualmente, verificar, como representação de uma história real. Além disso, ele interveio na narrativa, na condição de autor-indivíduo, sendo que sua narrativa apresentava marcas discursivas que remetiam tanto ao seu contexto sócio-histórico contemporâneo quanto ao seu pensamento ideológico (manifestou-se, predominantemente, através da primeira pessoa do singular), tendo em vista produzir um efeito de verismo (segundo ele, estava sendo vítima de um complô) e/ou de apelo a compartilhar de seus pensamentos ou de uma experiência vivida. Ao se manifestar dessa forma, tornou-se uma personagem que se dirigiu ao interlocutor de maneira explícita, apresentando-se como um contador-testemunha de sua própria vida ou dos momentos de sua vida (contou uma história da qual ele era personagem principal). Inseriu-se no interior da narrativa, uma vez que a personagem principal, o herói, era ele mesmo, embora negasse esse papel.

A narrativa, em seu conjunto, conforme salienta Charaudeau (2008, p, 195), seguiu o princípio da elocutividade, ou seja, o narrador contou uma história, predominantemente, na primeira pessoa do singular, na qual narrador e herói eram supostamente idênticos. Em relação às personagens, o narrador apresentou tanto um ponto de vista objetivo quanto subjetivo. Ele mostrou a aparência física, os fatos e gestos visíveis das personagens, ou seja, todas as coisas que pudessem ser percebidas (vistas) ou verificadas por outro sujeito diferente dele que se encontrasse em sua condição de narrador. Por exemplo, ele salientou que a personagem Marcos Valério era careca, tendo em vista compará-la a PC Farias: "De repente o

carequinha deixou de fora o que o PC Farias fez no passado, o rabo. E a Coaf mostrou os saques dele [...] (**Primeiro depoimento – fragmento 46**).

Ainda ele salientou sentimentos, pensamentos, impulsos interiores das personagens, os quais não seriam necessariamente percebidos como tais nem verificados por outro sujeito diferente dele, que estivesse em seu lugar. Por exemplo, ressaltou que a personagem Molina era muito bem-falante, delicada, gentil e habilidosa: "No dia 3 ou 4 de março deste ano, [...] meu filho, Roberto Filho, assessor do Prefeito da Capital paraense, me disse: "Oh! Pai, está aqui um moço lá da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, Comandante Molina, que quer falar com você, pai". Falei: "Ué? Convida ele, nós estamos jantando aqui no hotel, ele pode sentar conosco à mesa" [...]. Pois bem, sentou-se comigo, **muito bem-falante, delicado, gentil e habilidoso** [...]" (**Primeiro pronunciamento – fragmento 47**).

É importante salientar que o ponto de vista do narrador-protagonista em relação às personagens esteve sempre a serviço da argumentação. Ao descrever a personagem Marcos Valério, por exemplo, o narrador tinha por finalidade mostrar a semelhança entre esta e PC Farias, tesoureiro de Collor, conforme já dissemos. Discutiremos os pontos de vista do narrador-protagonista na seção intitulada "A organização descritiva: imagens do outro".

A história contada pelo narrador-protagonista foi, a princípio, uma resposta às denúncias da *Revista Veja*. Ou seja, ele contou sua própria versão sobre o fato ocorrido nos Correios, tendo em vista explicar seus atos e refutar as denúncias (discurso da justificação), colocando-se, inicialmente, na condição de vítima de chantagem por parte de alguns empresários[92]. É importante ressaltar que, embora tenha se dirigido à mídia e aos parlamentares, seu alvo principal era o povo brasileiro. Vejamos:

[92] Pronunciamento realizado por Roberto Jefferson na Câmara dos Deputados, no dia 17 de maio de 2005 (Primeiro pronunciamento).

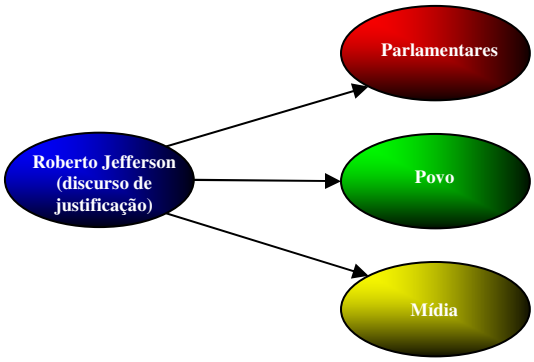

FIGURA 10 - O narrador-protagonista tece discurso de justificação

Na Tribuna da Câmara, o narrador-protagonista rebateu as primeiras acusações de que era o chefe do esquema nos Correios e de que temia uma CPI. Ele se dispôs, inclusive, a assinar o requerimento para sua criação e colocou à disposição todos os cargos do PTB no governo - o de ministro do Turismo, ocupado por Walfrido dos Mares Guia, e as diretorias na Caixa Econômica Federal, Eletronuclear, Eletronorte, BR Distribuidora, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR). Também negou ter indicado Marinho para os Correios. Sua nomeação, segundo ele, havia sido feita pelo então diretor de Administração da estatal, Antônio Osório Batista, este sim indicado pelo PTB, que fazia parte da direção nacional. Para ilustrar a situação que vivia com Marinho, ele usou um exemplo do começo de sua carreira de advogado. Naquele momento, o narrador-protagonista contou ter sido alvo de uma chantagem organizada por Arlindo Molina e José Fortuna, os quais defendiam interesses de empresas da área de informática nos Correios[93] (Teoria da Conspiração). Segundo ele, foi procurado duas vezes por Molina, uma em Belém do Pará e a segunda em seu gabinete na Câmara, e somente o atendeu por se tratar de um pedido do líder do PMDB no Senado, Ney Suassuna (PMDB-PB) (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2007).

Em síntese, naquele momento, até Marinho, o narrador-protagonista indiretamente defendeu ao advogar a tese de que Fortuna queria prejudicá-lo porque ele havia anulado uma concorrência na qual ele teria interesse e Molina oferecia a fita com a gravação a ser negociada. O narrador-protagonista salientou que não queria novamente enfrentar a fama de corrupto, que o PTB era igual ao PT e até citou o então presidente do partido, José Genoíno, que depois anunciou como partícipe do esquema, para dizer que queria ver tudo apurado.

[93] Mais tarde, o empresário Arthur Waschech, depois de preso, admitiu ter contratado o amigo Joel dos Santos Filho para fazer a gravação com Marinho.

Com esse discurso, o narrador-protagonista acreditava ter dado uma resposta convincente à sociedade e ter resolvido o problema (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2007).

Somente depois de ter sido exposto na mídia, pela mídia, e, conseqüentemente a depoimentos[94], é que o narrador-protagonista "contou" a história do "Mensalão", não só negando as acusações; mas, sobretudo, tecendo denúncias e revelações (*ethos* de denunciante: o herói e o profeta). Assim, temos:

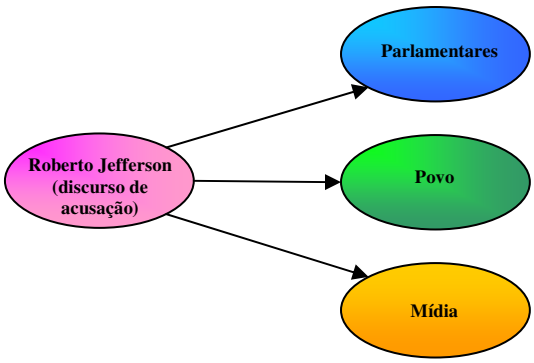

FIGURA 11 - O narrador-protagonista tece discurso de acusação

Mas, o que o levou a mudar de estratégia após o pronunciamento na Tribuna?

Os articuladores do governo, temendo a instauração da CPI dos Correios, fizeram um acordo com Jefferson que, depois de saber que Marinho o poupara na Polícia Federal, prometeu retirar sua assinatura e o apoio de seu partido à CPI dos Correios. José Dirceu, ministro da Casa Civil, preocupado com os efeitos da abertura de investigações no Congresso para o governo, prometeu a Jefferson, em troca, o que não poderia fazer: influenciar a cobertura da imprensa do caso (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2007). Em seu primeiro depoimento ao Conselho de Ética no dia 14/06/2005, Jefferson descreveu o encontro e a manobra feita naquele momento. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 48**
> Quando recuei da CPI, tirei minha assinatura, me enfraqueci; quando acolhi o pedido, Sr. Presidente, Sr. Relator, do Ministro Aldo Rebelo, em especial o do Ministro José Dirceu, naquela manhã de terça-feira, na véspera da reunião da Comissão Executiva Nacional do meu partido. No meio da reunião, chega um termo de um boletim que, no meio do depoimento do Sr. Marinho, prestava depoimento naquela hora. À Polícia Federal ele

[94] Instalou-se uma CPMI para apurar os fatos.

> desqualificara a fita e reafirmara o que dissera na carta: não conheço o Deputado Roberto Jefferson; o que fiz foi leviandade da minha parte; eu não peguei 3 mil reais para dar para o PTB, mas como parte de um contrato de consultoria de 15 mil, onde fui consultado. Estavam lá em casa, sentados na minha sala, o Ministro José Dirceu e o Ministro Aldo Rebelo. Eu falei: "Zé, isso aqui me permite voltar, porque o que me move é lavar a honra do meu partido; é a honra pessoal, é a honra da minha família; é a honra da cidade onde eu nasci". E disse a ele: "Você tem como me ajudar na Veja?" Ele falou: "Não, a Veja é tucana". "Você tem como ajudar no O Globo?" Ele falou: "Esse eu tenho, por cima; esse eu seguro". E não segurou não, porque o enfraquecimento do PTB recrudesceu a ação da Polícia Federal contra o Partido Trabalhista Brasileiro, contra mim [...].

Jefferson esperava que a onda de denúncias contra ele e seu partido se não acabasse pelo menos diminuísse. Mas isso não aconteceu. Na realidade, o cerco na mídia foi aumentando. Primeiro, houve a fita, revelada pela *Revista Veja*. Depois as denúncias de que o corretor de seguros Henrique Brandão, dono do grupo Assurê e amigo de Jefferson há 30 anos, intermediava negócios com estatais e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), agravadas pelas declarações do ex-presidente da estatal, Lídio Duarte, indicado pelo PTB, de que vinha sendo pressionado por Jefferson e pelo seu amigo Brandão para obter R$400 mil mensais para o partido. Afilhado do PTB, Lídio Duarte havia contado ao repórter Policarpo Júnior, da *Revista Veja*, em uma conversa gravada, como funcionava o esquema que seria coordenado por Jefferson nas estatais. A operação da máquina que arrecadaria recursos para o PTB, segundo Lídio, incluía inclusive jantares na casa de Jefferson em Brasília para todos os seus afilhados e a exigência de que cada um deles gerasse uma determinada quantidade de dinheiro em arrecadação para o partido por mês. A premissa era de que em troca da indicação para o cargo o indicador teria de ajudar o PTB. Mas, na semana da publicação da revista, Lídio prestou depoimento à Polícia Federal e recuou sobre o que havia dito. A *Revista* divulgou a gravação na qual o ex-presidente do IRB contava o funcionamento do esquema (CAMAROTTI; DE LA PEÑA, 2007).

Os jornais continuaram mostrando a influência de Jefferson e de seus afilhados no governo. Em uma reportagem, o *Globo* mostrou que os aliados do presidente do PTB ocupavam oito cargos importantes no governo, responsáveis pela gestão de cerca de R$4 bilhões anuais.

A revista *Época* revelou a existência de um laranja do deputado que tinha participação em duas rádios no interior do estado do Rio de Janeiro. Apresentado como ex-motorista, ex-segurança e ex-funcionário do gabinete do deputado e atualmente dono de uma sorveteria em Cabo Frio, no litoral norte do Rio de Janeiro, Durval da Silva Monteiro seria o representante

de Jefferson nas rádios. No entanto, o que parece ter irritado mais o deputado não foi a acusação, mas sim uma entrevista com Durval publicada pela revista. Em uma conversa com o repórter Nelito Fernandes, o sorveteiro se apresentava como um amigo íntimo do casal, a quem tratava por Roberto e Ecila (ex-mulher de Roberto Jefferson): " Puxa, eu brincava com a Ecila! Eu agarrava e jogava no colo do Roberto, ela de baby-doll, pô! Nós éramos grandes amigos. Eu lia o jornal para ele na porta do banheiro. Ele deixava a porta aberta e eu lia aqueles jornais todinhos na porta do banheiro para ele, pô!. Ele exigia que eu estivesse na casa dele de manhã cedo para tomar café com ele. Quando eu briguei com ela, ele falou? "O que você quer que eu faça? Que eu me ajoelhe para você?"Eu falei para ele: "Roberto, você tem sua mulher, cara. Eu não sou sua mulher, não sou seu homem. Então você tem que olhar o lado da sua mulher. Você vai ficar zangado com a tua mulher e bem comigo?"(*Revista Época*[95]).

Assim, o narrador-protagonista, ao contar a história do "Mensalão", trouxe para a cena personagens[96] envolvidas na trama que acreditava ser peças estratégicas de fundamental importância à sua defesa, dentre as quais merecem destaque Mauricio Marinho, diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios; Policarpo Júnior, jornalista responsável pela matéria da *Revista Veja*; Expedito Filho, jornalista do *Estadão*; Elimar Franco, jornalista do jornal *O Globo*; Comandante Molina; Coronel Fortuna; Antônio Osório, seu amigo e diretor do ECT; o Presidente Lula; Valdemar Costa Neto, presidente do PL; Sandro Mabel, líder do PL; José Dirceu, ministro da Casa Civil; Marcos Valério, empresário; José Genoíno, presidente do PT; Delúbio Soares, tesoureiro do PT; Sílvio Pereira, secretário do PT; o povo, em sua condição de cidadão e também representado, metonimicamente, por familiares, colegas de trabalho, funcionários e amigos íntimos.

O narrador-protagonista, ao inserir as personagens na trama, configurou a nação brasileira - o presidente da República, o povo, os parlamentares, a mídia, os órgãos públicos e as empresas privadas - que será, posteriormente, descrita na seção intitulada "A organização descritiva: imagens do outro [97]. Vejamos o quadro:

[95] FERNANDES, Nelito. E apareceu um laranja. *Revista Época*, Rio de Janeiro, ed. 368, p. 38-41, Jun. 2005.
[96] Referimo-nos tanto à tematização quanto à interpelação de objetos discursivos.
[97]Isso não quer dizer que o narrador inseriu as personagens na trama e depois as descreveu como se fossem "atividades" separadas.

QUADRO 7
Principais personagens inseridas na trama pelo narrador-protagonista

Roberto Jefferson (narrador-protagonista)	Policarpo Júnior/*Revista Veja (pró-ethos e anti-ethos*[98]*)* Expedito Filho/*Jornal Estadão (pró-ethos)* Elimar Franco/ Jornal *O Globo* (*anti-ethos*) Mauricio Marinho/Correios (*anti-ethos*) Comandante Molina (*anti-ethos)* Coronel Fortuna (*anti-ethos*) Antônio Osório *(pró-ethos)* Presidente Lula (*(pró-ethos e anti-ethos*) José Dirceu (*anti-ethos*) Marcos Valério (*anti-ethos*) José Genoíno (*(pró-ethos e anti-ethos*) Delúbio Soares (*anti-ethos*) Silvio Pereira (*anti-ethos)* O povo *(pró-ethos)* Valdemar Costa Neto/PL (*anti-ethos)* Sandro Mabel/ PL (*anti-ethos*)

Ele inseriu as personagens na trama, tematizando-as ou interpelando-as, no tempo e no espaço que criava também ser oportuno. A princípio, o narrador-protagonista trouxe para a cena narrativa os indivíduos que estavam diretamente envolvidos nas denúncias feitas pela *Revista Veja* como, por exemplo, Antônio Osório, Comandante Molina, Mauricio Marinho, Coronel Fortuna, além do jornalista Policarpo Júnior, da referida revista, responsável pela matéria a respeito do escândalo, com a finalidade de esclarecer os fatos e mostrar que a mídia havia distorcido as declarações (discurso de justificação). Isso pode ser observado no primeiro pronunciamento feito por Jefferson na Câmara dos Deputados no dia 17/05/2005, momento em que travou um forte diálogo com Policarpo Júnior, jornalista da *Revista Veja*.

Na trama, o narrador-protagonista estabeleceu com as personagens uma relação no domínio da amizade: um jogo no qual ele pôs em cena dois valores antagônicos, a amizade *versus* a inimizade, sendo que ora uma determinada personagem foi agenciada como sua "amiga"; ora como sua "inimiga". Por exemplo, o Presidente Lula foi inserido na trama como "amigo"; permaneceu durante quase toda a CPMI com essa caracterização, mas acabou com o atributo

[98] O narrador-protagonista inseriu as personagens na trama narrativa e as descreveu pejorativamente (*anti-ethos)* e positivamente (*(pró-ethos)*, tendo em vista seu projeto de fala.

de "inimigo" no desfecho do evento, fato que discutiremos detalhadamente na seção denominada "A organização descritiva: imagens do outro".

A questão da amizade foi fundamental à argumentação do narrador-protagonista, uma vez que ela contribuiu na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva). O narrador-protagonista estabeleceu uma relação de amizade estratégica que é, a nosso ver, peculiar à política: são seus amigos o povo e o presidente do País. Na concepção de Aristóteles:

> o amigo figura também entre as coisas agradáveis; porque é agradável amar [...] e é agradável ser amado; pois também neste caso uma pessoa tem a impressão de possuir um bem desejado por todos os homens dotados de sentimento, e ser amado é ser objecto de afeição por si mesmo. É igualmente agradável ser admirado pela mesma razão que receber honras [...] (ARISTÓTELES, 2005, p. 137).

A relação estabelecida no domínio da amizade foi o alicerce de outros domínios argumentativos como o da verdade e o da ética (CHARAUDEAU, 1992), uma vez que, inicialmente, o efeito pretendido pelo narrador-protagonista era desacreditar seus "inimigos" e, conseqüentemente, tornar crível sua fala. Assim, ele inseriu as personagens na trama narrativa e foi descrevendo-as, "positivo" (*pró-ethos*) ou "negativamente" (*anti-ethos*), ao longo do evento, conforme o grupo a que pertenciam. Se essas eram adversárias, eram, portanto, sem virtudes, falaciosas e vice-versa. Essa estratégia foi de suma importância, principalmente, na formulação do *ethos* de "político honesto e sério" (*ethé* de credibilidade) *versus* a do "indivíduo desonesto e falacioso" (*anti-ethos*), questões que discutiremos na subseção denominada "A metamorfose do vilão: nasce um profeta, forma-se um herói".

É interessante observar que, em momento algum, o narrador-protagonista interpelou determinadas personagens como, por exemplo, Marcos Valério, Mauricio Marinho, Comandante Molina e Coronel Fortuna, talvez, pelo fato de não considerá-las importantes o suficiente para trazê-las diretamente à cena narrativa (o narrador-protagonista salientou que Mauricio Marinho, por exemplo, era um "Zé Ninguém") ou por acreditar que suas "falas" fossem demasiadamente comprometedoras.

Ao contrário, com outras personagens, ele interagiu, diretamente, através de atos de fala interpelativos ou interrogativos (relações de força que puseram em cena o "poder" do narrador-protagonista) como, por exemplo, José Dirceu, Policarpo Júnior, Expedito Filho, Delúbio Soares, Valdemar Costa Neto etc. Geralmente, ele interpelava para tentar estabelecer um acordo com os adversários, adverti-los ou intimidá-los. A interpelação de algumas personagens, como foi o caso de José Dirceu, por exemplo, teve por finalidade intimidar e desqualificar o então ministro.

O narrador-protagonista dividiu as personagens em cinco classes: i) os parlamentares; ii) o povo; iii) os órgãos públicos; iv) a mídia; v) as empresas privadas. Essas foram agrupadas em dois domínios, conforme salientamos: o dos "amigos" e o dos "inimigos". Vejamos cada domínio separadamente.

5.4.1. Os "inimigos" do herói

No grupo dos inimigos estão alguns jornalistas tais como, Policarpo Júnior (*Revista Veja*) e Elimar Franco (*O Globo*); os políticos José Dirceu, Delúbio Soares e Sílvio Pereira (cúpula do PT), Valdemar Costa Neto (Presidente do PL), Sandro Mabel (líder do PL) e, ainda, Mauricio Marinho, Marcos Valério e alguns órgãos governamentais como, por exemplo, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Agência Nacional de Inteligência (ABIN). É importante lembrar que o narrador-protagonista alegava haver um complô entre a cúpula do PT, a *Revista Veja*, a ABIN, a Polícia Federal e o Ministério Público para incriminá-lo (Teoria da Conspiração). Vejamos como alguns desses "inimigos" foram inseridos na trama.

5.4.1.1. O presidente, os parlamentares, os órgãos públicos e as empresas privadas

Na concepção do narrador-protagonista, dentre os "nobres parlamentares", eram seus principais "inimigos" a cúpula do PT (Delúbio Soares, José Dirceu, José Genoíno e Sílvio Pereira); o líder do PL (Sandro Mabel) e o presidente do PL (Valdemar Costa Neto).

É importante ressaltar que a história do "Mensalão", na realidade, pôs em cena o confronto político entre a cúpula do Partido dos Trabalhadores (José Dirceu, Delúbio Soares, José Genoíno e Silvio Pereira) e Roberto Jefferson, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro.

Nesta trama, alguns partidos da base aliada também foram citados como, por exemplo, o PL, representado por Valdemar Costa Neto e Sandro Mabel, e o PP, representado por José Janene[99]. Segundo o narrador-protagonista, esses "inimigos" representavam o "mal" que assolava o povo e que, portanto, deveria ser combatido pelo herói, o "Salvador da Pátria".

Embora o narrador-protagonista tenha tematizado sobre essas personagens, principalmente sobre José Genoíno, predominou a interpelação. Ao tematizar, ele desqualificava tanto o parlamentar quanto seu discurso, tendo em vista se construir como um indivíduo crível: ele é o político honesto e sério. Já ao interpelar, ele ironizava e intimidava os adversários, o que punha em cena um indivíduo debochado e corajoso.

O narrador-protagonista salientou que nem todos os políticos do PT estavam envolvidos no esquema do "Mensalão" e nomeou, através de nomes próprios acompanhados de adjuntos adnominais (artigos), os responsáveis, o que acarretou efeitos tanto de familiaridade quanto de evidência, conforme podemos ver no fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 49**
> **Não quero acusar o PT integralmente. É a cúpula: o Presidente do PT, José Dirceu; o Vice, José Genoino; o Delúbio; o Silvinho Pereira** [...].

É interessante observar que, ao delimitar os "inimigos", pôs em destaque, por meio de apostos designativos, a função exercida pelos dois primeiros acusados (Presidente do PT e Vice), tendo em vista reforçar o efeito de evidência e também causar surpresa no interlocutor. O aposto exerce uma importante função argumentativa, uma vez que, ao acrescentar uma informação nova ao sintagma nominal, precisa com mais evidência e verismo o elemento especificado.

Nessa perspectiva, o narrador-protagonista delimitou quem eram seus "inimigos": "também é estimado um príncipe quando sabe ser verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando,

[99] Roberto Jefferson alegava que o PT pagava mensada ao PL e ao PP.

sem nenhuma preocupação, **procede abertamente em favor de alguém, contra um terceiro**" (MAQUIAVEL, 1999, p. 132, grifo nosso). Por meio de afirmações, ele declarou verdadeiro um saber que acreditava ser uma dúvida do interlocutor, se atribuindo uma posição de autoridade, no sentido de desqualificar o Governo e os adversários petistas e, conseqüentemente, de se construir como um indivíduo crível: "nem todos os petistas estão envolvidos no esquema, somente a cúpula: José Dirceu, José Genoíno, Delúbio e Silvio Pereira".

Além disso, o narrador-protagonista desvinculou o Presidente Lula de seu partido, o PT, inserindo-o inicialmente na trama como seu "amigo". Vejamos a seguir dois diálogos entre as personagens:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 50**
> Noutro dia, o Presidente Lula me perguntou: "Roberto, com o que você sonha, o que você quer?" Eu respondi: "Sonho em construir um grande partido. Não quero ser Ministro, não quero ser Governador de Estado, não sonho em ser Senador da República. Quero construir um grande partido, o grande PTB".
>
> **Primeiro depoimento – fragmento 51**
> Aí **o Presidente bateu na minha perna e me disse: "Roberto, e o PTB?"** Eu digo: "Não está bem, não, Presidente. Infelizmente tudo que é tratado aqui não é cumprido. O Zé Dirceu não tem palavra, o que ele diz não cumpre, e eu tenho contra mim essa tentação do "mensalão", que é um negócio que está enfraquecendo o senhor na Casa." **Ele falou: "Mas que é "mensalão", Roberto?"** Quando eu contei — eu sou um homem vivido, tenho mais de 200 júris feitos na minha vida, tenho uma trajetória, tenho 23 anos de mandato —, **a reação do Presidente foi de facada nas costas. "Que é isso?"** Eu contei, **as lágrimas desceram dos olhos dele**. **Ele levantou, me deu um abraço e me mandou embora**. E eu sei que de lá para cá secou, que os passarinhos estão tudo de biquinho aberto (risos) e as coisas pararam aqui nesta Casa. É a síndrome de abstinência! **O Presidente está inocente nisso. A reação é a reação do traído.**

Nos fragmentos acima, o narrador-protagonista, ao descrever os diálogos, o fez como se se tratasse de uma conversa entre amigos íntimos. No primeiro fragmento, Lula se dirigiu ao narrador-protagonista pelo nome próprio e pelo pronome de tratamento "você", mostrou-se interessado em saber seus sonhos, seus desejos, o que, a nosso ver, são perguntas de foro íntimo. Assim, o narrador-protagonista tentou mostrar que havia uma relação de amizade e familiaridade entre as personagens.

Além disso, o narrador-protagonista pôs em cena que o diálogo aconteceu num dia qualquer, indeterminado, o que dá a impressão de que as personagens mantêm um relacionamento de

amizade (tentou reafirmar a relação de amizade sugerida anteriormente e causar certo efeito de mistério). O narrador-protagonista, por sua vez, respondeu ao presidente, buscando se construir como um político idealista, o que, na realidade, poderia corresponder aos anseios do povo brasileiro.

Já no segundo fragmento, além de o narrador-protagonista também ser tratado pelo presidente pelo nome próprio (efeito de familiaridade); ele, novamente, mostrou a maneira íntima como o presidente o abordou (o presidente bateu na minha perna) e como reagiu mediante a revelação sobre o "Mensalão" (chorou, me deu um abraço), tendo em vista ressaltar a relação de amizade e intimidade entre as duas personagens. No entanto, o narrador-protagonista dirigiu-se à Lula por "Presidente Lula", com o intuito de mostrar respeito pelo então presidente.

É importante ressaltar que, no segundo fragmento, o narrador-protagonista pôs em cena um presidente inocente, traído, que se comoveu perante a traição e que tomou uma atitude perante a denúncia**:** "[...] as lágrimas desceram dos olhos dele [...]. E eu sei que de lá para cá secou, que os passarinhos estão tudo de biquinho aberto (risos) e as coisas pararam aqui nesta Casa. É a síndrome de abstinência!"

Graças à analogia "uma facada nas costas", o narrador-protagonista apresentou o Presidente Lula como alguém que fora vítima de traição, tendo em vista criar efeitos de sentido de surpresa, de desconhecimento e, principalmente, de não envolvimento do presidente com atitudes de corrupção, o que era, na verdade, seu grande objetivo naquele momento.

Essas marcas lingüísticas funcionaram como índices patêmicos, uma vez que, ao colocarem em cena a relação de amizade e familiaridade entre as duas personagens, permitiram também ao narrador-protagonista se mostrar como um líder preocupado com o bem estar do povo brasileiro. Além disso, através delas, Lula foi descrito como uma pessoa sensível, responsável, honesta, de atitude, que também foi traída por seus aliados. O narrador-protagonista buscou construir imagens que acreditava poderem sensibilizar o povo (*ethos* de identificação) e, portanto, fazê-lo aderir a seu discurso.

Ao mostrar a relação de amizade entre as personagens, o narrador-protagonista buscou construir um *ethos* de credibilidade e de identificação, uma vez que a personagem Lula foi

projetada, durante a trama (pelo menos no início do evento), como um homem do povo, um homem crível, um político que lutou contra a corrupção no País e que conhecia, de perto, o sofrimento do povo brasileiro. Assim, o objetivo do narrador-protagonista era levar o interlocutor à conclusão de que se ele, narrador-protagonista, era amigo íntimo do Presidente Lula (e esse era uma pessoa do povo, crível), era também merecedor de credibilidade.

No entanto, essa relação de amizade foi se diluindo ao longo do evento. À medida que as coisas começaram a se complicar para o lado de Lula[100], o narrador-protagonista passou a desqualificar o presidente. Discutiremos essa questão na seção denominada "A organização descritiva: imagens do outro".

O narrador-protagonista inseriu as personagens Sandro Mabel, líder do PL, e Valdemar Costa Neto, presidente do PL, na trama, como "inimigas". Essas, ao se sentirem ofendidas pelas acusações de Roberto Jefferson de que recebiam "Mensalão"[101], instalaram uma representação contra o então deputado na Câmara. Assim, a atitude do narrador-protagonista foi a mesma: desqualificou tanto o discurso dessas personagens quanto elas, através de recursos lingüísticos e/ou discursivos diversos. Ao dialogar com Sandro Mabel, durante o depoimento na Comissão de Ética, por exemplo, o narrador-protagonista atingiu um dos pontos mais altos de sua ironia. Vejamos um fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 52**
> O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Quanto recebeu o PL? Diga, se é homem.
> O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Nenhum centavo.
> O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Ah, Deputado!
> O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - Que eu saiba, nenhum centavo. Quero dizer mais uma coisa, Sr. Presidente...
> O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - Diga, se é homem, Deputado.
> O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL - **Eu sou muito homem, Deputado. Eu sou muito homem, por isso que eu fico de pé aqui, porque eu sou muito mais homem do que o senhor.**
> O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - **O homem é quem fica de pé?** (Risos.)

Conforme dissemos, o narrador-protagonista alegava ser vítima de um complô da *Revista Veja* com o governo para incriminá-lo. Nessa perspectiva, ele implicou tanto a ABIN quanto a Polícia Federal e o Ministério Público como órgãos sem credibilidade que agiam a favor do

[100] Durante os depoimentos, os inquiridores questionavam a ciência e a participação do Presidente Lula no esquema do "Mensalão". Roberto Jefferson alegava que Lula era presidente do País e não do partido.
[101] Roberto Jefferson afirmou que o PP e o PL recebiam o "Mensalão".

governo, descrevendo-os, pejorativamente. Em sua concepção, alguns "nobres órgãos públicos" como a Polícia Federal, por exemplo, deveriam prestar serviços ao povo, mas agiam a favor dos "nobres parlamentares": é uma polícia política, segundo ele. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 53**
> Então, são propostas que o PTB traz ao debate, porque esta Comissão não vai ficar – eu tenho certeza disso – apenas no debate pequeno dos três mil reais, que um "petequero" leviano que usa o nome alheio, e que foi gravado pela **ABIN, que não viu Marcos Valério, que não soube do Banco Rural, que não soube das movimentações do Banco do Brasil, que não sabia das atividades do Sr. Silvinho Pereira nem do Sr. Delúbio; sabia que tinha lá um cara que pegava três mil reais, chefe de departamento do quarto escalão – grande descoberta da ABIN! Grande descoberta!** No próximo Orçamento, quero votar contra recursos para a ABIN, porque já vi que é apenas **uma polícia política usada para constranger os que se opõem, em certo momento, a certas figuras do Governo. Não é o Governo em si**.

No fragmento acima, o narrador-protagonista pôs em cena uma ABIN dissimulada, uma vez que, segundo ele, sua "fala" era implausível (negação implausível) e focava apenas um pequeno detalhe do esquema, tendo em vista desviar o foco de atenção para o pagamento de propina nos Correios: "[...] sabia que tinha lá um cara que pegava três mil reais, chefe de departamento do quarto escalão [...]".

Além disso, o narrador-protagonista inseriu também, na trama, a personagem "Mauricio Marinho", considerada inicialmente um indivíduo sem importância, um "petequeiro", "um Zé Ninguém", mas que foi retomada, ao longo do evento, através de adjetivos pejorativos.

Ainda, o narrador-protagonista trouxe para a cena narrativa personagens "nobres" como, por exemplo, o Comandante Molina, Fortuna e Marcos Valério que também foram tematizados, pejorativamente, tendo em vista se construir como um indivíduo crível. Discutiremos as descrições dessas personagens na seção intitulada "A organização descritiva: imagens do outro".

5.4.1.2. A mídia

A mídia teve um papel importantíssimo na trama. Conforme dissemos, ela foi responsável pela primeira denúncia contra Roberto Jefferson (reportagem da *Revista Veja* que mostra Mauricio Marinho recebendo propina para a campanha do PTB) e por outras mais referentes ao caso, sendo, inclusive, creditado a ela o fato de ter desencadeado realmente a instauração da CPMI dos Correios. Assim, durante o evento, o narrador-protagonista, situado na trama na condição de vilão, travou um forte diálogo com a mídia, em especial com a *Revista Veja*, no sentido de desacreditá-la. Inicialmente, o narrador-protagonista, ao negar as acusações da referida revista (discurso de justificação), declarou que essa havia se enganado. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 37**
> Sr. Presidente, li com carinho a matéria do sério jornalista. **Quis saber quem é Policarpo Júnior. Indaguei isso à minha assessoria de imprensa, que me disse: - É um homem sério, correto. Duro, mas um homem correto, que não está livre de se enganar** [...]

No entanto, posteriormente, ele passou a declarar que havia um complô da *Revista Veja* com o governo e o PT (Teoria da Conspiração). Nesse sentido, ele se manifestou na cena narrativa como vítima de uma conspiração por parte da *Revista Veja* que pretendia proteger o governo e o PT. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 54**
> Quando li a revista, falei: **"botaram jabuti na árvore aí**, Salmeron, Antônio Osório, **isso é coisa do Governo, é coisa da ABIN**". **O Governo acertou com a Veja e eles esconderam o que tem aqui nesta fita que reproduzi à Casa**. Sessenta por cento das atividades bilionárias dos Correios estão aqui, na Diretoria de Informática. Puseram Diretor virtual, que nem na cadeira sentou, nem nomeado foi. **E a Veja escondeu o Diretor real e seu padrinho real! Escondeu!** Não fiz esta denúncia na tribuna porque, em política, a gente deve tentar ajeitar as coisas até o momento de ruptura.

O narrador-protagonista, inserido na trama pela *Veja* como vilão, tentou inverter os papéis. Passou a se manifestar como vítima de uma conspiração tanto por parte da mídia, em geral, quanto de seus "inimigos" políticos, em específico a cúpula do PT: a passagem de vilão a herói. Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 55**
> Quando me senti isolado, no dia 6, com aquela **matéria covarde do** "diário oficial", que é o jornal **O Globo [...]** E, quando me senti atingido pela revista que compõe o "diário oficial", **a revista Época**, que pôs a mãe de meus filhos e a avó de meus netos de baby-doll na revista e abriu a porta do meu banheiro e me colocou sentado na privada, **numa matéria desconstrutiva da minha imagem**, eu disse aos meus companheiros de meu partido que fazem a cúpula: "**O Governo vai botar o cadáver no colo do PTB. Olha a imprensa oficial como está vindo."** Cometemos um erro. Quando recuei da CPI, tirei minha assinatura, me enfraqueci.

Em suma, o narrador-protagonista inseriu a mídia na trama como um órgão que divulgava informações falaciosas a seu respeito, portanto não digno de confiança. Ora tematizou algumas instituições jornalísticas como, por exemplo, a *TV Globo*, o jornal *O Globo*, a *Revista Veja*; ora interpelou alguns jornalistas dessas instituições tais como, Elimar Franco, Policarpo Júnior, sempre com o objetivo de desacreditá-los. Na concepção do narrador-protagonista, a mídia é uma instituição sem credibilidade, uma vez que agia a favor do governo, do PT e não da sociedade.

Durante o evento, o narrador-protagonista, na tentativa de reforçar o argumento de que a *Revista Veja* não era digna de confiança e estava apenas se "vingando", inseriu o jornalista Expedito Filho, do *Estadão,* na trama, contando que a *Revista Veja* havia ficado com ressentimentos na época do Presidente Collor. Vejamos:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 56**
> Sr. Presidente, dinheiro nunca foi Deus na minha vida, nunca. Estou falando para uma Casa que me conhece. Há companheiros aqui - tenho seis mandatos consecutivos - que me acompanham ao longo desses anos. Já fui sacudido de cabeça para baixo em CPI para destruir, porque **errei com a revista Veja, à época da CPI do Collor, bati duro demais na revista. E tenho de agradecer ao Expedito Filho, hoje jornalista contratado pelo Estadão,** que na época me advertiu - não o estou vendo aqui. Ele disse: "Roberto, você defende o Collor, mas não exagera, você está fechando a porta". Como era transmitido ao vivo pela CBN, **eu pegava na revista Veja.**
> **[...] Devo ter provocado realmente grande ressentimento na revista Veja.** O Expedito, àquela época, era jornalista da Veja. E ele diz mesmo na sua matéria: "Da tropa de choque de Collor a aliado de Lula".

O narrador-protagonista desejava fazer com que o povo aderisse à sua tese de que a função da mídia é informar e não distorcer informações, que era o que ela, segundo ele, estava fazendo em relação às denúncias referentes ao escândalo nos Correios e do "Mensalão". Em outras

palavras, a mídia deveria ser imparcial, informando, esclarecendo, trazendo a verdade dos fatos ao povo. No entanto, ela agia a favor de determinados grupos.

5.4.2. Os "amigos" do herói

Encontram-se no grupo dos "amigos" predominantemente o povo, constituído pelo cidadão brasileiro e também representado, metonimicamente, pela família, pelos amigos íntimos, funcionários, professoras de canto, colegas de trabalho do narrador-protagonista; o Presidente Lula e José Genoíno, presidente do PT (no início do evento); alguns políticos como, por exemplo, Ciro Gomes; o funcionário público Antônio Osório, filiado ao PTB e diretor do ECT e o jornalista Expedito Filho, do *Estadão*.

Discutimos sobre o Presidente Lula e José Genoíno na seção anterior. Ciro Gomes e Antônio Osório foram tematizados na trama pelo narrador-protagonista como pessoas idôneas. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro pronunciamento - fragmento 57**
> Uma no meu aniversário do ano passado, a que foi acompanhado do **Dr. Antonio Osório**, esse, sim, **ex-Deputado Federal pela Bahia, meu companheiro há 20 anos de partido, que ocupa a Diretoria de Administração da ECT**, onde trabalha o Sr. Maurício Marinho, que, comunico ao Plenário, **não é membro do PTB. A função que ocupa não é política, é para funcionários de carreira** [...]
>
> Procurei saber com **Antonio Osório** ontem quem é o Coronel Fortuna. Sr. Presidente, quero depois entregar isso a V.Exa [...]
>
> Digo a V.Exas. que **ponho a mão no fogo por Antonio Osório, funcionário de 35 anos do IPEA que foi nosso companheiro, Deputado Federal desta Casa, homem limpo, honrado, chefe de família exemplar, homem de bem. Ponho a mão no fogo por ele**.

Conforme podemos observar no fragmento acima, o narrador-protagonista inseriu Antônio Osório na história como seu "amigo": homem limpo, honrado, chefe de família exemplar, homem de bem. É interessante observar que, inicialmente, ele o nomeou por "Dr. Antônio Osório". No entanto, ao longo do pronunciamento, passou a tematizá-lo por "Antônio Osório", o que pôs em cena a relação de intimidade entre ambos. Além disso, ele afirmou os princípios éticos de seu amigo através da frase "Ponho a mão no fogo por ele", agenciada, duas vezes, no fragmento.

Já Expedito Filho foi interpelado pelo narrador-protagonista, várias vezes, através do vocativo "amigo", com objetivos diversos, sendo o principal desconstruir o *ethos* pré-discursivo de troglodita (discutiremos esta questão na seção intitulada "A (des) construção do vilão".

A seguir, verificaremos como o povo foi inserido na trama. Vejamos:

5.4.2.1. O povo

O narrador-protagonista, segundo ele vítima de uma conspiração, se manifestou não só como amigo do Presidente Lula (pelo menos inicialmente), mas, sobretudo, como amigo do povo (tentou estabelecer uma relação de amizade e cumplicidade com o povo) a quem demonstrou "amar" e buscou ser "amado":

> Ora, **um dos remédios mais eficazes que um príncipe possui contra as conspirações é não ser odiado pela população**, pois aquele que conspira crê que satisfará os anseios populares causando a morte do príncipe; se acreditar, no entanto, que com isso ofenderá o povo, não terá a ousadia de fazê-lo, pois as dificuldades com as quais lutaria seriam infindas (MAQUIAVEL, 1999, p. 114, grifo nosso).

"Amar", sobretudo na política, implica ouvir o povo, compreender suas reivindicações, seus desejos, seus sonhos, além de agir a favor da concretização desses anseios, mostrando-se solidário. Charaudeau salienta que ouvir é sempre valorizado, particularmente nas sociedades em que a palavra prolifera:

> "Saber ouvir", "escutar" são expressões que denotam uma atitude de consideração para com os outros, seus problemas, seu sofrimento, mas também para com suas necessidades Essa atitude tem a virtude de mostrar que se respeita esse outro pelo que ele é, sem ter a pretensão de julgá-lo, mas conferindo-lhe sua legitimidade de ser. Assim, pode-se dizer que "ouvir é fazer existir (CHARAUDEAU, 2005, p. 165)

A relação de amizade requer reciprocidade: "é amigo aquele que ama e é reciprocamente amado. Consideram-se amigos o que pensam estar mutuamente nestas disposições"

(ARISTÓTELES, 2005, p. 170). Assim, o narrador-protagonista buscou se construir, durante o evento, como amigo do povo, tentando fazer-se amado por ele:

> E os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto que o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona (MAQUIAVEL, 1999, p. 106).

O narrador-protagonista tentou estabelecer uma relação de amizade com o povo, inserindo-o na trama como seus amigos leais, seus confidentes, seus aliados: "[...] **a um príncipe pouco devem importar as conspirações, se for amado pelo povo**; quando, porém, este é seu inimigo e o odeia, deve temer tudo e todos" (MAQUIAVEL, 1999, p. 115, grifo nosso). É importante lembrar que, na relação de amizade, sempre estão presentes os sentimentos de confiança e de admiração.

Uma de suas principais estratégias para ter o "amor" do povo foi mostrar a relação de amizade que mantinha com o Presidente Lula (o rei amado pelo povo, o homem do povo), uma vez que:

> [...] amamos os amigos dos nossos amigos, os que amam os que nós amamos e os que são amados pelas pessoas que nós amamos. Do mesmo modo, os que têm os mesmos inimigos que nós e odeiam os que nós odiamos, assim como aqueles que são odiados pelos mesmos que nós odiamos (ARISTÓTELES, 2005, p. 170).

Além disso, acredita-se que é oportuno ser amigo de quem é amigo de quem detém o poder, como o rei, por exemplo: "[...] um príncipe deve estimar os poderosos, mas não se tornar odiado pelo povo" (MAQUIAVEL, 1999, p. 116).

É interessante observar que o narrador-protagonista se pôs em cena, durante o evento, negando ser Daniel, o profeta. Conforme relatos bíblicos (Bíblia Sagrada), Daniel era o "administrador" preferido do rei Dario e terminou na cova dos leões por causa de inveja de outros "administradores" do reino.

> **Primeiro depoimento – fragmento 58**
> Mas foram pedir que eu renunciasse. E eu ponderei com meus companheiros o seguinte: "**Vocês não podem me jogar no covil dos leões. Eu não sou o Daniel!** Preciso de mais um tempo para poder enfrentar isso com força".

Ao fazer referência a Daniel, embora tenha negado ser o profeta, o narrador-protagonista buscou se comparar a ele: o profeta amado pelo rei, enganado pelos colegas "administradores", corajoso e fervoroso.

Na trama, o povo foi representado, também, metonimicamente, na figura de Lula: "o Presidente Lula [...] um homem do povo. Igual ao povo. Gente igual ao Brasil [...]" (**Segundo depoimento – fragmento 62**). Discutiremos essa questão na seção "A organização descritiva: imagens do outro".

O povo constituiu, na realidade, os súditos leais do herói. Inclusive, é interessante observar que, no campo lexical da traição, destacou-se a palavra "lealdade" (usada repetidamente) em referência ao povo. Na trama, na concepção do narrador-protagonista, o povo é sempre o "amigo leal", o ouvinte/confidente (efeito de confidência), aquele com quem ele busca aliança e a quem ele faz confissões, denúncias e revelações, além de ser também a quem "fala" sobre democracia, soberania e identidade nacional.

O narrador-protagonista interpelou o povo, declarando saber a verdade sobre tudo que acontece no cenário político brasileiro (o passado e o presente) e ter o poder de prever o futuro caso não ocorram mudanças (visionário-*ethos* de profeta). Assim, ao se relacionar com o povo, manifestou-se, na trama, imbuído da missão de salvar a Pátria, crente em mudanças e desejoso de realizá-las, sendo capaz de tal proeza (manifestou-se a favor das reformas no financiamento de campanhas eleitorais no Brasil que, segundo ele, constitui a raiz da corrupção, e apresentou um "projeto" de governo).

Durante todo o evento da CPMI dos Correios, o narrador-protagonista convocou o povo a participar diretamente da história e, sobretudo, a atuar, ativamente, como cidadão (como se ele tivesse poder para isso e pudesse!) tomando um posicionamento, a ser cúmplice, de certa forma, de seu "dizer", mostrando que possuía legitimidade para falar como tal, conforme podemos ver no fragmento:

Primeiro depoimento – fragmento 59
O valor que o povo espera de nós nós vamos construir, colocando um basta. Isso, sim, nós temos que fazer. É essa edição perversa das medidas provisórias que afoga o Legislativo e nos impede de criar leis ou de fiscalizar, com eficácia, o Poder Executivo. Isso, sim, é um erro grave do Governo. **Conclamo a sociedade brasileira a dar uma resposta**. Eu não temo CPI nem investigação, passei por duas. Sei como eu passei

Mas, é importante ressaltar que esse "convite" (como também a relação de afeto estabelecida) foi, na realidade, persuasivo: o narrador-protagonista buscou construir imagens de credibilidade e, sobretudo, de identificação que acreditava capazes de seduzir o povo. Nesta relação, tentou construir imagens tanto do profeta, aquele que é a verdade e que traz a verdade, como do herói, o líder preocupado com seu partido, com seu País, com seu povo.

Além disso, ele tematizou o povo como o cidadão que estava cansado dos políticos, mostrando-se consciente do posicionamento do povo em relação à classe parlamentar e preocupado com o bem estar desse povo, também no sentido de se construir com uma imagem com a qual o povo pudesse se identificar e, conseqüentemente, aderir à sua "fala": *ethos* do chefe ideal. Vejamos:

Segundo depoimento – fragmento 60
O povo cansou dos políticos. No processo do Presidente Collor [...] eu não brilhei como político. Como político, fui um fracasso, porque fiquei contra a onda de opinião.

Ainda, ele deu ênfase às cidadãs, buscando se manifestar na cena como um político preocupado com seu bem estar. Inclusive, quando interpelava o povo, ele usava ambos os vocativos "cidadão" e "cidadã". Vejamos o fragmento a seguir:

Segundo depoimento– fragmento 61
Mas a proposta que o Governo manda para cá – e estou vendo, na relatoria, que vai a plenário – reduz de 5% para 2% a cláusula de barreira. Ou seja, hoje, de trinta partidos, vamos pular para 60, para atrapalhar **a novela da senhora, o jornal que a senhora gosta de ver na televisão** [...]

Conforme podemos observar no fragmento acima, ao declarar que o Governo iria atrapalhar a vida da cidadã com sua nova proposta, ele pôs em cena a representação que possui das mulheres brasileiras: assistem à novela e aos jornais – essa imagem nos parece ser a da típica dona de casa.

É importante salientar que o narrador-protagonista também representou o povo, metonimicamente, através de sua família, seus amigos, seus colegas de trabalho, suas professoras de canto, do padre de sua paróquia etc., pondo em cena alguns valores e representações sociodiscursivas.

Na relação de amizade estabelecida com o povo, sobretudo com as cidadãs, o narrador-protagonista manifestou-se na cena narrativa com dada virilidade, o que pode ser visto principalmente no pronunciamento realizado antes da votação do pedido de sua cassação, momento em que agradeceu ao povo, em especial às mulheres: buscou criar a imagem do cavalheiro sedutor que valoriza e vangloria as mulheres, desde a avó até a uma cidadã brasileira comum, considerando-as mais importantes do que os homens. Na realidade, ele buscou se construir com uma característica peculiar ao cavalheiro medieval, a virilidade, uma figura presente de forma bastante forte nos imaginários femininos, o *gentleman*. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 18**
> **Quero agradecer, em princípio, às mulheres que me permitiram chegar a este momento importante que vivo hoje na minha vida.** A minha avó Petiza, [...] A minha mãe, Neusa, [...]. A Ecila, mãe de meus filhos e avó de meus netos, [...] A Cristiane, minha filha [...] A Fabiana, minha filha [...] A Mary Land, minha querida prima, [...]
> **Eu quero agradecer às mulheres que trabalharam comigo**. **Não tenho preconceito contra homem** - quero que este Plenário, de maioria masculina, entenda isso, ouviu, Capixaba, ouviu, Presidente? -, mas a minha assessoria sempre foi feminina, e isso sempre me permitiu o sucesso.
> **Quero agradecer, primeiro, às minhas colegas Deputadas: Elaine, Edna e Kelly [**...]
> **Quero agradecer a uma amiga querida lá do Rio Grande do Sul**, [...]: **Sônia Santos, minha amiga.**
> **Quero agradecer a 2 pessoas especiais que tiveram marca na minha vida, a Heloísa e a Nádia, na Comissão de Seguridade Social [**...].

Ao final do evento, quando estava para ser votado o pedido de sua cassação, o narrador-protagonista fez o último "apelo" ao povo, representado, naquele momento, metonimicamente, pelos de amigos íntimos, colegas de trabalho, professoras de canto, motorista, o padre da cidade conforme já dissemos. O narrador-protagonista agradeceu aos "amigos", predicando-os, "positivamente" (*pró-ethos*), em uma última tentativa de seduzi-los.

O herói sai de cena (o profeta sabe de seu destino), mas sai com o povo.

Conforme vimos nesta seção, o narrador-protagonista inseriu as principais personagens na trama, situando-as em dois blocos antagônicos: o dos "amigos" e os dos "inimigos". A partir de então, ele estabeleceu com as personagens de cada domínio relações estratégicas diferentes: i) com o povo: relações de afetividade, fundadas na amizade e na cumplicidade; ii) com os parlamentares: relações de intimidação, embasadas no deboche, na ironia e na desqualificação; iii) com a mídia: inicialmente tentativas de acordo e, posteriormente, acusações.

Dentre essas personagens, mereceu destaque o Presidente Lula que foi, a princípio, inserido na trama como "amigo" íntimo do narrador-protagonista e, no decorrer do evento, passou à condição de "inimiga"; a *Revista Veja*; a cúpula do PT, a ABIN e o povo.

Na seção seguinte, identificaremos e discutiremos as características de algumas personagens inseridas pelo narrador-protagonista na trama e a importância dessa caracterização à argumentação.

5.5. A organização descritiva: imagens do outro

> "No regime democrático, todo partido devota todas as energias para demonstrar que os demais partidos não têm competência para governar. E todos eles estão certos".
>
> Henry Louis Mencken (1880-1956)

Nesta seção, identificamos e discutimos as características de algumas personagens inseridas pelo narrador-protagonista na trama e a importância dessa caracterização à argumentação. Assim como na narratividade, a caracterização das personagens seguiu a mesma lógica da usada na narratividade: as personagens foram separadas em "inimigas" e "amigas".

A princípio, discorremos sobre o domínio dos "inimigos", no qual merece destaque a caracterização de Lula (no início e no final do evento); do PT (com ênfase a José Dirceu); da ABIN e da *Revista Veja*.

Posteriormente, verificamos o domínio dos "amigos", no qual se situa a caracterização do povo, com destaque para a representação metonímica deste através da família, dos amigos, dos colegas, dos funcionários que compõem o ciclo de amizades do narrador-protagonista.

O narrador-protagonista inseriu as personagens na trama, seja por meio da tematização ou da interpelação, descrevendo-as, pejorativamente (*anti-ethos*) ou não (*pró-ethos*), conforme seus interesses, na maioria das vezes tendo em vista produzir efeito de saber (trazer a prova da veracidade de seu relato ou de sua argumentação) ou efeito de confidência (para exprimir sua apreciação pessoal através de reflexões pessoais, interpelações diretas, convites a compartilhar uma reflexão ou negando algumas qualificações antes de afirmar outras).

Nesse sentido, ele começou a delinear a identidade da nação brasileira que foi inserida na seção intitulada "A narratividade: a história do "Mensalão" na perspectiva do herói": quem é o povo, os parlamentares, a mídia, os órgãos públicos, as empresas privadas deste País? Quais seus valores, suas crenças, suas práticas?

A descrição dos "amigos" e dos "inimigos" foi, também, de suma importância na constituição das imagens de si (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva). É importante lembrar a "reciprocidade" e o "antagonismo" das imagens: em oposição ao *ethos*, há a imagem do antagonista, denominada de *anti-ethos*. Ao atribuir uma qualidade a si mesmo, o sujeito imputa o oposto a seu adversário. Por outro lado, ao atribuir uma qualidade a seu aliado (*pró-ethos*), se atribui essa mesma qualidade.

Na organização descritiva, tendo em vista a argumentação, o narrador-protagonista necessitou não só selecionar os dados como também qualificá-los:

> A organização dos dados com vistas à argumentação consiste não só na interpretação deles, no significado que se lhe concebe, mas também na apresentação de certos aspectos desses dados, graças aos acordos subjacentes na linguagem que é utilizada (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2000, p. 143).

Nessa perspectiva, a escolha manifestou-se da forma mais aparente pelo uso do epíteto que resultou da seleção visível de uma qualidade que se enfatizava e que devia completar nosso

conhecimento do objeto. Esse epíteto foi utilizado sem justificação, porque se presumia que enunciava fatos incontestáveis; apenas a escolha desses fatos parecer-se-ia tendenciosa.

Vejamos como o narrador-protagonista descreveu algumas personagens.

5.5.1. Lula: de "homem do povo" a "rei ingênuo, hipócrita e omisso"

Segundo Camarotti e De La Peña (2007), durante as primeiras denúncias a respeito do "Mensalão", Lula ainda desfrutava de popularidade, afinal de contas o povo até então demonstrava esperanças no partido que se dizia patrimônio da democracia brasileira e havia construído sua reputação em cima da ética e do compromisso com a questão social, com os setores menores favorecidos da sociedade brasileira. Além disso, havia uma grande tentativa por parte das elites (a economia ia bem para os banqueiros) e do próprio PT[102] de preservar o presidente que havia surgido como uma liderança redentora e cujo partido encarnava todos os sonhos da esquerda. Lula surgiu como uma alternativa popular, mas acabou vivendo o papel do Messias (papel que cultivou até chegar ao poder). Tendo em vista seu carisma pessoal, as camadas mais humildes da sociedade ainda conservavam essa imagem.

Para os autores, Lula foi o primeiro presidente do PT, aglutinando o novo operariado brasileiro, com o apoio decisivo de líderes progressistas da Igreja como Frei Betto, por exemplo, e intelectuais e organizações clandestinas de esquerda (o partido herdou também, por outra vertente, os militantes que participaram da luta armada). Movimentos de mulheres, negros, índios e homossexuais encontraram abrigo no partido, da mesma forma que os sindicalistas ligados à classe média (bancários, professores e profissionais liberais).

Camarotti e De La Peña (2007) ressaltam que a principal justificativa do governo era o de que a crise não havia atingido a confiança no Presidente Lula e no seu governo. Desde o início

[102] "O governo, após perceber que uma CPI seria inevitável, tendo em vista, principalmente, as denúncias de Roberto Jefferson, resolveram montar uma estratégia para blindar a imagem do presidente Lula. "A ordem era não deixar que as investigações da CPI dos Correios atingissem o principal patrimônio do governo Lula: o próprio presidente. [...]. Se para evitar a contaminação fosse preciso sacrificar ministros, isso seria feito. Muito em breve, Lula começaria a cortar na própria carne. Estrategicamente, José Dirceu foi excluído do processo de blindagem do presidente. Nos primeiros dias da crise, a preocupação era a de que a exposição de Dirceu levasse a crise para a ante-sala do gabinete presidencial. Não demoraria muito para Dirceu cair" (CAMAROTTI E DE LA PEÑA, 2005, p. 213).

das primeiras denúncias do "Mensalão", o presidente resolveu viajar pelo país e intensificar os contatos diretos com a população. Mas essa estratégia só foi suficiente para segurar sua popularidade durante dois meses. Depois disso, sua avaliação despencou, e Lula passou a ser pressionado para falar mais claramente sobre a crise. De preferência, em uma entrevista coletiva na qual pudesse esclarecer de forma mais objetiva o contraditório. Mas ele refutou a sugestão. Só veio a falar no Planalto, após a morte da Velhinha de Taubaté, personagem de Luis Fernando Veríssimo (discutiremos sobre essa personagem mais adiante).

Portanto, no início das primeiras denúncias, manifestar-se na cena como amigo de Lula era bastante estratégico para Roberto Jefferson: Lula era o "homem do povo", estava no poder e tudo parecia conspirar a seu favor. "[...] **um príncipe deve estimar os poderosos**, mas não se tornar odiado pelo povo" (MAQUIAVEL, 1999, p. 116, grifo nosso). No entanto, estimar os poderosos, que são amados pelo povo, era estratégia melhor ainda.

Assim, ao tentar mostrar uma relação de amizade com o Presidente Lula, o narrador-protagonista teceu-lhe elogios: Ele pôs em cena a imagem de um presidente com a qual o povo pudesse se identificar, tendo em vista reforçar a credibilidade de Lula junto ao povo e, conseqüentemente, fazer com que o povo se identificasse com a imagem de amigo do presidente criada para si mesmo: "amam-se [...] os amigos dos nossos amigos, os que amam os que nós amamos e os que são amados pelas pessoas que nós amamos" (ARISTÓTELES, 2005, p. 170). Na perspectiva do narrador-protagonista, Lula era um homem "virtuoso" e, sobretudo, um "homem do povo". Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 62**
> Ô Zé Dirceu, se você não sair daí, rápido, você vai fazer réu **um homem inocente**, que é o **Presidente Lula**. Rápido, sai daí rápido, Zé, para você não fazer mal a **um homem bom, correto**, que tenho orgulho de ter apertado a mão. Esse País sempre elegeu um Presidente da elite. Ora um médico; ora um advogado, ora um general; ora, um sociólogo, gabola, mas nunca tinha elegido **um homem pobre, um homem do povo**. Todos esses que antecederam ao Presidente Lula, não é meu Líder? Me permite fazer um pouquinho de plágio desse seu discurso. "Homens ricos, só de classe média alta, que ouviram falar da fome: Itamar, engenheiro de minas, mas ouviu falar, não sentiu fome. **O Presidente Lula sentiu fome**. O Presidente Fernando Henrique ouviu falar na miséria lendo Graciliano Ramos - Vidas Secas -, mas nunca passou miséria. O Ex-Presidente Collor pode ter ouvido falar em miséria, mas nos versos de Catulo da Paixão Cearense. O Presidente Figueiredo pode ter ouvido falar no retirante nordestino, mas nunca foi um retirante". O Presidente Lula, não. **Igual ao povo. Gente igual ao Brasil: pobrezinho, retirante do nordeste que passou fome. Sabe o que é desemprego, sabe o que é pau-de-arara, viveu concretamente o que os outros ouviram dizer**. E eu quero dizer aos senhores aqui, neste momento que faço este depoimento: vi **um inocente** desabar ante essa

> realidade que lhe contei. Vi **um homem de bem, um homem honrado, um homem simples, um homem correto** se sentir **traído** por uma cinta, por um cordão de isolamento que havia em torno dele. Aí eu compreendi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus advogados, Sr. Presidente, Sr. Relator, por que não permitiam, porque a gente esbarrava sempre no Zé Dirceu, no Rasputim? A gente não passava do Zé Dirceu. Eu entendi: porque o Presidente Lula **abraça a gente assim e deixa a gente abrir o coração**. Não é fácil dizer o que eu disse a ele, mas eu medi a sua reação, feri **um inocente** e sei que ele **tomou atitude**, porque atitude já se percebe aqui nesta Casa, inclusive o marasmo que vive o Plenário da Câmara dos Deputados está ligado à ausência do mensalão, a essa síndrome da abstinência. Apareceu a primeira secretária. Eu pensei que estivesse só, porque disse isso à cúpula de meu partido: Vou só nessa luta. Essa luta não tem companheiros, porque quando você rompe com o mandato, ou com medo do mandato, Deputado Valdemar Costa Neto, de ele ser cassado, ou representar para ele refluir, quando a gente rompe com isso, a gente vai em frente, e não é obrigado ninguém a seguir. Eu me lembro de que dos apóstolos de Cristo o letrado era o traidor; os homens simples eram os homens leais. E eu não quero pedir esforço pessoal de nenhum companheiro que tenha presenciado, ouvido ou vivido essa [....]

Através de uma cadeia anafórica, o narrador-protagonista teceu várias qualidades ao Presidente Lula, o que pôs em evidência a relação de amizade entre ambos: "[...] os amigos elogiam as boas qualidades que possuímos (ARISTÓTELES, 2005, p. 171). Vejamos o quadro 8:

QUADRO 8
Caracterização do Presidente Lula no início da CPMI dos Correios

Lula	um homem inocente um homem bom Correto um homem pobre um homem do povo sentiu fome igual ao povo gente igual ao Brasil Pobrezinho retirante do Nordeste que passou fome sabe o que é desemprego sabe o que é pau-de-arara um inocente um homem de bem um homem honrado um homem simples um homem correto foi traído abraça a gente deixa a gente abrir o coração um inocente tomou atitude

O narrador-protagonista qualificou Lula com a ajuda de traços objetivos, os quais podiam ser verificados pelo povo brasileiro como, por exemplo, o fato de o presidente saber o que é pau-de-arara, desemprego, ser um retirante do Nordeste que passou fome, tendo em vista efeitos de verismo. No entanto, algumas características eram de cunho subjetivo como, por exemplo, ser um homem simples, correto, de bem, honrado, inocente etc. Nesse sentido, o narrador-protagonista deixou transparecer seus sentimentos, seu estado de alma, tendo em vista sensibilizar o povo. Mostrou admiração pelo fato de o presidente ter sido um homem pobre (o narrador-protagonista usou a palavra "pobrezinho", salientou que o presidente não era um retirante do Nordeste qualquer e, sim, um que passou fome) que se superou e se tornou presidente do País, além de ter tomado atitude ao saber do "Mensalão": "[...] que tenho orgulho de ter apertado a mão [...] sei que ele tomou atitude, porque atitude já se percebe aqui nesta Casa, inclusive o marasmo que vive o Plenário da Câmara dos Deputados está ligado à ausência do mensalão, a essa síndrome da abstinência [...]". Na definição do narrador-protagonista, Lula representava o povo brasileiro, por quem ele nutria respeito e admiração. O povo era ali compreendido não como toda a população brasileira, mas apenas aqueles advindos das classes "populares", das camadas mais pobres da sociedade.

É importante ressaltar que o narrador-protagonista repetiu algumas predicações, no sentido de reafirmar a imagem posta em cena na mente do interlocutor: Lula é "um homem inocente; um inocente (usado duas vezes no fragmento); um homem igual ao povo; gente igual ao Brasil". A repetição, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000, p. 164) é uma das técnicas mais simples de emocionar, uma vez que ela mostra a convicção patética do orador. No caso, a convicção do narrador-protagonista era de que o presidente era inocente, era igual ao povo, representava o brasileiro comum. O narrador-protagonista, na realidade, desejava provar que era inocente, por isso o raciocínio dedutivo, agenciado através de repetições: "Lula é igual ao povo. O povo é inocente. Portanto Lula é inocente. Eu sou amigo de Lula. Lula é igual ao povo que é inocente. Portanto, eu sou inocente e também sou amigo do povo".

O narrador-protagonista definiu tanto o presidente quanto seu comportamento, estrategicamente, com fins argumentativos, tendo em vista produzir efeitos de evidência e de saber (reforçar a popularidade de Lula, mostrar que ambos eram amigos e, portanto, provar sua inocência).

Conforme dissemos, naquele momento, Lula ainda mantinha altos índices de credibilidade junto ao povo brasileiro, por isso a estratégia de se manifestar como amigo do presidente e elogiá-lo. Inclusive, o narrador-protagonista defendia o "amigo Lula", não só tecendo-lhe elogios, mas, sobretudo, afirmando sua inocência. Vejamos o fragmento a seguir:

> **Segundo depoimento – fragmento 63**
> O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Porque o Presidente Lula está acima disso.
> Em duas oportunidades eu pude medir, nessa de Furnas e a do mensalão, **eu vi nitidamente que o Presidente Lula não sabia nada disso**.
> Bateu a ficha na hora. A conversa de Furnas...
> O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – **Mas está dando a impressão de que o senhor está tentando defender o Presidente Lula.**
> O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ) – Não é isso, **mas eu não posso fazer a irresponsabilidade de acusar um inocente**. Porque ele que insistiu que nós nomeássemos. Eu tinha voltado atrás, tinha acertado com o Zé Dirceu de não mais trocar o Dr. Dimas na Diretoria de Engenharia.
> Quando sentamos eu, o José Dirceu, o Ministro Walfrido e o Presidente Lula, ele disse: **Oh, Jefferson, por que vocês mudaram, rapaz?** Eu não quero manter esse cara lá. Por que vocês não vão fazer a nomeação do PTB?
> Aí a minha ficha caiu. O Presidente não sabe de nada daquela conversa que eu tive, dois ou três dias atrás com o José Dirceu. Bateu na hora a ficha. A maneira dele, sincera, desabrida, ele não estava encenando um jogo comigo. Estava me cobrando por que eu tinha recuado.

No diálogo acima, além de afirmar, categoricamente, que Lula não sabia de nada a respeito do "Mensalão", o narrador-protagonista aproveitou o momento para reafirmar sua relação de amizade com o presidente: Lula o trata pelo nome próprio "Jefferson" e pelo sintagma nominal "rapaz", o que acarreta um efeito de familiaridade. É importante observar a "fala" de Arnaldo Faria de Sá (PTB), membro da Comissão, na tentativa de "incriminar" o presidente, o que punha em evidência o confronto político que ocorria naquele momento.

Além disso, o narrador-protagonista salientava que: "[...] mas eu já percebia, Deputado, que **o Presidente ao saber**, em janeiro, **puxou o freio**. Alguém do partido... porque **temos que separar partido e governo. Ele, apesar de ser do PT, não é o Presidente do PT.** Eu percebi que a coisa minou, porque as pressões cessaram sobre os meus Deputados (**Segundo depoimento - fragmento 64**). A estratégia de dizer que Lula não era presidente do PT, portanto não sabia dos atos do partido, também foi usada pelos aliados políticos de Lula.

No entanto, no decorrer dos acontecimentos, conforme Camarotti e De La Peña (2007), a credibilidade do Presidente Lula começou a cair. No dia 25 de agosto, os jornais *O Globo* e *O*

Estado de São Paulo trouxeram a "notícia" da morte da "Velhinha de Taubaté" (1915-2005), personagem criada por Luis Fernando Verissimo. O texto informava que havia morrido no último dia 19, aos 90 anos de idade, de causa ignorada, a paulista conhecida como a Velhinha de Taubaté, "que se tornou uma celebridade nacional há alguns anos por ser a última pessoa no Brasil que ainda acreditava no governo". No artigo, Verissimo explicava que "ela tivera um pequeno acidente vascular ao saber da compra de votos para a reeleição do FHC, mas após as explicações, recuperara-se". A Velhinha estava acompanhando as CPIs, acreditava em Lula e até rebatizara seu gato, que agora se chamava Zé. "Acreditava principalmente no Palocci".

Nas palavras de Camarotti e De La Peña (2007), a personagem de ficção criada por Verissimo ficou conhecida durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985) por acreditar em todos os presidentes desde Getúlio Vargas e nos colaboradores dos governos militares. A morte da Velhinha de Taubaté foi um sinal de que a insatisfação havia atingido até mesmo os simpatizantes da causa petista (Verissimo, historicamente, tinha identificação com a esquerda). Assim, a morte da Velhinha de Taubaté tornou-se o símbolo da crise que tomou conta do governo Lula, uma espécie de tradução no meio político de Brasília das pesquisas que começavam a apontar a queda acentuada da popularidade do presidente.

Não era mais interessante para Roberto Jefferson mostrar-se amigo de Lula. Além disso, esse nada havia feito a seu favor. Portanto, no pronunciamento realizado no dia 14 de setembro de 2005, momento em que estava para ser votado o pedido de sua cassação, o narrador-protagonista mudou de estratégia: pôs em evidência um presidente diferente do que até então havia mostrado ao longo da CPMI dos Correios. Vejamos:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 65**
> Não acuso **o Presidente Lula** de participar de desonestidade. Ele **é como José Genoíno**. Ontem, assisti ao José Genoíno na CPMI. Ele assinou contrato de empréstimo de 17 milhões de reais, outro de 2 milhões de reais, mas não leu. (Risos.) Houve o acordo político-financeiro com todos os partidos da base - o meu, em especial, tratei com ele diretamente -, mas ele não se lembra e não fez. **O Presidente Lula é uma espécie de Genoíno na Presidência da República, não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o que faz. Ele é o Genoíno do Planalto, e deu a mãos erradas, a Luiz Gushiken e José Dirceu, a confiança que o povo do Brasil depositou nele. Errou.**
> O meu conceito do **Presidente Lula** é que ele **é malandro, preguiçoso**. Não sei se já chegou da Guatemala. **O negócio dele é passear de avião. De governar que é bom, ele não gosta**. E delegou. E essa cúpula... Esconderam debaixo da saia da Chefe da Casa Civil o Gushiken, o José Dirceu já mandaram para cá. Essa cúpula desonrou a confiança

> que lhe foi depositada pelo Presidente Lula. **Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão.**

Naquele momento, a intenção do narrador-protagonista era outra. Para afirmar sua credibilidade, buscou se construir na cena narrativa como um "inimigo" de Lula. O rosário de elogios tecidos ao presidente deu lugar, então, a uma "fala" carregada de desqualificações. De vítima, o presidente passou, na concepção do narrador-protagonista, a pelo menos omisso. Vejamos:

QUADRO 9
Caracterização do Presidente Lula no final da CPMI dos Correios

Lula	é igual a José Genoíno não sabe o que lê não sabe o que assina não sabe o que faz Genoíno do Planalto Errou malandro preguiçoso o negócio dele é passear de avião não gosta de governar se ele não praticou o crime por ação foi omisso

O narrador-protagonista, através de uma analogia, comparou o Presidente Lula a José Genoíno, presidente do PT. Durante o acontecimento, Genoíno apresentava negações implausíveis sobre o fato: "Eu não sabia que ele (Marcos Valério) é avalista. Eu assinei sem ler" (José Genoíno sobre empréstimo do PT no Banco Rural em depoimento dado à CPMI dos Correios). Segundo Camarotti e De La Peña:

> no auge da crise, durante o mês de agosto, o presidente Lula não escondia dos ministros sua decepção com a direção do PT que havia deixado no comando do partido e com alguns dos petistas que ocupavam postos-chave no governo e no Congresso. O grau de insatisfação do presidente Lula com a antiga direção do PT passou a ser medido por assessores próximos no que foi apelidado no Palácio do Planalto como "lulômetro" [...] **Genoino** também não escapou do lulômetro. Para Lula, ele **serviu** como **inocente útil**. O presidente critica também o que classificou como uma **omissão de Genoino no comando do partido. O ex-presidente do PT não havia se apropriado de dinheiro de Marcos Valério ou mesmo de recursos públicos, mas não interferiu no sentido de fiscalizar os desmandos da**

> **cúpula do PT** (CAMAROTTI E DE LA PEÑA, 2005, p. 178-180, grifo nosso).

Na perspectiva do narrador-protagonista, Genoíno era não só omisso, mas também dissimulado, assim como Lula. Genoíno alegava não saber de nada sobre o esquema do "Mensalão", o que era implausível, segundo o narrador-protagonista, uma vez que ele era o presidente do PT.

Além disso, o narrador-protagonista ressaltou que Lula era malandro, porque havia abusado da confiança que o povo depositou nele (Lula passou da condição de traído pelos aliados políticos a de traidor do povo). Ainda, em alusão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo o narrador-protagonista, Lula era também preguiçoso, gostava mesmo era de passear de avião, tendo em vista desqualificá-lo.

O narrador-protagonista pôs em cena também o fato de Lula ter escolhido mal seus "ministros" (delegou a mãos erradas), o que mostrava, segundo ele, ser o presidente um mau governante:

> Para um príncipe, não é de pouca importância a escolha dos ministros os quais são bons ou não, de acordo com a prudência daquele. **E a primeira conjetura que se faz, em relação às qualidades de inteligência de um príncipe, consiste na observação dos homens que ele tem em volta de si**. Quando estes são competentes e leais, pode-se considerá-lo sábio, pois soube dar reconhecimento às qualidades daqueles e, conservá-los fiéis. Quando assim não são, porém, pode-se avaliar sempre mal o senhor, pois cometeu o primeiro erro nessa escolha (MAQUIAVEL, 1999, p. 135, grifo nosso).

Essa imagem do mau governante foi reforçada pelo narrador-protagonista no final do evento, já fechando o último pronunciamento. Naquele momento, através da metáfora do jogo de xadrez[103], Lula foi descrito como mau jogador, ou seja, um mau governante que estava sendo abandonado: "O rei está ficando sozinho no tabuleiro. Já queimou os peões, está perdendo a base, está queimando as torres, os cavalos, os bispos" (**Segundo pronunciamento – fragmento 66**).

[103] Curiosamente, no jogo de xadrez, um lado ou outro deve sempre ganhar e mesmo que haja empate não passa de um equilíbrio bastante precário.

Através de alusão ao conto "A roupa nova do imperador", de Hans Christian Andersen (1837), o narrador-protagonista reforçou a idéia de que Lula não era o traído e, sim, o traidor do povo brasileiro, uma vez que foi, a princípio, ingênuo e, depois, omisso: "[...] Tirei a roupa do rei, mostrei ao Brasil quem são esses fariseus (palmas), mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT" (**Segundo pronunciamento – fragmento 67**).

No conto "A roupa nova do imperador", um rei, em sua ingenuidade, deu ouvidos a dois trapaceiros que chegaram ao reino. Esses larápios apresentaram-se como artesãos capacitados para fazer uma roupa especial para o rei. A roupa, uma vez vestida, somente poderia ser vista por quem fosse sábio ou por quem estivesse adequado para o cargo que exercia. Acontece que fica deflagrada a crença ingênua do rei. O monarca acreditou nos trapaceiros, que o enganavam com a promessa de tecer um pano supostamente visível por quem fosse digno disso. Como todos, cortesãos, ministros, povo e mesmo o rei, tivessem medo da confirmação da pecha de estupidez ou incompetência, todos, sem exceção, passaram a elogiar o traje do rei. Até que o próprio rei, mesmo não conseguindo ver as vestes, desfila "vestido" com elas na procissão, diante de seus súditos, que não paravam de aclamar a magnificência do traje. No entanto, uma criança no exercício de sua lucidez, gritou: "O rei está nu!".

Como o monarca do conto, Lula foi ingênuo porque delegou o poder aos larápios do reino (a cúpula do PT). Posteriormente, ele foi omisso: tomou conhecimento do esquema do "Mensalão", mas não agiu. Além disso, podemos pensar que ele foi também hipócrita, tendo em vista que não quis assumir o fato de não ter sido um bom governante: não soube escolher seus "ministros".

É importante ressaltar que, embora o narrador-protagonista tenha afirmado a omissão de Lula, através de uma oração subordinada condicional, ele pôs em cena a dúvida de que Lula pode ter agido em relação ao esquema do "Mensalão": "[...] Se ele não praticou o crime por ação, pelo menos por omissão" (**Segundo pronunciamento – fragmento 65**). Nesse sentido, ele tentou desconstruir toda a descrição feita anteriormente a Lula: ingênuo, hipócrita e omisso.

Todas essas estratégias do narrador-protagonista funcionaram como fator de reconhecimento, de legitimidade e de captação. Assim, à medida que o povo se identificava com seu discurso, se reconhecia nele e, portanto, aderia ao que ele falava.

5.5.2. A cúpula do Partido dos Trabalhadores: os "fariseus"

Tendo evidenciado quem eram seus principais "inimigos" (a cúpula do PT, constituída por José Dirceu, Delúbio Soares, Silvinho Pereira e José Genoíno), o narrador-protagonista tratou de descrevê-los, pejorativamente, na tentativa de desacreditá-los.

Uma de suas primeiras estratégias foi descrever o comportamento do PT, antes e depois de galgar o poder, através de analogias. Nesse sentido, ele se deslocou para a instância enunciativa referente à CPI de PC Farias, o operador de Collor. Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 21**
> Participei no passado de uma CPI, a CPI do PC, como advogado. Exerci um papel de advogado naquele momento. Tentei fazer naquela CPI o que vi **ontem aqui por parte de alguns membros de partidos políticos: impedir que as investigações avançassem.** Também procurei evitar que os fantasmas do PC Farias pudessem viver à luz do dia. E, nessa **inversão de papéis** que vivo **hoje**, vejo que muitos que ontem exorcizavam aqueles fantasmas **agora se abraçam** com eles. Só que eles não são mais os fantasmas do PC, são **os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério [...]**

No fragmento acima, o narrador-protagonista fez alusão ao fato de a cúpula do PT ter tentado evitar a instauração da CPI, comportamento que não condizia com sua ideologia antes de chegar ao poder. Conforme já dissemos, a imagem criada pelo PT em seus vinte anos de existência era de um partido empenhado em acabar com a corrupção e com as desigualdades sociais. Durante o evento, José Dirceu chegou a dizer que: "O PT não rouba e não deixa roubar" (Pronunciamento de José Dirceu no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 22/06/2005).

Mais precisamente, o narrador-protagonista trouxe para a cena enunciativa a história de Fernando Collor de Mello, que culminou no *impeachment* do então presidente em 1992, acusado de corrupção, tentando mostrar como alguns parlamentares, petistas, mudaram de posicionamento no decorrer do tempo. Em outras palavras, ele desejava mostrar a verdadeira essência do PT: hipocrisia e fingimento. É importante lembrar que:

> exatamente há treze anos quando os escândalos de Collor se tornaram o assunto diário no país, a sociedade (por repulsa) e a elite econômica (por conveniência) decidiram colocar um fim em seu governo. Assim, instalou-se o "**movimento pela ética na política", cuja vanguarda cabia ao PT.**

> **Deputados federais do partido, como José Dirceu, José Genoino e Aloizio Mercadante, viraram estrelas nacionais, em boa medida por causa de suas exímias atuações em duas comissões parlamentares de inquérito (a CPI do PC e a CPI do Orçamento) instaladas para investigar a corrupção no Executivo e no Legislativo** (FIGUEIREDO, 2006, p.78-79, grifo nosso).

Segundo Camarotti e De La Peña (2007), o PT foi o partido mais atuante na CPI que redundou na queda do Presidente Fernando Collor de Melo. Naquela época, Lula dizia que, se o PT chegasse ao poder, a corrupção seria drasticamente reduzida, o que resultaria em uma sobra de pelo menos 10% no Orçamento da União. Portanto, o narrador-protagonista referia-se, implicitamente, ao comportamento do PT nas duas CPIs: "vejo que muitos que ontem exorcizavam aqueles fantasmas agora se abraçam com eles. Só que eles não são mais os fantasmas do PC, são os fantasmas do Delúbio e do Marcos Valério". Segundo ele, estava ocorrendo uma inversão de papéis. Ao passo que no passado o PT lutou em prol da instalação das CPIs, tendo como bandeira o combate à corrupção; no momento, já no poder, buscava, de todas as formas, impedir a criação da CPMI dos Correios, uma vez que estavam envolvidos no escândalo.

Através de alusão à fábula "A rã e o escorpião", de Esopo (século VI, a. C.), o narrador-protagonista ressaltou a imagem de um PT falso, hipócrita, egoísta (interesseiro) e desleal. Vejamos:

> **Primeiro depoimento – fragmento 68**
> Essa gente do PT não é leal, nos usa como um sapo para atravessar o rio, e sempre nos dão uma ferroadinha. Paralisa o sapo, a gente nada mais 10 metros; outra ferroadinha, mais uma dosezinha de veneno. Só que essa é tão forte que pode levar o sapo para o fundo do rio, mas vai levar esses escorpiões da cúpula junto, não tenho dúvida disso

Na fábula de Esopo, um escorpião chegou às margens de um grande rio, desejando atravessá-lo. No entanto, não conseguia, uma vez que não sabia nadar. Estava quase desistindo quando viu uma rã sobre a relva, próxima à correnteza. Seus olhos brilharam, pois pensou em ter encontrado a solução. Portanto, pediu a rã que o carregasse nas costas até a outra margem do rio. A rã hesitou, mas acabou cedendo ao pedido do escorpião. Durante a travessia, o escorpião picou a rã. - Seu tolo! - gritou a rã. - Agora nós vamos morrer! Por que fez isso?

O escorpião deu uma risada sarcástica e sacudiu o corpo. - Desculpe, mas eu não pude evitar. Essa é a minha natureza.

Segundo Aristóteles, as fábulas são adequadas aos discursos públicos e apresentam esta vantagem: é que sendo difícil encontrar factos históricos semelhantes entre si, ao invés, encontrar fábulas é fácil. Tal como para as parábolas, para as imaginar, só é preciso que alguém seja capaz de ver as semelhanças, o que é fácil para quem é de filosofia (ARISTÓTELES, 2005, p. 207).

No discurso da CPMI dos Correios, através de analogias, o narrador-protagonista associou os membros da cúpula do PT a escorpiões, e o PTB a um sapo, tendo em vista levar o interlocutor à conclusão de que o PT tinha natureza traiçoeira, hipócrita e "interesseira" e havia usado o PTB (a rã) para atingir seus objetivos. É importante observar que o narrador-protagonista, através dessa fábula, buscou também intimidar os membros do PT assim como o fez a rã ao advertir o escorpião do destino que os esperava: iriam todos morrer.

Inclusive em outra passagem do discurso, o narrador-protagonista, por meio da metáfora **"bagaço de laranja de que vocês já chuparam o caldo**, voltou a reforçar a imagem de um PT completamente "interesseiro":

> **Segundo depoimento – fragmento 69**
> Quando estiveram lá em casa, de manhã cedo, o Ministro Aldo Rebelo - na véspera de o PTB decidir se assinava aquela CPI, logo no princípio de junho, não, final de maio -, o Ministro José Dirceu e o Ministro Palocci (já disse isto aqui, da tribuna), o José Dirceu afirmou 2 coisas que para mim são importantes, porque eu bati duro nele.
> Eu disse a ele: "Isso não é papel de homem. Vocês não agem corretamente. **Vocês jogam fora os companheiros de aliança como se fossem bagaço de laranja de que vocês já chuparam o caldo**. Isso não é papel de homem, José Dirceu".

O narrador-protagonista também comparou o PT a Judas Iscariote, o discípulo que entregou o que havia de mais sagrado, Cristo, pelo o que havia de mais profano (30 dinheiros), o que constituiu, também, uma forte estratégia, uma vez que pôs em cena o fato de o PT ter traído seus aliados em troca de poder.

Além disso, ressaltou que o PT não tinha projeto de governo e roubava do povo. É importante salientar que, ao acusar o PT de "ladrão", ele pôs em cena um discurso recorrente na sociedade: "o político tal rouba, mas ele faz". Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 70**
> [...] Ética, moralidade, o PT não rouba e não deixa roubar. Ouvi isso da cúpula do partido. **Rouba, mas rouba sozinho. E rouba muito**.

A oração coordenada adversativa, agenciada pelo narrador-protagonista, pôs em cena um enunciador cuja "fala" é que todos os parlamentares roubam, confirmando a representação sociodiscursiva que o povo tem de que os políticos são "ladrões", expressa pelo então narrador-protagonista no início de seu segundo depoimento.

Ao fazer referência ao conto "A roupa nova do imperador", de Hans Christian Andersen (1837), ele buscou reafirmar a imagem de um PT hipócrita e traiçoeiro: "[...] Tirei a roupa do rei, **mostrei ao Brasil quem são esses fariseus** (palmas), mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT" (**Segundo pronunciamento – fragmento 67**). Conforme dissemos na seção referente à seleção lexical, as figuras retóricas foram usadas de forma cumulativa, tendo em vista reforçar o efeito pretendido: levar o interlocutor à conclusão de que a cúpula do PT era falsa, hipócrita, desleal e somente desejava o poder.

Posteriormente, o narrador-protagonista passou a desqualificar, separadamente, cada componente da cúpula do PT. No entanto, seu alvo era José Dirceu que, segundo ele, era o líder dos traidores. Ele comparou José Dirceu, em um primeiro momento, a Rasputim, o primeiro-ministro do czar Nicolau II.

Rasputim era um místico russo que teve uma grande influência no final do período czarista da Rússia. Sua conhecida reputação de místico colocou-o no restrito círculo da Corte Imperial Russa, por volta de 1905, onde se diz que ele chegou mesmo a salvar Alexei Romanov, o filho do czar, de hemofilia. Diante deste acontecimento, a czarina Alexandra Fedorovna dedicou-lhe uma atenção cega e uma confiança desmedida, denominando-o mesmo de "mensageiro de Deus". Com esta proteção, Rasputim passou a influenciar, ocultamente, a

Corte e, principalmente, a família imperial russa, colocando homens como ele no topo da hierarquia da poderosa Igreja Nacional Russa.

Mas, o seu comportamento dissoluto, licencioso e devasso (supostas orgias e envolvimento com mulheres da alta sociedade) levou a denúncias por parte de políticos atentos à sua trajectória poluta, entre os quais se destacam Stolypine e Kokovtsov. O czar Nicolau II afastou então Rasputim, mas a czarina Alexandra manteve a sua confiança absoluta no decadente monge. A Primeira Guerra Mundial trouxe novos contornos à atuação de Rasputim, já odiado pelo povo, que o acusou de espionagem ao serviço da Alemanha. Ele escapou a várias tentativas de aniquilamento, mas acabou por ser vítima de uma trama de aristocratas da grande estirpe russa, entre os quais Yussupov (GRIGORI RASPUTIM. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http:wikipedia.org/wiki/Grigori_Rasputin>. Acesso em 24 maio 2006). Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 71**
> [...] Aí eu compreendi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus advogados, Sr. Presidente, Sr. Relator, por que não permitiam, porque a gente esbarrava sempre **no Zé Dirceu, no Rasputim**?[...]

No fragmento acima, a argumentação por analogia funcionou como uma importante estratégia, uma vez que o narrador-protagonista desejava mostrar que, assim como Rasputim traiu (orientou mal) o czar Nicolau II, José Dirceu também havia traído o Presidente Lula. É importante lembrar que essa imagem de traidor foi posta em cena desde o início do evento, momento em que o narrador-protagonista ainda se considerava "amigo" do presidente. Além disso, outros traços semânticos também podem ser vistos nas duas personagens: o monarca (Lula) não decidia nada sem antes consultar Rasputim (José Dirceu). Rasputim tinha fama de ser promíscuo, traço semântico que também foi dado a José Dirceu, pelo narrador-protagonista, ao compará-lo, posteriormente, a Jeany Mary Corner. Vejamos o fragmento:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 72**
> Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo do Presidente Lula promoveu - e este é o Governo mais corrupto que testemunhei nos meus 23 anos de mandato - o mais escandaloso processo de aluguel de Parlamentar. Escolheu o Ministro **José Dirceu como uma espécie de Jeane Mary Corner (risos), o rufião do Planalto,** para alugar prostitutas, o que ele entendia poder fazer na Câmara dos Deputados. **Tratou esta Casa como se fosse um prostíbulo. Aliás, sempre conversou nesse sentido. As conversas**

> **com ele sempre começavam nesse nível, as festas, para depois ficar na ante-sala do Presidente, do jeito que ele queria conduzir, de maneira anti-republicana**.

Segundo Figueiredo (2006, p. 125-6), Jeany Mary Corner era uma conhecida promotora de eventos a quem muitos políticos teimavam em chamar de cafetina. Jeany Mary Corner trabalhava em Brasília havia 13 anos, fornecendo garotas – ou "recepcionistas", como gostava de dizer – para festas e eventos. Aos 43 anos, segundo o autor, ela era um legítimo subproduto da redemocratização. Chegara à capital federal no mesmo dia posse de Fernando Collor de Mello (15 de março de 1990) e, de lá para cá, prestara serviços para todos os governos e partidos. A exemplo de Marcos Valério, Jeany Mary Corner não fazia distinções ideológicas, desde que seus clientes pagassem em dia.

Já Delúbio Soares, o tesoureiro do PT, na concepção do narrador-protagonista, era o "desencravador de unhas". O narrador-protagonista descreveu Delúbio Soares como uma pessoa simpática, simples (repetiu essa qualificação), mas que cumpria uma missão, tendo em vista isentá-lo de maiores responsabilidades no esquema do "Mensalão" (conforme já dissemos, o alvo do narrador-protagonista era José Dirceu). Ele usou a metáfora "desencravar unhas" para mostrar que a função de Delúbio era solucionar os problemas do PT. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 73**
> Eu disse: "Pois não, José Múcio, eu vou atender o Delúbio. Eu atendi em minha casa. Isso em princípios de 2004 — janeiro, fevereiro — não posso precisar a data. E o Delúbio **foi simpático**, **fumou um charuto. Simples, um homem simples, mas cumprindo uma missão. Cheio de melindres, de tato para falar comigo, aquele jeitão dele de goiano do interior**. E **disse que gostaria de ajudar a desencravar uma unha que pudesse haver — a expressão que ele usa: "ajudar a desencravar uma unha"** de algum companheiro que pudesse, faria uns repasses ao PTB.

Por sua vez, José Genoíno, presidente do PT, foi descrito como aquele que não sabia de nada, não viu nada, não ouviu nada, ou seja, aquele que negou tudo. Essa descrição, inclusive, permitiu ativar na memória do interlocutor a imagem dos três macaquinhos: o que não viu, o que não ouviu e o que não disse nada: o dissimulado. Por fim, Silvio Pereira foi posto em cena como o "juiz", o que dava a última palavra quanto ao esquema do "Mensalão". Segundo o narrador-protagonista, Silvio Pereira batia o martelo.

A cúpula do PT contava com aliados – segundo o narrador-protagonista havia um complô contra ele – dentre os quais se encontrava a Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN) e a *Revista Veja*.

5.5.3. A Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN): a "polícia do governo"

Durante a trajetória discursiva, o narrador-protagonista foi desqualificando o governo e o PT, traçando imagens "negativas" (*anti-ethos*) tanto deles quanto daqueles que tinham algum vínculo com eles, conforme podemos ver no fragmento a seguir:

> **Primeiro depoimento - fragmento 74**
> A CPI que ora empalmamos, Srs. Congressistas, tem origem numa fita que agentes, a mando da ABIN, porque o braço sujo da ABIN é aquela gente tipo Molina, que não é comandante. Aquilo é uma falsidade ideológica dele. Ele não é da Marinha. Já recebi da Marinha vários documentos mostrando que ele não é comandante. E aquela súcia de asseclas dele desempenha o papel sujo daquela que é filhote do SNI, a polícia de Estado, a agência política que age em favor do Governo e não em favor da sociedade.

Através do sintagma nominal "braço sujo", o narrador-protagonista salientou que a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência Nacional) realizava serviços ilegais, mas possuía "braços" para estas tarefas, sendo que um desses braços era Molina. Ao desqualificar a ABIN, ele usou não só um predicativo pejorativo, mas também um ato de refutação polifônico bastante polêmico: "[...] é a polícia de Estado, a agência política que age em favor do governo e não em favor da sociedade".

À medida que ele inseria um novo objeto discursivo, outros novos surgiam atrelados a esse primeiro, constituindo uma verdadeira trama como, por exemplo, ABIN e Molina, vistos acima. As predicações pejorativas à ABIN continuaram:

> **Segundo depoimento - fragmento 45**
> Há seis meses, e a imprensa dá notícia disso, o Estadão e O Globo já noticiaram: a ABIN infiltrar agentes lá, nos Correios, para descobrir irregularidades licitatórias em contratos. A competência é tão grande que a ABIN conseguiu que os seus agentes filmassem um "petequeiro", um leviano apanhando R$3mil num movimento de contratos de bilhões, mas a ABIN foi incapaz de dizer ao Governo, à Casa Civil, ao Presidente da República, ao chefe da segurança institucional do Brasil que o Sr. Marcos Valério, versão moderna embacaqueada do Sr. PC Farias, sacava um milhão por dia nas contas do Banco Rural, ou sacava em Minas Gerais, ou aqui no prédio do Brasília Shopping, no nono andar, onde

> muitos assessores dos que recebem "mensalão" e que estão registrados na portaria subiam até o escritório do banco para receber lá 30, 40, às vezes 20, e até R$60 mil. O Brasil gasta uma fortuna com a ABIN. Ela descobriu, através dos seus agentes, liderados pelo falso comandante que um "petequeiro" leviano usava nome de gente séria para pegar R$3 mil, R$2 mil. Só a TV Globo não sabe que ele é chefe de departamento. Até hoje eu vejo a TV Globo colocar no ar: ex-diretor dos Correios... Porque a coisa é tão pequena que, se dermos a dimensão da pequenez dela, apequenamos os nossos trabalhos: uma CPI de Srs. Senadores, de Srªs Senadoras, de Srs. Deputados, de Srªs Deputadas, para apurar R$3 mil que a ABIN conseguiu descobrir do Sr. Maurício Marinho. Até foi bom para dar pompa e circunstância o "ex-diretor dos...". Vejo aquele moço de cabecinha assim, com um cabelinho assim meio branco, o Sr. Boner, dizendo "o ex-Diretor...". Não é, não. É chefe de departamento; é quarto escalão dos Correios.

No fragmento acima, o narrador-protagonista pôs em cena um enunciador que sustentou um ponto de vista absurdo e até mesmo contraditório. Como um órgão pode ser tão competente e cometer um erro tão grosseiro? É importante observar que o fato expresso no enunciado[104] "[...] a ABIN conseguiu que os seus agentes filmassem um "petequeiro", um leviano apanhando R$3mil num movimento de contratos de bilhões, mas a ABIN foi incapaz de dizer ao Governo, [...] que o Sr. Marcos Valério, [...] sacava um milhão por dia nas contas do Banco Rural, [...] deveria ser o efeito do que se declarou na oração principal "A competência é tão grande [...]". No entanto, isso é insustentável. Na realidade, trata-se de um discurso irônico acusativo e defensivo ao mesmo tempo, uma vez que o narrador-protagonista pôs em cena um enunciador que cumpriu um objetivo almejado por ele - desqualificar a ABIN (a ABIN é incompetente) - e que assumiu toda a responsabilidade desse ato, o que fez com que ele, narrador-protagonista, tivesse a possibilidade de não responder por tal atitude:

> O interesse estratégico da ironia reside no fato de que o locutor escapar às normas de coerência que toda argumentação impõe: o autor de uma enunciação irônica produz um enunciado que possui, a um só tempo, dois valores contraditórios, sem, no entanto, ser submetido às sanções que isso deveria acarretar. A ironia parece então "uma armadilha que permite frustrar o assujeitamento dos enunciadores às regras da racionalidade e da conveniência públicas" (BERRENDONNER, 1981[105], *apud* MAINGUENEAU, 1997, p.100).

O narrador-protagonista agenciou novamente, no início do fragmento, um argumento de autoridade, *O Estadão* e *O Globo*, tendo em vista dar credibilidade à sua fala: "Há seis meses, e a imprensa dá notícia disso, o Estadão e O Globo já noticiaram [...]".

[104] Trata-se de um período composto misto consecutivo.
[105] BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

É importante ressaltar também que foi a primeira vez que a palavra "mensalão" foi agenciada neste depoimento, inserida entre aspas, com o mesmo efeito pretendido no uso da palavra petequeiro: transferir a responsabilidade do seu uso a outro enunciador. No fragmento em questão, o "outro", segundo o narrador-protagonista, refere-se àlguns membros de partidos políticos. O curioso nesse léxico é o uso do sufixo aumentativo "ao" que "carrega" um valor semântico de intensidade, no contexto uma representação, pejorativa, da quantidade de dinheiro recebido pelos parlamentares.

5.5.4. A *Revista Veja*: a "conspiradora"

Tendo em vista levar o interlocutor à conclusão de que a mídia, em princípio, é um veículo de informação sem credibilidade, o narrador-protagonista a caracterizou como uma instância que visa apenas ao lucro: deseja vender. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 75**
> [...] **A imprensa é assim: julga, acusa... Ah, não, investiga... Ela tem todos os poderes: investiga, acusa, julga e executa, em uma semana. Não se importa. Não tem responsabilidade com o que diz, quer destroçar, para vender**. É um campeonato de sangue. Mas eu nada temo.

Conforme podemos observar acima, através da hesitação "Ah, não, investiga...", ele descreveu, ironicamente, a mídia: "ela tem todos os poderes, em uma semana, investiga, acusa, julga e executa". Para mostrar a atuação da mídia, o narrador-protagonista agenciou o léxico "julga", "acusa", "executa", "destroça", com a finalidade de ativar na memória discursiva do interlocutor a imagem de um "carrasco". É interessante observar que, segundo ele, todas essas ações são feitas em uma semana. Com a finalidade de reforçar o *anti-ethos* de que a mídia visa apenas ao lucro, o narrador-protagonista pôs em cena a hipérbole "campeonato de sangue".

No entanto, seu alvo era a *Revista Veja,* responsável pela denúncia na qual foi citado como principal suspeito no esquema de corrupção nos Correios. A referida revista, segundo o narrador-protagonista, é caluniadora. Caluniou não só a ele como também a seu amigo Roberto Cardoso. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro depoimento – fragmento 75**
> Vi meu amigo, falecido, **Roberto Cardoso Alves, também caluniado pela Veja. Oh, revistinha! Oh, revistinha! Caluniado pela Veja!** Lutou anos pelo direito de resposta. Só deram depois que ele morreu, esmagado, quando seu carro capotou. Aí deram em preto e branco. Porque é fácil. [...].

Para reforçar o *anti-ethos* da Veja de caluniadora, ele inseriu o exemplo de seu amigo Roberto Cardoso Alves na trama, segundo ele, "também caluniado pela Veja". É interessante observar que "caluniado pela Veja" foi agenciado duas vezes no fragmento. A repetição tem o poder de tornar presente na mente do interlocutor a imagem destacada (Koch, 2002). O narrador-protagonista descreveu, detalhamente, como foi o acidente que matou seu amigo (morreu, esmagado, quando seu carro capotou), tendo em vista sensibilizar o interlocutor. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2000), detalhar etapas de um fato o torna presente na mente e facilita a tomada de posição. Além disso, ele caracterizou a *Veja* também pelo diminutivo "revistinha" (usado duas vezes no fragmento), com a finalidade de mostrar desprezo: ela é uma revista qualquer.

No entanto, o narrador-protagonista alegou que a *Veja* fazia parte de um complô com o governo e o PT para incriminá-lo (Teoria da Conspiração). Essa imagem de "conspiradora" foi agenciada após tentativa frustrada do narrador-protagonista de estabelecer um acordo com a mídia, e a partir de então, permeou todo o seu discurso:

> **Segundo depoimento - fragmento 54**
> Quando li a revista, falei: **"botaram jabuti na árvore aí**, Salmeron, Antônio Osório, **isso é coisa do Governo, é coisa da ABIN**". **O Governo acertou com a Veja e eles esconderam o que tem aqui nesta fita que reproduzi à Casa**. Sessenta por cento das atividades bilionárias dos Correios estão aqui, na Diretoria de Informática. Puseram Diretor virtual, que nem na cadeira sentou, nem nomeado foi. **E a Veja escondeu o Diretor real e seu padrinho real! Escondeu!** Não fiz esta denúncia na tribuna porque, em política, a gente deve tentar ajeitar as coisas até o momento de ruptura.

Além desses "inimigos", o narrador-protagonista também descreveu, pejorativamente, Mauricio Marinho, Marcos Valério e Molina, de forma estratégica, tendo em vista construir-se na cena como político honesto e sério; ser humano "comum"; cidadão honrado e líder supremo, na figura do herói e do profeta.

O narrador-protagonista inseriu a personagem Mauricio Marinho na trama principalmente como um "petequeiro borriquoto", com a finalidade de mostrar que o referido sujeito era uma pessoa sem importância.

Já Marcos Valério, segundo ele, era uma versão embacaqueada de PC Farias. No entanto, ressaltou que PC Farias era aprendiz de feiticeiro diante de Marcos Valério, no sentido de destacar o tamanho da corrupção na qual o PT estava envolvido. Segundo ele, Marcos Valerio: "[...] é maluco. Ele fala de dinheiro como se fosse um negócio assim banal, uma coisa assim... Ele fala como se a coisa caísse do céu. [...] o cara é doido (**Segundo depoimento – fragmento 76**). É importante lembrar que o narrador-protagonista salientou durante o evento ter sido advogado de PC Farias na CPI, o que a nosso ver remete a "conhecer bem o esquema de corrupção no qual o PT estava envolvido e do qual Marcos Valério era o operador.

Quanto a Molina, no início do evento (primeiro pronunciamento), o narrador-protagonista o caracterizou como um indivíduo "muito bem-falante, delicado, gentil e habilidoso". Ao relatar o encontro que tiveram, o narrador-protagonista agenciou o discurso direto, no sentido de dar autenticidade e veracidade ao discurso. Assim, ele tentou se construiu na trama como um político honesto e sério em contraposição a Molina, um chantagista.

Ao longo da CPMI, Molina foi sendo retomado sempre de forma pejorativa. O narrador-protagonista salientou que Molina era um dos braços sujos da ABIN (segundo ele, a ABIN realiza serviços ilegais, mas possui "braços" para estas tarefas). Portanto, Molina[106] foi inserido na trama não só como um dos braços sujos da ABIN; mas, sobretudo, como um mentiroso: "[...] Molina, que não é comandante. Aquilo é uma falsidade ideológica dele. Ele não é da Marinha".

O narrador-protagonista tentou refutar o discurso de Molina de que era comandante da Marinha, expulsando sua fala da cena enunciativa e fazendo com que seu discurso prevalecesse. Na realidade, o ato de fala refutativo do narrador-protagonista no sentido polifônico é apenas um simulacro, uma vez que, em um primeiro momento, ele refutou o discurso do outro, desqualificando-o; depois expulsou esse da cena e impôs seu discurso, de

[106] Molina procurou Roberto Jefferson para negociar a fita. Segundo Jefferson, esse alegou que era comandante da Marinha.

forma completamente autoritária. Podemos observar que os enunciados agenciados por ele, nesse momento, são orações absolutas[107], curtas, como, por exemplo, "Ele não é da Marinha".

Além de desqualificar Molina, ele ainda trouxe um argumento de autoridade, um pseudo-discurso indireto, para reforçar seu discurso: "Já recebi da Marinha vários documentos mostrando que ele não é comandante". Acreditamos que esse pseudo-discurso relatado é uma estratégia do narrador-protagonista para proteger sua face diante do que enunciava, uma vez que envolve uma alta autoridade brasileira, a Marinha. Ele trouxe o parecer e não o dizer da Marinha. Ao desqualificar a ABIN, ele usou não só um predicativo pejorativo, mas também um ato de refutação polifônico bastante polêmico: "[...] é a polícia de Estado, a agência política que age em favor do governo e não em favor da sociedade". Vejamos o fragmento:

> **Segundo depoimento – fragmento 77**
> A CPI que ora empalmamos, Srs. Congressistas, tem origem numa fita que agentes, a mando da ABIN, porque **o braço sujo da ABIN é aquela gente tipo Molina, que não é comandante. Aquilo é uma falsidade ideológica dele. Ele não é da Marinha**. Já recebi da Marinha vários documentos mostrando que **ele não é comandante**. E aquela súcia de asseclas dele desempenha o papel sujo daquela que é filhote do SNI, a polícia de Estado, a agência política que age em favor do Governo e não em favor da sociedade.

À medida que o narrador-protagonista ia sendo exposto a depoimentos, desqualificava cada vez mais Molina: "falso comandante, cara escroto, escroto, insinuante, boquirroto, lobista, falso, uma figura horrorosa, frágil, vagabundo, sem essência, inconsistente... um lobista vagabundo, um cabra horroroso, uma pessoa horrorosa, não é comandante, tão vagabundo, tão vagabundo, tão inconsistente" (segundo depoimento).

5.5.5. O povo: os "discípulos" leais

Conforme dissemos ao longo da análise, o narrador-protagonista caracterizou os cidadãos brasileiros, em geral, como um povo sofrido que se cansou dos políticos; que participa da cena política e, portanto tem poder de decisão; que pagará mais impostos tendo em vista as novas propostas do governo; que assiste a novelas e jornais; que confia no Presidente Lula (Lula é o "homem do povo"), com a finalidade de se construir com um *ethos* de solidariedade

[107] Acreditamos que o período simples/oração absoluta possui uma natureza de ordem mais pragmática e impositiva (autoritária).

e legitimidade. É importante lembrar que o povo construído na trama pelo narrador-protagonista diz respeito às camadas mais pobres da população.

No início do evento (depoimentos), o narrador-protagonista representou o povo através da figura de Lula: "o Presidente Lula [...] **um homem do povo. Igual ao povo. Gente igual ao Brasil [...]" (Segundo depoimento – fragmento 62**). Portanto, o povo foi descrito, pelo narrador-protagonista, encarnando as características de Lula. Não podemos nos esquecer de que, naquele momento, era interessante para o narrador-protagonista mostrar-se amigo do presidente. Vejamos:

QUADRO 10
Caracterização do povo a partir da caracterização de Lula

Lula = cidadão brasileiro	um homem inocente um homem bom correto um homem pobre um homem do povo sentiu fome igual ao povo gente igual ao Brasil pobrezinho retirante do nordeste que passou fome sabe o que é desemprego sabe o que é pau-de-arara um inocente um homem de bem um homem honrado um homem simples um homem correto foi traído abraça a gente deixa a gente abrir o coração um inocente tomou atitude

No entanto, no final do evento (segundo pronunciamento), uma vez que não era mais interessante para o narrador-protagonista se apresentar como amigo de Lula, conforme já dissemos, esse representou o povo, metonimicamente, através de sua família, colegas de trabalho, professoras de canto, amigos íntimos, motorista, funcionário etc. Assim, o povo

naquele momento encarnou as características dessas pessoas que, segundo o narrador-protagonista, eram bastante virtuosas. Vejamos os fragmentos:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 18**
> Quero agradecer, em princípio, às mulheres que me permitiram chegar a este momento importante que vivo hoje na minha vida. A minha avó Petiza, força vital. Um jequitibá. Não quebrava, não vergava. Perdeu, precocemente, 2 filhos, o marido, mas não cedeu. Não caiu. A minha mãe, Neusa, com sua fé inabalável em Deus, sua força espiritual para enfrentar adversidades. A Ecila, mãe de meus filhos e avó de meus netos, amiga, guerreira, conselheira. Foi pai e mãe de meus filhos. Deu-me a retaguarda para ir à luta, porque a luta política faz isso conosco, nos transforma em pais ausentes. A Cristiane, minha filha - fisicamente, a mãe, mas o espírito é meu. Sonhei para você, meu amor, a carreira da magistratura. Pedi até a sua professora, Juíza Denise Frossard, que a influenciasse, para que você persistisse na escola de magistratura e fosse uma juíza. Mas a Laurinha, nossa irmã e amiga, conversando com você, convenceu-a a seguir a vida pública. Sucesso, meu amor! Agradeço a você pelos meus 2 netos: Christian e Catarina. A Fabiana, minha filha. Parece comigo fisicamente, mas herdou da mãe a doçura. Já me deu 3 netos: o Vítor, o Artur e o Bernardo. A Mary Land, minha querida prima, que, lá adiante, sempre costura a união entre a família [...].

> **Segundo pronunciamento – fragmento 78**
> Agradeço à minha cidade de Petrópolis o apoio e a solidariedade. Ao meu amigo Padre Jac, conforto espiritual. Agradeço aos amigos Joenes, Ronaldo Medeiros, Vereador Vadinho, meu irmão, Vereador Canela, que aqui está, lá de Paraíba do Sul, meu irmão.
> Agradeço ao meu avô Ibrahim, já falecido. Foi ele o responsável na família pela veia poética, a observação da vida e o desprendimento.

Conforme podemos observar, as pessoas descritas acima são persistentes, amigas, gentis, solidárias etc. Vejamos o quadro:

QUADRO 11
Caracterização do povo a partir da caracterização da família e dos amigos do narrador-protagonista

família e amigos = cidadão brasileiro	força vital (persistência) fé em Deus (força espiritual) amigo guerreira conselheira doçura união apoio solidariedade conforto espiritual veia poética observação da vida desprendimento

É importante ressaltar que a característica predominante, agenciada pelo narrador-protagonista ao descrever o povo, representado metonimicamente, foi a lealdade: o povo era seu amigo leal.

Segundo Aristóteles (2005 p. 112), o significado de muitos e bons amigos é fácil de compreender a partir da definição de amigo: "amigo é aquele que pratica a favor do outro o que julga que é bom para si. Quem tem muitos destes tem muitos amigos; e se estes são homens virtuosos, tem bons amigos".

Na seção seguinte, verificaremos como o narrador-protagonista caracterizou algumas personagens a partir dos valores propostos por Charaudeau (1992) no modo de organização discursiva argumentativo. Faremos a análise tendo em vista quatro domínios básicos: o da verdade, o da ética, o do hedônico e o do estético.

5.6. A cena argumentativa: valores das personagens

> "O povo na rua é minha verdadeira estátua. A outra, de cimento armado, não me interessa, porque passarinho faz cocô na cabeça".
>
> Ulisses Guimarães

O narrador-protagonista não só caracterizou as personagens fisicamente e seus comportamentos como também pôs em cena alguns de seus valores. Nesse sentido, agenciou argumentos que se apoiavam sobre um consenso social tendo em vista que os indivíduos de dada comunidade sociocultural compartilham certos valores, em certos domínios de avaliação. Assim, ele argumentou fundamentado, basicamente, nos domínios da verdade, da ética, do estético e do hedônico, nos quais pôs em cena valores antagônicos tais como, verdade *versus* mentira, lealdade *versus* traição, honestidade *versus* desonestidade etc. Essas estratégias também foram de suma importância na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva).

Portanto, nesta seção, identificamos e analisamos os principais valores agenciados pelo narrador-protagonista para algumas personagens, além de seus possíveis efeitos à

argumentação, a partir de quatro domínios: o da verdade, o da ética, o da estética e o do hedônico.

Discutimos as antíteses verdade *versus* mentira, lealdade *versus* traição, honestidade *versus* desonestidade, tendo em vista os "inimigos" do narrador-protagonista. Além disso, verificamos também alguns valores tais como, lealdade, beleza, generosidade, inteligência etc. atribuídos aos "amigos" do narrador-protagonista por ele mesmo.

5.6.1. O domínio da verdade e da ética: o herói e seus "inimigos"

No que diz respeito aos "inimigos", o narrador-protagonista argumentou fundamentado, principalmente, nas antíteses verdade *versus* mentira, honestidade *versus* desonestidade e lealdade *versus* traição, conforme dissemos ao longo da análise, tendo em vista tanto desacreditá-los quanto seus próprios discursos. Em outras palavras, durante a CPMI dos Correios, ele tentou levar o interlocutor à conclusão de que falava a verdade tanto em relação às denúncias de corrupção nos Correios, das quais era alvo, quanto às referentes ao financiamento ilegal de campanhas eleitorais e ao "Mensalão". Nesse sentido, ele buscou se construir na cena como um político sério e honesto, um denunciante (na figura do herói e do profeta) em contraposição à imagem de seus "inimigos", descritos como falsos, hipócritas e corruptos (os "fariseus"). Assim, ele teceu uma teia muito tênue entre verdade e mentira, tentando enredar o interlocutor na própria trama, como se esse fizesse parte do acontecimento.

Em um primeiro momento (primeiro pronunciamento), ele negou todas as acusações e tentou se construir na cena como um político sério e, sobretudo, honesto, fornecendo vários argumentos para tal como, por exemplo, declarar o valor de seu patrimônio:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 79**
> Policarpo, você diz na matéria que muitos, em especial eu, usam esses cargos de governo para enriquecimento ilícito. Quero dizer a você, amigo, que **não estou fazendo voto de pobreza e tenho dois patrimônios na vida: uma casa em Petrópolis, avaliada em 500 mil reais, e meu escritório no Rio de Janeiro, que deve valer uns 100 mil reais. Tenho 23 anos de mandato**.

É importante lembrar que, naquele momento, Roberto Jefferson não acusou ninguém. Ele chegou, até, a descrever, "positivamente", alguns políticos como, José Genoíno, por exemplo. Seu objetivo era apenas se defender: negou as acusações (discurso de justificação).

Posteriormente (nos depoimentos), o narrador-protagonista denunciou o esquema de financiamento ilegal de campanhas eleitorais no Brasil e o "Mensalão, tendo em vista se construir como herói. Segundo ele, bastava comparar a prestação de contas feita pelos parlamentares, inclusive por ele, à Justiça Eleitoral, e o que se gastava realmente. Vejamos:

> **Primeiro depoimento - fragmento 42**
> Eu **trouxe** aqui, Srs. Senadores e Srs. Deputados, **porque peguei na Justiça Eleitoral**, **todas as prestações de contas, a minha e a dos senhores; na Justiça Eleitoral. Aí é o princípio da mentira** que a gente vive aqui.
> Não há, povo do Brasil, cidadã do Brasil, cidadão do Brasil, eleição de deputado federal que custe menos de um milhão, ou de um milhão e meio de reais. Mas a média, aqui na CPI e da Câmara dos Deputados, a prestação de contas é de R$100 mil. [...]
> Não há uma eleição de Senador com menos de dois milhões, R$3 milhões e a prestação de contas, a média é duzentos e cinqüenta mil. Esse processo começa na **mentira** e deságua no PC Farias, deságua nos outros tesoureiros de campanha, agora no Sr. Delúbio, agora no Sr. Marcos Valério. Esse afrouxamento é que tem levado ao enfraquecimento da Câmara dos Deputados, do Governo Federal e dos Governos dos Estados. [...]
> E **as declarações à Justiça Eleitoral não traduzem a realidade**; nem a minha, porque a minha é igual à dos senhores, não é diferente. E onde enfrentamos esse problema, Deputado Onyx? Eu assistia sábado ao Jornal Nacional e, de repente, entrou uma matéria mostrando que o Coaf, por meio do Ministério Público Federal e a revista IstoÉ, desvendou as contas do Sr. Marcos Valério. Aí revestiu a **realidade** a prova que tanto foi cobrada. No início me cobravam: "Provas, provas, provas"! A **realidade** foi vestida, vestiu o discurso que fiz, as informações que dei.

À medida que tecia essas denúncias, colocava-se contra elas, desqualificando o governo e o PT e, conseqüentemente, tentando se construir como um denunciante (a figura do herói e do profeta).

Essa imagem do denunciante foi reafirmada no final da CPMI dos Correios, através da alusão ao conto infantil "A roupa nova do imperador", de Hans Christian Andersen, quando estava para ser votado o pedido de cassação de seu mandato:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 67**
> [...] **Tirei a roupa do rei,** mostrei ao Brasil quem são esses fariseus (palmas), mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT

Naquele momento, o narrador-protagonista ressaltou que havia tirado a roupa do rei no sentido de ter desnudado a verdade para o povo: revelou o esquema do "Mensalão". Discutiremos esta questão na subseção "O nascimento do profeta".

O narrador-protagonista buscou mostrar que agia de determinada maneira porque possuía certos princípios, compartilhados pela sociedade, como a honestidade e a seriedade, por exemplo (ele é o político sério e honesto). A honestidade foi uma das principais virtudes agenciadas por ele, principalmente no primeiro pronunciamento. No fragmento a seguir, ele deu um exemplo, do qual era uma das personagens principais, mostrando como se comportou diante do acontecido, tendo em vista se construir como um indivíduo honesto.

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 80**
> Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos brasileiros que me assistem. Há muitos anos, quando eu ainda era advogado do júri, no Rio de Janeiro, vivi episódio que me marcou muito pelo resto de meus dias. Eu começava no Tribunal do Júri, em 1978, 1979.
> Presidia o 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro o Juiz José Carlos Watzl, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça do meu Estado. Num processo de homicídio com três réus, ele nomeou três advogados dativos - eu, um deles - para fazerem, em nome do Tribunal, a defesa daqueles três réus que não tinham advogados. No dia do júri - eu, de beca -, o Dr. Watzl chamou os três advogados à sua sala, o representante do Ministério Público à sua sala, o oficial de Justiça e disse: "Eu confiei nos senhores. Eu os designei advogados dativos de três réus aqui no tribunal, e um dos senhores traiu a minha confiança, porque disse à família do réu que precisava de dinheiro para entregar a mim, para que o réu fosse absolvido, já que tinha sido escolhido por mim o advogado do acusado".
> Eu cheguei a gelar. E continuou: "Eu quero dar uma oportunidade ao advogado que fez isso. Para não ser representado no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, pela traição cometida e pela indignidade profissional, vai chamar a família do réu aqui e agora, na nossa frente, vai fazer um cheque e vai devolver o dinheiro que recebeu indevidamente em meu nome, traindo minha confiança". Um dos advogados colocou a mão na cabeça e disse: "Excelência, máxima permissa venia, data venia, fui mal-entendido quando falei com a família do réu. Eu não disse isso, eu não falei assim. Não era essa a minha intenção".
> O juiz disse: "O senhor vai chamar a família do réu aqui e agora e, na presença de todos os que aqui estão, vai fazer um cheque e devolver o dinheiro que pediu indevidamente em meu nome, eu, que confiei em V.Exa.
> Assim se deu esse episódio, e colhi na vida essa lição para sempre. É comum pessoas fazerem esse tipo de papel do colega advogado no 4º Tribunal do Júri, no Rio de Janeiro, que vi no passado. Muitos aqui, companheiros nossos, já devem ter passado pela situação de ver alguém, vendendo prestígio, vendendo intimidade, vendendo confiança, pedir dinheiro em nosso nome.

Ele contou a história com a finalidade de compará-la à situação na qual estava inserido e levar o interlocutor à conclusão de que era honesto, assim como as personagens da referida história. Ele tentou desviar a atenção do interlocutor, por alguns instantes, para um caso semelhante

ocorrido no passado, tentando reforçar o argumento de que estava sendo vítima de acusações infundáveis.

Além disso, ele tentou se construir também como um indivíduo leal ao longo do evento. A lealdade é um dos valores que predominou no final do evento (segundo pronunciamento). Naquele momento, ele buscou se reafirmar como o "amigo" do povo, pondo em cena a lealdade que familiares, colegas de trabalho, amigos íntimos e funcionários lhe dedicavam.

5.6.2. O domínio do estético, do hedônico e do ético: o herói e seus "amigos"

Durante todo o evento, o narrador-protagonista buscou enaltecer o povo, seus "amigos", ressaltando suas atitudes e seus valores. No entanto, essa estratégia atingiu o ponto mais alto no final do evento (segundo pronunciamento), quando estava para ser votado o pedido de cassação de seu mandato. Naquele momento, ele agradeceu ao povo, representado metonimicamente pela família, colegas de trabalho, empregados, professoras de canto etc., pondo em cena alguns de seus princípios e buscando se reafirmar na cena como político honesto, sério, leal, um "amigo" do povo.

Ele agradeceu a várias pessoas. Primeiramente, agradeceu à sua família, depois aos colegas, funcionários e amigos. Agradeceu, inicialmente, às mulheres, buscando se construir na cena também com um *gentleman*. Tentou mostrar ser um indivíduo que dá valor à família, em especial às mulheres. Segundo ele, as mulheres de sua família permitiram-lhe chegar àquele momento tão importante em sua vida. Ainda, segundo o narrador-protagonista, a estrutura familiar é peça fundamental na realização, no sucesso de um indivíduo.

Nesse grupo, ele agradeceu à avó, à mãe, à ex-mulher, à atual mulher, às filhas e a prima querida, buscando construir um *ethos* de bom neto, bom filho, bom marido, bom pai, primo querido. Ele tentou mostrar que tinha uma "família perfeita", conforme os preceitos da sociedade tradicional: pai, mãe, avós, filhos, primos, todos unidos. É importante lembrar que há uma representação na sociedade de que o "bom político" requer ter uma família como a do narrador-protagonista. Além disso, é interessante observar que salientou ter sido um pai

ausente, mas essa ausência se deu por motivos muito especiais: lutar pelo seu País, o que é muito nobre por parte de um homem:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 18**
> [...] A Ecila, mãe de meus filhos e avó de meus netos, amiga, guerreira, conselheira. Foi pai e mãe de meus filhos. Deu-me retaguarda para ir à luta, porque a luta política faz isso conosco, nos transforma em pais ausentes.

Depois, agradeceu às mulheres que trabalharam com ele. Naquele momento, ele salientou que não tinha preconceito contra homem, mas quem lhe permitiu o sucesso foi uma assessoria feminina – ele tentou reafirmar a imagem de indivíduo que valoriza as mulheres:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 18**
> [...] Eu quero agradecer às mulheres que trabalharam comigo. Não tenho preconceito contra homem - quero que este Plenário, de maioria masculina, entenda isso, ouviu, Capixaba, ouviu, Presidente? -, mas a minha assessoria sempre foi feminina, e isso sempre me permitiu o sucesso [...].

O narrador-protagonista se dirigiu às suas interlocutoras de forma bastante carinhosa: denominou-lhes "queridas", "meninas". Ele foi tecendo agradecimentos a esse grupo extenso: amigas, colegas, companheiras do PT, secretárias, assessoras de imprensa. Agradeceu também às professoras de canto e de música. Segundo ele, nos últimos tempos, os momentos mais felizes de sua vida foram proporcionados por essas aulas. Assim, buscou se construir como um indivíduo sensível (que canta e toca instrumentos), tentando desconstruir a imagem pré-construída de troglodita (homem truculento e violento):

> **Segundo pronunciamento – fragmento 18**
> [...] Agradeço a Denise Tavares e a Kátia Almeida, minhas professoras de canto e de música, todas duas. Elas são responsáveis pelas manhãs mais felizes que venho vivendo neste último ano de minha vida. Obrigado às duas. Elas me ensinaram que cantar é abrir o peito, é abrir o coração, é uma doação que a gente faz do espírito, é uma doação que a gente faz da alma [...].

O narrador-protagonista agradeceu à cidade natal. Ele reconheceu o apoio e a solidariedade que lhes foram dados em sua vida política. Logo, em seguida, ele agradeceu aos homens. Em primeiro lugar, agradeceu a um representante de Deus aqui na terra: ao Padre Jac, quem lhe

deu conforto espiritual, tendo em vista reafirmar a imagem de homem de religiosidade (e católico), que foi sendo construída desde o início do evento.

A partir de então, agradeceu aos amigos, aos irmãos, aos avôs, ao pai, ao filho, ao genro, aos colegas e companheiros do PTB, aos advogados, ao motorista. É interessante observar que ele agradeceu ao motorista, o que pôs em cena que a imagem de um indivíduo não preconceituoso:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 78**
> Agradeço aos amigos - alguns estão aqui - Lino, Viviane, Marco Antônio Miranda e Bia, Seu Walter, da Liderança; Ari, meu amigo especial da Liderança; Henrique, de Aquidauana; Totó Queiroz, meu irmão, de Paraíba do Sul; Tatão Paiva, Buck Jones, de Petrópolis; Anésio, meu companheiro há 23 anos, pensa como eu, tem a mesma vibração da inteligência; Murilo Rampinis, Mané Rampinis, Norberto, **Edu - Edu é meu motorista há 25 anos, meu filho mais novo ou mais velho, testado**; Pedro Henrique, Pedrão, Marco Aurélio, meu companheiro de gabinete há 16 anos aqui na Câmara dos Deputados [...].

Ao agradecer, traçou o perfil dos familiares, companheiros de trabalho, amigos, funcionários, o que a nosso ver constituiu uma grande estratégia. As pessoas descritas em seu discurso são virtuosas: fortes, sensíveis, religiosas, nobres, inteligentes, generosas, éticas, responsáveis, talentosas, leais, amigas. Há uma representação de que indivíduos inseridos em grupo de pessoas com tantas qualidades assim só pode ser alguém de muitas virtudes, uma pessoa que pratica o bem. Nesse sentido, principalmente de comparações e analogias, ele buscou mostrar os valores de seus familiares e "amigos" e reafirmar o *ethos* de indivíduo honesto, sério, leal, bom, generoso, religioso, sensível, que foi construindo ao longo do evento.

Esta estratégia do agradecimento foi bastante interessante. Ao pôr em cena valores de seus familiares, amigos, colegas e funcionários, o narrador-protagonista se manifestou também com tais valores: *pró-ethos* e *ethos*. Além disso, essas personagens representam o povo brasileiro. Portanto, ele "agradecia" ao povo, tentando persuadi-lo. Ainda, ao enaltecer os "amigos", ele também punha em cena imagens de si que acreditava importantes à argumentação como, por exemplo, o fato de ter se mostrado não preconceituoso ao agradecer ao seu motorista.

A seguir, verificaremos a trajetória discursiva do narrador-protagonista para se desconstruir como vilão e se construir, predominantemente, como herói e profeta.

5.7. A cena retórica: (des) construção de imagens de si e possíveis efeitos discursivos

> "Eu continuo sendo uma coisa, uma única coisa - eu continuo sendo um palhaço. E isso me coloca em um nível muito superior ao de qualquer político".
>
> Charles Chaplin.

Nesta seção, verificamos a trajetória discursiva do narrador-protagonista para se desconstruir como vilão e se construir, predominantemente, como herói e profeta. A princípio, mostramos como ele se fragmentou ao longo do evento. Posteriormente, verificamos as principais imagens de si no discurso, enfocando a de herói e a de profeta.

5.7.1. A metamorfose do vilão: nasce um profeta, forma-se um herói

Quando o narrador-protagonista se pôs em cena para contar sua versão sobre o esquema do "Mensalão", embora tenha negado os papéis de herói e de vilão, seu objetivo foi (des) construir a imagem de vilão (corrupto e troglodita) com a qual foi inserido na trama e, conseqüentemente, se construir com imagens que pressupunha favoráveis à sua argumentação. Assim, em um primeiro momento, ele tratou de desconstruir a figura do vilão. É importante ressaltar que a desconstrução de uma imagem já implica a construção de outras.

5.7.2. A desconstrução do vilão

No processo de desconstrução da imagem de vilão, as refutações foram fundamentais. Inicialmente, o narrador-protagonista negou as acusações e tentou explicar todos os fatos nos quais estava envolvido. Posteriormente, negou os papéis de ator, advogado e político, manifestando-se, portanto, como cidadão honrado e ser humano "comum", tendo em vista fazer com que o povo se identificasse com essas imagens. Não podemos nos esquecer de que a imagem era de um cidadão exemplar (honrado) e de um ser humano como qualquer outro (homem com defeitos e virtudes). Mas, conforme vimos no decorrer da análise, ele não conseguiu se sustentar com essas imagens, deixando que o parlamentar se manifestasse de forma predominante na figura do líder político supremo (o profeta e o herói).

Além disso, o vilão tinha um passado comprometedor: já havia sido acusado de corrupção na CPI de PC Farias e era descrito como um troglodita (*ethos* pré-discursivo), por causa de suas atitudes e seu porte físico. Desde o início do governo Lula, ele tentava mudar essas imagens. Portanto, através de um diálogo com o jornalista Expedito Filho, jornal *O Estado de São Paulo*, tentou mostrar que como não pretendia voltar a ganhar peso também não queria novamente enfrentar fama de corrupto. Vejamos:

> **Primeiro pronunciamento - fragmento 81**
> Há um preconceito contra mim que eu não consegui quebrar, e é culpa minha, Sras. e Srs. Deputados. Confesso que, no passado, **eu vendia aquela imagem de troglodita** mesmo: 175 kg.
> Lembro-me de que, na sessão solene pela morte do Deputado Luis Eduardo Magalhães, eu estava de terno de linho branco, era gordo, enorme [...].
> **Era um troglodita, sim.** Expedito tem razão. Mas, Expedito, quero lhe dizer uma coisa, amigo: **usei revólver na cintura, pratiquei tiro ao alvo a minha vida inteira porque fazia disso uma muleta.**
> [...] **Eu era um troglodita, sim**.
> **Eu queria vender a imagem do homem valente, bravo**. E não descobri isso por mim mesmo, não, mas na terapia que fiz para fazer a cirurgia. Precisava enxergar medo para não ver rejeição. Eu era uma espécie de fantasma da ópera, eu era o fantasma do Parlamento. Eu temia o olhar de rejeição, por isso fazia aquela cena de troglodita, de homem bravo. Eu tinha medo do olhar de rejeição e preferia substituí-lo pelo olhar de medo. **Mas não sou aquele troglodita que, no passado, demonstrei como imagem a que o Expedito se referiu: "Troglodita temido. Hoje, metido a cantar árias".**
> **Melhorei por dentro e por fora. Sou muito mais sereno, muito mais calmo, estou numa situação muito melhor. Minha auto-estima subiu. Fiz plástica. Voltar ao peso ideal não é fácil. Tinha 175cm de cintura, hoje tenho 100. Sobrou e tive de fazer plástica**. Não é fácil voltar à normalidade. Mas eu me sentia o fantasma do Parlamento. Repito: precisava intimidar com aquela imagem de valente, para não enxergar nos olhos das pessoas a rejeição que hoje vi na rua no olhar de alguns: "Ali o cara envolvido no escândalo dos Correios" [...].
> Expedito, amigo, você, que já me ajudou tanto na época da CPI quando dizia que eu exagerava na adjetivação à Veja, sabe que **não sou o troglodita que quer intimidar as pessoas** às quais você, de novo, se refere na sua matéria no jornal O Estado de S.Paulo

Inclusive, no final do primeiro pronunciamento, ele se dirigiu a Genoíno, presidente do PT, para reafirmar ter fama de troglodita, mas não de ladrão. Vejamos o fragmento:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 33**
> Digo também ao meu amigo Genoino, que como eu não se afasta da ética - sempre tive fama de troglodita, mas nunca de ladrão: o PTB não teme a CPI.

Conforme já dissemos na subseção "O domínio do estético, do hedônico e do ético: o herói e seus "amigos", ao agradecer ao povo, ele tentou reafirmar a imagem de homem sensível, fino em contraposição ao troglodita. Segundo ele, agora tinha aulas de canto.

O vilão sai de cena. Entra o herói. Mas, antes disso, nasce o profeta.

5.7.3. A fragmentação do "eu"

Tendo em vista levar o interlocutor à conclusão de que falava a verdade (portanto era inocente), o narrador-protagonista se manifestou na cena com várias imagens. Vejamos a figura 11:

FIGURA 12 - Imagens de si construídas pelo narrador-protagonista durante a CPMI dos Correios

No entanto, algumas dessas imagens ganharam força ao longo do evento. Conforme dissemos na subseção "O jogo de formas nominais e pronominais: as máscaras do locutor", o narrador-protagonista se manifestou, predominantemente, como: i) político honesto e sério; ii) cidadão honrado; iii) ser humano "comum"; iv) advogado competente; v) herói e profeta. Vejamos:

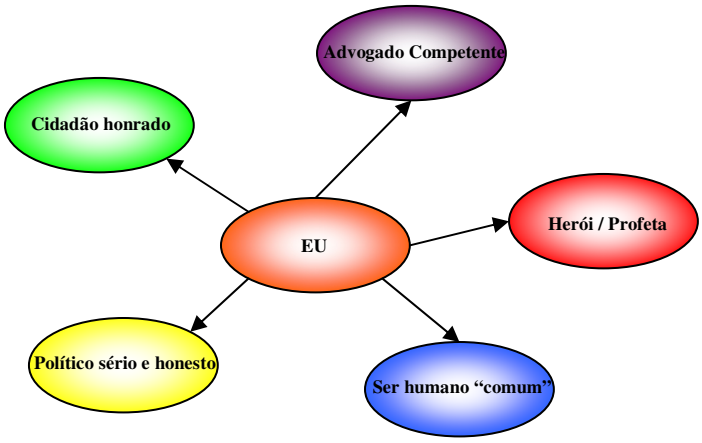

FIGURA 13 - Principais imagens de si produzidas pelo narrador-protagonista durante a CPMI dos Correios

A imagem de político sério e honesto apareceu logo no início do evento (primeiro pronunciamento), quando o narrador-protagonista estava preocupado apenas em se defender (discurso de justificação).

Na abertura do pronunciamento, ele usou um exemplo do começo de sua carreira de advogado para mostrar que era sério e honesto (produzir uma prova) e para ilustrar a situação que vivia com Mauricio Marinho (efeito de exemplificação). Vejamos:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 82**
> [...] Há muitos anos, quando eu ainda era advogado do júri, no Rio de Janeiro, vivi episódio que me marcou muito pelo resto de meus dias. Eu começava no Tribunal do Júri, em 1978, 1979. Presidia o 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro o Juiz José Carlos Watzl, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça do meu Estado. Num processo de homicídio com três réus, ele nomeou três advogados dativos - eu, um deles - para fazerem, em nome do Tribunal, a defesa daqueles três réus que não tinham advogados. No dia do júri - eu, de beca -, o Dr. Watzl chamou os três advogados à sua sala, o representante do Ministério Público à sua sala, o oficial de Justiça e disse: "Eu confiei nos senhores. Eu os designei advogados dativos de três réus aqui no tribunal, e um dos senhores traiu a minha confiança, porque disse à família do réu que precisava de dinheiro para entregar a mim, para que o réu fosse absolvido, já que tinha sido escolhido por mim o advogado do acusado".
> Eu cheguei a gelar. E continuou: "Eu quero dar uma oportunidade ao advogado que fez isso. Para não ser representado no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, pela traição cometida e pela indignidade profissional, vai chamar a família do réu aqui e agora, na nossa frente, vai fazer um cheque e vai devolver o dinheiro que recebeu indevidamente em meu nome, traindo minha confiança".
> Um dos advogados colocou a mão na cabeça e disse: "Excelência, maxima permissa venia, data venia, fui mal-entendido quando falei com a família do réu. Eu não disse isso, eu não falei assim. Não era essa a minha intenção".
> O juiz disse: "O senhor vai chamar a família do réu aqui e agora e, na presença de todos os que aqui estão, vai fazer um cheque e devolver o dinheiro que pediu indevidamente em meu nome, eu, que confiei em V.Exa.".
> Assim se deu esse episódio, e colhi na vida essa lição para sempre

Essa imagem de político honesto e sério foi sendo reforçada ao longo não só deste pronunciamento, mas de todo o evento. No pronunciamento em questão, ela se fez presente principalmente quando fez saber o valor de seu patrimônio:

> **Primeiro pronunciamento – fragmento 79**
> Policarpo, você diz na matéria que muitos, em especial eu, usam esses cargos de governo para enriquecimento ilícito. Quero dizer a você, amigo, que **não estou fazendo voto de pobreza e tenho dois patrimônios na vida: uma casa em Petrópolis, avaliada em 500 mil reais, e meu escritório no Rio de Janeiro, que deve valer uns 100 mil reais. Tenho 23 anos de mandato** [...]
> **Tenho uma casa em Petrópolis no valor de 500 mil reais, tenho à disposição meu Imposto de Renda para V. Exas. conferirem, desde que sou Deputado Federal, e um escritório no Rio de Janeiro que vale 100 mil reais**.

O narrador-protagonista se utilizou, bastante, de quantificadores, tendo em vista produzir um efeito de verismo. Ao enunciar o valor de seu patrimônio (uma casa avaliada em 500 mil reais e um escritório no valor de 100 mil reais - agenciado duas vezes no fragmento), o narrador-protagonista fez saber que tinha o suficiente para viver (ele possui moradia e emprego). *A priori*, esta estratégia é interessante porque os bens e seus valores podem ser averiguados: trata de dados concretos e não de simples opiniões. Ao mesmo tempo, o narrador-protagonista deu a conhecer que não era um homem rico, até porque a carreira política não permitia isso. Ele fez saber um patrimônio condizente com sua função social.

Já no decorrer do evento (logo no início do depoimento, por exemplo), surgiu a figura do cidadão honrado (pai, avô, chefe de família) e do ser humano "comum". O narrador-protagonista pôs em cena o homem e sua condição humana de errar e acertar, de ser portador de virtudes e defeitos, numa referência ao homem descrito no discurso religioso. Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> Enfrento uma luta aqui como **cidadão, como homem, como chefe de família, como pai, como avô, que sai daqui do Congresso Nacional da maneira que entrou: pela porta da frente.**
> **Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes**. E vou sair daqui de cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: "Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito". Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.
>
> **Segundo depoimento – fragmento 14**
> O mandato eu sublimei, mas não faço concessões à honra. Perfeito? Não sou. Passei, como Presidente do PTB, na construção do meu Partido, aliás de braços dados e esposado

> com outros presidentes, pelo afrouxamento das regras da eleição e do financiamento das campanhas.

Através de uma citação religiosa, o narrador-protagonista buscou tornar crível sua tese de que era um homem honrado – segundo ele a honra é a virtude mais importante em um homem. Segundo Maingueneau, o "valor de autoridade ligado a toda enunciação ("é verdade, porque eu o digo") é geralmente insuficiente e cada formação discursiva deve apelar à autoridade pertinente, considerando sua posição" (MAINGUENEAU, 1997, p. 86). É interessante observar que ele tematizou, de forma marcada, o mandato, com a finalidade de intimidar os parlamentares: "O mandato eu sublimei [...]":

> Pode-se dizer que, de modo geral, ao recorrer às construções com tema marcado, o falante seleciona um elemento (estado de coisas, propriedade, relação, coordenada espacial ou temporal, indivíduo ou grupo de indivíduo, etc.) que deseja ativar ou reativar na memória do interlocutor e sobre o qual seu enunciado deverá lançar nova luz para apresentar a seguir algo que considera desconhecido por este, que deseja enfatizar ou com o qual pretende estabelecer algum tipo de contraste (VILELA; KOCH, 2001, p. 523).

No período concessivo, o locutor, apesar de aderir ao que foi proferido na oração principal, distanciou-se desse enunciado para assimilar-se ao dito na oração concessiva, refutando, através de uma negativa, um ato de fala assertivo pressuposto a partir dessa oração: faço concessões à honra. "O mas de refutação recusa a legitimidade daquilo que um destinatário disse ou pensou, ou poderia ter dito ou pensado [...]" (MAINGUENEAU, 1997, p. 166). Segundo Maingueneau, é importante ressaltar que nesse caso não se trata de uma simples oposição entre dois enunciados e sim um afrontamento entre locutor e um destinatário, seja ele real ou fictício (1997). O locutor recusou a asserção "Faço concessões à honra" através de atos de justificação: "Perfeito? Não sou. Passei, como Presidente do PTB, na construção do meu Partido, aliás de braços dados e esposado com outros presidentes, pelo afrouxamento das regras da eleição e do financiamento das campanhas".

Nessa justificativa, em um primeiro momento, através de uma pergunta retórica, ele reafirmou sua condição humana - "Perfeito? Não sou" - para somente depois pôr em cena seus argumentos. Ele agenciou dois argumentos, sendo que o segundo, introduzido pelo operador "aliás", funcionou, predominantemente, como um argumento decisivo:

> [...] ele é apresentado como se fosse desnecessário, como se se tratasse de simples "lambuja", quando na verdade, é por meio dele que se introduziu um argumento decisivo, com o qual se dá o "golpe final", resumindo ou coroando todos os demais argumentos. Trata-se do operador **aliás**" (KOCH, 1997, p. 33, grifo da autora).

Ao se manifestar como um cidadão honrado e um ser humano "comum", ele tentou fazer com que o povo aderisse ao seu discurso, uma vez que acreditava poder haver uma identificação do povo com essas imagens. Além disso, ele se manifestou também como advogado competente, tendo em vista intimidar os adversários. Vejamos:

> **Segundo depoimento – fragmento 60**
> O povo cansou dos políticos. No processo do Presidente Collor – vejo ali atrás velhos jornalistas que estão ficando de cabeça branca, como eu, que me acompanharam naquela fase, há treze anos, no passado –, eu não brilhei como político. Como político, fui um fracasso, porque fiquei contra a onda de opinião. **Eu tive rútilo como advogado.** Político estou; **advogado eu sou**. Amanhã posso deixar de ser, até por vontade dos senhores, Deputado Federal aqui nesta Casa, no Congresso Nacional. Mas **advogado serei até o momento em que nosso Deus me chamar a seu convívio** – se Ele achar que eu mereço, Sr. Presidente; se Ele achar que eu mereço. **Sou advogado**. Lá eu não brilhei como político, porque esposei o que eu entendia ser a razão contra toda a onda de opinião. **Cento e três processos cuja defesa ajudei a escrever, cento e três absolvições**.

No entanto, durante a trajetória discursiva, além dessas imagens, o locutor pôs em cena uma imagem que predominou no discurso - a do guia supremo, que se desdobrou na figura do herói e do profeta -, tendo em vista despertar admiração e confiança no povo bem como ira e temor nos adversários políticos.

De político honesto e sério (dominação legal), o narrador-protagonista buscou se construir como herói e profeta (dominação carismática).

5.7.4. O nascimento do profeta

A imagem do profeta, assim como a do herói , apareceu a partir dos depoimentos, momento em que o narrador-protagonista denunciou o esquema de financiamento ilegal das campanhas eleitorais no Brasil e revelou o do "Mensalão".

A partir de então, segundo o narrador-protagonista, passou a ser perseguido, principalmente pela mídia - tanto o profeta quanto o herói sofrem perseguições uma vez que rompem com uma ordem preestabelecida[108]. O narrador-protagonista enfatizou seu sofrimento e o de sua família, depois das denúncias, buscando se construir na cena como vítima. Vejamos os fragmentos:

> **Primeiro depoimento – fragmento 03**
> Nesse dia, **a Juíza da 10ª Vara Federal de Brasília**, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, **manda invadir** duas residências em Petrópolis, de forma leviana. Que ela esteja me ouvindo, para eu repetir isso para ela ouvir: leviana, solerte. Primeiro, **invade** a casa de um menino que mora no Valparaíso, chamado Marcos Silva Vasconcelos, que trabalha no Rio com a esposa, em frente à Beneficência Portuguesa, ao lado do metrô. **Arrombaram a porta, levaram tudo**. Só que esse rapaz não é o meu genro. Meu genro mora no Retiro, do outro lado da cidade. No dia em que eu estava depondo, a ordem judicial tão leviana não sabia onde era a casa de minha filha – tão leviana, tão açodada, tão solerte, tão desonesta, tão comprometida com o Governo, como estava o inquérito da Polícia Federal e o civil do Ministério Público.
> Uma hora da tarde, recebo uma ligação da mãe de meus filhos. Fabiana estava em casa, ela... **Os marginais: minha filha de 28 anos, meu neto de um ano de idade, o Bernardo, o caseiro, a empregada. Seis homens de colete e metralhadora da Polícia Federal, mais um Procurador e um Delegado arrombaram o portão e invadiram a casa – helicópteros, um cerco de helicópteros – da minha filha**, na hora em que eu ia sentar para depor.

> **Segundo depoimento – fragmento 55**
> Quando me senti isolado, no dia 6, com aquela **matéria covarde do** "diário oficial", que é o jornal **O Globo** [...] E, quando me senti atingido pela revista que compõe o "diário oficial", **a revista Época**, que pôs a mãe de meus filhos e a avó de meus netos de baby-doll na revista e abriu a porta do meu banheiro e me colocou sentado na privada, **numa matéria desconstrutiva da minha imagem**, eu disse aos meus companheiros de meu partido que fazem a cúpula: "**O Governo vai botar o cadáver no colo do PTB. Olha a imprensa oficial como está vindo."** Cometemos um erro. Quando recuei da CPI, tirei minha assinatura, me enfraqueci.

Nos dois fragmentos, o narrador-protagonista tentou fazer com que o povo se visse naquelas situações, ou seja, se identificasse com aqueles acontecimentos: ter a casa de sua família invadida, ter sua filha, seu neto, desprotegidos, apenas com os empregados, sendo tratados como se fossem bandidos, ter a intimidade de sua família exposta: "é evidente que, por força das circunstâncias, aquele que está a ponto de sentir piedade se encontra numa situação de tal ordem que há-de pensar que ele próprio, ou alguém de sua proximidade, acabará por sofrer algum mal, idêntico ou muito semelhante a um mal destruidor e aflitivo [...]" (ARISTÓTELES, 2005, p. 184).

[108] Cf. Bíblia Sagrada (1995) e Campbell (1989).

Ele descreveu as cenas, detalhadamente, ressaltando as características dos marginais, a idade de sua filha e de seu neto, o fato de que estavam somente com os empregados, a quantidade de policiais, a maneira como estavam armados, as armas usadas, como adentraram na casa, o uso de helicópteros (através de uma oração intercalada), a maneira como sua família se encontrava no momento, tendo em vista reforçar na mente do interlocutor uma imagem "negativa" da juíza e da mídia, em especial do jornal *O Globo.*

É importante ressaltar que o narrador-protagonista buscou se construir durante o evento com a imagem de três vítimas diferentes. Primeiramente, como vítima de chantagem por parte de Molina e Fortuna. Depois, como vítima de uma conspiração entre a mídia e o governo (Teoria da Conspiração). Por fim, vítima da mídia que passou a tecer declarações falaciosas a seu respeito. Em todas as "construções", pretendia sensibilizar o povo para que esse aderisse ao seu discurso (era inocente).

Aristóteles ressalta que sentimos compaixão por nossos semelhantes (nossos amigos). Segundo ele, as coisas que receamos para nós são as mesmas que geram compaixão quando acontecem aos outros. Além disso: "mas, **sobretudo, o que inspira piedade é ver gente honrada em situações tão críticas** (ARISTÓTELES, 2005, p. 186, grifo nosso). É importante lembrar que o locutor manifestou-se, em vários momentos, como um homem honrado:

> **Segundo depoimento – fragmento 08**
> Sou um homem, com erros e acertos; defeitos e virtudes. E vou sair daqui de cabeça erguida. Lendo Mateus eu vi lá escrito: "Não temais aquele que pode matar o corpo, temei o que pode matar a sua alma e o seu espírito". Um homem que não tem honra não tem alma. O homem desonrado é um zumbi, não tem espírito.
>
> **Segundo depoimento – fragmento 14**
> O mandato eu sublimei, mas **não faço concessões à honra** [...]

Na perspectiva de Braud (2007, p. 351), a vítima sofre tanto um prejuízo moral ou material como também cria em torno de si mesma um halo emocional, ou seja, certos sentimentos como, por exemplo, a simpatia ou a piedade. Além disso, pode suscitar também, em alguns casos, a solidariedade embasada na indignação e na compaixão.

Segundo o autor, o sentimento de vítima é uma lamentação sobre si mesmo, embasada na certeza de ter sofrido uma injustiça. Além disso, a eficácia da reivindicação de vítima depende obviamente da sua plausibilidade. Para despertar simpatia, a verdadeira vítima deve ser vista como "inocente". Nem responsável por seu próprio infortúnio, nem culpada de qualquer crime cometido que seja equivalente a infortúnio grave. Braud ressalta que é por esse motivo que tiranos depostos, apesar de se manifestarem como vítimas, alguns têm entendido mal a suscitar compaixão ativa, mesmo que, aos olhos dos seus seguidores, eles pareçam mártires.

A solidariedade diz respeito à ajuda mútua, à adesão a uma causa. Para Braud (2007, p. 354), a solidariedade é um sentimento de dependência mútua fundado com a consciência de um interesse comum para permanecer unidos. Segundo o autor, a verdadeira solidariedade é um sentimento que se baseia em algo mais forte do que mera compaixão: o sentimento de identidade.

Já a compaixão, segundo Aristóteles (2005, p. 184), refere-se a uma dada pena causada pelo surgimento de um mal destruidor e aflitivo, que afeta quem não merece ser afetado, podendo também fazer sofrer tanto a nós próprios quanto a algum dos nossos, principalmente quando esse mal nos ameaça de perto.

Além de sofrer perseguições - Cristo dizia que nenhum profeta é bem aceito em sua pátria (Lc, 4, 24) e contava a si mesmo entre os profetas que Jerusalém fazia questão de matar (Lc, 13, 33), o profeta nasce predestinado e sabe de seu destino. Durante o evento (segundo depoimento), o narrador-protagonista ressaltou que tinha uma missão e, no final, declarou:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 83**
> **Cumpri minha missão**. Não arredo uma vírgula do que disse, nem mudo uma palavra do que já falei. [...].

Curiosamente, no início do segundo depoimento, ele se referiu à carta do tarô "A fortuna", que significa a garantia de cumprimento de um destino, representado pela lei de causa e efeito e também pela lei da compensação. Conforme esta carta, tudo leva a crer que de um jeito ou de outro o destino de uma pessoa será cumprido (NAIFF, 2006).

O profeta é também aquele que ouve o povo, que o conforta sempre que necessário, que está atento às suas aflições, assim como o fez o narrador-protagonista durante a CPMI dos Correios:

> **Segundo depoimento – fragmento 60**
> **O povo cansou dos políticos.** No processo do Presidente Collor [...] eu não brilhei como político. Como político, fui um fracasso, porque fiquei contra a onda de opinião [...]

No fragmento acima, conforme dissemos, o narrador-protagonista tematizou o povo, tendo em vista se construir na cena não só como um político que tem consciência das reivindicações do povo, mas também como um profeta, um indivíduo que ouve o clamor do povo. Ainda, o profeta prediz acontecimentos futuros: ele é o visionário. Vejamos:

> **Segundo depoimento - fragmento 16**
> Se PC "faria" – e fez –, hoje, Delúbio e Marcos Valério fazem e outros que virão continuarão a fazer se não mudarmos essas práticas de financiamento eleitoral.

Acima, o narrador-protagonista, através de uma oração subordinada condicional, advertiu o povo do que pode vir a acontecer caso não ocorram mudanças no sistema de financiamento eleitoral. Acreditamos que essa advertência tem valor de uma previsão: é como uma profecia divina. É importante observar que o narrador-protagonista colocou a responsabilidade pelas mudanças na classe política, incluindo-se nela (uso do pronome "nós").

Mas o profeta é, sobretudo, aquele que revela coisas escondidas. Durante o evento da CPMI dos Correios, o narrador-protagonista revelou o esquema do "Mensalão", denunciando parlamentares, empresas e civis:

> **Primeiro depoimento – fragmento 10**
> Desde agosto de 2003, é voz corrente em cada canto dessa casa, que o seu **Delúbio, com o conhecimento do seu Zé Genoíno....SIM... tendo como pombo-correio o seu Marcos Valério**, que é um carequinha que é **publicitário lá de Minas Gerais**, **repassa dinheiro a partidos que compõem a base de sustentação do governo no negócio chamado mensalão.**

No final do evento (segundo pronunciamento), ele reafirmou essa revelação, ao declarar:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 67**
> [...] **Tirei a roupa do rei,** mostrei ao Brasil quem são esses fariseus (palmas), mostrei ao Brasil o que é o Governo Lula, mostrei ao Brasil o que é o Campo Majoritário do PT

Em uma alusão ao conto maravilhoso "A roupa nova do imperador", de Hans Christian Andersen (1837), o narrador-protagonista confirmou sua verdade. O rei a que se refere não é um mero rei, é o Presidente Lula. Os larápios são a cúpula do PT. O menino lúcido é o narrador-protagonista (Roberto Jefferson). Essa associação é possível tendo em vista que entre rei e presidente há traços semânticos comuns como, por exemplo, relativos ao cargo mais alto correspondente à ação de governar um país. Nu está no sentido de desprovido de vestimenta (expor a nudez, revelar a verdade). Além disso, há traços semânticos comuns entre o menino lúcido e o narrador-protagonista (denunciaram a verdade); os larápios e a cúpula do PT (enganaram o rei).

No conto "A roupa nova do imperador", um rei, em sua ingenuidade, deu ouvidos a dois trapaceiros que chegaram ao reino. Esses larápios apresentaram-se como artesãos para fazer uma roupa especial para o rei. A roupa, quando vestida, somente poderia ser vista por quem fosse sábio ou por quem estivesse adequado para o cargo que exercia. O monarca acreditou nos trapaceiros, que o enganavam com a promessa de tecer um pano supostamente visível por quem fosse digno disso. Como todos, cortesãos, ministros, povo e mesmo o rei, tivessem medo da confirmação da pecha de estupidez ou incompetência, todos, sem exceção, passaram a elogiar o traje do rei. Até que o próprio rei, mesmo não conseguindo ver as vestes, desfila "vestido" com elas na procissão, diante de seus súditos, que não paravam de aclamar a magnificência do traje. No entanto, uma criança no exercício de sua lucidez, gritou: "O rei está nu!".

Conforme vemos, a alusão ao conto é bastante significativa, tendo em vista a descrição que o narrador-protagonista fez tanto do presidente quanto da cúpula do PT ao longo do evento: o presidente, segundo ele, foi ingênuo, porque delegou a mãos erradas:

> **Segundo pronunciamento - fragmento 65**
> Não acuso o Presidente Lula de participar de desonestidade. Ele é como José Genoíno. Ontem, assisti ao José Genoíno na CPMI. Ele assinou contrato de empréstimo de 17 milhões de reais, outro de 2 milhões de reais, mas não leu. (Risos.) Houve o acordo político-financeiro com todos os partidos da base - o meu, em especial, tratei com ele diretamente -, mas ele não se lembra e não fez. **O Presidente Lula** é uma espécie de Genoíno na Presidência da República, não sabe o que lê, não sabe o que assina, não sabe o

> que faz. Ele é o Genoíno do Planalto, e **deu a mãos erradas, a Luiz Gushiken e José Dirceu, a confiança que o povo do Brasil depositou nele.** Errou [...]

Posteriormente, ele foi omisso, porque ficou sabendo do esquema de corrupção e não tomou nenhuma providência (um rei omisso). Além disso, é interessante observar a hipocrisia de todos perante o mau governo do presidente. O presidente é um mau governante, porque é ingênuo demais. Diante dos acontecimentos, acabará sozinho:

> **Segundo pronunciamento – fragmento 66**
> O rei está ficando sozinho no tabuleiro. Já queimou os peões, está perdendo a base, está queimando as torres, os cavalos, os bispos.

Nessa perspectiva, o narrador-protagonista se projetou na cena como o menino do conto: o sábio, o lúcido, o vidente que desnudou a verdade ao povo. Esse menino pode ser visto também como o profeta: o que tudo vê e tudo sabe.

No entanto, é importante ressaltar que essa revelação se deu, na realidade, porque o narrador-protagonista desejava vingança, característica que o colocou mais próximo do povo (da condição humana), o que nos permite dizer que ele se manifestou também como o herói.

5.7.5. A formação do herói

A origem do herói apresenta um fator de tragédia (CAMPBELL, 1998). É o nascimento traumático que no caso do narrador-protagonista pode ser considerado como a traição pelos aliados políticos. No entanto, o herói se caracteriza, fundamentalmente, por um ato moral: a denúncia:

> **Primeiro depoimento – fragmento 09**
> Explico a V.Exa. **Não há partido nenhum aqui que faça diferente, nem o de V.Exa. Nenhum partido aqui, recebe ajuda na eleição que não seja assim; nenhum. Eu tenho a coragem de dizer de público aqui: Eu não aluguei o meu partido, não fiz dele um exército mercenário nem transformei os meus colegas de bancada em homens de aluguel, mas eu sei de onde vêm os recursos das eleições e todos sabem.** Aqui, todos sabem de onde vêm. Só que nós temos a hipocrisia de não confessar ao Brasil. Eu estou assumindo isso, aqui. E faço como pessoa física, faço como Roberto Jefferson. **Os dinheiros vêm dos empresários que, a maioria das vezes, mantêm relação com as empresas públicas. É assim e sempre foi**. E essas oligarquias antigas, corrompidas,

> corrompedoras, acabaram por contaminar até a bandeira que, durante 25 anos, lutou a favor da ética e da moralidade na coisa pública. Infelizmente, Sr. Presidente. Todo mundo sabe de onde vem o recurso aqui. Não há quem não faça eleição assim. Nós precisamos é abrir aqui na Comissão de Ética essa ferida para que o Brasil saiba como é.

Conforme o fragmento acima, além de denunciar como funcionava o financiamento das campanhas eleitorais no Brasil, ele ainda confessou que também o praticava da mesma forma: o herói denuncia e confessa (CAMPBELL, 1998). O narrador-protagonista se projetou durante o evento da CPMI dos Correios também com o *ethos* de humanidade (confissão).

Além de algumas características do profeta como, por exemplo, ser alvo de perseguição, ter carisma, ouvir o povo, o herói encarna, com veemência, alguns valores tais como, a lealdade, a coragem, a generosidade, a força física, a temperança (CAMPBELL, 1998). Ao intimidar a classe política, o narrador-protagonista pôs em cena um *ethos* de coragem. Ele não só intimidou os adversários como também os ironizou, pondo em cena o poder do qual acreditava dispor naquele momento. Conforme ele declarou, não estava preocupado com a classe política e sim com o povo.

Além disso, o herói declarou ser a lealdade e a honra as maiores virtudes de um ser humano e assumiu ter essas qualidades: se mostrou leal ao povo e ao seu partido, conforme podemos ver no fragmento a seguir:

> **Primeiro depoimento - fragmento 84**
> Não sou melhor do que ninguém - sou igual. Por que que eu estou fazendo isso? **Eu vou lavar a honra do meu partido. Eu vou lavar a honra dos eleitores que acreditaram no PTB. Eu vou lavar a honra dos meus colegas de partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, mesmo que eu viva, Presidente, algumas incompreensões.**

6. CONCLUSÃO

O objeto deste trabalho foi definido como sendo o estudo sobre as estratégias discursivas postas em cena por Roberto Jefferson, em depoimentos e pronunciamentos, dados junto à CPMI dos Correios. A análise realizada leva à constatação de que Roberto Jefferson utilizou estratégias a partir das representações sociodiscursivas do grupo social do qual faz parte e no qual está inserido. Nos pronunciamentos e depoimentos realizados pelo então deputado durante o evento, a dimensão representacional (imagens de si e do outro), a emotiva (emoções) e a técnica (argumentos lógicos) se plasmam, com destaque, podendo, inclusive, constituir um modo de organização: o retórico. Neste modo a dimensão técnica sustenta a dimensão representacional e a emotiva. No entanto, a dimensão representacional, constituída pelo *ethos*, *anti-ethos* e *pró-ethos,* predomina no referido discurso. Todas as dimensões constituem um elo, cuja função discursiva depende da articulação das três.

Os modos enunciativo, narrativo, descritivo e argumentativo constituem os "tentáculos" do modo retórico, sustentando-o como se fosse um "guarda-chuva": seus recursos lingüísticos e/ou discursivos foram agenciados, mobilizados e organizados em função da constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional), da patemização (dimensão emotiva) e dos argumentos lógicos (dimensão técnica). O narrativo teve função ímpar no processo, uma vez que Roberto Jefferson, na condição de narrador-protagonista, se pôs a recontar a história do "Mensalão", inserindo as personagens na trama, ora as tematizando; ora as interpelando. Nesse sentido é que acreditamos ter sido este modo agenciado como pano de fundo para os demais modos, mas, sobretudo, para o retórico. Em outras palavras, a construção de imagens com fins persuasivos se deu no contexto de uma trama, cujas personagens foram inseridas estrategicamente.

Embora Roberto Jefferson tenha se manifestado na cena com a imagem de político honesto e sério, de cidadão honrado e de ser humano "comum", sobressaiu-se a imagem do "Salvador da Pátria" (profeta e herói), que ele crê estar contida nos imaginários do povo brasileiro.

O profeta e o herói são figuras marcadas pela quebra da ordem preestabelecida, pela traição, pela perseguição e pelo martírio, cujo fim se destina a salvar o povo. No entanto, elas se

diferem em alguns aspectos a nosso ver. A marca fundamental do profeta é predizer o futuro e revelar a verdade (BÍBLIA SAGRADA, 1995). O herói se encontra mais próximo do "humano", "uma vez que encarna valores tais como, coragem, virilidade, generosidade, força física, lealdade e temperanças", e se caracteriza, principalmente, por um ato moral: a denúncia (CAMPBELL, 1998). Acreditamos que denúncia e revelação, embora dicionarizadas com o mesmo "sentido", têm significado diferente. A revelação é da ordem do profeta, do divino e diz respeito à divulgação de coisa ignorada, como o esquema do "Mensalão", por exemplo. Já a denúncia é da ordem do herói e se refere à evidência de algo não ignorado pelo outro (por isso se diz delatar). Roberto Jefferson, "herói", denunciou o financiamento ilegal de campanhas eleitorais no Brasil. Roberto Jefferson, "profeta", revelou a verdade sobre o esquema do "Mensalão".

Geralmente o herói apresenta alguma característica que o torna mais "humanizado" (CAMPBELL, 1998) como, por exemplo, o ressentimento de Roberto Jefferson por ter sido traído pelos aliados políticos, o que o levou à vingança. Roberto Jefferson assumiu a figura do herói e do profeta, tendo em vista tentar fazer com que o povo se identificasse com essas imagens e, assim, aderisse à sua fala.

O então líder político projetado na trama (o herói e o profeta) buscou a cumplicidade do povo, conclamando-o a construir uma nação para todos. Nesse sentido, ele o convocou a participar de sua trajetória de "mártir denunciante" dos esquemas de corrupção que, segundo ele, assolam o País. No entanto, esse "convite" não passou de um discurso autoritário que tentou falsear o discurso do adversário, silenciar a voz do próprio povo, da mídia e se impor e impor seu discurso como único discurso verdadeiro capaz de resolver os problemas do País.

Ele trouxe para seu discurso aspectos religiosos, didáticos e pedagógicos que "diziam" qual deveria ser o melhor caminho a ser seguido, o melhor projeto de governo a ser adotado, o melhor líder a ser seguido. "Vozes" com efeitos moralizantes e pedagógicos, expressos através de citações religiosas, narrativas infantis e religiosas e provérbios atravessaram o discurso de Roberto Jefferson durante o evento. Portanto, o discurso político da CPMI dos Correios ficou caracterizado por uma função didático/pedagógico/moralizante.

Roberto Jefferson foi mudando de estratégia no decorrer do evento, o que pôs a nu o jogo que parece se estabelecer na política brasileira. No primeiro pronunciamento, uma vez que

acreditava poder sensibilizar a mídia, o governo e o PT a ajudá-lo a se esquivar das acusações, estabeleceu relações cordiais com esses interlocutores e buscou se construir como um político honesto e sério. Não conseguindo nenhum apoio, mudou as regras do jogo. Passou a partir de então a tecer várias denúncias na mídia, acusando o PT de ser o principal responsável pelo esquema do "Mensalão" e, ainda, denunciando outras mazelas da política brasileira como, por exemplo, o financiamento irregular de campanhas eleitorais. Nesse sentido, ele tentou contar com o apoio do povo, a quem conclamou como seus aliados, seus cúmplices e com quem buscou estabelecer uma relação de amizade. A CPMI dos Correios transformou-se em palco de troca de acusações, deboches e ironias, o que, a nosso ver, tirou sua credibilidade e expôs as vísceras do confronto político entre PT e PTB.

Roberto Jefferson descreveu os políticos brasileiros, em sua maioria, como mentirosos, falsos e corruptos. Durante os depoimentos, intimidou e ameaçou deputados e senadores, o que mostrou uma inversão de papéis durante o evento: o acusado passou a acusador. Segundo ele, a maioria não tinha escrúpulos para lhe interrogar, uma vez que praticavam os mesmos atos em relação ao financiamento ilegal de campanhas eleitorais e, muitos, estavam envolvidos no esquema do "Mensalão". Ainda, Roberto Jefferson ressaltou que o PT, o partido social, da esperança, não passava de um engodo. Roubou mais do que qualquer outro partido ao chegar ao poder. Não tinha projeto de governo e, sim, de poder.

Constatamos também que algumas estruturas sintáticas foram de suma importância na constituição das imagens de si e do outro (dimensão representacional) e na patemização (dimensão emotiva), sobretudo, na dimensão representacional, o que nos permite falar da importância da sintaxe articulada aos estudos da Análise do Discurso, em especial aos referentes à argumentação. Observamos que o sujeito selecionou, organizou e mobilizou estruturas específicas regulares na construção dessas categorias, tendo em vista as restrições impostas pelo contrato estabelecido. Chamou-nos atenção não só a escolha da estrutura sintática bem como sua ordem no discurso, o que causou um efeito discursivo diferente. Acreditamos, portanto, haver um campo fecundo para o estudo de uma sintaxe articulada aos estudos do discurso.

A nosso ver, os escândalos produzidos pelo governo Lula aumentaram a descrença do povo na política, e isso foi agravado pelas respostas do Presidente Lula à crise. O principal acusado na CPMI dos Correios pôs em cena o jogo que se joga na cena política brasileira. Primeiro, ele

tentou de todas as formas um acordo com a mídia, com o governo e com o PT. Como esse recurso não surtiu efeito – Lula se negou a ajudá-lo e a mídia passou a cercá-lo cada vez mais -, ele mudou de "cara": passou a tecer várias denúncias na mídia nacional, expondo as mazelas da política brasileira e adotando um discurso auto-exaltatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 41 ed. São Paulo: Saraiva, 1997. 658 p.

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. 205 p.

ANDERSEN, Hans Christian. *A roupa nova do imperador*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 32 p.

ANDRADE, Maria de Fátima Gomes. A corrupção no Brasil. *Tribuna da Cidadania*, Cuiabá, 2005. Disponível em: <www.tribunadacidade.com.br>. Acesso em 22 jun. 2007.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. Causas estruturais da corrupção no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, local, n. 64, p. 1- 9, 2006. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 22 jun. 2005.

ARAÚJO, Cíntia Regina de. *O domínio discursivo do jornalismo escrito: um estudo sobre o gênero editorial.* 2002. 159 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

ARISTÓTELES. *Retórica*. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. 311 p.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. 4 ed. São Paulo: Martin Claret, 2001. 238 p

AZAMBUJA, Darcy. *Introdução à ciência política.* 17 ed. São Paulo: Editora Globo S. A, 2005. 345 p.

BARTHES, Roland. *Barthes por Barthes*. São Paulo: Cultrix, 1977. 123 p.

BARTHES, Roland. A retórica antiga. In: COHEN, Jean (Org.). *Pesquisas de retórica.* São Paulo: Editora Vozes, 1966. 232 p.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática*. 16 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. 360 p.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. São Paulo: Pontes, 1995. 387 p.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. 275 p.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Anpocs, 1990. 220 p.

BÍBLIA SAGRADA. Novo Testamento. *Lucas*. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. cap. 24, p. 816.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos lingüísticos*. 13 ed. São Paulo: Nacional, 2003. 331 p.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 311 p.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982. 136 p.

BRAUD, Philippe. *Petit traité des émotions, sentiments, et passions politiques*. Paris: Armand Colin, 2007. 366 p.

CAMAROTTI, Gerson; DE LA PEÑA, Bernardo. *Memorial do escândalo: os bastidores da crise da corrupção no governo Lula*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. 271 p.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha a el rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. São Paulo: Martin Claret, 2003. 160 p.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Rio de Janeiro: Pensamento, 1998. 416 p.

CHAIA, Vera Lúcia Michalany. *Jornalismo e política: escândalos e relações de poder na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Hacker, 2004. 136 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008. 256 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006a. 285 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006b. 328 p.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigri. *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. São Paulo: Lucerna, 2005. p. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 555 p.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Orgs.). *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004b. p. 13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. De la compétence sociale de communications aux compétences de discourss, d*idactique des langues romances: le développement des compétence chez l´apprenant,* Louvain-la-Neuve, DeBoech Université, 2000b, p. 41-54.

CHARAUDEAU, Patrick. *L´argumentation n´est peut-être pas ce que l´on croit*. Paris, 1998 a. p. 6-15.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l´ expression*. Paris: Hachete, 1992. 859 p.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours*. Paris: Hachete, 1983. 175 p.

CÍCERO. *De oratore*. Paris: Belles Lettres, 1956. 538 p.

CORRÊA, Felipe. A crise política do país: uma visão anarquista. *Revista Protesta*, v. VIII, n 1, 2005. Disponível em: <www.fondation-besnard.org/article.php3?id_article=386.

DIK, C. S. *Functional grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-EUA: Foris Publications, 1978.

DIK, C. S. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland/Providence RI-EUA: Foris Publications, 1989 (1989a).

DU BOIS. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the lócus*. Rice Symposium, MS, University of California: Santa Barbara, 1993 (1993a).

DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984. 222 p.

DUCROT, Oswald. *Dizer e não dizer: Princípios de semântica lingüística*. Paris: Hermann, 1972. 331 p.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

EMOÇÃO. In. ENCICLOPÉDIA Larousse. São Paulo: Plural Editora e Gráfica, 1998. p. 2079.

ESCÂNDALO DO MENSALÃO. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org./wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_mensal%C3%A3o>. Acesso em 4 de mar. 2007.

FERNANDES, Nelito. E apareceu um laranja. *Revista Época*, Rio de Janeiro, ed. 368, p. 38-41, Jun. 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. *O operador: como (e a mando de quem) Marcos Valério irrigou os cofres do PSDB e do PT*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 250 p.

FIORIN, José Luiz. Pragmática. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003. 264 p.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2001. 318 p.

FONTANIER, P. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion. 1968

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003. 158 p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 296 p.

FROMKIN, Victória; RODMAN, Robert. *Introdução à linguagem*. Coimbra: Almedina, 1993. 418 p.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2008. 408 p.

GÓRGIAS. *Górgias: testemunhos e fragmentos*. Lisboa: Colibri, 1993. 98 p.

GRESILLON, Almuth; Jean-Louis. Les manuscripts comme lieu de conflits discursifs. In: FUCHS, Catherine et alii (Org.). *La genèse du texte: les modèles linguistiques*. Paris: CNRS, 1987.

GRIGORI RASPUTIM. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grigori_Rasputin>. Acesso em 24 maio 2006.

HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 236 p.

HILGERT, José Gaston. A seleção lexical na construção do texto falado. In: PRETTI, Dino (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003, p. 69-102.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 268 p.

JEFFERSON, Roberto. *Nervos de aço: em depoimento a Luciano Trigo*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. 375 p.

JUNIOR, Policarpo. O homem-chave do PTB. Revista Veja, São Paulo, 1905, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/180505/p_054.html>. Acesso em 30 nov. 2006.

JUNIOR, Policarpo; FRAGA, Ronaldo. Mesada de 400 000 reais para o PTB. Revista Veja, São Paulo, ed. 1906, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_040.html>. Acesso em 30 nov. 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Déambulation en territoire aléthique. In: *Stratégies discursives*. Presses Universitaires de Lyon, 1978.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002. 168 p.

KOCH, Ingedore. G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 240 p.

KOCH. Ingedore G. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997. 115 p.

KOCH, Ingedore. A articulação entre orações no texto. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas: Unicamp – IEL, 28:9-18, 1995.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1997. 207 p.

LACAN, Jacques. *Escritos de Lacan.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. 944 p.

LO PRETE, Renata. *Jefferson denuncia mesada paga pelo tesoureiro do PT*. São Paulo, 06 de junho de 2005. Folha de S. Paulo (conteúdo on-line). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200502.htm> Acesso em 4 de mar. 2007.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Nós e a gente no português falado culto do Brasil.1993. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1994. 193 p.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. 238 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1997. 198 p.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas: Pontes/ Editora UNICAMP, 1989. 198 p.

MAQUIAVEL. *O príncipe*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999. 287 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 133 p.

MARQUES, Regina. Retórica e argumentação: origens e territórios de accção. In: *Revista Rhêtorikê,* 2008. Disponível em:
<http://www.rhetorike.ubi.pt/00/pdf/regina_territorios_de_accao.pdf>

MENEZES, William Augusto. *Evento, jogo e virtude nas eleições para a presidência do Brasil* – 1994 e 1998. 2004. 493 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. 232 p.

MOESCHLER, J. *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation.* Berne, Frankfurt: M. Peter Lang, 1982.

NAGAMINE, Helena H. Brandão. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 1998. 191 p.

NAIFF, Nei. *Curso completo de tarô*. 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 2006. 302 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 1037 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 160 p.

NICHOLS, J. *Functional theories of Grammar*. Annual Review of Anthropology, v. 43, 1984. p. 97-117.

NINA, Carlos. 505 anos de corrupção? *Tribuna da Cidadania*. Cuiabá, 2005. Disponível em: <www.tribunadacidade.com.br>. Acesso em 30 abr. 2006.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 653 p.

PERELMAN, Chaim. *O império retorico.* São Paulo: Martins Fontes, 1993. 417 p.

PERELMAN, Chaïm. Argumentação. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 56.

PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1996. 380 p.

PERNIOLA, Mário. *Do sentir*. Lisboa: Editorial Presença, 1993. 138 p.

PETRY, André. Diga-me com quem anda.... *Revista Veja*, São Paulo, 1906, 2005. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/250505/p_038.html>. Acesso em 30 nov. 2006.

PLANTIN, Christian. Situation dês etudes d´argumentation: de délégitimations em réinventions. In: DOURY, Marianne; MOIRAND, Sophie (Eds). *L´argumentation aujourd´hui.* Positions théoriques em confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 159-1881.

QUINTILIEN. *Institution oratoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

RAPOPORT, Anatol. *Lutas, jogos e debates*. Brasília: Universidade de Brasília, 1980. 324 p.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 276 p.

ROCHA, Neusa Maria Henriques. *O ensino da sintaxe: realidade e utopia no livro didático*. Passo Fundo, UPF, 2001. 135 p.

ROCHA, Ruth. *Fábulas de Esopo*. São Paulo: Editora FTD, 2006. 32 p.

SERRAGLIO, Osmar. *Relatório final dos trabalhos da CPMI "dos Correios*". São Paulo: Editora Escala, 2006. 768 p.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. 230 p.

THOMPSON, John B. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.* Petrópolis: Vozes, 2002. 325 p.

TOUMIN, Stephen Edelston. *Os usos do argumento*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 375 p.

VAN BALEN, Regina Maria Lopes. *Sujeito e identidade em Nietzsche*. Rio de Janeiro: Editora Uapê Espaço Cultural Barra Ltda, 1999. 96 p.

VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 327 p.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001. 565 p.

WEBER, Max. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 530 p.

ANEXOS

(CD ROM)

Pronunciamento de Roberto Jefferson no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 17/05/2005

Depoimento de Roberto Jefferson à Comissão de Ética no Plenário da Câmara no dia 14/06/2005

Depoimento de Roberto Jefferson dado à CPMI dos Correios no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 30/06/2005

Pronunciamento de Roberto Jefferson no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 14/09/2005